



Diário da Justiça

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DO TOCANTINS

SEÇÃO I

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CRIADO PELO ATO 02/89 DE 17/01/1989 – ANO XXII – DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº 2414–PALMAS, SEXTA-FEIRA, 07 DE MAIO DE 2010 (DISPONIBILIZAÇÃO)

PRESIDÊNCIA.....	1
DIRETORIA GERAL	3
TRIBUNAL PLENO	4
1ª CÂMARA CÍVEL	4
2ª CÂMARA CÍVEL	9
2ª CÂMARA CRIMINAL	13
DIVISÃO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS	14
DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO	19
TURMA RECURSAL	22
1ª TURMA RECURSAL	22
1º GRAU DE JURISDIÇÃO	28

PRESIDÊNCIA

Resoluções

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº. 009/2010

Revoga a Resolução 009/2007 e dá nova disciplina ao Plantão Judiciário de 1º e 2º graus no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a ininterrupção da atividade jurisdicional, estabelecida pelo art. 93, XII, acrescentado pela EC nº 45/2004;

CONSIDERANDO a edição da Resolução nº 71, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o regime de Plantão Judiciário em Primeiro e Segundo Graus de jurisdição;

CONSIDERANDO a necessidade deste Tribunal de Justiça em adequar às novas regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, Resolução nº. 71, de 31 de março de 2009;

RESOLVE:

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 1º Instituir o Plantão Judiciário de Primeira e Segunda Instância no Estado do Tocantins, para atendimento de medidas de caráter urgente, fora do expediente forense normal.

Art. 2º O plantão realizar-se-á nas dependências do Tribunal de Justiça e Fóruns das Comarcas deste Estado, sendo mantido ininterruptamente quando não houver expediente forense, em regime de sobreaviso.

§ 1º Consideram-se como período em que não há expediente forense:

I - no horário noturno, nos dias úteis, será das 18:00h às 08:00h do dia seguinte;

II – os sábados, domingos, feriados, ponto facultativo e recesso com início do plantão às 18:00h do último dia útil da semana e fim às 08:00h do último dia útil da semana seguinte;

Art. 3º O Presidente do Tribunal fará publicar a Escala de Plantão, mensalmente, no Diário de Justiça Eletrônico, além de deixá-la disponível no site (www.tjto.jus.br), e ainda fixada em local de destaque na entrada do prédio do Tribunal de Justiça e Fóruns das Comarcas, onde constarão os nomes dos Magistrados e servidores plantonistas e telefones do serviço para contato.

Art. 4º Cabe ao interessado contatar o servidor plantonista, que será o responsável pelo recebimento da petição, seu processamento e entrega ao Magistrado, bem assim pelas providências subseqüentes, necessárias ao cumprimento de qualquer decisão exarada.

Capítulo II

Da Competência do Magistrado Plantonista

Art. 5º O atendimento de medidas de caráter urgente, fora do expediente forense normal, destina-se, exclusivamente, ao exame das seguintes matérias:

I- pedidos de habeas corpus e mandados de segurança em que figurar como coator autoridade submetida à competência jurisdicional do Magistrado plantonista;

II - medida liminar em dissídio coletivo de greve;

III - comunicações de prisão em flagrante e à apreciação dos pedidos de concessão de liberdade provisória;

IV - em caso de justificada urgência, de representação da autoridade policial ou do Ministério Público visando à decretação de prisão preventiva ou temporária;

V- pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência;

VI- medida cautelar, de natureza cível ou criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente ou de caso em que da demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação;

VII - medidas urgentes, cível ou criminal, da competência dos juizados especiais, limitada as hipóteses acima enumeradas.

§ 1º O Plantão Judiciário não se destina à reiteração, reconsideração ou reexame de pedido já apreciado por órgão judicial, bem como não serão apreciados pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores, e solicitação de prorrogação de autorização judicial para escuta telefônica, nem liberação de bens apreendidos.

§ 2º As medidas de comprovada urgência que tenham por objeto o depósito de importância em dinheiro ou valores só poderão ser ordenadas por escrito pela autoridade judiciária competente e só serão executadas ou efetivadas durante o expediente bancário normal por intermédio de servidor credenciado do juízo ou de outra autoridade por expressa e justificada delegação do magistrado.

§ 3º Durante o plantão não serão apreciados pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores nem liberação de bens apreendidos

§ 4º Caso o Magistrado plantonista entenda não se tratar de matéria urgente, determinará a remessa dos documentos à distribuição, no primeiro dia útil posterior ao plantão.

Art. 6º O serviço de plantão manterá registro próprio das ocorrências e diligências havidas no período respectivo, arquivando cópia das decisões, ofícios, mandados, alvarás, determinações e providências adotadas, sob controle da Secretaria do Foro das Comarcas e Diretoria Geral do Tribunal de Justiça, 1ª e 2ª Instância, respectivamente.

§ 1º Os documentos recebidos ou processados durante o período de plantão serão protocolizados mediante consignação da data e hora da entrada e nome do receptor, e serão impreterivelmente encaminhados à distribuição no início do expediente do primeiro dia útil imediato ao do encerramento do plantão.

§ 2º A jurisdição do plantonista exaure-se no encerramento do plantão, não vinculando o Magistrado para os demais atos processuais, nem induzindo a distribuição por prevenção.

Art. 7º Nos casos de concessão de fiança e recolhimentos de custas, caso não seja apresentada a guia de recolhimento devidamente paga, o servidor emitirá a guia competente, reterá o valor a ser recolhido, fornecerá recibo provisório e fará o recolhimento em banco credenciado no primeiro dia útil que se seguir ao plantão, juntando aos autos o comprovante.

Capítulo III

Da Escala do Plantão

Art. 8º Fica estabelecida escala para o plantão, através de sistema de revezamento alternado, a ser elaborada quadrimestralmente, pelo Tribunal de Justiça e Comarcas.

§ 1º Compete à Presidência do Tribunal de Justiça e à Diretoria do Foro dotar o Plantão Judiciário dos meios necessários para seu funcionamento, bem como designar os servidores que o cumprirá.

Art. 9º A estrutura funcional do plantão contará com, pelo menos:

I - um (1) ou, no máximo, dois (2) Magistrados;

II - um (1) analista ou atendente judiciário;

III - um (1) oficial de justiça;

§ 1º No segundo grau de jurisdição:

I – um (1) Desembargador;

II - um (1) analista ou atendente judiciário;

III - um (1) oficial de justiça;

§2º O Magistrado poderá, a seu critério, ser assistido no plantão pelo seu secretário ou assessor.

§3º O Juiz, diante de premente necessidade surgida no plantão, poderá nomear qualquer outro servidor para exercer as funções de secretário ou oficial de justiça ad hoc.

§ 4º A Secretaria Judiciária ou, quando houver delegação, a Diretoria do Foro, desde que devidamente justificada na necessidade do serviço judiciário, mediante autorização do Presidente do Tribunal de Justiça, poderá escalar um (1) motorista, se houver disponibilidade de pessoal.

§ 5º Nos feriados e eventuais pontos facultativos que ocorrerem no curso da semana, serão os mesmos plantonistas da escala da semana correspondente.

§ 6º O recesso, será dividido em dois (2) períodos para fins de escala:

I- De 20 a 27 de dezembro;

II- De 28 de dezembro a 06 de janeiro.

Capítulo IV

Da Compensação do Plantão por Dia de Folga

Art. 10 A compensação por dia de folga far-se-á na proporção de vinte e quatro (24) horas de plantão por um (01) dia de expediente forense.

§ 1º O requerimento de compensação do plantão por dia de folga será dirigido à Secretaria Judiciária, se Magistrado, ou à Secretaria de Administração, se servidor, para análise e anotação em ficha funcional, com antecedência de, pelo menos, dez (10) dias do início do gozo, ficando o seu deferimento condicionado ao interesse do serviço judiciário e à anuência da chefia imediata.

§ 2º O deferimento do requerimento de compensação de dois ou mais dias consecutivos, pelo Presidente do Tribunal, fica condicionado ao “De acordo” do substituto automático, se magistrado, e da chefia imediata, se servidor.

Capítulo V

Das Disposições Finais

Art. 11 Nas Comarcas com mais de uma vara, o Diretor do Foro elaborará a escala de plantão dos Magistrados e servidores, em conformidade com os artigos anteriores.

Art. 12 Nos casos de suspeição, impedimento, impossibilidade ou ausência do Magistrado plantonista, o plantão será exercido pelo Magistrado designado para o plantão imediatamente subsequente, com superveniente compensação.

Art.13 O Plantão Judiciário no Segundo Grau de jurisdição, será exercido por todos os Desembargadores, sem prejuízo de suas funções, em escala individual e alternada, por ordem de antiguidade, atuando em sistema de revezamento.

Art.14 Os casos omissos serão resolvidos e normatizados pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 15 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº. 09/2007, deste Tribunal de Justiça.

SALA DE SESSÕES DO PLENO do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 06 de maio de 2010.

Desembargador WILLAMARA LEILA
Presidente

Desembargador CARLOS SOUZA
Vice-Presidente

Desembargador LIBERATO PÓVOA

Desembargador AMADO CILTON

Desembargador MOURA FILHO

Desembargador DANIEL NEGRY

Desembargador LUIZ GADOTTI

Desembargador MARCO VILLAS BOAS

Desembargador JAQUELINE ADORNO

Juiz Nelson Coelho Filho
Convocado

RESOLUÇÃO Nº 010/2010

Dispõe sobre a criação da Central de Execução de Penas e Medidas Alternativas das Comarcas de Gurupi e Araguaína e dá outras providências,

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições previstas no Capítulo II do Regimento Interno, e considerando o que foi decidido na 5ª Sessão Ordinária Administrativa, realizada em 06 de maio de 2010; e

CONSIDERANDO o pedido de criação da Central de Execução de Penas e Medidas Alternativas – CEPEMA nas comarcas de Gurupi e Araguaína;

CONSIDERANDO que o artigo 1º da Lei nº. 7.210/84 dispõe que a execução penal tem por objetivo proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado;

CONSIDERANDO que, a política criminal contemporânea visa a promover maior participação da comunidade na administração do Sistema de Justiça Criminal, objetivando a reintegração bem-sucedida do egresso e a superação de uma cultura penitenciária obsoleta e ineficaz;

CONSIDERANDO que a redução da criminalidade exige ações que primem pelo caráter ressocializador da pena, partindo da premissa de eficiência e qualidade no acompanhamento e rigor na fiscalização das sanções;

CONSIDERANDO que, em regra, as varas com competência criminal e de execução penal não dispõem de estrutura operacional adequada ao acompanhamento psicossocial dos acusados beneficiados com a suspensão condicional do processo, dos apenados em livramento condicional, regime aberto e suspensão condicional da pena e dos sancionados com penas restritivas de direito;

CONSIDERANDO que, do mesmo modo, os juizados Especiais Criminais não estão suficientemente preparados para o acompanhamento das medidas aplicadas nas transações penais;

CONSIDERANDO, finalmente, que a Resolução nº. 45/110, de 14 de dezembro de 1990, da Assembléia Geral das Nações Unidas, conhecida como Regras de Tóquio, ratificada pelo Brasil, traz recomendações sobre política criminal, especialmente, sobre a elaboração de medidas não-privativas de liberdade, influenciando sobremaneira a legislação nacional.

RESOLVE:

Art. 1º. É criada a **Central de Execução de Penas e Medidas Alternativas – CEPEMA** nas comarcas de **Araguaina e Gurupi**, com a finalidade de tornar mais efetiva a execução de penas e medidas alternativas naquela circunscrição, observando os seguintes princípios:

- I. respeito à vida e à dignidade da pessoa humana;
- II. equilíbrio entre os direitos dos infratores das vítimas e da sociedade;
- III. valorização da criatividade na busca de alternativas à prisão;
- IV. articulação e harmonização dos órgãos que compõem o Sistema de Justiça Criminal;
- V. capacitação dos profissionais envolvidos no acompanhamento das penas;
- VI. respeito à legalidade e aos direitos humanos na atuação do aparato repressivo do Estado;
- VII. humanização do sistema de justiça criminal;
- VIII. comprometimento com a qualidade na prestação do serviço, para incremento da eficiência e da racionalidade do sistema de justiça criminal;
- IX. participação da sociedade na administração da justiça penal.

Art. 2º. A **CEPEMA** de **Araguaina e Gurupi** serão instaladas por ato da **Presidente do Tribunal de Justiça** e funcionará junto à **Vara Criminal** de cada Comarca.

Parágrafo único. A estrutura organizacional da **CEPEMA** contará com pessoal de apoio técnico para a realização dos serviços auxiliares, incluindo servidores cedidos por outros órgãos.

Art. 3º. São atribuições da **CEPEMA**:

- I. a execução e fiscalização do cumprimento das penas privativas de liberdade e restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena e do processo, relativamente aos processos em trâmite na comarca de Araguaína e Gurupi, inclusive cartas precatórias;
- II. o cadastramento das entidades comunitárias e públicas a serem beneficiadas com a aplicação de pena pecuniária e de prestação de serviços;
- III. a instituição de programas comunitários que visem a facilitar a execução das penas e medidas alternativas.

Art. 4º. Compete ao juiz da vara a que a **CEPEMA** estiver anexada, além das atribuições próprias do cargo:

- I. coordenar os trabalho da Central;
- II. decidir os incidentes relativos ao cumprimento das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos e da suspensão condicional da pena e do processo;
- III. designar as entidades comunitárias e públicas a serem beneficiadas com a aplicação de pena pecuniária e de prestação de serviços, determinando os dias e horários para o cumprimento da pena e da condição suspensiva;

- IV. acompanhar, pessoalmente ou através do pessoal técnico, a execução dos trabalhos;
- V. declarar extinta a pena ou cumprida a medida, comunicando ao juiz da sentença;
- VI. desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 5º. O Tribunal de Justiça, nas ações penais de sua competência originária, e os juizes das varas criminais e dos juizados especiais criminais encaminharão à **CEPEMA** de Gurupi e/ou de Araguaína, nas situações em que os apenados ou acusados residam nestas comarcas:

- I. a guia de execução da pena, provisória ou definitiva, acompanhada das peças obrigatórias, no caso das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos;
- II. a cópia de denúncia e da decisão, nos casos de suspensão condicional do processo e de transação penal.
- § 1º. A carta de ordem e a carta precatória constituem documentos essenciais nas hipóteses, respectivamente, de processoriginário do Tribunal e de outra Comarca.
- § 2º. Recebidos na CEPEMA, os documentos serão imediatamente autuados e levados à conclusão, para início da execução e a fiscalização do cumprimento de pena imposta.
- § 3º. As decisões tomadas pelo Juiz da CEPEMA que impliquem em alteração da situação do acusado ou apenado serão comunicadas ao juízo de origem, assim como o cumprimento da pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos ou a condição suspensiva.

Art. 6º. O Tribunal de Justiça poderá celebrar convênios com órgãos e entidades da União, do Estado do Tocantins e dos Municípios das comarcas de Araguaína e Gurupi, visando à efetivação dos trabalhos na **CEPEMA**.

Art. 7º. A Presidência do Tribunal de Justiça editará instrução normativa, contendo as regras complementares necessárias ao funcionamento da **CEPEMA**.

Art. 8º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de reuniões do Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 06 dias do mês de maio de 2010.

Desembargador WILLAMARA LEILA
Presidente

Desembargador CARLOS SOUZA
Vice-Presidente

Desembargador LIBERATO PÓVOA

Desembargador AMADO CILTON

Desembargador MOURA FILHO

Desembargador DANIEL NEGRY

Desembargador LUIZ GADOTTI

Desembargador MARCO VILLAS BOAS

Desembargador JAQUELINE ADORNO

Juiz Nelson Coelho Filho
Convocado

Portaria

PORTARIA Nº 156/2010

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR CARLOS SOUZA, VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando o contido no Memorando nº 071/2010/GAB/PRES, bem como na Resolução nº 014/2006 do Tribunal Pleno, resolve conceder a Desembargadora **WILLAMARA LEILA**, Presidente deste Sodalício, 4 1/2 (quatro e meia) diárias, tendo em vista que empreenderá viagem à cidade de Belo Horizonte – MG, no período de 19 a 23 de maio de 2010, onde participará do 83º Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 06 dias do mês de maio do ano de 2010.

Desembargador CARLOS SOUZA
Vice-Presidente

Errata

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, resolve retificar parte do Edital de Convocação nº 003/2010-GAPRE – 2ª Convocação – Republicação, publicado no Diário da Justiça nº 2407, circulado em 28 de abril do fluente ano, onde se lê: “KÁTIA MARIA ANGELO ROSA”, leia-se: “KÁTIA MARIA ÂNGELO DE SOUSA”.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 07 dias do mês de maio do ano de 2010.

Desembargadora WILLAMARA LEILA
Presidente

DIRETORIA GERAL

Portarias

PORTARIA Nº 652/2010-DIGER

A DIRETORA-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 014/2006 c/c a Resolução nº 005/2008 do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 111/2010-DIADM, resolve conceder ao servidor **WEVERTON JOSÉ FRANÇA DE MORAIS**, Motorista, Matrícula 152558, 05 (cinco) diárias e 1/2 (meia), por seu deslocamento às Comarcas de Paraíso do Tocantins, Pium, Cristalândia, Gurupi, Peixe, Formoso do Araguaia, Araguaçu, Alvorada e Figueirópolis, para entrega de material de expediente nas referidas Comarcas, no período de 26 de abril a 01 de maio de 2010.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 04 de maio de 2010.

Sérgio de Oliveira Santos
Diretor-Geral Interino
Dec. nº 133/2010

PORTARIA Nº 656/2010-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 014/2006 c/c a Resolução nº 005/2008 do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 77/2010-DTINF, resolve conceder ao Servidor **LEONARDO ANDRADE LEAL**, Operador de Microcomputador, matrícula 259238, 09 (nove) diárias e 1/2 (meia), por seu deslocamento às Comarcas de Xambioá, Ananás, Tocantinópolis e Wanderlândia, para manutenção de equipamentos, entrega e vistoria de bens de informática, no período de 05 a 14 de maio de 2010.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 06 de maio de 2010.

Sérgio de Oliveira Santos
Diretor-Geral Interino
Dec. nº 133/2010

PORTARIA Nº 657/2010-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VIII, do art. 1º, do Decreto Judiciário nº 302/09, c/c Decreto Judiciário nº 507/09,

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 219/2010, de fls. 21/22, exarado pela Assessoria, proferido nos autos PA no 40511 (10/0082913-5);

CONSIDERANDO que a empresa SEMUSA – Serviço Municipal de Saneamento do Município de Araguatins é a única fornecedora de água potável no município de Araguatins/TO, conforme documento de fls. 20/21,

RESOLVE:

DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no artigo 25, da Lei no 8.666/93, para contratação da empresa SEMUSA – Serviço Municipal de Saneamento do Município de Araguatins, CNPJ nº 00.0007.153/0001-60, visando o fornecimento de água potável para o prédio do Fórum da Comarca de Araguatins/TO, no valor estimado em R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais, perfazendo a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) anuais.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas/TO, em 05 de maio de 2010.

Sérgio de Oliveira Santos
Diretor-Geral Interino
Decreto 133/10

PORTARIA Nº 660/2010-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 014/2006 c/c a Resolução nº 005/2008 do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida na Autorização de Viagem nº 116/2010-DIADM, resolve conceder ao Servidor **RICARDO GONÇALVES**, Motorista, matrícula 352474, 09 (nove) diárias e 1/2 (meia), por seu deslocamento às Comarcas de Xambioá, Ananás, Tocantinópolis e Wanderlândia, para conduzir servidor da DTINF para manutenção de equipamentos, entrega e vistoria de bens de informática, no período de 05 a 14 de maio de 2010.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 07 de maio de 2010.

Sérgio de Oliveira Santos
Diretor-Geral Interino
Dec. nº 133/2010

TRIBUNAL PLENO

SECRETÁRIO: WAGNE ALVES DE LIMA
Decisões/ Despachos
Intimações às Partes

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4524/10 (10/0083311-6)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: PEDRO SOUSA CRUZ
Advogados: Fabrício Fernandes de Oliveira e Agnaldo Raiol Ferreira Sousa
IMPETRADA: GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: Desembargador MARCO VILLAS BOAS

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS – Relator, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls. 38/39, a seguir transcrita: “ PEDRO SOUSA CRUZ, por seu procurador, impetra o presente Mandado de Segurança, com pedido de liminar, contra ato do GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS. Narra o Impetrante que, apesar de contar com mais de vinte um anos de efetivo serviço na corporação da Polícia Militar do Estado do Tocantins, requisito este necessário para a promoção dos praças da ativa, conforme disposto no artigo 2º e inciso da Lei no 2.318/10, foi preterido da promoção de sargento, não tendo sido sequer incluído na lista de promoção publicada no Ato no 2.990 – PRM. Sustenta ter tal preterição gerado discriminação e afrontado o princípio da igualdade previsto na Constituição Federal. Ressalta estarem presentes os requisitos para a concessão da liminar pleiteada, quais sejam, “fumus boni iuris” e “periculum in mora”. Requer a concessão da medida liminar para que se determine à autoridade coatora que proceda à sua promoção ao posto de Sargento da Polícia Militar do Estado do Tocantins com data retroativa a 21/4/2010. No mérito, pugna pela confirmação da liminar concedida. Pleiteia, ainda, os benefícios da justiça gratuita. Com a inicial, vieram os documentos de fls. 7/35. Relatado, decido. Defiro a gratuidade da justiça, ante a expressa declaração do impetrante, de impossibilidade de suportar o ônus financeiro do processo, sem prejuízo do próprio sustento. Conforme relatado, a pretensão do impetrante, através do presente “writ”, é a concessão da segurança para que se proceda a sua promoção ao posto de Sargento da Polícia Militar do Estado do Tocantins com data retroativa a 21/4/2010. É cediço que para a concessão da liminar devem concorrer dois requisitos legais, quais sejam, a relevância dos motivos em que se assenta o pedido na inicial e a possibilidade da ocorrência de lesão irreparável ao direito do impetrante. No caso em comento, a análise preliminar dos autos não permite a constatação, com a evidência necessária, dos pressupostos autorizadores da concessão da liminar, notadamente no que pertine ao requisito relativo ao “fumus boni iuris”, pois, apesar de o impetrante ter, em princípio, preenchido o requisito temporal exigido pelo inciso II do artigo 2º da Lei no 2.318/10, não demonstrou, de plano, estar dentro do número de vagas disponibilizadas para a promoção, observado o critério de antiguidade, conforme disposto no parágrafo único do artigo 2º do diploma legal supracitado. Vejamos: “Art. 2º Habilitam-se à promoção de que trata esta Lei os Praças da ativa, que atenderem aos seguintes requisitos: (...). II – Cabo PM, 20 anos ou mais de efetivo serviço; (...). Parágrafo único. Para as promoções de que trata este artigo, deve ser observado o critério de antiguidade, dentro das vagas existentes.”Ressalte-se que, em sede de liminar, a prova apresentada deve ser convincente e sólida, de forma a fazer desnecessário um exame mais aprofundado com vistas a demonstrar o direito reclamado, o que não ocorre no caso em comento. Posto isso, considerando a inexistência do “fumus boni iuris”, indefiro a liminar pleiteada. Notifique-se a autoridade acoimada de coatora para, em dez dias, prestar as informações que entender oportunas. Notifique-se ainda o representante judicial do Estado do Tocantins, no prazo de 48 (quarenta oito) horas, a fim de, caso queira, se manifestar nos presentes autos, no prazo legal, tudo nos termos do artigo 7º, II, da Lei no 12.016/09. Decorrido o prazo, com ou sem informações, ouça-se a Procuradoria-Geral de Justiça. Publique-se e registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas –TO, 5 de maio de 2010. Desembargador MARCO VILLAS BOAS – Relator”.

PEDIDO DE INTERVENÇÃO Nº 1575/04 (04/0035380-6) REPUBLICAÇÃO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REQUISITANTE: PEDRINA ALVES LIMA
Advogada: Maria das Mercês Chaves Leite
REQUISITADO: MUNICÍPIO DE LIZARDA/TO
Advogado: Flávio Suarte Passos
RELATOR: Desembargador LIBERATO PÓVOA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LIBERATO PÓVOA - Relator, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS do DESPACHO de f. 222, a seguir transcrito: “Defiro o pedido de fls. 222. “(...) requer que se digne de determinar pela última vez a intimação da Requisitada na pessoa do Prefeito Municipal, para que comprove o depósito da 6ª e última parcela, no prazo de 48h, relativo ao acordo firmado pelas partes.” Proceda-se a devida intimação na forma requerida. Cumpra-se. Palmas/TO, 04 de maio de 2010. Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator”.

1ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIO: ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA
Decisões/ Despachos
Intimações às Partes

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 10374/2010
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE : (AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE Nº 1.9877-1/10, DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE MIRACEMA - TO)
AGRAVANTES : ADEMIR VITORINO DA SILVA E CÉLIA MARIA PONTES SILVA
ADVOGADOS : ROGÉRIO MAGNO DE MACEDO DE MENDONÇA E OUTRO
AGRAVADOS : NÍVIO MARCOS GASPAS FRANCO E JOZETE CRISTINA FRANCO SILVA
ADVOGADOS : ERCÍLIO BEZERRA DE CASTRO FILHO E OUTROS
RELATOR : Desembargador CARLOS SOUZA

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: “Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de liminar, com fulcro no art. 522 e seguintes do CPC, interposto por ADEMIR VITORINO DA SILVA e CÉLIA MARIA FREITAS PONTES SILVA, qualificados, representados por advogados constituídos, em face da decisão de fls. 87/90, proferida pela MM. Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Miracema – TO, nos autos da Ação de Reintegração de Posse com pedido liminar e Idenização por Danos Materiais, processo nº 2010.0001.9877-1, que movem contra NÍVIO MARCOS GASPAS FRANCO e sua esposa JOZETE CRISTINA FRANCO SILVA, consoante às razões anexas. Os agravantes ajuizaram Ação de Reintegração de Posse c/c Danos Materiais e Pedido Liminar de Antecipação Parcial dos Efeitos da Tutela, em face dos agravados terem praticados esbulho de sua posse da Fazenda Baroneza, situada na Zona Rural do Município de Araguacema – TO, sendo que exerciam a posse sobre a área desde o início do ano de 2007 até a data do esbulho, fatos comprovados através dos documentos apresentados em juízo juntamente com a inicial. Que mesmo diante das provas a Juíza de primeiro grau, no dia 28/03/2010, entendeu necessária a justificação prévia por meio de audiência, designada para o dia 05/04/2010. Na audiência foram ouvidas duas testemunhas dos agravantes, as quais evidenciaram que os recorrentes não somente detinham a posse do imóvel em discussão como também eram os proprietários do mesmo, através de compra feita por Francisco de Oliveira Carvalho Neto. Tendo a primeira testemunha, Cláudio, prestado serviços na propriedade desde a data de 15 de março de 2007 até o ano de 2008, e a segunda testemunha por ter alugado os pastos da Fazenda Baroneza, diretamente do primeiro agravante. Assim, com todos estes elementos de provas, a Douta Magistrada, entendeu por bem indeferir a liminar de reintegração de posse, alegando que no caso dos autos, a análise da prova testemunhal juntamente com o exame dos documentos apresentados são insuficientes para demonstrar com o fito de concessão de liminar, a existência dos elementos enumerados no art. 927 do CPC. No mérito, os agravantes preencheram todas as exigências dispostas no Art. 927 do CPC, sendo a primeira delas a sua posse, provada através dos documentos que instruíram a inicial e os depoimentos das testemunhas, além de deixar evidenciado o esbulho e a data deste, ocorrido em 07 de abril de 2009. Ao final, requer o deferimento da liminar consubstanciada em efeito suspensivo, para obstar o pronunciamento judicial que indeferiu a medida liminar de reintegração de posse, dos agravantes do imóvel em discussão e, finalmente seja tornada definitiva a reintegração dos agravantes na Fazenda Baroneza. Requer ainda, o de praxe. Juntou os documentos de fls. 013/072. Relatado, DECIDO. Após analisar com acuidade os presentes autos, verifico que a decisão ora fustigada encontra-se suficientemente fundamentada. O fundamento apresentado pelos agravantes é insuficiente para alicerçar o provimento postulado em sede liminar, onde a decisãoabalroada parece-me devidamente assentada ao caso concreto. Extrai-se da decisão vergastada (fls. 64/67 destes autos: “No caso dos autos, a análise da prova testemunhal, juntamente com o exame dos documentos apresentados são insuficientes para demonstrar, com o fito de concessão da liminar, a existência dos elementos enumerados no art. 927 do CPC. Isto porque, pelos depoimentos coletados, os Autores fizeram prova da posse desde meados do ano de 2007 (testemunho de Cláudio Ferreira) até início de junho de 2008 (testemunho de Reinaldo Gil), não restando comprovada a existência de posse pelos autores, requisito esse essencial ao deferimento da liminar, quando do alegado esbulho possessório, ao qual afirmam terem tomado conhecimento somente em março de 2010 (fls.06). Da mesma forma, assentou o tribunal de Justiça de Mato Grosso: “Prova da posse. Não basta ao autor provar que tem direito à posse, como mero reflexo do seu título aquisitivo ou mesmo da posse, mas, imperiosa e necessariamente, que a exercia de fato sobre área certa e determinada da qual veio a ser despojado. Não tem direito subjetivo material à restituição da posse quem não a exercia, real e concretamente, mas, apenas ideal e devaneadoramente. O título ou documento de aquisição de posse, por si só, não prova que o adquirente a exerça efetivamente. Ter direito à posse não é o mesmo que possuir (Ap. Civ. Nº 10.817, 2ª Câm., rel. Dês. Athaide Monteiro da Silva, j. 12-6-84). (...) É pressuposto principal para o ajuizamento das ações possessórias a comprovação da posse, porquanto inexistindo ou mesmo confessado nunca ter dela exercido é de ser indeferida a pretensão, ficando com a posse aquele que a melhor comprovou. É do autor o ônus de provar a sua posse, o esbulho praticado pelo réu, a data da moléstia e, em razão desta, a perda da posse; do contrário, ausente um ou mais dos requisitos legais engastados no artigo 927 do Código de Processo Civil, impõe-se a improcedência do pleito reintegratório (Des. Luiz Carlos Freyeskebeb) (TJSC-AP. Civ. Nº 2006.042975-8, rel. Des. Fernando carioni). Dessa maneira, considerando que nem todos os requisitos do art. 927 do CPC se entrevêem presentes, especialmente a existência da posse contemporânea ao suposto esbulho INDEFIRO o pedido de LIMINAR. Intimem-se as partes desta decisão, cientificando o requerido que o prazo para contestação da ação começa a fluir a partir da intimação da decisão que indeferiu o pedido de liminar. Cumpra-se certificando nos autos”. Assim, entendo que a decisão fustigada não merece nenhum reparo, está bem fundamentada e de acordo com o entendimento desta Corte de Justiça. Portanto, o direito foi aplicado corretamente ao caso concreto, não havendo possibilidade de reforma da decisão agravada. Diante do exposto, nos termos dos artigos 527, inciso II, do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001, converto o agravo de instrumento em agravo retido, pelo que determino a remessa dos autos ao Juiz da causa com as cautelas de praxe. Cumpra-se. Palmas - TO, 30 de abril de 2010 “. (A) Desembargador CARLOS SOUZA – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 10372/10
ORIGEM :TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE : (AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL Nº 13985-6/10 DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL-TO)
AGRAVANTE:FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC. EST. :LUIZ GONZAGA ASSUNÇÃO
AGRAVADO : BRASIL ECODIESEL S/A
ADVOGADOS: ALEXANDRE IUNES MACHADO E OUTROS
RELATOR :Desembargador(a) DANIEL NEGRY –

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) DANIEL NEGRY – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: “Em exame dos autos creio que a Divisão de Distribuição aplicou equivocadamente a regra imposta pelo art. 69, § 5º, do nosso Regimento Interno que prevê:“Afastando-se o Desembargador por período igual ou superior a três dias, serão redistribuídos, mediante oportuna compensação, os habeas corpus, os mandados de

segurança e os demais feitos que, consoante fundada petição do interessado, reclamem solução urgente (LOMAN, art. 116)" (g.n.). Vê-se, pois, que ausência do Desembargador por mais de três (03) dias só implica redistribuição de processo quando tratar-se de habeas corpus e de mandado de segurança. Os demais feitos, apenas quando houver fundada petição do interessado que reclame solução urgente, consoante dicção expressa no final do dispositivo. Assim, diante dessa exegese, o presente feito não ensejaria redistribuição em razão da ausência do Desembargador Moura Filho, a quem coube a primeira distribuição, visto que, além de não ter sido formulado pedido de liminar no bojo da exordial, a matéria ventilada não reclama solução urgente, ou seja, não se encontra dentre o rol daquelas que necessitam de exame 'incontinenti' do pedido do autor. Ademais, o Desembargador Moura Filho informou que se ausentaria deste Sodalício nos dias 22, 23, 26 e 27 de abril (ofício de fl. 382), fato que não o torna impedido de figurar na lista de distribuição, salvo nos expressos casos de impedimento ou naqueles que se enquadram na norma do dispositivo regimental em comento, se a matéria ventilada reclamar solução de urgência, o que, como dito, não é o caso destes autos.Além do mais, a Secretaria só providenciou a remessa dos autos à Divisão de Distribuição no último dia de afastamento do Relator (fls. 383), e com a tramitação da redistribuição o processo somente veio a ser concluso no dia 30 de abril, quando o Relator primitivo já se encontrava em exercício, demonstrando incoerência na detectada urgência imposta nos autos. Desse modo, determino o retorno dos autos à Divisão de Distribuição para que seja cancelada a distribuição dos autos a minha relatoria, restabelecendo a distribuição ao eminente Desembargador Moura Filho, uma vez que a matéria ventilada não traz qualquer urgência que possa exigir a aplicação da norma regimental em comento. Publique-se. Cumpra-se. Palmas, 04 de maio de 2010. .". (A) Desembargador DANIEL NEGRY – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 10381/10
ORIGEM :TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
REFERENTE:AÇÃO ORDINÁRIA nº. 15526-6/10 DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO
AGRAVANTE:ESTADO DO TOCANTINS
PROC. EST. :ANA CATHARINA FRANÇA DE FREITAS
AGRAVADO :MAGAZINE LILIANI S/A
ADVOGADOS: LYCIA CRISTINA VELOSO E OUTRO
RELATORA : Desembargadora JACQUELINE ADORNO

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) JACQUELINE ADORNO – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: “Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Estado do Tocantins em face da decisão proferida pelo M.Mº. Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Palmas – TO, nos autos da Ação Ordinária nº. 15526-6/10 proposta por Magazine Liliani S/A.Consta nos autos que, referida ação foi proposta sob o argumento de que, o PROCON autuou a empresa requerente pelo fato de que, o consumidor/reclamante adquiriu um aparelho celular em 13.10.06 pelo valor de R\$ 449,00 (quatrocentos e quarenta e nove reais) que, por apresentar defeito, em 13.06.07 foi encaminhado à assistência técnica.O Órgão de Defesa do Consumidor, considerando o valor do produto, aplicou multa de R\$ 1.682,04 (um mil e seiscentos e oitenta e dois reais e quatro centavos) e, considerando a existência de duas agravantes, a natureza grave da infração e o porte da rede comercial reclamada, elevou a multa ao dobro, perfazendo um total de R\$ 3.364,08 (três mil e trezentos e sessenta e quatro reais e oito centavos).A requerente foi notificada a pagar a multa em dez dias, entretanto, a multa é nula de pleno direito, pois a empresa não descumpriu as normas consumerista. A empresa não tem responsabilidade pelo dano, tanto que, em audiência de conciliação realizada no PROCON, apenas a fabricante propôs acordo. A responsabilidade por qualquer defeito é do fabricante que, o submete à assistência técnica, a empresa que efetuou a venda não contribuiu para o prejuízo do consumidor.A multa imposta é excessiva, principalmente por ser superior ao valor do produto, assim, não atende ao disposto no artigo 57 do Código do Consumidor e fere o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade. Requereu a concessão de tutela antecipatória para suspender a cobrança da multa e que, consequentemente, a Secretaria Estadual da Fazenda se abstenha de incluir a multa na Dívida Ativa (fls. 21/27).Na decisão agravada o Magistrado a quo concedeu a antecipação da tutela pretendida (fls. 14/16).Aduz a agravante que, a agravada foi regularmente processada e condenada ao pagamento de multa, através de ação anulatória obteve antecipação de tutela que, suspendeu a exigibilidade da multa.Os requisitos ensejadores da concessão de tutela antecipada não foram preenchidos pela recorrida, com mais razão pelo fato de que, não houve exigência de qualquer caução. A agravada deveria apresentar prova inequívoca do direito perseguido, pois não basta mera aparência. Ao contrário do que afirma o prolator da decisão interlocutória, a multa é razoável e proporcional, posto que, a agravante agiu no estrito cumprimento do dever legal, aplicando sanção mediante instauração de prévio procedimento administrativo.Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e veracidade, por isso, a imposição da multa deve prevalecer até que, eventualmente, seja demonstrada sua ilegitimidade, fato que somente poderá ocorrer após ampla produção de prova e contraditório. Além disso, não há demonstração contundente de que o processo administrativo descreveu fato inexistente. Requereu a concessão de medida liminar para suspender os efeitos da decisão agravada e, ao final, seja cassada a antecipação de tutela deferida à agravada, posto que, concedida sem exigência de caução ou, que a agravada seja intimada a efetuar o depósito do montante integral da multa devida até julgamento da Ação Ordinária (fls. 02/10).Acostou aos autos os documentos de fls. 12/32.É o relatório.Considerando as modificações havidas no Direito Processual Civil, infere-se que a interposição do Agravo de Instrumento continua gerando apenas um efeito, o devolutivo restrito à questão decidida pelo pronunciamento atado.Acerca da possibilidade de atribuição de efeito suspensivo ao agravo, insta sobrelevar que a concessão da medida dispõe de caráter excepcional, sendo cabível apenas nas hipóteses especificadas no Código de Processo Civil e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, desde que relevante a fundamentação. Sem a caracterização de uma dessas situações, descabida é a suspensão dos efeitos da decisão a quo.Compulsando os autos, denota-se que, o insurgente não logrou êxito na demonstração do fumus boni iuris, posto que, fundamenteu o preenchimento de mencionado requisito com a assertiva de que, agiu no estrito cumprimento do dever legal, aplicando sanção mediante instauração de prévio procedimento administrativo, entretanto, a priori não há demonstração da legitimidade de aplicação da multa, posto que, não restou evidenciado nos autos que, a agravada realmente foi a responsável pelo prejuízo sofrido pela consumidora, haja vista

que, como observado nos autos, ao que parece, a recorrida cumpriu o seu dever de revendedora encaminhando o produto defeituoso à assistência técnica da empresa fabricante.Ademais, se a recorrida fosse condenada ao pagamento do prejuízo, poderia acionar sua fornecedora de forma regressiva, contudo, a própria fabricante foi acionada pela consumidora e compareceu em audiência fazendo proposta de acordo, com isso, o direito ora invocado pela recorrente resta ainda mais controverso, devendo ser amplamente analisado após os informes do Juízo a quo, as contra-razões e parecer Ministerial eis que, questionável a responsabilização da empresa vendedora do aparelho celular.Ex positis, INDEFIRO o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao agravo.REQUISITEM-SE informações ao M.Mº. Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos da Comarca de Palmas – TO, acerca da demanda, no prazo de 10 (dez) dias.Observando-se o artigo 527, V, do Código de Processo Civil, INTIME-SE a agravada para, querendo, oferecer resposta ao recurso interposto, no prazo de 10 (dez) dias.Imediatamente após, considerando a Recomendação CPJ nº. 001/2009 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, acerca da intervenção em todos os feitos que envolvam interesse da Fazenda Pública, DETERMINO A REMESSA dos presentes autos à Douta Procuradoria Geral de Justiça para manifestação.P.R.I. Palmas/TO,30 de abril de 2010..". (A) Desembargador(a) JACQUELINE ADORNO – Relator(a).

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 10380/2010 (10/0083210-1).
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 2.7180-0/2010 DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS/TO)
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
PROCURADOR: EDILSON BARBUGIANI BORGES
AGRAVADA : AMÉRICA MARTINS DE SOUZA
ADVOGADAS : ADRIANA SILVA E OUTRA
RELATORA: Desembargador(a) JACQUELINE ADORNO

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) JACQUELINE ADORNO – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: “Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de atribuição de efeito suspensivo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, em face da decisão interlocutória proferida pelo MM Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Palmas – TO, (fls. 65/67), nos autos da Ação Ordinária Nº 2.7180/2010, manejada pela ora Agravada em desfavor do Agravante. A aludida ação foi proposta com o intuito de obter o restabelecimento do auxílio-doença previdenciário ou a conversão deste em aposentadoria por invalidez, uma vez que segundo as alegações da agravada, a mesma permanece incapacitada para o trabalho de limpeza desenvolvido por ela como diarista, benefício este que foi indevidamente cessado no dia 26/06/2007. Na exordial do presente agravo alega, preliminarmente, o Instituto de Previdência Social – INSS, a incompetência absoluta da Justiça Estadual para apreciar e julgar a aludida ação, haja vista que o pedido inicial acha-se escorado no restabelecimento de benefício previdenciário de natureza comum e não acidentária, impondo-se, assim, a aplicação do disposto no artigo 109, inciso I, primeira parte da Constituição Federal/88, sendo a Justiça Federal, portanto, competente para apreciá-la e julgá-la. No mérito, afirma que a decisão vergastada não pode prosperar em razão do seu desacerto, eis que não foram preenchidos os requisitos legais para a concessão da tutela antecipada, quais sejam: a verossimilhança das alegações mediante prova inequívoca; fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e que não haja perigo de irreversibilidade da medida, nos termos preconizados no artigo 273 do CPC. Consigna que o benefício somente foi cessado em razão da constatação da capacidade laboral da autora/agravada, por médico do INSS. Ressalta que o aludido benefício após a sua cessação foi novamente requerido e teve parecer contrário pela perícia médica do INSS em 10/11/2008, todavia, baseando-se em simples atestado juntado aos autos pela agravada, o MM Juiz proferiu a decisão ora recorrida, ou seja, sem nenhuma fundamentação técnico-científica, afirmou que a autora está incapaz para as suas atividades habituais. Sustenta que a indignação do INSS achase fulcrada na ausência da prova inequívoca, exatamente em função de haver conflito entre o atestado particular e a perícia médica administrativa, o qual não foi solucionado por meio de perícia judicial, até mesmo porque, o laudo médico juntado aos autos, diagnostica que a autora “encontra-se apta ao trabalho apesar das sequelas e da ansiedade”. Relata que a simples alegação de caráter alimentar do benefício previdenciário não é suficiente, por si só, para a antecipação dos efeitos da tutela, a configurar receio de dano irreparável ou de difícil reparação, tal como previsto no art. 273, I, do CPC e já decidido pelos tribunais, sob pena de se considerar atendido, desde logo, tal requisito da lei processual, em virtude da prestação envolver benefício previdenciário. Destaca que no presente caso, não foi satisfatoriamente demonstrado o Diagnóstico pela incapacidade, requisito este, primordial para a concessão do benefício almejado pela agravada. Segue, aduzindo que se encontram devidamente comprovados nos autos os requisitos necessários para a concessão da liminar pleiteada quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora, sendo que a lesão grave e de difícil reparação se apresenta incontestável no fato de que caso seja mantida a decisão o Instituto Agravante terá que fazer o pagamento indevido do benefício pleiteado e dificilmente conseguirá o ressarcimento dos valores pagos, sofrendo prejuízos. Termina, pugnado pela concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento a fim de suspender a eficácia da decisão fustigada até o final julgamento da aludida ação. Colaciona à inicial os documentos de fls. 17/67. Distribuídos, por sorteio, coube-me o mister de relatar o presente feito, (fls. 69/70). É o relatório do necessário. Compulsando os autos, verifica-se que na aludida Ação o MM Juiz “a quo”, deferiu o pedido de tutela antecipada para restabelecer a concessão do auxílio-doença por acidente de trabalho ao agravado o qual foi cessado em razão do limite médico informado pela perícia médica, que concluiu que a sua incapacidade apenas persistiria até o dia 31/07/2007. A decisão ora Agravada (fls. 65/67) tem o seguinte teor: “Decisão. (...) O restabelecimento do benefício auxílio-acidente é medida necessária e urgente e tem caráter alimentar, necessitando a Autora do benefício para a sua sobrevivência. Apesar de o Requerido ter considerado a Autora apta ao trabalho, é fato incontroverso que esta possui um problema de saúde, vejamos no julgado administrativo do próprio requerido: “(...) seqüela, pequena redução de músculo bíceps dificuldade a elevação total restante (...)” – Fls. 14. Já um dos laudos médicos aponta que: “América Martins de Souza, aparenta lesão crônica ombro D., já foi operada, porém ainda sente dor forte e não melhorou com fisioterapia. (...) Deverá ser afastada do trabalho até cirurgia em 14/06/xx” – Fls. 28 sic. A primeira citação dos documentos juntados aos autos, nesta decisão, aponta que a Autora ainda tem um problema de saúde, na segunda citação fala-se em doença

crônica e por doença crônica há de se entender uma "doença de longa duração", segundo definição do dicionário Aurélio, assim, pelo apresentado no caso sob análise tenho que a pretensão da autora deve, por hora, se sobrepôr ao direito de defesa do requerido. Não se pode nesta etapa inicial e com esses indicativos negar a concessão da Autora que tirava seu sustento realizando serviços de limpeza, ou seja, aparentemente, ainda não tem condições de realizar suas atividades habituais. As medidas antecipatórias devem resguardar o resultado prático do processo, no caso, a verba destinada a sobrevivência da Autora. Podemos citar o mestre HUMBERTO THEORDORO JÚNIOR 1, acerca do fumus boni iuris diz que: Incertezas ou imprecisões a respeito do direito material do requerente não podem assumir a força de impedir-lhe o acesso à tutela cautelar. Se, à primeira vista, conta a parte com a possibilidade de exercer o direito de ação e se o fato narrado, em tese, lhe assegura provimento de mérito favorável, presente se acha o fumus boni iuris, em grau suficiente para autorizar a proteção das medidas preventivas. O perigo da demora fica evidente, uma vez que a não concessão do benefício implicaria em riscos à subsistência da Autora. Pelo exposto, DEFIRO, em caráter antecipatório, a medida solicitada, para determinar ao INSS que restabeleça imediatamente o pagamento do benefício auxílio-doença, tal como já vinha pagando anteriormente, antes da cessação (...).“No tocante a preliminar suscitada na exordial pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS: Conforme se vê, o Agravante arguiu a incompetência absoluta da Justiça Estadual com base no artigo 109, I, da Magna Carta Federal, que estabelece caber aos Juízes Federais julgar ações propostas contra o INSS quando as mesmas não forem relativas a acidente de trabalho. Em que pesem tais argumentos, há que se observar no caso em exame, que a agravada objetiva o restabelecimento do benefício Auxílio-Doença que foi interrompido após a realização de uma perícia do INSS em fevereiro de 2009, cujo benefício vinha sendo desfrutado por um período de três anos, ou seja, desde quando a agravada fraturou o ombro direito em uma queda sofrida enquanto estava trabalhando na função de doméstica. Sendo assim, é de se constatar, portanto, que o litígio instaurado, em primeira instância, baseia-se na discussão acerca da concessão de benefício de auxílio – acidente, que resultou em seqüelas, o que atrai a competência da Justiça Comum Estadual para processar e julgar o feito, razão pela qual, rejeito a preliminar de incompetência da Justiça Comum para o julgamento do presente recurso. Contudo, no tocante, aos requisitos de admissibilidade há que se ressaltar que o presente recurso não deve ser conhecido posto que, desprovido do devido preparo. É cediço que no ato da interposição de recursos como o Agravamento de Instrumento em exame, a parte recorrente deve apresentar o comprovante de pagamento do preparo, sob pena de não conhecimento da insurgência, entretanto, referida providência não foi observada no feito em exame. Segundo previsão da Súmula 178 do STJ, o INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentárias e de benefícios, propostas na Justiça Estadual e os presentes autos trata-se de benefício previdenciário consubstanciado em auxílio-doença em razão de acidente de trabalho, portanto, não há que se falar em isenção de custas, vez que, aplicável somente ao acidentado e não ao Instituto Nacional de Seguridade Social. Neste sentido, é o entendimento jurisprudencial observado nesse Sodalício. Vejamos: Ementa: Apelação Cível. INSS. Ação Acidentária de Trabalho na justiça estadual. Ausência de Preparo. Súmula 178 do STJ. Recurso não Conhecido. 1 – Em consonância com a Súmula 178 do Superior Tribunal de Justiça o Instituto Nacional de Seguridade Social não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentárias e de benefícios, propostas na Justiça Estadual. Ausente o preparo, não merece conhecimento o recurso apelaratório. 2Ementa: Agravamento de Instrumento. Ação Previdenciária. INSS. Preparo não efetuado. Recurso a que se nega seguimento. 1 – No ato da interposição de recursos como o Agravamento de Instrumento, a parte recorrente deve apresentar o comprovante de pagamento do preparo, sob pena de não conhecimento da insurgência, entretanto, referida providência não foi observada no feito em apreço. 2 – Segundo previsão da Súmula 178 do STJ, o INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentárias e de benefícios, propostas na Justiça Estadual e os presentes autos tratam de benefício previdenciário consubstanciado em auxílio-doença em razão de acidente de trabalho, portanto, não há falar em isenção de custas, vez que, aplicável somente ao acidentado e não ao Instituto Nacional de Seguridade Social. 3De igual forma nos demais Tribunais Pátrios: Ementa: “Apelação Cível. Ação acidentária. INSS. Ausência de preparo. Deserção. Inadmissibilidade do recurso apelaratório. Cumulação de auxílio. Acidente e aposentadoria. (...). I – O Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Autarquia Federal, não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos nas ações acidentárias e de benefícios propostas na Justiça Estadual (Súmula 178 do Superior Tribunal de Justiça), razão pela qual é seu dever fazer o preparo de recurso voluntário que interpõe, sob pena de deserção. II – (...) Apelo não conhecido. Remessa conhecida e desprovida.” 4Ementa: “Agravamento de Instrumento. Ação Previdenciária. Antecipação de tutela concedida para restabelecimento do benefício postulado pela autora. Insurgência recursal do réu. Ausência de preparo. Deserção caracterizada. Seguimento negado. Inadmissibilidade manifesta. Aplicação do art. 557, cabeça, do CPC. O artigo 1º-A da Lei 9494/97 não se aplica no caso em análise porque o INSS não é equiparado aos entes ali relacionados quando responde ação decorrente de acidente de trabalho. Nesses casos é inteiramente aplicada a orientação da Súmula 178 do STJ. A isenção do pagamento de custas e verbas relativas a sucumbência prevista no art. 129 da Lei 8213/91, é dirigida ao obreiro acidentado e não ao INSS. Precedentes do STJ e desta Câmara. Não se nega que o INSS, por força do art. 511 do CPC e do art. 8º, § 1º, da Lei 8.620/93, é isento do pagamento de preparo. Entretanto, quando a causa tiver foro na Justiça Estadual, prevalece o princípio federativo, ficando, pois, afastada, no particular, a incidência da lei federal isencional. Precedentes do STJ e desta Câmara. (...). A ausência de preparo caracteriza a deserção tornando-se inadmissível o recurso, razão pela qual, com base no art. 557, cabeça, do CPC, a ele se nega seguimento.” 5Dessa forma, não sendo o INSS isento de custas em ações como a do feito em epígrafe, impõe-se o não seguimento do recurso por inadmissibilidade representada pela ausência de preparo. Ante ao exposto, com escólio no caput do artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente Agravamento de Instrumento eis que, não efetuado o preparo recursal. P.R.I. Palmas/TO, 03 de maio de 2010.”. (A) Desembargador(a) JACQUELINE ADORNO – Relator(a).

1TJTO – AC 3677/03, 1ª Câm. Cível, v. u., 03.09.03, Relª. Desª. Daniel Negry.
2TJTO – AGI 9504/09. Rel. Desª Jacqueline Adorno - Julg. pela 5ª Turma julgadora da 1ª Câm. Cível, na 2ª Sessão Extraordinário Judicial realizada em 09/04/2010, unânime.
3TJGO – DGJ 18425-9/195, 3ª Câm. Cível, j. 19.05.09, Relª. Sandra Regina Teodoro Reis.
4TJGO – DGJ 18425-9/195, 3ª Câm. Cível, j. 19.05.09, Relª. Sandra Regina Teodoro Reis.
5TJPR – AGI nº. 0467937-6, 6ª Câm. Cível, j. 22.01.08, Relª. Luiz Cezar Nicolau.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 8490/09
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO
REFERENTE: (ACÓRDÃO DE FLS. 399/400 - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS Nº 13515/04 DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E CÍVEL)
EMBARGANTE/APELANTE:A. H. M. DE B.
ADVOGADO(S):JOCÉLIO NOBRE DA SILVA
EMBARGADO/APELADO : A. R. S. DE S.
ADVOGADO:J ÚLIO AIRES RODRIGUES
RELATOR: Desembargador LIBERATO PÓVOA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LIBERATO PÓVOA - Relator, ficam as partes interessadas nos autos epígrafados, INTIMADAS da seguinte DESPACHO: “Intimem-se os Embargados para, querendo, contrarrazoar, em homenagem aos princípios da ampla defesa e do contraditório.Decorrido o prazo legal, com ou sem as contrarrazões, voltem-me conclusos.Cumpra-se.Palmas (TO), 05 de maio de 2010.”. (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 9.339/09.
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE : (AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 12084 -1/09 DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARAI-TO)
AGRAVANTE : RAIMUNDO DE SOUSA NETO E MARIA DE SOUSA COSTA
ADVOGADO(S) :JOSÉ FERREIRA TELES
AGRAVADO : ANÉSIO CORREA MARQUES JÚNIOR
ADVOGADO : BARBARA HENRYKA L. DE FIGUEIREDO.
RELATOR : Desembargador LIBERATO PÓVOA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epígrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: “Analisando com acuidade os presentes autos, verifico que o Agravante interpôs o presente recurso no dia 05 de abril de 2010, mas deixou de promover o preparo no momento de interposição, eis que a guia de custas não se encontra entre os documentos que instrumentalizam o Agravamento em comento.Desta forma, não estando o Agravante atendido ao comando normativo, o recurso não deve ser conhecido, conforme fato entendimento jurisprudencial. Veja-se:AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE EXTINÇÃO DE DOCUMENTO - DESERÇÃO - COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DE PORTE DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS - JUNTADA POSTERIOR À PROTOCOLIZAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL - RECURSO IMPROVIDO. 1. O agravante não trouxe qualquer informação capaz de afastar os fundamentos da decisão agravada. 2. A juntada posterior do comprovante do preparo não supre a sua exigência, tendo em vista a ocorrência da preclusão consumativa com o ato da interposição do recurso. 3. Agravamento regimental improvido. (STJ. AgRg no Ag 1065105/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/2008, DJe 18/11/2008). (Grifo).Nesse contexto, em razão de não ter sido recolhido o devido preparo, conforme preconiza o art. 511, caput, do Código de Processo Civil, imperiosa a negativa de seguimento ao recurso.É a lição de NELSON NERY JÚNIOR in Código de Processo Civil Comentado, 4ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 1029, ao afirmar que “o preparo é um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso. Seu desatendimento acarreta o não conhecimento do agravamento. Deve ser feito no prazo e forma indicados na lei”.Desta forma, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso, declarando-o DESERTO.Após, volvam-me conclusos para análise dos Embargos de fls. 671/676.Palmas/TO, 03 de maio de 2010.”. (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 7.427/07
ORIGEM : COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE : EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 5841/03 – 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS (ACÓRDÃO DE FLS. 707/708)
EMBARGANTE/APELANTE : CIPLAN CIMENTO PLANALTO S/A.
ADVOGADO : GERALDO MASCARENHAS LOPES CANÇADO DINIZ E OUTROS.
EMBARGADO/APELADO : ESTADO DO TOCANTINS.
PROC.(ª) EST. : MARIA DAS GRAÇAS DE C. BASTOS.
RELATOR : DESEMBARGADOR LIBERATO PÓVOA.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epígrafados, INTIMADAS da seguinte DESPACHO: “Tendo em vista a oposição de Embargos Declaratórios com pedido de efeitos infringentes, concedo vistas à parte Embargada para que, caso queira, apresente as contrarrazões no prazo legal. Após decurso de prazo, com ou sem manifestação, volvam-me conclusos para estudo com posterior julgamento.Publicue-se.Cumpra-se.Palmas (TO), 29 de abril de 2010.”. (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO CAUTELAR Nº 1.567/07.
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE : (AÇÕES DE EXECUÇÕES Nº 4848/04 E 4849/04 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS-TO)
EMBARGANTE/REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA DE JESUS ME – FRIGORÍFICO BOI BOM.
ADVOGADO(S): WALTER OHOFUGI JÚNIOR E OUTRO
EMBARGADO/REQUERIDO: FRIGORÍFICO BOI BOM E BANCO DA AMAZÔNIA S/A-BASA
ADVOGADO :ALESSANDRO DE PAULA CANEDO E OUTROS
RELATOR : Desembargador LIBERATO PÓVOA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epígrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: “MARIA DE FÁTIMA DE JESUS ME - FRIGORÍFICO BOI BOM. insurge-se, via de seu advogado, por meio dos presentes Embargos de Declaração, alegando a existência de omissão.Diz que a decisão restou omissa porque houve o correlato ajuizamento da ação principal, Ação de Conhecimento nº 2007.0005.0816-9/0, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Paraíso do Tocantins.Afirma que esta Relatoria inclusive deferiu medida liminar reintegrando a Autora na posse do imóvel por intermédio do Agravamento de Instrumento nº 7.514.Preconiza que, desta forma, houve perda do objeto em decorrência da ação por meio da ual se discute a rescisão contratual e a reintegração da posse do imóvel.Requer o

acolhimento dos embargos, atribuindo-lhe efeitos infringentes para sanear a omissão apontada e reconsiderar a decisão, confirmando a liminar, no sentido de que houve a propositura da ação competente no prazo assinalado e, por conseguinte, que seja reconhecida a perda do objeto.Em sede de contrarrazões, o Embargado pugna pela manutenção da decisão, sob o fundamento de que não existe nos autos qualquer prova ou distribuição de processo, que a mencionada ação nº 2007.0005.0816-9/0 é vinculada a outra cautelar e foi proposta em 20/06/2007, após expirado o prazo legal de 30 (trinta) dias, contados da liminar, pois conforme consta dos autos, a decisão foi prolatada em 15 de maio de 2007.É o breve relato.D E C I D O.O recurso preenche os requisitos de admissibilidade, razão por que dele conheço.No mérito, não vejo como prosperar a irresignação traduzida no presente recurso, por entender que não houve omissão na decisão guerreada.A liminar foi deferida no dia 15 de maio de 2007 e conforme consta na Certidão de fls. 118 dos autos, na mesma data foi expedido o ofício nº 247/07 ao Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Paraíso do Tocantins, notificando-o para o cumprimento da decisão enviado via Fac – símile, enquanto que a ação mencionada (Ação de Conhecimento nº 2007.0005.0816-9/0) foi proposta em 20/06/2007 e faz referência a outra cautelar, qual seja, Ação nº 2007.0000.6953-0/0.Desse modo, apura-se que a Embargante visa é reapreciar matéria já analisada, a fim de prevalecer sua opinião, o que é incabível em sede de Embargos Declaratórios, mesmo porque a di-vergência de entendimento entre o acórdão e o insurgente não pode ser consi-derada omissão, consoante entendimento consagrado no Egrégio SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, a saber:As funções dos Embargos de Declaração, por sua vez, são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão. (STJ - EDcl no REsp 916.403/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18.09.2007, DJ 04.10.2007 p. 196).Logo, inócua e descabida a fundamentação dos Embargos.Ex positis, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, e com fulcro nos argumentos expostos, REJEITO-OS.Palmas (TO), 03 de maio de 2010.. (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 6796/2007
ORIGEM : COMARCA DE PALMAS-TO.
REFERENTE : (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 2231/01- 3ª VARA CÍVEL)
APELANTE : JOAQUIM FLORENCIO VIANA.
ADVOGADO(S) :REMILSON AIRES CAVALCANTE
APELADO : ADJAIRO JOSÉ DE MORAES.
ADVOGADO : MAURO JOSÉ RIBAS
RELATOR : Desembargador LIBERATO PÓVOA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DESPACHO: “Renove-se a intimação de fls. 221, entretanto, a mesma deverá ser pessoal, nos termos do art. 1.057, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumprido integralmente o determinado, volvam-me conclusos os presentes autos. Cumpra-se. Palmas, 05 de abril de 2010.”. (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

ATO ORDINATÓRIO EMBARGOS INFRINGENTES NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 9489/09
ORIGEM : COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS – TO.
REFERENTE : ACÓRDÃO DE FLS. 873/874 – AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PERDAS E DANOS Nº 3.3373-5/06 – ÚNICA VARA CÍVEL
EMBARGANTE: MANOEL DE JESUS TORRES E SUA ESPOSA LÚCIA MARIA SANTANA TORRES
ADVOGADO : GEDEON BATISTA PITALUGA JÚNIOR
EMBARGADO : JERÔNIMO MENDES DE SOUSA E SUA ESPOSA REGINA MENDES DE SOUSA
ADVOGADO : ALEXANDER OGAWA DA SILVA
RELATOR : DESEMBARGADOR LIBERATO PÓVOA
RELATOR P/ ACÓRDÃO: DESEMBARGADOR AMADO CILTON

De acordo com os preceitos do art. 531 c/c 508 do CPC, abra-se vista ao recorrido para contra-razões, pelo prazo de 15 (quinze) dias.

Acórdãos

CONFLITO DE COMPETÊNCIA N.º 1569/10.
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE -(AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS N.º 63677-5/09 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO).
SUSCITANTE : JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO.
SUSCITADO : JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA – TO.
PROCURADORA
DE JUSTIÇA : ELAINE MARCIANO PIRES
RELATORA : DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO

E M E N T A: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – SUSCITANTE – JUÍZO CRIMINAL – SUSCITADO – JUÍZO CÍVEL – AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS – PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO – PRETENSÃO – FAZER PROVA EM PROCESSO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA – FUNDAMENTO – ALEGAÇÃO DE SUPOSTO ADULTÉRIO – SEPARAÇÃO JUDICIAL – AÇÃO DE NATUREZA CÍVEL – DESCUMPRIMENTO DOS DEVERES CONJUGAIS DE LEALDADE E SINCERIDADE RECÍPROCOS (ARTS. 1566 E 1572 CC/2002) – PEDIDO DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – REQUISITOS PREVISTOS EM LEI ESPECÍFICA – AMBITO CRIMINAL – PRESSUPÕE A EXISTÊNCIA DE UMA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (ART. 1º, CAPUT, DA LEI N.º 9296/96) – CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – CONHECIDO E PROVIDO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL ORA SUSCITADO, POR TRATAR A HIPÓTESE DE FUTURA AÇÃO PRINCIPAL DE NATUREZA CÍVEL. DECISÃO UNÂNIME. I – O pedido de interceptação telefônica exige o preenchimento de requisitos previstos em lei específica, no âmbito criminal, já que pressupõe a existência de uma investigação criminal ou de instrução processual penal, a teor do disposto no art. 1º, caput, da Lei n.º 9.296/96. II – No Brasil, não há mais crime de adultério, porquanto o art. 240 do Código Penal fora revogado pela Lei n.º 11.106, de 28 de março de 2005. III – Portanto, a futura ação principal, na hipótese, tratará de questões

de natureza cível, fundada em suposto descumprimento dos deveres conjugais de lealdade e sinceridade recíprocos, nos termos dos arts. 1.566 e 1.572 do CC/2002. IV – Conflito Negativo de Competência conhecido e provido para declarar o douto Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Araguaína – TO, ora suscitado, por tratar de hipótese de futura ação principal de natureza cível, sem prejuízo da análise da possibilidade jurídica do pedido. Decisão Unânime.
A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 1569/10, originários do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, figurando como Suscitante o JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA e Suscitado JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO. Sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador AMADO CILTON, a 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na 12ª Sessão Ordinária Judicial, realizada no dia 14/04/2010, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, CONHECEU do presente “conflito negativo” e DEU-LHE PROVIMENTO, para declarar “competente” o Douto Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Araguaína – TO, ora suscitado, por tratar de hipótese de futura ação principal de natureza cível. Votaram, com a Relatora, Desembargadora JACQUELINE ADORNO, os Desembargadores CARLOS SOUZA, AMADO CILTON e o Juiz RAFAEL GONÇALVES DE PAULA. Ausência justificada do Excelentíssimo Senhor Desembargador LIBERATO PÓVOA. Compareceu, representando a douta Procuradoria Geral de Justiça, a Exmª. Srª. Drª. ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA, Procuradora de Justiça. Palmas-TO, 26 de abril de 2010.
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 6.693/06.
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERÊNCIA: AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 275/97 – 1º VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEIXE - TO.
AGRAVANTE: ODAIR FERREIRA.
ADVOGADO: IBANOR OLIVEIRA.
AGRAVADO: JOVINO RODRIGUES BRAZ.
ADVOGADO: LUIZ BOTTARO FILHO E OUTRO.
RELATOR: JUIZ LUIZ ZILMAR DOS SANTOS REIS – JUIZ CERTO.

E M E N T A AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRISÃO CIVIL. DEPOSITÁRIO INFIEL. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. INCONSTITUCIONALIDADE. MAIORIA. PROVIMENTO. 1 - Foi determinada a prisão civil do Agravante, em razão de descumprimento a comando judicial de apresentar os bens que se encontram depositados sob sua responsabilidade, sob o fundamento de que o mesmo vinha adotando medida protelatórias com intuito de não cumprir o que foi determinado. 2 - Não há razão para prosperar o pedido de realização da nova perícia; infere-se que o perito oficial teveu considerações detalhadas a respeito da questão analisada, tendo o perícia seguido os padrões e os métodos usuais para a avaliação, revelando-se substancioso e calcado em fundamentos congruentes. 3 - Ademais, o julgador não está adstrito ao laudo pericial; contudo, no caso específico dos autos, mostra-se o mesmo como uma prova imparcial, que deve ser levada em consideração, mormente pelo fato de não se verificar qualquer irregularidade no valor apurado.

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 6.693/06 onde figuram, como Agravante, ODAIR FERREIRA, e, como Agravado, JOVINO RODRIGUES BRAZ. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Des. AMADO CILTON, a 2ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, POR MAIORIA de votos, CONHECEU DO RECURSO INTERPOSTO, e, no mérito, DEU-LHE PROVIMENTO para confirmar a liminar anteriormente deferida, reformando a decisão da MM. Juíza da 1º Vara Cível da Comarca de Peixe – TO, com a revogação do decreto Prisional. Voto vencedor, acompanhando o Relator, o Exmo. Sr. Desembargador AMADO CILTON. Voto vencido, o Sr. DANIEL NEGRY votou no sentido de negar provimento ao agravo (voto oral). A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pelo Excelentíssimo Senhor Dr. JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU, Procurador de Justiça. Foi julgado na 43ª sessão, realizada no dia 25/11/2009 Palmas – TO, 09 de dezembro de 2009.

EMBARGOS DECLARATÓRIOS NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 8682/09
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE : ACÓRDÃO DE FLS. 201/203
EMBARGANTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : DR. JACÓ CARLOS SILVA COELHO E OUTRA
EMBARGADA : A. V. A. REPRESENTADA POR SUA GENITORA J. V. D. A.
ADVOGADOS : DRª. FLÁVIA GOMES DOS SANTOS E OUTRO
RELATOR : DESEMBARGADOR AMADO CILTON

E M E N T A : PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS – INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE DA DECISÃO – AUSÊNCIA DE CAUSA MOTIVADORA – REJEIÇÃO IMPERATIVA – ACÓRDÃO MANTIDO. Os Embargos Declaratórios, previstos no art. 535 do Diploma Processual Civil, se constituem em remédio processual posto à disposição das partes sempre que houver no julgado alguma omissão, obscuridade ou contradição, de forma que não se possa aferir com exatidão o teor da prestação jurisdicional sem que essa falha seja sanada. A inexistência de qualquer dos vícios declinados implica na rejeição dos Embargos por ausência de motivação, ainda que se alegue intuito de prequestionamento. Embargos desacolhidos.
A C Ó R D Ã O : Vistos, relatados e discutidos os autos dos Embargos Declaratórios na Apelação Cível nº 8682/09 e figuram como embargante Bradesco Seguros S/A e agravada A. V. A representada por sua genitora J. V. D. A.. Sob a Presidência do Desembargador Amado Cilton, na 12ª Sessão Ordinária Judicial, realizada no dia 14/04/2010, a 3ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, desacolheu os embargos manejados, arcando a casa securitária com a pena adrede fixada, tudo de acordo com o relatório/voto do relator, que ficam fazendo parte integrante deste. Votaram com o Relator a Desembargadora Jacqueline Adorno e o Juiz Rafael Gonçalves de Paula. Representou a Procuradoria Geral de Justiça a Drª. Angélica Barbosa da Silva. Palmas – TO, 28 de abril de 2010.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 8715/09 – 09/0073273-3
ORIGEM : COMARCA DE GURUPI – TO
APELANTE : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A
ADVOGADOS : DR. IVANILSON DA SILVA MARINHO E OUTROS
APELADO : JOSÉ RODRIGUES CAMPOS
ADVOGADO : DR. LUIZ CARLOS HOLLEBEN LEITE MUNIZ

RELATOR : DESEMBARGADOR AMADO CILTON

E M E N T A : PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA – PRETENSA REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL – ABDICAÇÃO DE REALIZAÇÃO EM INSTÂNCIA SINGELA – PRECLUSÃO. APRESENTAÇÃO PELA VÍTIMA DE LAUDO MÉDICO PARTICULAR – POSSIBILIDADE -VALOR PROBATÓRIO EXISTENTE. VERBA SECURITÁRIA – CORRESPONDÊNCIA ENTRA AS LESÕES AFERIDAS PELO LAUDO PERICIAL E A PREVISÃO LEGAL PARA A ESPÉCIE. Inexiste cerceamento ao direito de defesa quanto a parte que o alega abdicou da realização da prova em instância singela, o que evidencia a hipótese de preclusão da pretensão manifestada no juízo ad quem. Mostra-se como documento idóneo o laudo pericial particular trazido aos autos pelo demandante para comprovar as lesões suportadas em acidente de veículo, eis que inobstante não participe o réu de sua confecção, do mesmo tem o contraditório, podendo questionar critérios e conclusões constantes do documento, ao qual deve o julgador atribuir o valor probatório que entender pertinente. O montante da verba securitária deve corresponder às lesões amargadas pela vítima e previstas na norma de regência vigente à época do sinistro. Recurso conhecido e improvido.

A C Ó R D Ã O : Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Cível nº 8715/09, em que figuram como apelante Companhia Excelsior de Seguros S/A e apelado José Rodrigues Campos. Sob a Presidência do Desembargador Liberato Póvoa, na 11ª Sessão Ordinária Judicial, realizada no dia 07/04/2010, a 3ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, conheceu do recurso manejado e negou-lhe provimento, mantendo intacto o teor da prestação jurisdicional de instância singular, tudo de acordo com o relatório e o voto do relator, que ficam fazendo parte integrante deste. Votaram com o Relator a Desembargadora Jacqueline Adorno e o Juiz Dr. Rafael Gonçalves de Paula. A 3ª Turma Julgadora, por unanimidade de votos, rejeitou a preliminar. Representou a Procuradoria Geral de Justiça o Dr. Ricardo Vicente da Silva. Palmas – TO, 20 de abril de 2010.

APELAÇÃO Nº 9829/09

ORIGEM : COMARCA DE MIRANORTE – TO
APELANTE : MARIA MANOELINA E OUTROS
ADVOGADOS : DR. JOSÉ PEREIRA DE BRITO E OUTROS
1º APELADO : JESUSMAR PEREIRA NUNES
ADVOGADO : DR. JOSÉ LAERTE DE ALMEIDA
2ºs APELADOS : ISABEL FRANCISCA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO : DR. JOÃO INÁCIO NEIVA
RELATOR : DESEMBARGADOR AMADO CILTON

E M E N T A : EMBARGOS DE TERCEIRO – CONSTRIÇÃO DE BEM ADQUIRIDO PELO EMBARGANTE À DEMANDADA NA AÇÃO PRINCIPAL (AÇÃO CAUTELAR DE ARRESTO) – APREENSÃO JUDICIAL INDEVIDA. Tendo o terceiro embargante demonstrado, por meio de documento idóneo, a aquisição, junto à demandada em Ação Cautelar de Arresto, de imóvel constritado naquela demanda, legítima sua pretensão de desconstituição da apreensão, sendo a sede processual inviável para a discussão do negócio que importou na alienação e da natureza das uniões mantidas entre o falecido, titular dos bens arrestados, e as litigantes (primeira e segunda mulheres). Recurso conhecido e improvido.

A C Ó R D Ã O : Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação nº 9829/09, em que figuram como apelante Maria Manoelina e Outros e como 1º apelado Jesusmar Pimenta Nunes e 2ºs apelados Isabel Francisca da Silva e Outros. Sob a Presidência do Desembargador Liberato Póvoa, na 12ª Sessão Ordinária Judicial, realizada no dia 14/04/2010, a 3ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, conheceu do recurso manejado e negou-lhe provimento, mantendo-se intacta sentença prolatada, tudo de acordo com o relatório e o voto do relator, que ficam fazendo parte integrante deste. Votaram com o Relator a Desembargadora Jacqueline Adorno e o Juiz Dr. Rafael Gonçalves de Paula. Representou a Procuradoria Geral de Justiça a Drª. Angélica Barbosa da Silva. Palmas – TO, 28 de abril de 2010.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 6.149/06

ORIGEM : COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE : AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 4922/99 – 1ª VARA CÍVEL.
APELANTE : AGROPECUÁRIA BOQUEIRÃO DO COCAL LTDA.
ADVOGADO : JÚLIO SOLIMAR ROSA CAVALCANTI E OUTRO.
APELADO : BANCO BAMERINDUS DO BRASIL EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL E HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO.
ADVOGADO : ALBERY CESAR DE OLIVEIRA E OUTROS.
RELATOR : DESEMBARGADOR LIBERATO PÓVOA.

E M E N T A : “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. APELANTE PLEITEIA A DEMONSTRAÇÃO DOS CÁLCULOS PARA A OBTENÇÃO DE VALORES. QUESTÕES LEVANTADAS SÃO INCABÍVEIS NO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. UNANIMIDADE. IMPROVIMENTO. 1 - O Apelante requer, com a presente prestação de contas, que a Apelada demonstre os cálculos realizados para a obtenção do quantum do débito ou crédito. 2 - As questões deduzidas na Apelação não merecem quaisquer considerações, pois são incabíveis no âmbito restrito da ação de prestação de contas. 3 - Não prosperam os fundamentos alegados pelo Recorrente, devendo ser improvido o recurso, para manter intocável a sentença monocrática”.

A C Ó R D Ã O: Vistos e discutidos os presentes autos de APELAÇÃO CÍVEL Nº 6.149/06, onde figuram, como Apelante, AGROPECUÁRIA BOQUEIRÃO DO COCAL LTDA e, como Apelado, BANCO BAMERINDUS DO BRASIL EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL E HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Des. LIBERATO PÓVOA, a 2ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, POR UNANIMIDADE de votos, conheceu do recurso, mas NEGOU-LHE PROVIMENTO para manter intocável a bem elaborada sentença monocrática proferida pelo julgador da instância singela. Votaram, acompanhando o Relator, as Exmas. Sras. Desembargadoras WILLAMARA LEILA – JUIZ CERTO e JACQUELINE ADORNO. O Sr. Des. AMADO CILTON deixou de votar por motivo de suspeição. Sustentação oral por parte do advogado do Apelante Dr. Fábio Wazilewski. A Douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pela Exma. Sra. Dra. ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA, Procuradora de Justiça. Foi julgado na 10ª sessão, realizada no dia 24/03/2010. Palmas-TO, 15 de abril de 2010.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 6.362/07.

ORIGEM : COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE : AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA JURISDICINAL E PEDIDO DE LIMINAR Nº 2489/05 – 3ª VARA CÍVEL.
APELANTE : CELSO IKEJERI.
ADVOGADOS : JAVIER ALVES JAPIASSÚ E OUTRA.
APELADO : BANCO VOLKSWAGEN S/A.
ADVOGADOS : MARINÓLIA DIAS DOS REIS, MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO E OUTROS.
RELATOR : DESEMBARGADOR LIBERATO PÓVOA.

E M E N T A: “APELAÇÃO CÍVEL. SÚMULA 285 DO STJ. MATÉRIA QUE NÃO DEMONSTRA ILEGALIDADE CONTRATUAL. UNANIMIDADE. IMPROVIMENTO. 1 - Apelante alega ilegalidade nos juros aplicados, reclama também da capitalização mensal dos juros e da multa estipulada. 2 - A Súmula nº 285 do STJ prevê que nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor incide a multa moratória nele prevista. 3 - A matéria posta em debate no recurso não é capaz de demonstrar a abusividade ou ilegalidade contratual. 4 - Sem mais o que discutir sobre o assunto e com suporte nos termos alegados, improvido o recurso para manter a sentença fustigada”.

A C Ó R D Ã O: Vistos e discutidos os presentes autos de APELAÇÃO CÍVEL Nº 6.362/07, onde figuram, como Apelante, CELSO IKEJERI, e, como Apelado, BANCO WOLKSVAGEN S/A. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Des. LIBERATO PÓVOA, a 2ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, POR UNANIMIDADE de votos, CONHECEU do presente recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão fustigada pelos seus próprios fundamentos. Votaram, acompanhando o Relator, o Exmo. Sr. Des. AMADO CILTON e o Exmo. Sr. Juiz. RAFAEL GONÇALVES DE PAULA. A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pela Exma. Sra. Dra. ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA, Procuradora de Justiça. Foi julgado na 10ª sessão, realizada no dia 24/03/2010. Palmas-TO, 14 de abril de 2010.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 6.673/07.

ORIGEM : COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE : AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE DANOS DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 6064 – 1ª VARA CÍVEL.
APELANTE : TRANSBRASILIANA – TRANSPORTE E TURISMO LTDA.
ADVOGADOS : RICARDO DE OLIVEIRA E OUTROS.
APELADO : VIRGINIA BEATRIZ AYER E JOÃO VELOSO DIAS.
ADVOGADOS : JORGE BARROS FILHO E OUTRO.
RELATOR : DESEMBARGADOR LIBERATO PÓVOA.

E M E N T A: “APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE. INDENIZAÇÃO. PERDA DOS MOVIMENTOS DO BRAÇO. INTERRUPÇÃO DAS ATIVIDADES FUNCIONAIS. APELANTE CULPADA PELO EVENTO DANOSO. UNANIMIDADE. IMPROVIMENTO. 1 - Não há que se falar em minoração do quantum indenizatório ou alteração na distribuição dos ônus de sucumbência. 2 - O pedido de indenização pelas perdas e danos sofridos abrange os gastos com o tratamento médico atual e futuro, tratamento este que é consequência do evento danoso. 3 - Apelante é responsável pelo ressarcimento, pois foi a causadora do acidente que vitimou os Apelados. 4 – Recurso conhecido e improvido, mantendo a decisão do primeiro grau.

A C Ó R D Ã O: Vistos e discutidos os presentes autos de APELAÇÃO CÍVEL Nº 6.673/07, onde figuram, como Apelante, TRANSBRASILIANA – TRANSPORTE E TURISMO LTDA, e, como Apelado, VIRGINIA BEATRIZ AYER E JOÃO VELOSO DIAS. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Des. LIBERATO PÓVOA, a 2ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, POR UNANIMIDADE de votos, conheceu do recurso manejado por estar presentes os requisitos de admissibilidade, e no mérito, NEGOU-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão de primeiro grau. Votaram, acompanhando o Relator, o Exmo. Sr. Desembargador AMADO CILTON e o Exmo Sr. Juiz GONÇALVES DE PAULA. A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pela Exma. Sr. Dr. RICARDO VICENTE DA SILVA, Procurador de Justiça. Foi julgado na 11ª sessão, realizada no dia 07/04/2010. Palmas-TO, 20 de novembro de 2009.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 6.776/07

ORIGEM : COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS.
REFERENTE : AÇÃO CAUTELAR Nº 31.021-0/07.
APELANTE : JOSÉ MARIA CARDOSO.
ADVOGADO : ERCÍLIO BEZERRA DE CASTRO FILHO E OUTROS.
APELADO : MUNICÍPIO DE PUGMIL/TO.
ADVOGADO : LUIZ CARLOS LACERDA.
RELATOR : DESEMBARGADOR LIBERATO PÓVOA.

E M E N T A: “APELAÇÃO CIVIL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. UNANIMIDADE. PROVIMENTO. 1 - A cautelar exibitória de documentos tem o caráter satisfativo, pois o requerimento é o único meio de que a parte dispõe para obter informações de seu interesse. 2 - Não se examina, neste momento processual, se a parte irá obter êxito, ou não, na lide principal, bastando o mero fumus boni iuris. 3 - Recurso conhecido e provido, para cassar a sentença proferida pelo julgador monocrático, determinando o retorno dos autos para o regular prosseguimento do processo”.

A C Ó R D Ã O: Vistos e discutidos os presentes autos de APELAÇÃO CÍVEL Nº 6.776/07, onde figuram, como Apelante, JOSÉ MARIA CARDOSO, e, como Apelado, MUNICÍPIO DE PUGMIL/TO. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Des. LIBERATO PÓVOA, a 2ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, POR UNANIMIDADE de votos, conheceu do recurso interposto, e no mérito, DEU-LHE PROVIMENTO para cassar a sentença proferida pelo julgador monocrático, determinando o retorno dos autos para o regular prosseguimento do processo. Votaram acompanhando o Relator, o Exmo. Sr. Desembargador AMADO CILTON e o Exmo. Sr. Juiz RAFAEL GONÇALVES DE PAULA. A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pelo Exmo. Sr. Dr. RICARDO VICENTE DA SILVA, Procurador de Justiça. Foi julgado na 11ª sessão, realizada no dia 07/04/2010. Palmas-TO, 23 de abril de 2010.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 7417/07
ORIGEM : COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE : AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 6845-6/05 – 1º VARA CÍVEL.
APELANTE : MARGARETH DE CÁSSIA RAFAEL PEREIRA DA SILVA.
ADVOGADOS : JOSÉ OSÓRIO SALES VEIGA E OUTRO.
APELADO : BANCO ABN AMRO REAL S/A.
ADVOGADOS : ALUIZIO NEY DE MAGALHÃES AYRES E OUTROS.
RELATOR : DESEMBARGADOR LIBERATO PÓVOA.

E M E N T A: “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATAÇÃO DE CAUSIDICO NÃO IMPLICA NA DENEGACÃO DO BENEFÍCIO. ARTIGO 12 DA LEI 1.060/50. UNANIMIDADE. PARCIAL PROVIMENTO. 1 - A simples contratação de causídico pela parte não implica, necessariamente, na denegação do benefício de gratuidade de justiça. 2 – De acordo com o artigo 12 da Lei 1.060/50 a aparte beneficiada pela isenção do pagamento das custas e honorários advocatícios ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da sua família. 3 - Parcial provimento, para suspender, por 05 (cinco) anos, o pagamento das custas e honorários advocatícios fixados pelo Juízo de piso, nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50”.

A C Ó R D Ã O: Vistos e discutidos os presentes autos de APELAÇÃO CÍVEL Nº 7.417/07, onde figuram, como Apelante, MARGARETH DE CÁSSIA RAFAEL PEREIRA DA SILVA e, como Apelado, BANCO ABN AMRO REAL S/A. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Des. LIBERATO PÓVOA, a 2ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, POR UNANIMIDADE de votos, conheceu do recurso e, no mérito, DEU-LHE PARCIAL PROVIMENTO apenas no tocante a suspensão por 05 (cinco) anos das custas e honorários advocatícios fixado pelo juízo de piso, nos termos do artigo 12 da Lei 1.060/50. Votaram, acompanhando o Relator, o Exmo. Sr. Desembargador AMADO CILTON e o Exmo. Sr. Juiz RAFAEL GONÇALVES DE PAULA. A Douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pela Exma. Sra. Dra. ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA, Procuradora de Justiça. Foi julgado na 10ª sessão, realizada no dia 24/03/2010. Palmas-TO, 20 de abril de 2010.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.666/07.
ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE : AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS Nº 5.4847-0/07 DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS.
AGRAVANTES : ADEMAR VITORASSI ME E RAIMUNDO MARTINS DE SOUSA.
ADVOGADOS : LUCÍOLO CUNHA GOMES E OUTROS.
AGRAVADO : INVESTCO S/A.
ADVOGADOS : WALTER OHOFUGI JÚNIOR E OUTROS.
RELATOR : DESEMBARGADOR LIBERATO PÓVOA.

E M E N T A: “AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. NÃO CUMPRIMENTO DO ART. 526 DO CPC. UNANIMIDADE. AGRAVO DESPROVIDO. 1 - Os Agravantes não atenderam ao comando do artigo 526 do CPC, pois não informaram, tempestivamente, a interposição do recurso. 2 - A matéria foi comprovada pela Agravada em suas contrarrazões, devendo ser conhecida, e consequentemente extinto o agravo”.

A C Ó R D Ã O: Vistos e discutidos os presentes autos de AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 7.666/07, onde figuram, como Agravantes, ADEMAR VITORASSI ME E RAIMUNDO MARTINS DE SOUSA, e, como Agravado, INVESTCO S/A. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Des. LIBERATO PÓVOA, a 2ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, POR UNANIMIDADE, votou no sentido do NÃO CONHECEU DO RECURSO. Votaram acompanhando o Relator, o Exmo. Sr. Juiz RAFAEL GONÇALVES DE PAULA e a Exma. Sra. Desembargadora JACQUELINE ADORNO. O Sr. Des. LIBERATO PÓVOA, acompanhado pela Sr. Desa. JACQUELINE ADORNO, refluíu de seu voto para encampar o voto do Sr. Juiz RAFAEL GONÇALVES DE PAULA. A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pela Exma. Sra. Dra. ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA, Procuradora de Justiça. Foi julgado na 10ª sessão, realizada no dia 24/03/2010. Palmas-TO, 05 de abril de 2010.

APELAÇÃO Nº. 10.286/09.
ORIGEM : COMARCA DE GURUPI.
REFERÊNCIA : AÇÃO REVISIONAL DE PENSÃO ALIMENTICIA Nº 8038/04 DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES.
APELANTE : G.W.M.
ADVOGADO : JEANE JAQUES LOPES DE CARVALHO.
APELADO : A.C.A.M. MENOR IMPUBERE, REPRESENTADO POR SUA GENITORA: L.E.R. DE A.
ADVOGADOS : ALBERY CÉSAR DE OLIVEIRA E OUTROS.
PROMOTOR DE JUST. (EM SUBSTITUIÇÃO) : ADRIANO CÉSAR PEREIRA DAS NEVES.
RELATOR : DESEMBARGADOR LIBERATO PÓVOA.

E M E N T A: “APELAÇÃO CÍVEL. PENSÃO ALIMENTÍCIA. REDUÇÃO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. ALEGAÇÕES QUE NÃO ALTERAM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS. INEXISTÊNCIA DE DESEQUILÍBRIO PARA REDUÇÃO CONTRIBUTIVA. APELADO MENOR E EM IDADE ESCOLAR. UNANIMIDADE. IMPROVIMENTO. 1 - Apelante alega redução da capacidade contributiva, por ter constituído uma nova família, e ter mudado de profissão. 2 - As circunstâncias apresentadas não são plausíveis para alterar as obrigações anteriormente assumidas. 3 - Inexiste qualquer prova de desequilíbrio em decorrência da redução da capacidade contributiva do Apelante. 4 - Recurso conhecido e improvido, mantendo a sentença de piso”.

A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de APELAÇÃO Nº. 10.286/09 onde figuram, como Apelante, G. W. M., e, como Apelado, A.C.A.M. menor impúbere, representado por sua genitora: L.E.R. DE A. Sob a Presidência do Exmo. Sr. Des. LIBERATO PÓVOA, a 2ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, POR UNANIMIDADE de votos, NEGOU-LHE PROVIMENTO, mantendo in totum a sentença de piso. Votaram, acompanhando o Relator, o Exmo. Sr. Desembargador AMADO CILTON e o Exmo. Sr. Juiz RAFAEL GONÇALVES DE PAULA. A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pelo Excelentíssimo Senhor Dr. RICARDO VICENTE DA SILVA, Procurador de Justiça. Foi julgado na 11ª sessão, realizada no dia 07/04/2010. Palmas – TO, 22 de abril de 2010.

2ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIO: ADEMIR ANTÔNIO DE OLIVEIRA
Pauta

PAUTA Nº 15/2010

Serão julgados pela 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, em sua décima quinta (15ª) Sessão Ordinária de Julgamento, aos doze (12) dias do mês de maio do ano de 2010, Quarta-feira, a partir das 14:00 horas, ou nas Sessões posteriores, os seguintes Processos:

FEITOS A SEREM JULGADOS

01)=APELAÇÃO - AP-10616/10 (10/0081322-0) EM APENSO A AP-10617/10 (10/0081329-8)

ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATORIA DE NULIDADE CONTRATUAL Nº 48229-3/06 DA 4ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS)
APELANTE: CLARISMAR FERNANDES DOS SANTOS E FELISMINA FERREIRA FERNANDES
ADVOGADO: JOSÉ ROBERTO DA PAIXÃO E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

02)=APELAÇÃO - AP-10617/10 (10/0081329-8) EM APENSO A AP-10616/10 (10/0081322-0)

ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO Nº 3479/03 DA 4ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS)
APELANTE: CLARISMAR FERNANDES DOS SANTOS E FELISMINA FERREIRA FERNANDES
ADVOGADO: JOSÉ ROBERTO DA PAIXÃO E OUTROS
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

03)=APELAÇÃO - AP-10387/09 (09/0080204-9)

ORIGEM: COMARCA DE ITAGUATINS
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO Nº 16719-0/08 - UNICA VARA CÍVEL)
APELANTE: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
PROC.(ª) EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO
APELADO: JANIO CRUZ MOUZINHO
ADVOGADO: RENATO RODRIGUES PARENTE
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

04)=APELAÇÃO - AP-10581/10 (10/0081145-7)

ORIGEM: COMARCA DE WANDERLÂNDIA
REFERENTE: (EMBARGOS DE TERCEIROS Nº 24309-9/09 DA UNICA VARA)
APELANTE: BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A- BCN
ADVOGADO: DEARLEY KÜHN E OUTROS
APELADO: JOSE ANTONIO LEMES
ADVOGADO: PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO E OUTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

05)=APELAÇÃO - AP-10159/09 (09/0079374-0)

ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO ANULATORIA Nº 23617-0/05 DA 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS)
APELANTE: PH - PRODUÇÃO E COMERCIO DE SEMENTES LTDA
ADVOGADO: VERÔNICA A. DE ALCÂNTARA BUZACHI E OUTRO
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

06)=APELAÇÃO - AP-10417/09 (09/0080326-6)
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL.
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS, Nº 6653/02 DA 1ª VARA CÍVEL)
APELANTE: IZAK VALERIANO MARTINS
ADVOGADO: RÔMOLO UBIRAJARA SANTANA
APELADO: INVESTCO S/A.
ADVOGADO: FABRÍCIO RODRIGUES ARAÚJO AZEVEDO E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

07)=APELAÇÃO - AP-10626/10 (10/0081650-5)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, Nº 89653-1/08 DA 3ª VARA CÍVEL)
APELANTE: LENÇOS PRESIDENTE S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO: CARLOS ROBERTO FORNES MATEUCCI
APELADO: MARCIO ANTONIO DA COSTA
ADVOGADO: JEANE JAKUES LOPES DE CARVALHO
APELADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

08)=APELAÇÃO - AP-10438/09 (09/0080367-3)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUACEMA
REFERENTE: (AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 70686-2/09 VARA UNICA)
APELANTE: BANCO HONDA S/A.
ADVOGADO: AILTON ALVES FERNANDES E OUTRO
APELADO: JOSE DIVINO MESQUITA MACEDO
ADVOGADO: VÉZIO AZEVEDO CUNHA
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

09)=APELAÇÃO - AP-10508/10 (10/0080771-9)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
REFERENTE: (AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE PAGAMENTO C/C AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 4390/02 DA 3ª VARA CÍVEL)
APELANTE: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.
ADVOGADO: GUSTAVO PINHÃO COELHO
APELADO: FABIANO FERRAZ DE AZEVEDO
ADVOGADO: LEONARDO ROSSINI DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

10)=APELAÇÃO - AP-10341/09 (09/0079968-4)
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº4587/97 DA VARA CÍVEL).
APELANTE: MARTINS COMERCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S/A (MARBO TRANSPORTE COMERCIO LTDA).
ADVOGADO: PAULO HENRIQUE DE MELO RABELO.
APELADO: MARIA DAS GRAÇAS BATISTA SOUZA
ADVOGADO: VALTERLINS FERREIRA MIRANDA
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

11)=APELAÇÃO - AP-10338/09 (09/0079961-7)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATORIA Nº 4398-4/05 DA 4ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS).
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO
APELADO: BANCO ITAÚ - S/A
ADVOGADO: GEDEON PITALUGA JÚNIOR E OUTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

12)=APELAÇÃO - AP-10614/10 (10/0081319-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIAO ESTAVEL Nº 86633-2/07 DA 3ª VARA DE FAMILIA E SUCESSOES)
APELANTE: GONÇALVES FERREIRA DA CUNHA.
ADVOGADO: EDSON MONTEIRO DE OLIVEIRA NETO
APELADO: ELAINE COSTA RODRIGUES
ADVOGADO: IVAN DE SOUZA SEGUNDO
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

13)=APELAÇÃO - AP-10576/10 (10/0081123-6)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, Nº 22973-3/06 DA 1ª VARA CÍVEL).
APELANTE: BRASIL TELECON - S/A.
ADVOGADO: TATIANA VIEIRA ERBS E OUTROS
APELADO: JOSÉ DE MELO FILHO
ADVOGADO: GISELE RODRIGUES DE SOUSA
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

14)=APELAÇÃO - AP-9012/09 (09/0074974-1)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 3.8505-9/07 DA 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE: CHARLES FRANCISCO BONFIM E OUTROS
ADVOGADO: SEBASTIÃO LUIS VIEIRA MACHADO
APELADO: PROTECTEL ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: LORENA RODRIGUES CARVALHO SILVA E OUTROS
APELADO: CELTINS - COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: SÉRGIO FONTANA
APELANTE: PROTECTEL ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: LORENA RODRIGUES CARVALHO SILVA E OUTROS
APELADO: CHARLES FRANCISCO BONFIM E OUTROS
ADVOGADO: SEBASTIÃO LUIS VIEIRA MACHADO
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

15)=APELAÇÃO - AP-10326/09 (09/0079942-0)
ORIGEM: COMARCA DE PEDRO AFONSO.
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 7573-2/08 - ÚNICA VARA CÍVEL)
APELANTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA.
ADVOGADO: SILAS ARAÚJO LIMA
APELADO: DELAVIR LANDIOSO - REPRESENTADO POR SEU PROCURADOR CARLOS VANDERLEY FIGUEIRA
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO DIAS NOLETO
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

16)=APELAÇÃO - AP-10456/10 (10/0080497-3)
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 3583/02 DA 1ª VARA CÍVEL)
APELANTE: JOSE EVARISTO DA SILVA
ADVOGADO: ERIKA P. SANTANA NASCIMENTO
APELADO: PRO-SAUDE/ ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR
ADVOGADO: HAMILTON DE PAULA BERNARDO
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	RELATOR
Desembargador Luiz Gadotti	REVISOR
Desembargador Marco Villas Boas	VOGAL

17)=APELAÇÃO - AP-10554/10 (10/0081031-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO Nº 433/01 DA 2ª VARA DA FAMILIA E SOCESSOES).
APELANTE: A.M.F.
ADVOGADO: CLOVIS TEIXEIRA LOPES E OUTROS
APELADO: D. DE S.
ADVOGADO: DANILO DE SOUZA
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

RELATOR

REVISOR

VOGAL

18)=APELAÇÃO CÍVEL - AC-7512/08 (08/0061892-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 371/02 - 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO
APELADO: ASSOCIAÇÃO FRATERNA DOS OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: HÉLIO MIRANDA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

RELATOR

REVISOR

VOGAL

19)=APELAÇÃO CÍVEL - AC-8617/09 (09/0072571-0)
ORIGEM: COMARCA DE FILADÉLFIA.
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS Á EXECUÇÃO Nº 1927/00 DA ÚNICA VARA)
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A.
ADVOGADO: RUDOLF SCHAITL E OUTROS
APELADO: GILMAR AIRES FRAGOSO
DEFEN. PÚBL.: UTHANT VANDRÉ NONATO MOREIRA LIMA GONÇALVES
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

RELATOR

REVISOR

VOGAL

20)=APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - APMS-1587/09 (09/0079250-7)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA.
REFERENTE: (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 57839-2/09 DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS)
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO
APELADO: ITALUPE COMÉRCIO DE MÓVEIS PLANEJADOS LTDA
ADVOGADO: JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

RELATOR

VOGAL

VOGAL

21)=APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - APMS-1579/09 (09/0078340-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 39601-1/05 - 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE: MUNICIPIO DE PALMAS-TO
PROC GERAL MUN: ANTONIO LUIZ COELHO E OUTROS
APELADO: JULIANA ARAUJO DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO: SEBASTIÃO PEREIRA NEUZIN NETO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

RELATOR

VOGAL

VOGAL

22)=APELAÇÃO - AP-10033/09 (09/0078827-5)
ORIGEM: COMARCA DE ARAPOEMA.
REFERENTE: (AÇÃO DE COBRANÇA N 54913-0/08 DA UNICA VARA).
APELANTE: JOSE WILSON GONÇALVES DE ARAUJO
ADVOGADO: RONAN PINHO NUNES GARCIA
APELADO: MUNICIPIO DE ARAPOEMA
ADVOGADO: ADWARDYS BARROS VINHAL
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

Juiz Nelson Coelho Filho

RELATOR

REVISOR

VOGAL

23)=APELAÇÃO - AP-10168/09 (09/0079400-3)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 86968-4/07, DA 1ª VARA CÍVEL)
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A.
ADVOGADO: ANTONIO PEREIRA DA SILVA E OUTRO
APELADO: CANTIDIANO ALVES DOURADO
ADVOGADO: HELEN CRISTINA PERES DA SILVA
APELADO: REZENDE VEÍCULO LTDA
ADVOGADO: MÁRCIA QUEIROZ NASCIMENTO.
APELANTE: REZENDE VEÍCULO LTDA

ADVOGADO: MÁRCIA QUEIROZ NASCIMENTO
APELADO: CANTIDIANO ALVES DOURADO
ADVOGADO: HELEN CRISTINA PERES DA SILVA E OUTROS.
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

Juiz Nelson Coelho Filho

RELATOR

REVISOR

VOGAL

24)=APELAÇÃO - AP-9706/09 (09/0077438-0)
ORIGEM: COMARCA DE PEIXE
REFERENTE: (AÇÃO PREVIDENCIÁRIA Nº37148-3/06 DA ÚNICA VARA)
APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
PROCURADOR: BRÁULIO GOMES MENDES DINIZ
APELADO: OSVALDO DA SILVA CARNEIRO
ADVOGADO: GIOVANNI TADEU DE S. CASTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

Juiz Nelson Coelho Filho

RELATOR

REVISOR

VOGAL

25)=APELAÇÃO - AP-10171/09 (09/0079408-9)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, Nº 60722-8/09 DA 1ª VARA CÍVEL).
APELANTE: VAN GOGH TRAJES MASCULINOS LTDA E CLAUDE MONET TRAJES MASCULINOS LTDA
ADVOGADO: EMANUEL DE OLIVEIRA COSTA JÚNIOR E OUTRO
APELADO: CLEBER PEREIRA LEITE
ADVOGADO: JAQUELINE DE KASSIA RIBEIRO DE PAIVA E JAQUELINE RIBEIRO.
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

Juiz Nelson Coelho Filho

RELATOR

REVISOR

VOGAL

26)=APELAÇÃO CÍVEL - AC-8478/09 (09/0070838-7)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
REFERENTE: (AÇÃO DECLATÓRIA Nº 42834-5/06, DA 3ª VARA CÍVEL)
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A.
ADVOGADO: ADRIANA MAURA DE T. L. PALLAORO E OUTROS
APELADO: NASCIMENTO REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO: NILSON ANTÔNIO A. DOS SANTOS.
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

Juiz Nelson Coelho Filho

RELATOR

REVISOR

VOGAL

27)=APELAÇÃO CÍVEL - AC-8223/08 (08/0068423-0)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: (INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 366/06 - DA VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE)
APELANTE: MS PROMOÇÕES E MARCOS VINICIUS SOUTO SILVEIRA
ADVOGADO: FERNANDO PALMA PIMENTA FURLAN E OUTRO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA.
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

Juiz Nelson Coelho Filho

RELATOR

REVISOR

VOGAL

28)=APELAÇÃO CÍVEL - AC-7595/08 (08/0062186-7)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO PREVIDENCIÁRIA Nº 87521-0/06 - 5ª VARA CÍVEL).
APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR: CLÁUDIO PERET DIAS.
APELADO: ARNALDO RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO: KARINE KURYLO CÂMARA E OUTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

Juiz Nelson Coelho Filho

RELATOR

REVISOR

VOGAL

29)=APELAÇÃO CÍVEL - AC-8067/08 (08/0067106-6)
ORIGEM: COMARCA DE CRISTALÂNDIA.
REFERENTE: (AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 12882-8/08 - ÚNICA VARA)
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO: CLARISMUNDO MODESTO DINIZ E TÂNIA FERNANDES DINIZ
ADVOGADO: JUVENAL KLAYBER COELHO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

Juiz Nelson Coelho Filho

RELATOR

REVISOR

VOGAL

30)=APELAÇÃO - AP-10636/10 (10/0081723-4)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 9349-5/04, DA 4ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(*) EST.: PROCURADOR GERAL DO ESTADO
APELADO: PALMED - PALMAS MEDICAMENTOS LTDA
ADVOGADO: VANDERLEY ANICETO DE LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas

Juiz Nelson Coelho Filho

Desembargador Antonio Félix

RELATOR

REVISOR

VOGAL

31)=APELAÇÃO - AP-10742/10 (10/0082184-3)
ORIGEM: COMARCA DE ARAPOEMA.
REFERENTE: (AÇÃO DE INVENTARIO Nº 77965-9/08 DA UNICA VARA)
APELANTE: RENATA HELENA BARBOSA E OUTROS
ADVOGADO: RAFAEL VELOSO DANTAS
APELADO: DIVA DIVINA FAGUNDES
ADVOGADO: RONIVAN PEIXOTO DE MORAIS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas

Juiz Nelson Coelho Filho

Desembargador Antonio Félix

RELATOR

REVISOR

VOGAL

32)=APELAÇÃO - AP-10762/10 (10/0082481-8)
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL.
REFERENTE: (AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 70116-1/08 DA 2ª VARA CÍVEL).
APELANTE: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO: PAULO HENRIQUE FERREIRA
APELADO: RENER BORGES DA SILVA.
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas

Juiz Nelson Coelho Filho

Desembargador Antonio Félix

RELATOR

REVISOR

VOGAL

33)=AÇÃO RESCISÓRIA - AR-1636/08 (08/0066935-5)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE USUCAPIÃO Nº 2006.6.3672-0, VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEIXE)
AUTOR: CLARO JOSÉ DE CARVALHO
ADVOGADO: MARIA PEREIRA DOS SANTOS LEONES
RÉU: ANTÔNIO DA CUNHA PEREIRA DE ANDRADE
ADVOGADO: GIOVANNI TADEU DE S. CASTRO
RELATOR: JUIZ NELSON COELHO

2ª CÂMARA CÍVEL

Juiz Nelson Coelho Filho

Desembargador Antonio Félix

Desembargador Moura Filho

Desembargador Luiz Gadotti

Desembargador Marco Villas Boas

RELATOR

REVISOR

VOGAL

VOGAL

VOGAL

Decisão/ Despacho
Intimação às Partes

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 10328 (10/0082708-6)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: Ação Declaratória nº 9866-1/10 da Vara Cível da Comarca de Pedro Afonso -TO
AGRAVANTE: PEDRO AFONSO AÇÚCAR E BIOENERGIA S/A (RIMENE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A)
ADVOGADOS: Irazon Carlos Aires Júnior e Outros
AGRAVADO: AGRÍCOLA ENTRE RIOS LTDA
ADVOGADO: Elias Gomes de Oliveira Neto
RELATOR: Desembargador ANTÔNIO FÉLIX

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador ANTÔNIO FÉLIX – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto por PEDRO AFONSO AÇÚCAR E BIOENERGIA S.A. (RIMENE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A) contra decisão proferida pelo MM. JUÍZA DA 1a VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEDRO AFONSO – TO, na AÇÃO DECLARATÓRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, nos autos do processo n.º 2010.0000.9866-1/0. A Agravante pactuou com a empresa Agravada Contrato de Prestação de Serviços Agrícolas, tendo como objetivo principal a prestação de serviços agrícolas, com objetivo de construção de uma usina de açúcar e álcool. A Agravante alega que cedeu em forma de comodato a Agravada nos termos da

cláusula 8a do Contrato de Gestão, as instalações, máquinas e equipamentos identificados no Anexo V (fls. 60), com finalidade única e exclusiva de que a Agravada Entre Rios, objeto do Contrato de Gestão firmado com a Agravante Pedro Afonso, desencadeou a proibição pelo Ministério Público do Trabalho da terceirização da mão de obra pela Agravante em suas atividades-fins. Alega a Agravante, que em 16.09.2009 firmou Termo de Declaração (fls. 62), que no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do termo, o registro dos empregados alocados nas atividades de plantio e corte de cana-de açúcar, que se encontravam registrados em nome da Agravada. Afirma que em 16.09.2009, com a celebração do Contrato de Ajustamento de Conduta nº 038/2009 o principal objeto do Contrato de Gestão tomou-se inexequível, encaminhando ainda à Agravada Entre Rios notificação extrajudicial com teor de que no prazo de 24 horas para apresentação de todos os documentos necessários para efetuar a transferência dos empregados para cumprimento de determinação do TAC. Alega que em 11.01.2010 a Agravante notificou formalmente a Agravada, para que devolvesse a posse das instalações e bens cedidos em comodato por força da inexequibilidade da prestação de serviços de plantio e colheita da cana de açúcar contratada com a Agravada. Alega que a Agravada propôs Ação Declaratória, com pedido de tutela antecipada, para que fosse declarado em sentença: que o Contrato de Gestão de Prestação de Serviços Agrícolas e a inexistência de vínculo jurídico da Agravada com o Termo de Ajuste de Conduta, e no que se refere à cláusula 8.2 do Contrato de Gestão quanto à validade de denúncia do comodato, depende de motivo justo, avaliado em processo judicial, requer ainda, pela ineficácia da Notificação feita pela Agravante por falta de motivação e devido processo legal. Expõe que o pedido de tutela pleiteado pela Agravada foi concedido no sentido de determinar a continuidade do comodato referente à cláusula 8.2 do Contrato de gestão, para manter a Agravada na posse dos bens emprestados. Pleiteia a concessão do efeito suspensivo ao agravo, e com ele, a suspensão dos efeitos da tutela antecipada concedida, até o julgamento final do Agravo de Instrumento. Junta os documentos de fls.10/24. Em síntese é o relatório. Decido. No caso em tela, constam do instrumento cópias da decisão agravada (fls. 132/134); pagamento do preparo recursal (fl. 167), comprovação de intimação da decisão (fls.144). Cópia da procuração do agravante (fls. 95). Cópia da procuração do agravado (fls.85). Preenchidos, assim, os requisitos formais do artigo 525 do CPC, conheço do presente Agravo. Não vislumbro, contudo, fumus boni iuris e periculum in mora, conforme os argumentos apresentados, em momento algum ficam demonstrados a lesão grave e de difícil reparação que a decisão proferida pelo MM. Juiz de 1o grau possa ocasionar ao recorrente. Este, aliás, afirma que o seu prejuízo está consubstanciado em estar privada de seus maquinários, e a alegação de que a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta -TAC tornou nulo o Contrato de Prestação de Serviços Agrícolas. Dessa forma, à vista do exposto, com fundamento no art. 527, II, do CPC, converto o presente Agravo de Instrumento em Agravo RETIDO e, via de consequência, determino a remessa destes autos ao JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEDRO AFONSO/TO para serem apensados aos autos da ação principal. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 13 de abril de 2010. Desembargador ANTÔNIO FÉLIX – Relator".

Acórdão

APELAÇÃO CÍVEL – AC – 8143 (08/0067599-1)
ORIGEM: COMARCA DE TAGUATINGA.
REFERENTE: Ação de Anulação de Escritura e de Registro Imobiliário nº 542/02, da 1ª Vara Cível.
1º APELANTE: MINERVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA E GOIANY ARRUDA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Minervino Francisco de Oliveira
2º APELANTE: OSVALDO DA ROCHA MELLO
ADVOGADO: Uirez Emanuel Beiriz
APELADO: ATALÍCIO GOMES NOGUEIRA E MARIA FLORIZA MICHELET NOGUEIRA
ADVOGADO: José Antunes da Rocha
APELADO (LITISCONSORTE): AÇUCAREIRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES E IMPORTAÇÃO DILI LTDA
ADVOGADO: Joaquim R. de Azevedo Vasconcellos
PROC.(*) JUSTIÇA: MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ESCRITURA E DE REGISTRO IMOBILIÁRIO - CARÊNCIA DE AÇÃO POR ILEGITIMIDADE ATIVA - APLICAÇÃO DO ARTIGO 267, INCISO VI, PARÁGRAFO 3º, ARTIGO 6º E ARTIGO 458, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 929 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 – ANÁLISE DAS PROVAS – LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO – INOCORRÊNCIA DE NULIDADE – SENTENÇA MANTIDA. Resulta carência de ação por ilegitimidade ativa, em sede de ação anulatória, quando a parte autora, que pretende anular um negócio, não foi parte e não possui nenhum direito real sobre o bem. Caberia ao autor pleitear, caso houvesse prejuízos, o ressarcimento, através de procedimento próprio, consoante artigo 929 do Código Civil de 1916. O julgador não está obrigado a abordar todos os fundamentos aduzidos pelas partes. O magistrado possui liberdade de formar sua convicção, baseando-se em fundamentos próprios, não se obrigando a ficar adstrito aos argumentos esposados por elas e tampouco a dizer do não acatamento deste ou daquele embasamento. Afasta-se a tese de nulidade da sentença quando resta evidente a apreciação correta das provas carreadas aos autos, não merecendo reparo a sentença.
ACÓRDÃO: Acordam os Desembargadores componentes da 3ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO aos apelos, MANTENDO INTEGRALMENTE a sentença recorrida, de acordo com o voto do Desembargador MOURA FILHO – Relator. Votaram com o Relator o Juiz de Direito, em substituição, JOSÉ RIBAMAR – Revisor e o Desembargador MARCO VILLAS BOAS - Vogal. Compareceu representando a Douta Procuradoria Geral da Justiça, o Exmº. Sr. JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR. Palmas - TO, 07 de abril de 2010.

2ª CÂMARA CRIMINAL

SECRETÁRIO: FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO

Decisões/ Despachos

Intimações às Partes

HABEAS CORPUS Nº 6237/2010 (PROCESSO Nº 10/0081458-8)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
T. PENAL: ART. 288 DO CPB
IMPETRANTE: RILDO CAETANO DE ALMEIDA
PACIENTES: PAULO RICARDO SILVA ARAÚJO, JOSÉ FILHO MOREIRA LIMA E VALDISON LOPES GOMES
ADVOGADO: RILDO CAETANO DE ALMEIDA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TOCANTÍNIA-TO
PROC. JUST.: ELAINE MARCIANO PIRES
RELATORA: Desembargadora JACQUELINE ADORNO

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO - Relatora, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: “DECISÃO: Trata-se de HABEAS CORPUS com pedido de liminar, impetrado por intermédio do Douto Advogado RILDO CAETANO DE ALMEIDA, inscrito na OAB/TO sob o nº 310, em favor dos pacientes, PAULO RICARDO SILVA ARAÚJO, JOSÉ FILHO MOREIRA LIMA e VALDISON LOPES GOMES. Em síntese, alega o impetrante na exordial que os pacientes se encontram encarcerados na DEPOL DE MIRACEMA DO TOCANTINS, desde o dia 22 de janeiro de 2010. Sustenta que na aludida data os pacientes foram autuados em flagrante, sob errônea acusação de haverem praticado, em tese, o delito capitulado no artigo 288 do Código Penal Brasileiro - Formação de Quadrilha ou Bando. onsigam que os pacientes foram presos nas imediações do Funil, perto do Rio Tocantins, no Município de Lajeado/TO, por força de prisão em flagrante homologada pelo Juiz Substituto de Tocantínia/TO. Sustenta que no dia 02 de fevereiro de 2010, o impetrante interpôs um pedido de Liberdade Provisória em favor dos pacientes, o qual foi indeferido pelo Douto Magistrado impetrado, em decisão totalmente desprovida de fundamentos. Enfatiza que os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal em razão de haverem sido tolhidos de sua liberdade de ir e vir sem nenhuma prova concreta da autoria do crime de formação de quadrilha, razão pela qual, não podem ser mantidos encarcerados. Afirma que embora tenham sido acusados da prática do delito mencionado, os pacientes não praticaram crime algum, e somente confessaram a autoria de um assalto ocorrido na balsa de Lajeado/Miracema por haverem sido brutalmente espancados e torturados na DEPOL de Lajeado/TO pelos Policiais Militares que buscavam, a todo custo, encontrar os autores do referido assalto. Frisa que os Policiais não conseguindo lograr êxito nas suas investigações, após uma prolongada sessão de tortura, encontraram não se sabe aonde, uma arma acompanhada de dois capuzes que passaram a dizer que pertenciam aos pacientes. Descreve que no dia fatídico os pacientes empreenderam uma viagem de pesca na região do Funil (Rio Tocantins), porém, quando chegaram ao local perceberam que seria impossível pescar em razão da elevada quantidade de água existente, uma vez que as comportas da usina se encontravam abertas, razão pela qual, resolveram voltar para a estrada de rodagem para pegarem uma carona ou um ônibus para regressarem para Palmas/TO, quando, então, foram presos, espancados e torturados pela Polícia. Evidencia que a tipificação do delito teria sido equivocada, pois, não há que se falar em prática do delito de formação de quadrilha ou bando, haja vista que, o decreto prisional engloba apenas 03 (três) pessoas, e, também, não ocorrera nenhum crime, razão pela qual, a manutenção da custódia cautelar dos pacientes torna-se inteiramente desnecessária. Assevera que o decreto prisional foi fruto de um engano que resultou em grave violação ao princípio constitucional da inocência presumida, uma vez que além dos pacientes não haverem confessado a autoria do delito não existem nenhuma prova de que foram os pacientes que praticaram o aludido assalto. Tece comentário acerca do resultado do Laudo do Exame de Corpo de Delito afirmando que não obstante a médica perita haver consignado que as lesões provocadas nos pacientes seriam de natureza leve, para “amenizar a polícia”, as legendas fotográficas anexadas aos autos evidenciam que o espancamento sofrido não fora tão “simples”. Ressalta que os pacientes não oferecem qualquer ameaça para a sociedade local, tendo em vista que, são primários, possuem residência fixa e não apresentam nenhum risco à ordem pública, tendo assegurado o direito de aguardar o desfecho processual em liberdade, além disto, estão dispostos a colaborarem para a realização de todos os atos processuais, pois têm interesse de se defenderem. Após afirmar que se encontram devidamente demonstrados o “fumus boni iuris” e o “periculum in mora”, arremata pugnando pela concessão liminar da ordem impetrada, com a consequente expedição dos competentes Alvarás de Soltura. Ao final, requer a confirmação da liminar em caráter definitivo. Ilustra os autos com os documentos de fls. 14/112, dentre os quais, legendas fotográficas para comprovar a natureza das lesões corporais sofridas pelos pacientes. Devidamente distribuído, coube-me, por sorteio, relatar a ordem liberatória em apreço, oportunidade em que indeferi a liminar pleiteada, (fls. 116/122), determinei a notificação da Autoridade impetrada para que prestasse informações e a oitiva da Procuradoria–Geral de Justiça. Requisitadas as informações à autoridade acoimada coatora, dentre outros esclarecimentos informou que os pacientes Paulo Ricardo Silva Araújo, José Filho Moreira Lima e Valdison Lopes Gomes, foram soltos - Liberdade Provisória, no decorrer da Audiência realizada na Comarca no dia 30 de março de 2010. Instado a se manifestar o Órgão de Cúpula Ministerial devidamente Representado pela Douta Procuradora de Justiça, Drª Elaine Marciano Pires, às fls. 130/132, opinou pela prejudicialidade do presente writ, em razão da perda do objeto da impetração. Em síntese, é o relatório do essencial. Conforme já relatado, denota-se dos autos que o impetrante tem como propósito obter a liberdade provisória dos pacientes sob alegação de que eles foram presos em flagrante no dia 22 de janeiro de 2010, sob acusação de haverem, supostamente, praticado o delito capitulado no artigo 288 do Código Penal Brasileiro, estando desde a referida data a sofrer constrangimento ilegal em suas liberdades de locomoção. Todavia, conforme noticiado pela Douta Autoridade Coatora o impetrante já conseguiu alcançar a sua pretensão, uma vez que os pacientes já se encontram desfrutando de liberdade desde o dia 30/03/2010, razão pela qual é de se reconhecer a perda superveniente do objeto do presente habeas corpus. Nesse sentido, vale citar: 1 - “STJ – PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. RÉU COLOCADO EM LIBERDADE. PERDA DE OBJETO. Impetrado o habeas-corpus postulando a revogação

do decreto de prisão preventiva por excesso de prazo, o mesmo resulta prejudicado, à mingua do objeto, se o réu foi colocado em liberdade. 2 - Habeas-corpus que se julga prejudicado” (HC 10.022/BA, Rel. Ministro VICENTE LEAL, 6ª Turma, julgado em 18/12/1999). Diante das razões expendidas, com fundamento no art. 30 inciso II “e”, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, c/c o artigo 659 do CPC, acolho, na íntegra, o parecer ministerial e JULGO PREJUDICADO o presente habeas corpus face à perda do objeto. P.R.I. Palmas-TO, 06 de maio de 2010. Desembargadora Jacqueline Adorno Relatora”.

HABEAS CORPUS Nº 6407/10 (10/0083324-8)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE: DOMINGOS PAULO DOS SANTOS
T. PENAL: ART. 155 § 1º DO CP
DEFEN.PÚBL.: FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL E EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO.
RELATOR: Desembargador CARLOS SOUZA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador CARLOS SOUZA - Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita:” VISTOS -Dispenso as informações por estar o pedido instruído com as peças do processo. Não vejo de imediato os requisitos para a concessão da liminar. À Procuradoria Geral de Justiça. Palmas – TO, 06 de Maio de 2010. Desembargador CARLOS SOUZA. Relator”.

Acórdãos

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 10466/10 (10/0080640-2)

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI/TO
REFENTENTE: AÇÃO PENAL Nº 33847-8/09, DA 1ª VARA CRIMINAL
T. PENAL: ARTIGO 90, CAPUT, DA LEI DE Nº 8666/93
APELANTE: TÂNIA MARIA SANDES PONCIANO
ADVOGADO: HÉLIA NARA PARENTE SANTOS (FLS. 205)
APELANTE: ODAIR BORGES DE AMORIM (FLS. 150)
ADVOGADO: JERÔNIMO RIBEIRO NETO
APELANTE: VALQUÍRIA OTONI DE SOUSA OLIVEIRA
ADVOGADO: IBANOR ANTÔNIO DE OLIVEIRA (FLS. 251)
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MIGUEL BATISTA DE S. FILHO (Promotor Designado)
RELATOR: Desembargador CARLOS SOUZA

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. LICITAÇÃO PÚBLICA. EDITAL. PARTICIPAÇÃO. CONCORRENTES. MORALIDADE. Na Licitação Pública observa-se o princípio constitucional da isonomia, igualdade de condições a todos os concorrentes e tem como finalidade obter a proposta que melhor às suas finalidades. O edital regra que direciona o pleito deve conter, o que se pretende, com detalhes especificados, condições, valores e prazo. Aos concorrentes deve ser dispensado tratamento igualitário. A participação de parentes dos membros da comissão de licitação, provoca no pleito a aparência de infringir os princípios básicos da legalidade, impessoalidade e da moralidade. Recurso improvido. **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº 10466/10 em que são Apelantes Tânia Maria Sandes Ponciano e Outros e Apelado Ministério Público do Estado do Tocantins. Sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Jacqueline Adorno, a 1ª Turma da 2ª Câmara Criminal, por unanimidade negou provimento ao recurso de apelação, nos termos do voto do relator, na 15ª Sessão Ordinária Judicial realizada no dia 27/04/2010. Votaram acompanhando o Relator os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Liberato Póvoa e Amado Cilton. Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça, a Excelentíssima Senhora Angélica Barbosa da Silva, Procuradora de Justiça. Palmas - TO, 04 de Maio de 2010. Desembargador CARLOS SOUZA - Relator.

APELAÇÃO Nº 9507 (09/0076661-1)

ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAINA
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº. 1115/01, DA 1ª VARA CRIMINAL)
T. PENAL: (ART. 121, §3º, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO).
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO: RAIMUNDO NONATO DA SILVA
DEFEN.PÚBL.: INÁLIA GOMES BATISTA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
RELATOR: Desembargador CARLOS SOUZA

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. JULGAMENTO PELO CONSELHO DE SENTENÇA. ACOLHIMENTO DE UMA DAS TESES APRESENTADAS. A pretensão revisional das decisões do Tribunal do Júri não conflita com a regra de soberania do veredicto garantido pela Constituição Federal, desde que a decisão não tenha suporte em nenhuma das teses lhes apresentadas. Apelo improvido. **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal n.º 9507/09 em que é Apelante Ministério Público do Estado do Tocantins e Apelado Raimundo Nonato da Silva. Sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Jacqueline Adorno, a 1ª Turma da 2ª Câmara Criminal, por maioria desacolheu o parecer do Ministério Público nesta instância e manteve a decisão recorrida, nos termos do voto do relator, na 15ª Sessão Ordinária Judicial realizada no dia 27/04/2010. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Amado Cilton-vogal, deu provimento ao recurso de apelação, nos termos do voto juntado aos autos, sendo vencido. Votou com o Relator o Excelentíssimo Senhor Desembargador Liberato Póvoa. Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça, a Excelentíssima Senhora Angélica Barbosa da Silva, Procuradora de Justiça. Palmas - TO, 04 de Maio de 2010. Desembargador CARLOS SOUZA – Relator.

HABEAS CORPUS Nº 6318 (10/0082432-0)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
T. PENAL: ART. 33 DA LEI 11.343/06 (FLS. 03)
IMPETRANTE: GIANCARLO G. MENEZES
PACIENTE: LUIZ RODRIGUES QUIXABA FILHO
ADVOGADO : GIANCARLO G. MENEZES

IMPETRADO: JUIZA DE DIREITO DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE GOIATINS-TO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: JOÃO RODRIGUES FILHO
RELATOR: Desembargador CARLOS SOUZA

EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. RAZÕES DEDUZIDAS SEM LASTRO PROBATÓRIO. TRÁFICO DE DROGA. I- Com o advento da Lei nº. 11.464/07, ficou removido o óbice antes existente, em obediência ao art. 2º, II, da Lei nº. 8.072/90, da proibição de concessão de liberdade provisória para os crimes hediondo, na constância da lei nova,por ser neste particular, a revogada mais benigna que a lei nova. II- Para o acolhimento do recurso, necessário se faz vir o pedido respaldado da prova do que aduz. Ordem negada.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus n.º 6318/10 em que é Paciente Luiz Rodrigues Quixaba Filho e Impetrado Juiza de Direito da Única Vara da Comarca de Goiatins-TO. Sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Jacqueline Adorno, a 2ª Câmara Criminal, por maioria, denegou a ordem, nos termos do voto do relator, na 15ª Sessão Ordinária Judicial, realizada no dia 27/04/2010. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Amado Cilton, oralmente divergiu e votou acompanhando o parecer do Ministério Público nesta instância, pela concessão da ordem, por entender que houve carência de fundamentação idônea. Sendo acompanhado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Liberato Póvoa. Votaram com o Relator o Juiz Rafael Gonçalves de Paula e a Excelentíssima Senhora Desembargadora Jacqueline Adorno. Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça, a Excelentíssima Senhora Angélica Barbosa da Silva, Procuradora de Justiça. Palmas - TO, 04 de Maio de 2010. Desembargador CARLOS SOUZA – Relator.

HABEAS CORPUS Nº 6247/2010 (Processo Nº 10/0081600-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
T. PENAL: ART. 33, CAPUT, C/C ART. 40,V DA LEI 11.343/06
IMPETRANTE: ANDRÉIA SOUSA MOREIRA DE LIMA GOSELING
PACIENTE: MARCOS DA SILVA BORGES
DEF. PÚBLICO: ANDRÉIA SOUSA MOREIRA DE LIMA GOSELING
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS - TO
PROC. DE JUSTIÇA: DR. RICARDO VICENTE DA SILVA
RELATORA: Desembargadora JACQUELINE ADORNO

EMENTA: HABEAS CORPUS com pedido de liminar - Crime tipificado nos artigos 33 “caput” c/ artigo 40, V, da Lei 11.343/2006, (Nova Lei de Tóxico) - Alegação de constrangimento ilegal advindo do excesso de prazo para a conclusão do sumário da culpa em virtude do emperramento da máquina judiciária - Excesso de prazo plenamente justificado pela complexidade dos autos e necessária expedição de Cartas Precatórias para oitiva de testemunhas - Pedido de Liberdade negado sob o argumento de que o “caput” do artigo 44, da Lei 11.343/06, proíbe a concessão de liberdade provisória em se tratando de crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes - Provas do crime e indícios de autoria suficientemente demonstrados – Constrangimento ilegal inexistente - Ordem Liberatória Denegada em definitivo. 1 - A vedação da concessão do benefício de liberdade provisória para os autores do crime de tráfico ilícito de entorpecentes é prevista no art. 44 da Lei nº. 11.343/06, que é, por si, fundamento suficiente por se tratar de norma especial especificamente em relação ao parágrafo único, do art. 310, do CPP.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Nº 6247/2010, oriundos deste Tribunal de Justiça, em que figura como Impetrante a Advogada, ANDRÉIA SOUSA MOREIRA DE LIMA GOSELING, paciente MARCOS DA SILVA BORGES e como autoridade Impetrada o MM JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS - TO. Sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO, a 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na 15ª Sessão Ordinária Judicial, realizada em 27/04/2010, por unanimidade, denegou em definitivo a ordem pleiteada, nos termos do voto juntado aos autos. Ausência justificada do Excelentíssimo Senhor Desembargador LIBERATO PÓVOA na sessão em que se iniciou este julgamento por isso deixou de votar. Votaram com a Relatora os Excelentíssimos Senhores Desembargadores: CARLOS SOUZA, AMADO CILTON e o Juiz RAFAEL GONÇALVES DE PAULA. Compareceu Representando a Douta Procuradoria-Geral de Justiça, a Excelentíssima Senhora Doutora ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA – Procuradora de Justiça. Palmas – TO, 04 de maio de 2010. Desembargadora JACQUELINE ADORNO - Presidente/Relatora.

HABEAS CORPUS Nº 6310/10 (10/0082344-7)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS
T. PENAL: ART. 121, §2º, II DO CP C/C ART. 1º DA LEI 8.072/90
IMPETRANTE: CARLOS HENRIQUE BATISTA DA SILVA
PACIENTE: FRANCISCO BISPO DOS SANTOS
ADVOGADO: CARLOS HENRIQUE BATISTA DA SILVA (FLS. 13)
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TOCANTINÓPOLIS – TO
PROCURADORA: ELAINE MARCIANO PIRES
RELATORA: Desembargadora JACQUELINE ADORNO

EMENTA: Habeas Corpus. Homicídio qualificado. Prisão. Liberdade provisória. Impossibilidade. 1 - Evidente a necessidade de assegurar a garantia da ordem, haja vista que, em sua decisão o Magistrado a quo ressaltou que, embora alegue ser pessoa pacata e tenha certidão negativa de antecedentes, o paciente já esteve envolvido em várias investigações criminais e todos que militam naquele Juízo têm ciência de sua personalidade devolta à prática criminoso. 2 – O crime em comento é hediondo, posto que, um simples compulsar dos autos demonstra a futilidade do motivo que desencadeou a prática do homicídio. Por expressa disposição do artigo 1º, inciso I da Lei nº. 8.072/90 tem-se como hediondo o homicídio qualificado e, como tal, não passível de liberdade provisória eis que, inafiançável, nos termos do artigo 5º, inciso XLIII da Constituição Federal. 3 – A incompatibilidade entre a liberdade provisória e o crime hediondo deriva de vedação constitucional, por isso, mostra-se incongruente o pedido liberatório.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Habeas Corpus nº 6310/10 em que Francisco Bispo dos Santos é paciente e o M.Mª. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Tocantinópolis – TO figura como autoridade impetrada. Sob a presidência da Exmª. Srª. Desª. JACQUELINE ADORNO, a 2ª Câmara Criminal, por maioria, denegou em definitivo a ordem pleiteada, nos termos do voto juntado aos autos. O Exmo Srº. Desº. AMADO CILTON, oralmente divergiu e votou pela concessão da ordem

por entender que houve carência de fundamentação na prisão preventiva. Ausência justificada do Exmo Srº. Desº. LIBERATO PÓVOA na sessão em que se iniciou este julgamento por isso deixou de votar. Votaram com a Relatora o Exmº. Srº. Desº. CARLOS SOUZA e o Juiz RAFAEL GONÇALVES DE PAULA. Compareceu representando a Doula Procuradoria Geral de Justiça a Exmª. Srª. Drª. Angélica Barbosa da Silva – Procuradora de Justiça. Palmas/TO, 30 de abril de 2010. Desembargadora Jacqueline Adorno - Relatora/Presidente.

APELAÇÃO CRIMINAL N.º 10709/10 (10/0081918-0).
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº. 17496-8/09 – 1ª VARA CRIMINAL)
T. PENAL: ART. 157, § 2 º, INCISOS I E ART. 213, CAPUT DO CP, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº. 12.015/2009 C/C ARTIGO 69, DO CP.
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
APELADO: LUIZ ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA
DEFEN. PÚBL.: DANILO FRASSETO MICHELINI
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA
RELATORA: DESEMBARGADORA Jacqueline Adorno

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL – CRIME PREVISTO NO ARTIGO 157, § 2º, I, ART. 213, CAPUT, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI 12.015/2009 C/C ART. 69 TODOS DO CP – RECURSO DA ACUSAÇÃO – RECONHECIMENTO DE TRES CRIMES DE ESTUPRO EM CONTINUIDADE DELITIVA E CONSEQUENTE REDIMENSIONAMENTO DA PENA – ART. 71, CAPUT DO CP – IMPOSSIBILIDADE – NOVA REDAÇÃO DO ARTIGO 213 DO CP PELA LEI 12.015/2009 – ESTUPRO E ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR – CRIME ÚNICO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CRIMINAL N.º 10709/10 oriundos da Comarca de Araguaína – TO, referente a Ação Penal n.º 17496-8/09 – da 1ª Vara Criminal, em que figura como apelante o Ministério Público do Estado do Tocantins e como apelado Luiz Antônio Pereira da Silva. Sob a presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO, aos 27 de Abril de 2010, na 15ª Sessão Ordinária Judicial a 5ª Turma da 2ª Câmara Criminal, por UNANIMIDADE negou provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. Votaram com a Relatora os Excelentíssimos Senhores Desembargadores: CARLOS SOUZA e LIBERATO PÓVOA. Compareceu, representando a Douta Procuradoria Geral de Justiça, a Exma. Sra. Dra. ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA, Procuradora de Justiça. Palmas, 04 de maio de 2010. DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO - Presidente/Relatora.

DIVISÃO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS

Decisões/ Despachos
Intimações às Partes

RECURSO ESPECIAL NA AC Nº 8649/09
ORIGEM :COMARCA DE PALMAS/TO
REFERENTE :AÇÃO ORDINÁRIA
RECORRENTE :ANDREOSI CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA E JOSÉ LUIS ANDREOSI
ADVOGADO :MAURO JOSÉ RIBAS E OUTRO
RECORRIDO(A) :FRANCISCO AUGUSTO RAMOS E OUTROS
ADVOGADO : FRANCISCO JOSÉ DE TOLEDO LEME
RELATORA : Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

Com fundamento no artigo 542, do Código de Processo Civil, intime-se a parte recorrida, para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso interposto, no prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se. Palmas/TO, 06 de maio de 2010.

RECURSO ESPECIAL NA AC Nº 7388/07
ORIGEM :COMARCA DE GUARÁ/TO
REFERENTE :AÇÃO ORDINÁRIA
RECORRENTE :FRANCISCO CUSTÓDIO DE MOURA E S/M VILMA ALVES CUSTÓDIO
ADVOGADO :JOSÉ PEREIRA DE BRITO E OUTROS
RECORRIDO(A) :RAIMUNDO MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO :ANDRES CATON KOPPER DELGADO
RELATORA : Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

Com fundamento no artigo 542, do Código de Processo Civil, intime-se a parte recorrida, para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso interposto, no prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se. Palmas/TO, 06 de maio de 2010.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL NO REENEC Nº 1626/09
ORIGEM :COMARCA DE PALMAS/TO
REFERENTE :AÇÃO ORDINÁRIA
1º RECORRENTE :INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO :NIVAIR VIEIRA BORGES
2º RECORRENTE :JOSÉ ALLAN LINS DE ALENCAR ATRAVÉS DE SUA CURADORA E ESPOSA ANNA CRISTINA TORRES FIUZA
ADVOGADO :RINA DE OLIVEIRA CAMPBELL PENA E OUTRO
RECORRIDO(S) :JOSÉ ALLAN LINS DE ALENCAR ATRAVÉS DE SUA CURADORA E ESPOSA ANNA CRISTINA TORRES FIUZA
ADVOGADO : RINA DE OLIVEIRA CAMPBELL PENA E OUTRO
RECORRIDO :INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO : NIVAIR VIEIRA BORGES
RELATORA :Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente

Com fundamento no artigo 542 do Código de Processo Civil, intime-se, a parte recorrida para, querendo apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, ao(s) presente(s) recurso(s). Publique-se. Palmas/TO, 06 de maio de 2010.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL – AIRE - Nº 1715/10

ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE : DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RESP NO MS N.º 3407
AGRAVANTE : ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORA :AGRIPINA MOREIRA
AGRAVADO :ALBINO FILHO FERREIRA BARROS
DEFENSOR :ANTONIO DE FREITAS
RELATORA : Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da DECISÃO: O presente Agravo de Instrumento foi interposto pelo ESTADO DO TOCANTINS, com o objetivo de reformar a decisão que não admitiu o Recurso Especial. O Agravado apresentou suas contrarrazões (fls.241/248). Em observância ao procedimento previsto no §2º, do art. 250 , do Regimento Interno deste Tribunal, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Remetam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça, para o processamento do recurso, com nossas homenagens. Palmas, 30 de abril de 2010. Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL – AIRE - Nº 1726/10

ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE : DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RESP NA AC N.º 7991/08
AGRAVANTE :TCP – TRANSPORTE COLETIVO DE PALMAS LTDA
PROCURADOR :ATAUL CORREA GUIMARÃES
AGRAVADO :DECÍLIO BATISTA GOMES
ADVOGADO :CLOVIS TEIXEIRA LOPES E OUTROS
RELATORA : Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da DECISÃO: O presente Agravo de Instrumento foi interposto pelo TCP - TRANSPORTE COLETIVO DE PALMAS LTDA, com o objelivo de reformai- a decisão que não admitiu o Recurso Especial. O Agravado não possui qualquer interesse em apresentar contrarrazões (fls. 188). Em observância ao procedimento previsto no §2º, do art. 2501, do Regimento Interno deste Tribunal, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Rcmctam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça, para o processamento do recurso, com nossas homenagens. Palmas. 30 de abril de 2010. Desembargadora Willamara Leila Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL – AIRE - Nº 1729/10

ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE : DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RESP NA AC N.º*8687
AGRAVANTE :C. R. ALMEIDA S/A ENGENHARIA DE OBRAS
PROCURADOR :MARCIA CAETANNO DE ARAÚJO E OUTRO
AGRAVADO :CRISTAL TRANSPORTE E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO :TALYANA BARREIRA LEOBAS DE FANÇA ANTUNES E OUTROS
RELATORA : Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da DECISÃO: O presente Agravo de Instrumento foi interposto por C. R. ALMEIDA S/A ENGENHARIA DE OBRAS, com o objetivo de reformar a decisão que não admitiu o Recurso Especial. O Agravado apresentou suas contrarrazões (fls.569/581). Em observância ao procedimento previsto no §2º, do art. 250, do Regimento Interno deste Tribunal, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Remetam-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça, para o processamento do recurso, com nossas homenagens. P.I. Palmas, 30 abril de 2010. Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NA AC Nº 4515/04

ORIGEM :COMARCA DE PALMAS/TO
REFERENTE :AÇÃO ANULATÓRIA
RECORRENTE :CARLOS HUMBERTO DUARTE DE LIMA E SILVA
ADVOGADO :ATAUL CORREA GUIMARÃES
RECORRIDO(S) :FABRO CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADO :PAULA ZANELA DE SÁ
RELATORA :Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da DECISÃO: Cuida-se de Recurso Especial fundamentado nas alíneas 4a e 6c' do permissivo constitucional, inteiposto por CARLOS HUMBERTO DUARTE DE LIMA E SILVA em face de acórdão unânime proferido pela 2a Turma Julgadora da la Câmara Cível deste Tribunal, fls. 234/235, que negou provimento ao apelo por ele inteiposto, confirmando a sentença proferida na Ação Anulação nº 4673-4, que este ajuizou em desfavor de Fabro Construtora Ltda., ora Recorrida. Os embargos de declaração opostos foram rejeitados, confome acórdão de fls. 256/257. Irresignado, interpõe o presente recurso, alegando, nas razões de fls. 262/286, que o acórdão recorrido veicula tanto negativa de vigência quanto dissídio jurisprudencial em relação ao disposto no art. 333, inciso II, do Código de Processo Civil, bem como ao art. 1.092, do CC/1916. Nas contrarrazões encartadas às fls. 370/, a Recorrida rebate tal argumentação e pugna pelo improvimento do recurso. É o relatório. A irrisignação é tempestiva, a parte é legítima, há interesse em recorrer, e regular o preparo, pelo que passo à análise dos requisitos específicos inerentes à espécie. Conforme relatado, o Recurso Especial foi interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas 4a e V da Constituição da República. Em suas razões, a Recorrida procede a uma "análise conjunta da fundamentação" acerca da alegada violação aos dispositivos em tela, argumentando que "caberia à recorrida a prova quanto ao fato constitutivo do seu direito, impeditivo, modificativo do direito do Autor ou extintivo da ação. Ora, a análise de tal assertiva extrapola o alcance do Recurso Especial, que não se presta para reexame de provas, conforme entendimento consolidado pelo colendo STJ, cristalizado no enunciado da Súmula nº 07, nestes termos: "Súmula 7 - A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial" Demais disso, do voto condutor do acórdão proferido no julgamento dos aclaratórios, extrai-se que "tanto a sentença quanto o acórdão guerreado, tratam basicamente da questão da entrega do serviço. Esclarece, cristalinamente, as razões que os convenceram de que o serviço foi

efetivamente entregue", de tal modo que descabe falar em violação ou negativa de vigência aos dispositivos em questão. Destarte, no particular a irrisignação imerece seguimento. No que respeita ao alegado dissídio jurisprudencial, o recurso não atende aos requisitos constantes do art. 541, parágrafo único,1 do CPC. Com efeito, a análise da petição recursal revela de forma inequívoca que o Recorrente não cuidou de em proceder ao confronto analítico entre o julgado recorrido e os arestos que aponta como paradigmas, deixando de evidenciar que os acórdãos confrontados teriam partido de bases fáticas idênticas e adotado conclusões discrepantes. Ora, sem que restem demonstradas de maneira minuciosa as semelhanças e dessemelhanças entre o acórdão combatido e aqueles invocados como paradigmas, não há como se conhecer do dissídio pretoriano. Nesse sentido decide o colendo STJ: "PENAL. PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA 'C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. (...) I. Quanto à divergência, falta o cotejo analítico, nos moldes do que determina o art. 255 do RISTJ, impedindo o conhecimento do recurso quanto a esse aspecto. De se referir que não basta a simples transcrição de ementas ou trechos do julgado divergente, devendo a parte realizar o Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circui' tância\ que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados." confronto explanatório da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de apontar a divergência jurisprudencial existente. A falta de análise dos julgados com o fito de evidenciar sua similaridade fática evidencia o descumprimento das formalidades insculpidas nos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno desta Corte. (...) 5. Agravo a que se nega provimento." (AgRg no REsp 1043279/PR, Rei. Ministra Jane Silva (Desembargadora convocada do TJ/MG), Sexta Turma, julgado em 14/10/2008, DJe 03/11/2008) Destarte, resta patente o incabimento, no particular, do presente recurso. Se assim é, verifica-se que o pedido apresentado pelo Recorrente em suas razões, - no sentido de que "« presente seja recebida também no efeito suspensivo, como forma de antecipação dos efeitos da tutela" - carece de objeto. Ante o exposto, inadmito o Recurso Especial, NEGANDO-LHE SEGUIMENTO. Publique-se, e intime-se. Palmas, 30 de março de 2010. Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NA AC Nº 4514/04

ORIGEM :COMARCA DE PALMAS/TO
REFERENTE :AÇÃO CAUTELAR
RECORRENTE :CARLOS HUMBERTO DUARTE DE LIMA E SILVA
ADVOGADO :ATAUL CORREA GUIMARÃES
RECORRIDO(S) :FABRO CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADO :PAULA ZANELA DE SÁ
RELATORA :Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da DECISÃO: Trata-se de Recurso Especial fundamentado nas alíneas 'a' e 'c' do permissivo constitucional, interposto por CARLOS HUMBERTO DUARTE DE LIMA E SILVA em face de acórdão unânime proferido pela 2a Turma Julgadora da la Câmara Cível deste Tribunal, fls. 165/166, que negou provimento ao apelo por ele interposto, declarando prejudicada a Ação Cautelar Inominada nº 3645/00, ao confirmar, no julgamento da AC 4514 (em apenso), a sentença proferida na Ação de Anulação nº 4673-4, que este ajuizou em desfavor de Fabro Construtora Ltda., ora Recorrida. Os embargos de declaração opostos foram rejeitados, conforme acórdão de fls. 192/193. Irresignado, interpõe o presente recurso, alegando, nas razões de fls. 198/223, que o acórdão recorrido veicula tanto negativa de vigência quanto dissídio jurisprudencial em relação ao disposto no art. 333, inciso II, do Código de Processo Civil, bem como ao art. 1.092, do CC/1916. As contrarrazões apresentadas foram juntadas nos autos da AC 4514 (em apenso), fls. 370/377, oportunidade cm que a Recorrida rebate os argumentos lançados na irrisignação e requer seja improvido o recurso. É o relatório. A irrisignação é tempestiva, a parte é legítima, há interesse em recorrer, e regular o preparo, pelo que passo à análise dos requisitos específicos inerentes à espécie. Conforme relatado, o Recurso Especial foi interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas 'a' e 'c' da Constituição da República. O Recorrente, alega que "caberia à recorrida a prova quanto ao fato constitutivo do seu direito, impeditivo, modificativo do direito, ao Autor ou extintivo da ação. Prosseguindo, argumenta que "a Recorrida não carreeou para os autos, quicã, indícios de prova que executou o serviço e muito menos comprovou a sua entrega para a empresa, quando na verdade a prova da prestação dos serviços caberia a ela", para concluir que tal circunstância consubstancia malferimento e dissídio jurisprudencial quanto ao que prevêem o art. 333, inciso II, do CPC, e ao art 1.092, do CC/1916. Ora, a análise de tal assertiva extrapola o alcance do Recurso Especial, que não se presta para reexame de provas, conforme entendimento consolidado pelo colendo STJ, cristalizado no enunciado da Súmula nº 07, nestes termos: "Súmula 7 - A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial" Demais disso, do voto condutor do acórdão proferido no julgamento dos aclaratórios, extrai-se que "tanto a sentença quanto o acórdão guerreado, tratam basicamente da questão da entrega do serviço. Esclarece, cristalinamente, as razões que os convenceram de que o serviço foi efetivamente entregue", de tal modo que descabe falar em violação ou negativa de vigência aos dispositivos em questão. Destarte, no particular a irrisignação imerece seguimento. No que respeita ao alegado dissídio jurisprudencial, o recurso não atende aos requisitos constantes do art 541, parágrafo único,1 do CPC. Com efeito, a análise da petição recursal revela de forma inequívoca que o Recorrente não cuidou de em proceder ao confronto analítico entre o julgado recorrido e os arestos que aponta como paradigmas, deixando de evidenciar que os acórdãos confrontados teriam partido de bases fáticas idênticas e adotado conclusões discrepantes. Ora, sem que restem demonstradas de maneira minuciosa as semelhanças e dessemelhanças entre o acórdão combatido e aqueles invocados como paradigmas, não há como se conhecer do dissídio pretoriano. Nesse sentido decide o colendo STJ: 1 %.) Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial OU credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as

circunstâncias^ que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" "PENAL. PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA 'C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. (...) I. Quanto à divergência, falta o cotejo analítico, nos moldes do que determina o art 255 do RISTJ, impedindo o conhecimento do recurso quanto a esse aspecto. De se referir que não basta a simples transcrição de ementas ou trechos do julgado divergente, devendo a parte realizar o confronto explanatório da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de apontar a divergência jurisprudencial existente. A falta de análise dos julgados com o fito de evidenciar sua similaridade fática evidencia o descumprimento das formalidades insculpidas nos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255, §§ 1º e 2o, do Regimento Interno desta Corte. (...) 5. Agravo a que se nega provimento" (AgRg no REsp 1043279/PR, Rei. Ministra Jane Silva (Desembargadora convocada do TJ/MG), Sexta Turma, julgado em 14/10/2008, DJe 03/11/2008) Destarte, resta patente o incabimento, no particular, do presente recurso. Se assim é, vcrifica-sc que o pedido apresentado pelo Recorrente em suas razões, - no sentido de que "a presente seja recebida também no efeito suspensivo, como forma de antecipação dos efeitos da tutela"" carece de objeto. Ante o exposto, inadmito o Recurso Especial, NEGANDO-LHE SEGUIMENTO. Publique-se, e intime-se. Palmas, 06 de maio de 2010. Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA AP Nº 9207/09
ORIGEM :COMARCA DE ARAGUAÍNA/TO
REFERENTE :AÇÃO ORDINÁRIA
RECORRENTE :IRISMAR RODRIGUES
ADVOGADO :SERAFFIM FILHO COUTO ANDRADE
RECORRIDO :ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO :
RELATORA : Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epígrafados, INTIMADAS da DECISÃO: Cuida-se de Recurso Extraordinário interposto por IRISMAR RODRIGUES em face de acórdão unânime proferido pela 3a Turma Julgadora da 2a Câmara Cível deste Tribunal, fls. 237/243, que negou provimento à apelação por ela interposta contra sentença em que o Juízo da 2a Vara da Fazenda e Registros Públicos da comarca de Araguaína extinguiu a Ação de Reintegração em Cargo Público nº 2006.0003.9739-3, ajuizada em desfavor do ESTADO DO TOCANTINS. Não foram opostos embargos de declaração. Irresignada, interpõe o presente recurso, sob a alegação de que a anulação de sua investidura em cargo público, depois da posse e efetivo exercício das funções, sem ter apreciada sua manifestação, viola o contraditório e a ampla defesa. Aponta a constitucionalidade do Edital do concurso público, argumentando que apenas a expressão contida em seu item 4.4 e artigos da lei é que foram tidas como inconstitucionais, não sendo o caso de anulação do certame, de modo que, entende, a exoneração dos servidores aprovados e empossados se deu de forma ilegal. Realçando a ilegalidade do ato, sustenta ser direito seu auferir todos os salários e benefícios decorrentes da função, relativos ao período do indevido afastamento, e pretende perceber indenizações de transporte no índice de 75% (setenta e cinco) do vencimento básico de seu cargo. Nas contrarrazões encartadas às fls. 278/304, o Recorrido rebate tal argumentação e, apontando óbices ao seguimento do recurso, pugna por sua inadmissão ou, alternativamente, por seu improvimento. É o relatório. O Recurso não comporta seguimento, conforme se demonstrará. Da análise acurada da peça de interposição e das razões que a acompanham, constata-se que a Recorrente não cuidou de indicar em que hipótese do permissivo constitucional autorizaria o processamento de seu recurso e, demais disso, tampouco indicou com precisão os dispositivos que entende tenham sido malferidos, de tal modo que o presente não ostenta a indispensável regularidade formal, incidindo na hipótese o óbice constante da Súmula 284 do Pretório Excelso.1 Nessa linha: "Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Recurso que não ataca o fundamento da decisão agravada. Aplicação do art 317,§1º, do RISTF. Precedentes. 3. Recurso extraordinário. Petição que não indica corretamente o permissivo constitucional Descabimento. Precedentes. 4. Fundamentação deficiente. Não indicação dos dispositivos constitucionais violados. Incidência da súmula 284 do STF. Precedentes. 5. Agravo regimental a que se nega provimento" (RE 465422 AgR, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, julgado em 23/05/2006, DJ 09-06-2006 PP-00037 EMENT VOL-02236-04 PP-00708) Acresça, por outro lado, que o inconformismo padecer, também, da ausência do indispensável prequestionamento. É que na peça encartada às fls. 247/273, a Recorrente repisa a argumentação expendida nas razões da apelação por ela interposta, questões que, todavia, não foram enfrentadas por esta Corte, conforme revela a ementa do acórdão atacado, verbis: "PROCESSUAL CIVIL APELAÇÃO PRELIMINAR UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA -DESCABIMENTO. Descabe a reunião de processos para fins de uniformização da jurisprudência quando o conteúdo da apelação colacionada pela apelante diverge em relação ao caso sub judice, não preenchendo assim o pressuposto mínimo de similitude entre matérias discutidas nos respectivos processos, com fundamento no parágrafo único do art. 476 do Código de Processo Civil. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - ARTIGO 267, §3º do CPC - MA TERIA JULGADA - IMPOSSIBILIDADE DE NOVA DISCUSSÃO - ARTIGO 471 DO CPC - CONCURSO PÚBLICO -PIONEIRO DO TOCANTINS - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. APELO IMPROVIDO. A matéria em questão já foi exaustivamente analisada e "Súmula 284 - E inadmissível o Recurso Extraordinário^ quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exala compreensão da controvérsia. julgada, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº598/TO." Em sendo assim, resta inegável que as matérias em tela não restaram debatidas e decididas por este Sodalício, o que atrai a incidência do disposto nas Súmulas 282 e 356 do STF. Assim: "PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. (...) AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO C STF. (...) 4. O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso, inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. 5. E inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada na decisão recorrida, a questão federal suscitada. (Súmula 282/STF). O ponto omissão da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento (Súmula 356/STJ). (...) 11. Agravo regimental desprovido." (RCDESP no REsp 919830/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 01/12/2009, DJe

17/12/2009) seguimento. Ante o exposto, INADMITO o Recurso Extraordinário, negando-lhe Publique-se, intime-se. Palmas, 06 de maio de 2010 . Desembargadora Willamara Leila – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NA AP Nº 10068/09
ORIGEM :COMARCA DE PALMAS/TO
REFERENTE :AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES
RECORRENTE :CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - CAPAF
ADVOGADO :MARIA ROSA ROCHA REGO
RECORRIDO :SAMUEL AZEVEDO BARROS JÚNIOR, SAMUEL DA COSTA NEVES VILSON BRITO SOARES, ZEDEQUIAS ALVES DE FREITAS E JOSÉ PINTO DE ALBUQUERQUE
ADVOGADO : JOSÉ PINTO DE ALBUQUERQUE
RELATORA : Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epígrafados, INTIMADAS da DECISÃO: Cuida-se de Recurso Especial interposto por CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - CAPAF com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas 'a' e 'c', da Constituição Federal, contra acórdão unânime proferido pela 4a Turma Julgadora da la Câmara Cível desta Corte, fls. 155/163, que negou provimento à apelação por ela interposta, confirmando a sentença proferida pelo Juízo da 4a Vara Cível desta Capital nos autos da Ação de Restituição nº 2009.0005.7348-0/0, promovida por SAMUEL AZEVEDO BARROS JÚNIOR, SAMUEL DA COSTA NEVES, VILSON BRITO SOARES, ZEDEQUIAS ALVES DE FREITAS e JOSÉ PINTO DE ALBUQUERQUE, ora Recorridos. Não foram opostos embargos de declaração. Inconformada, maneja o presente Recurso Especial e, nas razões encartadas às fls. 167/173, aponta "violação a Lei 6.435/77, regulamentada pelo art. 31 do Decreto 81.240/78%" pretendendo ver reformado o r. acórdão. para apresentar Os Recorridos, embora regularmente intimados contrarrazões, quedaram-se inertes. E o relatório. O recurso não comporta seguimento, conforme se demonstrará. Conforme relatado, o presente Recurso Especial invoca como fundamento as alíneas 'a' e 'c' do permissivo constitucional. Como se sabe, o primeiro item invocado como alicerce da irrisignação -"a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigênciaf. exige que a parte indique com precisão o dispositivo que entende tenha sido vulnerado e apresente a argumentação respectiva, e de tal ónus não se desincumbiu o Recorrente. Com efeito, em suas razões, principia colacionando dispositivo de seu Estatuto e, posteriormente, no tópico intitulado "violação a Lei 6.435/77, regulamentada pelo art. 31 do Decreto 81.240/78", e afirma que as disposições estatutárias "estão adequadas às disposições legais que cuidam da matéria, mais especificamente ao Decreto 81.240/78 com as alterações introduzidas pelo Decreto 87.091, de 12/4/82, que regularmente a Lei 6.435/77, a qual rege as entidades de previdência provada no país", sem, no entanto, apontar em que aspecto o decismum teria implicado em mal ferimento às normas tidas como violadas ou, ao menos, quais os dispositivos se teriam por violados. Diga-se mais que, no que respeita ao aventado dissídio jurisprudencial, o recurso não atende aos requisitos constantes do art. 541, parágrafo único,1 do CPC. Com efeito, para a subida do recurso com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional é imprescindível que a parte demonstre, de maneira minuciosa, as semelhanças e dessemelhanças entre o julgado combatido e aqueles invocados como paradigmas, análise que a Recorrente não cuidou de proceder. Em hipótese que se amolda à perfeição ao caso sob exame, o Superior Tribunal de Justiça decidiu: "(...) 1 - Esta Turma tem entendido, reiteradamente, que, a teor do art. 255 e parágrafos, do RISTJ, para comprovação e apreciação da divergência jurisprudencial, devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial de jurisprudência. Apesar de ter sido citado o respectivo repositório oficial dos julgados paradigmas, não foi feito o devido confronto analítico. Por tais razões, impossível, conhecer da divergência aventada. 1"(...) Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados." 2 - Não sendo sequer mencionada na peça recursal qual dispositivo legal dito por violado, limitando-se a uma indicação genérica, nem mesmo de que maneira a decisão atacada os teria infringido, o Recurso Especial não merece ser conhecido, porquanto falece de fundamentação. 3 - Aplicação, à espécie, da Súmula 284/STF. 4 - Precedente (REsp nº 188.980/SP). 5 - Recurso não conhecido" (REsp 335092/RJ, Rei. Ministro Jorge Scartezzini, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2002, DJ 11/11/2002 p. 249) (grifos nossos) Por derradeiro, para que os recursos especial e extraordinário sejam alçados aos Tribunais Superiores, é necessário que a Corte local tenha decidido sobre o tema proposto, de modo a atender à aludida exigência. No caso sob exame, os diplomas legais ventilados nas razões recursais não foram abordados em momento algum, nem invocados como suporte da decisão, tampouco a matéria foi oportunamente suscitada, não sendo objeto de debates e decisão por este Sodalício, nem mesmo em sede de aclaratórios. Em sendo assim, resta patente a ausência do indispensável prequestionamento, incidindo na espécie o disposto na Súmula 211 do STJ.2 Ante o exposto, inadmito o Recurso Especial, NEGANDO-LHE SEGUIMENTO. Publique-se, intime-se. Palmas, 30 de abril de 2010. Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO MS Nº 3759/08
ORIGEM :TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE :AÇÃO MANDADO DE SEGURANÇA
RECORRENTE :CELMA AGUIAR DA SILVA
DEFENSORA :MARIA DO CARMO COTA
RECORRIDO(S) :ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO :
RELATORA :Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epígrafados, INTIMADAS da DECISÃO: Cuida-se de Recurso Extraordinário interposto por CELMA AGUIAR DA SILVA, fls. 101/102, fundamentado no art. 102, inciso III, alínea 'a' da

Constituição Federal, interposto contra acórdão unânime proferido pelo Tribunal Pleno desta Corte, fls. 86/96, que negou provimento ao agravo regimental por ela interposto contra decisão monocrática que o Relator, declarando a decadência, extinguiu o MS 3759, por ela impetrado contra ato da Secretária da Administração e do Secretário da Segurança Pública. Não foram opostos embargos de declaração. Inconformada, interpôs recurso extraordinário, apontando, nas razões encartadas às fls. 103/123, "negativa ao direito da Impetrante que tem como base os direitos, garantias e princípios constitucionais, art. 93, IX, CF e o art. 5o, caput e incisos da CF) pelo que requer o processamento, conhecimento e provimento do presente, com a reforma do decism em questão, concedendo-se-lhe a segurança pleiteada. O Estado do Tocantis apresentou as contrarrazões de fls. 128/134, oportunidade em que requer seja inadmitido o recurso extraordinário ou, em sendo outro o entendimento, seja o mesmo improvido. O Ministério Público, em manifestação encartada às fls. 137/143, opina no sentido de que seja negado seguimento ao recurso, ante "a falta de prequestinamento e da ausência de demonstração da repercussão gerar. E o relatório. O Recurso não comporta seguimento, conforme se demonstrará. Imperativo registrar que, em sede de recurso extraordinário, ao lado dos pressupostos tradicionais de admissibilidade, incumbe ao Recorrente demonstrar a presença da repercussão geral da matéria, atendendo exigência insculpida no art. 102, § 3o, da Carta Magna.1 Tal demonstração obrigatoriamente deve constar da peça recursal, a qual deve veicular a demonstração da relevância das questões suscitadas, requisito que, inobstante o Recorrido alegue o contrário, encontra-se atendido na hipótese. É que a ratio essendi do instituto é de assegurar que só ascendam ao Pretório Excelso feitos em que a matéria discutida dê relevo ou prevalência à dimensão constitucional da questão jurídica, de tal sorte que aferir se a argumentação lançada nas razões recursais se reveste de tal relevância é mister reservado à Corte Suprema, a quem incumbe a função precípua de guardião da Constituição. Por outro lado, no que pertine ao aventado malferimento ao disposto no "o art. 5 o, caput e incisos da CF) o inconformismo padece da ausência do indispensável prequestionamento. No caso presente, tais matérias não restaram debatidas e decididas por este Sodalício, incidindo na espécie o disposto nas Súmulas 282 e 356 do STF. Assim: "PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. (...) AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO C. STF. (...) 4. O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso, inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. 5. E inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada na decisão recorrida, a questão federal suscitada. (Súmula 282/STF). O ponto omissio da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento (Súmula 356/STJ). (...) II. Agravo regimental desprovido." (RCDESP no REsp 919830/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 01/12/2009, DJe 17/12/2009) 1 "Art. 102 § 3 o No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, afim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seth membros." Demais disso, pacífico o entendimento do STF no sentido de que "(*) cts alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos a tos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição, circunstância essa que impede a utilização do recurso extraordinário. Precedentes". Acresça, mais, que quanto à alegação de ofensa ao art. 93, inciso IX, o acórdão está devidamente fundamentado, e é o que basta, eis que "o que a Constituição exige, no art. 93, IX, é que a decisão judicial seja fundamentada; não, que a fundamentação seja correia, na solução das questões de fato ou de direito da lide: declinadas no julgado as premissas, correlamente assentadas ou não, mas coerentes com o dispositivo do acórdão, está satisfeita a exigência constitucional. Ante o exposto, inadmito o Recurso Extraordinário, NEGANDO-LHE SEGUIMENTO. Publique-se, intime-se. Palmas, 30 de abril de 2010. Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NA AC Nº 8728/09
ORIGEM :COMARCA DE PALMAS/TO
REFERENTE :AÇÃO DECLARATÓRIA
RECORRENTE :ALBERTO DE DEUS TELES
ADVOGADO :CÍCERO TENÓRIO CAVALCANTE
RECORRIDO :ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO :
RELATORA : Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da DECISÃO: Cuidam os autos de Recurso Especial interposto por ALBERTO DE DEUS TELLES, fundamentado na alínea 'a' do permissivo constitucional, em face de acórdão de fls. 133/134, em que a 4a Turma Julgadora da 2a Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, negou provimento à apelação por ele interposta contra sentença proferida nos autos da Ação Declaratória 2006.0008.7028-5/0, proposta em desfavor do Estado do Tocantins. Inconformado, interpõe o presente e, nas razões de fls. 139/148, alega que "não houve a apreciação do art. 62, parágrafo único da Lei nº 126/90", e aponta a ocorrência de violação ao disposto no art. 50 e art. 56, ambos da Lei nº 6.880/80. Há contrarrazões às fls. 154/169, oportunidade em que o Estado do Tocantins apontam óbices ao seguimento do recurso e, no mérito, requer seja o mesmo improvido. E o relatório. A irrisignação não comporta seguimento, com forme se demonstrará. Sabe-se, na linha do que prevê o art. 508 do CPC, que o prazo para interposição do Recurso Especial é de 15 (quinze) dias. A intimação do acórdão ora atacado foi promovida através do Diário da Justiça Eletrônico, de modo que se considera publicada no dia seguinte ao de sua disponibilização, nos termos do art. 4o, § 3o, da Lei nº 11.419/2006. Nos termos do que atesta a certidão lançada às fls. 136, a intimação do acórdão foi disponibilizada em 08/02/2010, considerando-se publicada em 09/02/2010, terça feira. Observando-se as regras de contagem de prazo contidas no art. 184, e o prazo recursal previsto no art. 508, ambos do CPC, tem-se como termo inicial do prazo para a interposição do Recurso Especial o dia 10/02/2010, quarta feira. Tendo em conta que a contagem não se interrompe nos feriados, o prazo de 15 (quinze) dias encerrou-se em 24/02/2010, quarta-feira. No caso presente, a peça de interposição do recurso somente foi levada a protocolo em 03/03/2010, conforme se extrai da chancela mecânica aposta na petição encartada às fls. 138, intempestivamente portanto. Por outro lado, tem-se que, no que concerne à alegada violação ao disposto no art. 50 e art. 56, ambos da Lei nº 6.880/80, a irrisignação

padece da ausência do requisito de admissibilidade consubstanciado no prequestionamento. Constata-se que em relação aos dispositivos apontados como violados esta Corte não emitiu juízo de valor, posto que só vieram à baila nas razões ao Recurso Especial e por se cuidar de inovação, a matéria ora suscitada não restou debatida e decidida por este Sodalício. Se o dispositivo tido como violado não foi abordado em momento algum, resta patente a ausência do prequestionamento, incidindo na espécie o disposto na Súmula 211 do STJ.1 Por derradeiro, no que respeita à tese recursal de que "não houve a apreciação do art. 62, parágrafo único da Lei nº 126/90", tem-se que eventual omissão haveria de ser sanada pela interposição de embargos de declaração, do que não cuidou o Recorrente. Acresça que tal dispositivo encontra sede na legislação estadual, sendo certo que é defeso ao STJ examinar malferimento a Direito local, incidindo, por analogia, a Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal.2 Ante o exposto, inadmito o Recurso Especial, NEGANDO-LHE SEGUIMENTO. Publique-se, intime-se. Palmas, 30 de abril de 2010. Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NO AI Nº 9908/09
ORIGEM :TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE :AÇÃO ORDINÁRIA
RECORRENTE :ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORA :MARÍLIA RAFAELA FREGONESI
RECORRIDO(A) :MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO :
RELATORA : Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da DECISÃO: Cuida-se de Recurso Especial interposto pelo ESTADO DO TOCANTINS, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea V, da CF/88, cm face de acórdão de fls. 70/75, em que a 3ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, negou provimento ao Agravo Regimental por ele interposto contra a decisão monocrática de fls. 45/46, em que o Relator negou seguimento ao Agravo de Instrumento através do qual o Recorrente atacou decisão proferida pelo Juízo da Vara Única da comarca de Taguatinga nos autos da Ação Ordinária nº 2009.0006.4233-3/0, proposta pelo Ministério Público. Não foram opostos Embargos de Declaração. Irresignado, interpõe o presente recurso c, nas razões encartadas as fls. 80/97, alega estar configurado dissídio jurisprudencial cm relação ao disposto no art. 525, inciso I, do Código de Processo Civil. Há contrarrazões às fls. 117/121, oportunidade em que o Ministério Público pugna pelo improvimento do recurso. E o relatório. Em juí(x) de admissibilidade, verifíco o cabimento, a regularidade formal e a tempestividade do presente recurso, a legitimidade dos Recorrentes, bem como a presença de preparo. O recurso não comporta seguimento, eis que o caso sob exame configura hipótese de aplicação do que prevê o § 3o do art 542 do CPC,1 posto que o Agravo de 1 "Art. 542. (...) § 3o O recurso extraordinário, ou o recurso especial, quando interpostos contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo"ara a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões." Instrumento que deu origem ao presente Recurso Especial atacou decisão inieiocuiona proferida em sede de processo de conhecimento, pelo que o ora Recorrente terá em seu favor o efeito devolutivo imanente ao recurso de apelação que venha a ser interposto. Ante o exposto, inadmito o Recurso Especial, NEGANDO-LHE SEGUIMENTO. Publique-se, intime-se. Remetam-se os autos, oportunamente, à Comarca de origem, com as cautelas de praxe. Palmas, 06 de maio de 2010. Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NA AP Nº 9952/09
ORIGEM :COMARCA DE GURUPI/TO
REFERENTE :AÇÃO PENAL
RECORRENTE :GILBERTO ALVES ARRUDA
ADVOGADO :WALTER VITORINO JUNIOR
RECORRIDO(A) :MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO :
RELATORA : Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da DECISÃO: Cuida-se de Recurso Especial interposto por GILBERTO ALVES ARRUDA, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea 'a' da Constituição Federal, contra acórdão unânime proferido pela 2 Turma Julgadora da 1 Câmara Criminal desta Corte, fls. 295/302, que negou provimento à sua apelação, confirmando a sentença que o condenou pela prática do delito previsto no art. 89, caput, da Lei nº 8.666/93. Os embargos de declaração opostos foram rejeitados, nos termos do acórdão de fls. 323/327. Irresignado, interpõe o Recurso Especial de fls. 331 e, nas razões encartadas às fls. 332/337, alega ter ocorrido negativa de vigência ao disposto no art. 93, inciso IX, da CF/88, no art. 89, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, e art. 59, inciso II, do Código Penal. O Ministério Público apresentou as contrarrazões de fls. 348/352, oportunidade em que o requer o não conhecimento do recurso e, alternativamente, 'seja o mesmo improvido. É o relatório. O recurso é próprio, tempestivo e preparado, a parte é legítima e há interesse em recorrer. Passo à análise dos requisitos específicos de admissibilidade. No que respeita à alegada violação ao disposto no art. 93, incisos I, da Carta Magna, o Recurso Especial evidentemente não preenche os requisitos de admissibilidade, eis que a matéria não se insere na competência do STJ. Assim: "PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. (...) APONTADA OFENSA A ARTIGO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO PRETÓRIO EXCELSO. (...). (...) 2. A ofensa a princípios e preceitos da Carta Magna não é passível de apreciação em sede de recurso especial 3. A suposta violação a matéria constitucional é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal", conforme dispõe o art 102, III, da Carta Federal, pela via do recurso extraordinário, sendo vedado a esta Corte Superior realizá-lo. (...) 11. Agravo regimental desprovido:" (RCDESP no REsp 919830/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/12/2009, DJ e 17/12/2009) Em sendo assim, no particular o Recurso Especial não comporta seguimento. Por outro lado, ao desenvolver a argumentação através da qual busca demonstrar a violação ao art. 89, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, e pleiteia sua absolvição, o Recorrente ressalta que a condenação, nos moldes em que proferida, não pode subsistir, posto que, alega, o Ministério Público "não se desincumbiu de seu ónus processual que era demonstrar o dolo do Recorrente, entretanto, até a presente fase não há nos autos qualquer menção de que tenha o Recorrente agido com dolo". Os recursos excepcionais

não estão destinados à mera revisão de matéria de fato ou da injustiça da decisão recorrida, possuindo o fim precípuo de adequar o julgado recorrido aos parâmetros constitucionais ou ao direito federal. No caso presente, verifica-se a argumentação lançada nas suas razões recursais acerca do aludido dispositivo se desenvolve em torno de questões fáticas. Se assim é, o presente recurso encontra óbice intransponível ao seu seguimento, consubstanciado na Súmula nº 07, do STJ, verbis: "Súmula 7 - A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial." Por derradeiro, no que respeita à alegada violação ao disposto no art. 59, inciso II, do Código Penal, constata-se que o recurso padece da ausência do indispensável prequestionamento. Como se sabe, para que os recursos especial e extraordinário sejam alçados aos Tribunais Superiores, é necessário que a Corte local tenha decidido sobre o tema proposto, de modo a atender à aludida exigência. Desembargador: WILLAMARA LEILA Re latora Em suas razões de apelação, fls. 243/259, o [Recorrente requereu a "substituição" da pena alternativa consistente limitação de fim de semana "induvidosamente excessiva e inadequada, por prestação correspondente a um salário mínimo" ou, alternativamente, lhe fosse aplicada apenas uma pena restritiva de direitos. Nos aclaratórios, reiterou esta última pretensão, e questionou o fato de ter sido condenado a pena pecuniária e ao pagamento das custas processuais, que entendeu como imposição em "duplicidade de pena pecuniária ao Embargado". Já nas razões ao presente recurso, inova, eis que alega nada existir no "caderno processual que confira ao Estado-Juiz impor ao Recorrente sanção condão do mínimo legar e pleiteia "caso mantida a condenação, seja esta fixada no mínimo legal. Assim, tal ponto não foi abordado em momento algum, tampouco a matéria foi oportunamente suscitada, não sendo objeto de debates e decisão por este Sodalício, nem mesmo em sede de aclaratórios. Em consequência, resta patente a ausência do indispensável prequestionamento, incidindo na espécie o disposto na Súmula 211 do STJ.1 Ante o exposto, inadmito o Recurso Especial, NEGANDO-LHE SEGUIMENTO. Publique-se, intime-se. Palmas, 30 de abril de 2010., Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NA AP Nº 9164/09
ORIGEM :COMARCA DE PALMAS/TO
REFERENTE :AÇÃO ORDINÁRIA
RECORRENTE :MVL – CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO :ELIANIA ALVES FARIA TEODORO
RECORRIDO(S) :CELTINS – COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO :SÉRGIO FONTANA
RELATORA :Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da DECISÃO: Cuida-se de Recurso Especial fundamentado art. 105, alínea 'a', da CF/88, interposto por MVL CONSTRUÇÕES LTDA. em face de acórdão unânime proferido pela 4a Turma Julgadora da 2a Câmara Cível deste Tribunal, fls. 231/238, que negou provimento ao apelo por ela interposto contra a sentença proferida na Ação Ordinária nº 8.5021-7/06, que tramitou perante o Juízo da 2a Vara Cível desta Capital. Não foram opostos embargos de declaração. Irresignada, interpõe o presente recurso, alegando, nas razões de fls. 242/250, que o acórdão recorrido veicula negativa de vigência em relação ao disposto no art. 149, e art.150, ambos do Código Civil, bem como ao art. 585, inciso II, do Código de Processo Civil. Nas contrarrazões encartadas às fls. 258/ 261, a Recorrida aponta óbices ao seguimento do recurso e, no mérito, requer seja o mesmo improvido. E o relatório. A irresignação não comporta seguimento, conforme se demonstrará. No intróito das razões ofertadas, a Recorrente registra que o decismum atacado "contrariou frontalmente princípios basilares de nosso ordenamento jurídico pátrio e disposições contidas em Lei Federal, especificamente nos artigos 585, inciso II do Código de Processo Civil e artigos 149 e 150 do Código CivW (fls. 242) Adiante, no tópico intitulado "Do cabimento do recurso especial", ressalta que o acórdão ""está em marcante contrariedade com a interpretação que os demais tribunais deram à Lei Federal nº 4.595/64" e "importa em contrariedade à lei federal, sobretudo, ao Código Civil Lei nº 10.406/02, sobretudo nos arts. 186, 927 e 943 do referido diploma". (fls. 243) Todavia, ao expender argumentação acerca mérito da questão, aponta o que entende configurar expressa violação a "dispositivo aplicável ao presente feito, por se tratar de relação tutelada pela legislação consumerista, especificamente enunciada no dispositivo contido nos incisos IIe III do artigo 60da Lei n. 8.078/90". (fls. 244) E, no item nomeado "da relação de consumo", assevera ser "gritante a ofensa do recorrido aos mais elementares direitos dos consumidores, com a cobrança de encargos ilegais "maquiados", e com manobras de débitos em conta corrente dos valores que entendem devidos aleatoriamente, e mesmo assim, a dívida só aumenta, previsto no art. 6o do CDC, em especial ao inciso IV, o que torna necessária a intervenção do Poder Judiciário para coibir tais condutas lesivas", (fls. 246) Destarte, a irresignação não ostenta a regularidade formal indispensável para sua subida. Em outra linha, presente outro obstáculo ao processamento do recurso, eis que a argumentação desenvolvida nas razões recursais se encontra divorciada do que restou decidido por esta Corte. Assim, de par com a ausência de regularidade formal, a alegação carece também do indispensável prequestionamento. Nesse sentido: 7/ - Face ao exposto, não houve debate acerca da matéria contida no dispositivo tido por violado pela recorrente, e a argumentação no sentido da aplicação do mesmo revela-se dissociada e estranha aos fundamentos adotados no aresto atacado, que, suficientes à manutenção do julgado, restaram incólumes. Nesse panorama, inegável a incidência dos verbetes nºs 282, 283, 284 e 356 da Súmula do STF III-Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1065517/RJ, Rei. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 16/09/2008, DJe 01/10/2008) (grifo nosso) Por derradeiro, patente a pretensão de que seja revolvida matéria fático-probatória. Depois de colacionar "algumas transcrições de depoimentos de testemunhas", fls. 248, alega-se que "o Recorrido, em momento algum, fez prova de suas alegações, no sentido de haver, no ato da instalação da energia pelo grupo A, feito os devidos esclarecimentos, sendo evidente a necessidade de que se exerça o ônus da prova em tal sentido, demonstrando que tal alegação é inverídica...". Em conclusão, a Recorrente pretende seja reformado o acórdão, proferido "contra as próprias provas dos autos (...) vez que, como já se disse e se repetiu nessa peça recursal, o material probatório não deixa margens, sequer, à dúvidas sobre o direito do Recorrente", (fls.249) A análise de tais teses imporia à Corte Superior o exame de matéria fática, de modo que o presente recurso encontra óbice intransponível ao seu seguimento, consubstanciado na Súmula nº 07, do STJ.1 Ante o exposto, inadmito o Recurso Especial, NEGANDO-LHE

SEGUIMENTO. Publique-se, e intime-se. Palmas, 06 de maio de 2010. Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

RECURSO ESPECIAL NA AP Nº 9807/09
ORIGEM :COMARCA DE COLMÉIA/TO
REFERENTE :AÇÃO DECLARATÓRIA
RECORRENTE :INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORA :AGRIPINA MOREIRA
RECORRIDO(S) :MARIA LÚCIA PEREIRA FREITAS SANTOS
ADVOGADO :ALVARO SANTOS DA SILVA
RELATORA :Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora WILLAMARA LEILA - Presidente deste Tribunal ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da DECISÃO: Cuida-se de Recurso Especial fundamentado nas alíneas 'a' e 'c' do permissivo constitucional, interposto pelo INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV em face de acórdão unânime proferido pela 4a Turma Julgadora da 2a Câmara Cível deste Tribunal, fls. 131/136, que negou provimento ao apelo por ele interposto, confirmando a sentença proferida na Ação Declaratória nº 1604/03, ajuizada por MARIA LÚCIA PEREIRA FREITAS SANTOS, ora Recorrida. Não foram opostos embargos de declaração. Irresignado, interpõe o presente recurso, alegando, nas razões de fls. 141/156, que o acórdão recorrido veicula tanto negativa de vigência quanto dissídio jurisprudencial em relação ao disposto no art. lo, da Lei nº 9.278/96, no art. 1521, inciso VI, e art. 1723, § lo, ambos do Código Civil, bem como ao art. 333, inciso I, do Código de Processo Civil. A Recorrida, embora regularmente intimada para apresentar contrarrazões, quedou-se inerte. É o relatório. A irresignação é tempestiva, a parte é legítima, há interesse em recorrer, e dispensado o preparo, pelo que passo à análise dos requisitos específicos inerentes à espécie. DA NEGATIVA DE VIGÊNCIA OU VIOLAÇÃO A NORMA FEDERAL No que respeita ao alegado malferimento ao disposto no art. 333, inciso I, do CPC, constata-se que a irresignação não comporta seguimento, eis que argumentação desenvolvida nas razões recursais se encontra divorciada do que restou decidido por esta Corte. Com efeito, enquanto o voto condutor do acórdão atacado cuidou de firmar a validade dos elementos de prova apresentados pela Recorrida, registrando que "qualquer prova, uma vez admitida em direito, é suficiente à comprovação da convivência marital e que "se a prova testemunhal, sozinha seria suficiente, a fortiori quando há documento público a comprovar tal estado", a argumentação da Recorrente segue no sentido de que houve violação do artigo 333, I, do Código de Processo Civil, que determina que o autor deve se desincumbir do ônus de provar, o que o mesmo não o fez". Assim, de par com a ausência de regularidade formal, a alegação carece também do indispensável prequestionamento. Destarte, no particular, o recurso padece da ausência de regularidade formal. Assim: - Face ao exposto, não houve debate acerca da matéria contida no dispositivo tido por violado pela recorrente, e a argumentação no sentido da aplicação do mesmo revela-se dissociada e estranha aos fundamentos adotados no aresto atacado, que, suficientes à manutenção do julgado, restaram incólumes. Nesse panorama, inegável a incidência dos verbetes nºs 282, 283, 284 e 356 da Súmula do STF. III-Agravo regimental improvido" (AgRg no REsp 1065517/RJ, Rei. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 16/09/2008, DJe 01/10/2008) (grifo nosso) No que concerne ao alegado mal ferimento ao que prevêem o art. lo, da Lei nº 9.278/96 e ao art. 1723, § lo, do Código Civil, constata-se a pretensão de que seja revolvida matéria fático-probatória. Ao expender a argumentação respectiva, alega-se que "da análise desses dispositivos legais, resta evidenciado que a união estável da recorrida não poderia ter sido declarada, pois é flagrante a contrariedade aos artigos elencados" para, em seguida, concluir-se: "Por outras palavras, a recorrida não se enquadra no texto da lei, vez que a mesma continua casada com terceiro e não comprovou por meios de documentos a separação de fato, tampouco a relação de dependência com o 'de cujus'." A análise de tais teses imporia à Corte Superior o exame de matéria fática, de modo que o presente recurso encontra óbice intransponível ao seu seguimento, consubstanciado na Súmula nº 07, do STJ.1 Na parte em que sustenta violação ao art. 1521, inciso VI, do Código Civil, o "Súmula 7 - A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso não comporta seguimento, ante a ausência do indispensável prequestionamento. Como se sabe, para que os recursos especial e extraordinário sejam alçados aos Tribunais Superiores, é necessário que a Corte local tenha decidido sobre o tema proposto, de modo a atender à aludida exigência. No caso sob exame, o dispositivo em questão não foi abordado, como suporte da decisão, em momento algum, tampouco a matéria foi oportunamente suscitada, não sendo objeto de debates e decisão por este Sodalício, nem mesmo em sede de aclaratórios. Em consequência, resta patente a ausência do indispensável prequestionamento, incidindo na espécie o disposto na Súmula 211 do DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL No que respeita ao alegado dissídio jurisprudencial, o recurso não atende aos requisitos constantes do art. 541, parágrafo único,3 do CPC. Com efeito, a análise da petição recursal revela de forma inequívoca que a Recorrente não cuidou de em proceder ao confronto analítico entre o julgado recorrido e os arestos que aponta como paradigmas, deixando de evidenciar que os acórdãos confrontados teriam partido de bases fáticas idênticas e adotado conclusões discrepantes. Ora, sem que restem demonstradas de maneira minuciosa as semelhanças e dessemelhanças entre o acórdão combatido e aqueles invocados como paradigmas, não há como se conhecer do dissídio pretoriano. Nesse sentido decide o colendo STJ: "PENAL. PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA V DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. (...) 1. Quanto à divergência, falha o cotejo analítico, nos moldes do que determina o art 255 do RISTJ, impedindo o conhecimento do recurso quanto a esse aspecto. De se referir que não basta a simples transcrição de ementas ou trechos do julgado divergente, devendo a parte realizar o confronto explanatório da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de " "Súmula 211 - Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo".) Parágrafo único. Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na Internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados." apontar a divergência jurisprudencial existente. A

falta de análise dos julgados com o fito de evidenciar sua similaridade fática evidencia o descumprimento das formalidades insculpidas nos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255, §§ 1o e 2o, do Regimento Interno desta Corte. (-) 5. Agravo a que se nega provimento." (AgRg no REsp 1043279/PR, Rei. Ministra Jane Silva (Desembargadora convocada do TJ/MG), Sexta Turma, julgado em 14/10/2008, DJe 03/11/2008) Ante o exposto, inadmito o Recurso Especial, NEGANDO-LHE SEGUIMENTO. Publique-se, e intime-se. Palmas, 30 de abril de 2010. Desembargadora WILLAMARA LEILA – Presidente.

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Intimações às Partes

3466ª DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA AUTOMÁTICA

REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2010

PRESIDENTE A EXMA. SRA. DESA. WILLAMARA LEILA

PRESENTE(S) A SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO: MARIA SUELI DE SOUZA AMARAL CURY

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO: SHEILA SILVA DO NASCIMENTO

AS 16:24 HORAS, FORAM DISTRIBUÍDOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, OS SEGUINTEs FEITOS:

PROTOCOLO: 10/0081911-3
APELAÇÃO 10704/TO
ORIGEM: COMARCA DE TOCANTINÓPOLIS
RECURSO ORIGINÁRIO: 87522-2/09 116482-6/09 87619-9/09
REFERENTE: (DENÚNCIA Nº 87619-9/09- ÚNICA VARA CRIMINAL)
T.PENAL: ARTIGO 155, § 1º, DO CP
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: IRAZIEL GOMES SOBRAL
DEFEN. PÚB: ANTONIO CLEMENTINO SIQUEIRA E SILVA
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - SEGUNDA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010

PROTOCOLO: 10/0081937-7
PROCESSO ADMINISTRATIVO 40204/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUACEMA
RECURSO ORIGINÁRIO:
REFERENTE: CRITÉRIO DE DESEMPATE NA LISTA DE ANTIGUIDADE DOS MAGISTRADOS
REQUERENTE: JUÍZA DE DIREITO CIBELLE MENDES BELTRAME
REQUERIDO : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LUIZ GADOTTI - CONSELHO DA MAGISTRATURA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010, CONEXÃO POR PROCESSO 10/0081588-6

PROTOCOLO: 10/0081999-7
PROCESSO ADMINISTRATIVO 40239/TO
ORIGEM: COMARCA DE PONTE ALTA DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: OF.038/2010
REQUERENTE: JUIZ DE DIREITO CLEDSON JOSÉ DIAS NUNES
REFERENTE: SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO DE PROMOÇÃO ACERCA DO RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA LISTA DE ANTIGUIDADE/MAGISTRADOS
REQUERIDO : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LUIZ GADOTTI - CONSELHO DA MAGISTRATURA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010, CONEXÃO POR PROCESSO 10/0081588-6

PROTOCOLO: 10/0082630-6
APELAÇÃO 10794/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: 114372-1/09
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 114372-1/09 DA 2ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL: ART. 155 "CAPUT" DO CODIGO PENAL
APELANTE: JANDERLAN SOUZA DIAS
DEFEN. PÚB: MONICA PRUDENTE CANÇADO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010

PROTOCOLO: 10/0082839-2
HABEAS CORPUS 6366/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: WALDIR YURI DAHER LOPES DA ROCHA
PACIENTE: JÚLIO CÉSAR DIONÍSIO BRITO
ADVOGADO: WALDIR YURI D. L. DA ROCHA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS - TO
RELATOR: MOURA FILHO - 1ª CÂMARA CRIMINAL
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010
IMPEDIMENTO DES: DANIEL NEGRY - JUSTIFICATIVA: CONFORME DESPACHO DE FLS.368, "...POR MOTIVO DE FORO ÍNTIMO (...)"

PROTOCOLO: 10/0082947-0
APELAÇÃO 10821/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÇU
RECURSO ORIGINÁRIO: 101070-5/09
REFERENTE: (DENUNCIA Nº 101070-5/09 DA UNICA VARA)
T.PENAL: ART. 33, "CAPUT" E SEU § 4º, DA LEI DE Nº 11.343/06
APELANTE: WILSON GOMES BORGES

ADVOGADO: CHARLES LUIZ ABREU DIAS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: DANIEL NEGRY - QUARTA TURMA CRIMINAL - 2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010, CONEXÃO POR PROCESSO 10/0082965-8

PROTOCOLO: 10/0082986-0
APELAÇÃO 10835/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÇU
RECURSO ORIGINÁRIO: 101073-0/09
REFERENTE: (DENUNCIA Nº 101073-0/09 DA UNICA VARA)
T.PENAL: ART. 33,"CAPUT" E SEU § 4º, DA LEI DE Nº 11343/06
APELANTE(S): ELIOMAR DE FARIA TEIXEIRA E EVANDRO FARIA TEIXEIRA
ADVOGADO: JULIANO GOMES CERQUEIRA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: DANIEL NEGRY - QUARTA TURMA CRIMINAL - 2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010, CONEXÃO POR PROCESSO 10/0082965-8

PROTOCOLO: 10/0083158-0
APELAÇÃO 10859/TO
ORIGEM: COMARCA DE FIGUEIRÓPOLIS
RECURSO ORIGINÁRIO: 331/04
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 331/04, DA VARA ÚNICA)
T.PENAL: ARTIGO 213, DO CP
APELANTE: DERLEY GONÇALVES GLÓRIA
ADVOGADO: MARIA PEREIRA DOS SANTOS LEONES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: MOURA FILHO - TERCEIRA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083247-0
AGRAVO DE INSTRUMENTO 10383/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 2.8802-9/10
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO Nº 2.8802-9/10 DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRISTALÂNDIA-TO)
AGRAVANTE: ITANIR ROBERTO ZANFRA
ADVOGADO(S): VINICIUS RIBEIRO ALVES CAVALCANTE E OUTRO
AGRAVADO(A): SILVIO CASTRO DA SILVEIRA
ADVOGADO: KEYLA MÁRCIA G. ROSAL
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - SEGUNDA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083357-4
DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO 1506/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 30652-3
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 30652-3/07 DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PEDRO AFONSO-TO)
REQUERENTE: FRANCISCO DE QUEIROZ BATISTA
ADVOGADO: FRANCISCO JOSÉ SOUSA BORGES
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - SEGUNDA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010, PREVENÇÃO POR PROCESSO 05/0044997-0

PROTOCOLO: 10/0083361-2
AGRAVO DE INSTRUMENTO 10393/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 2.4672-5/10 DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS/TO)
AGRAVANTE: CLEBER LUCIANO MENDES DE TOLEDO
ADVOGADO: PRISCILA COSTA MARTINS
AGRAVADO(A): BANCO DO BRASIL S/A
RELATOR: CARLOS SOUZA - PRIMEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083365-5
MANDADO DE SEGURANÇA 4526/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: ANA MARIA SARAIVA OLIVEIRA
ADVOGADO: RODRIGO COELHO
IMPETRADO: SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS, PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV E ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083366-3
MANDADO DE SEGURANÇA 4527/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: ARMANDO FAUSTINO DE MIRANDA
ADVOGADO: RODRIGO COELHO
IMPETRADO: SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS, PRESIDENTE DO IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS E ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LUIZ GADOTTI - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010

COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083367-1
MANDADO DE SEGURANÇA 4528/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: VANIAS ALVES ROCHA
ADVOGADO: RODRIGO COELHO
IMPETRADO: SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS, PRESIDENTE DO IGPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS E ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LUIZ GADOTTI - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083369-8
MANDADO DE SEGURANÇA 4529/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: JONAS COELHO MACHADO
ADVOGADO: RODRIGO COELHO
IMPETRADO: SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS, PRESIDENTE DO IGPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS E ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083381-7
HABEAS CORPUS 6415/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO
PACIENTE: CESARINO AUGUSTO DE LIMA
ADVOGADO: JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAÍ-TO
RELATOR: NELSON COELHO FILHO - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083394-9
MANDADO DE SEGURANÇA 4530/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: MATEUS COIMBRA AZEVEDO
ADVOGADO: ROBERVAL AIRES PEREIRA PIMENTA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE POLICIAIS CIVIS PARA INGRESSO NO GRUPO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS (GOTE) DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: DANIEL NEGRY - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083395-7
MANDADO DE SEGURANÇA 4531/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: GILDENOR PEREIRA BARROS JÚNIOR
ADVOGADO: ROBERVAL AIRES PEREIRA PIMENTA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO TOCANTINS E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE POLICIAIS CIVIS PARA INGRESSO NO GRUPO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS (GOTE) DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: CARLOS SOUZA - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083396-5
MANDADO DE SEGURANÇA 4532/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: RAIMUNDO MONTEIRO E BRITO
ADVOGADO: ROBERVAL AIRES PEREIRA PIMENTA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO TOCANTINS E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE POLICIAIS CIVIS PARA INGRESSO NO GRUPO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS (GOTE) DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: AMADO CILTON - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083397-3
MANDADO DE SEGURANÇA 4533/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: MÁRIO JUSTINIANO DA SILVA
ADVOGADO: ROBERVAL AIRES PEREIRA PIMENTA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE POLICIAIS CIVIS PARA INGRESSO NO GRUPO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS (GOTE) DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083398-1
MANDADO DE SEGURANÇA 4534/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: SUZI FRANCISCA DA SILVA
ADVOGADO: ROBERVAL AIRES PEREIRA PIMENTA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO TOCANTINS E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE POLICIAIS CIVIS PARA INGRESSO NO GRUPO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS (GOTE) DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: JACQUELINE ADORNO - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083400-7
HABEAS CORPUS 6416/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: MARIA DE FÁTIMA MELO ALBUQUERQUE CAMARANO E KATIA BOTELHO AZEVEDO
PACIENTE: PAULO VICTOR NASCIMENTO
ADVOGADO(S): MARIA DE FÁTIMA MELO ALBUQUERQUE CAMARANO E KÁTIA BOTELHO AZEVEDO
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS - TO
RELATOR: DANIEL NEGRY - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/05/2010, PREVENÇÃO POR PROCESSO 10/0082439-7
COM PEDIDO DE LIMINAR

3467ª DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA AUTOMÁTICA

REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2010

PRESIDENTE A EXMA. SRA. DESA. WILLAMARA LEILA

PRESENTE(S) A SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO: MARIA SUELI DE SOUZA AMARAL CURY

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO: SHEILA SILVA DO NASCIMENTO

AS 16:21 HORAS, FORAM DISTRIBUÍDOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, OS SEGUINTEs FEITOS:

PROTOCOLO: 09/0074959-8
APELAÇÃO 9001/TO
ORIGEM: COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 24255-0/07
REFERENTE: (AÇÃO PAULIANA Nº 24255-0/07 - 2º CÍVEL)
APELANTE(S): ZENIO DE SIQUEIRA, SONIA MARIA PEREIRA DE SIQUEIRA, GETÚLIO RABELO DA SILVA E ZENI RABELO FONSECA
ADVOGADO(S): ADWARDYS BARROS VINHAL E OUTRO
APELADO(S): EDGAR JOSÉ GUERRA, SOLANGE GUERRA, HUMBERTO GUERRA DA SILVEIRA E HELIO GUERRA DA SILVEIRA
ADVOGADO: JOSÉ MARCELINO SOBRINHO
RELATOR: WILLAMARA LEILA - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010, PREVENÇÃO POR DESEMBARGADOR

PROTOCOLO: 09/0079267-1
APELAÇÃO 10137/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 728/99
REFERENTE: (AÇÃO COMINATORIA C/C INDENIZAÇÃO DE PERDAS E DANOS E ABUSO DE AUTORIDADE Nº 728/99 DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS)
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: SERGIO RODRIGO DO VALE
APELADO: VIAÇÃO PARAISO LTDA.
ADVOGADO(S): RICARDO DE OLIVEIRA E OUTRO
RELATOR: MOURA FILHO - 2ª CÂMARA CÍVEL
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010
IMPEDIMENTO DES: NELSON COELHO FILHO - JUSTIFICATIVA: CONFORME DESPACHO DE FLS.572, DECLAROU-SE POR IMPEDIDO NOS TERMOS DO ART.128-LOMAN
IMPEDIMENTO DES: JACQUELINE ADORNO - JUSTIFICATIVA: ATUOU COMO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

PROTOCOLO: 09/0080106-9
AGRAVO DE INSTRUMENTO 10119/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
REFERENTE: (AÇÃO DE INVENTÁRIO Nº 2023/02 DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE PALMAS/TO)
AGRAVANTE : LANDSTAINER GONÇALVES DE CASTRO REPRESENTADO POR SUA CURADORA ORA INVENTARIANTE MARIA DAS NEVES SANTOS SILVA
ADVOGADO: ANTÔNIO EDIMAR SERPA BENÍCIO
AGRAVADO(A): ELIANE PINTO CERGUEIRA SANTOS, IGOR GONÇALVES PINTO E ÍTALO GONÇALVES PINTO
ADVOGADO(S): JÂNIO WASHINGTON BARBOSA DA CUNHA E OUTROS
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010
IMPEDIMENTO DES: NELSON COELHO FILHO - JUSTIFICATIVA: CONFORME DESPACHO DE FLS.407, DECLAROU-SE POR IMPEDIDO NOS TERMOS DO ART.134, III-CPC.

PROTOCOLO: 10/0083037-0
APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA 1607/TO
ORIGEM: COMARCA DE TOCANTINÓPOLIS
RECURSO ORIGINÁRIO: 80228-6/08
REFERENTE: (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 80228-6/08 - ÚNICA VARA CÍVEL)
APELANTE: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA-SINICON
ADVOGADO(S): ERCÍLIO BEZERRA DE CASTRO FILHO E OUTRO
APELADO: SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE PALMEIRAS DO TOCANTINS-TO
ADVOGADO : GENILSON HUGO POSSOLINE
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010, PREVENÇÃO POR PROCESSO 08/0069647-6

PROTOCOLO: 10/0083137-7
APELAÇÃO 10855/TO
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL
RECURSO ORIGINÁRIO: 22549-0/09 22580-5/09 27088-6/09
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 27088-6/09, DA 2ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL: ARTIGO 157, § 2º, INCISOS II, DO CP
APELANTE(S): OTOGARMY TIAGO DE SANTANA FILHO E PAULO SÉRGIO PEREIRA DE MELO
DEFEN. PÚB: ELYDIA LEDA BARROS MONTEIRO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083142-3
APELAÇÃO 10858/TO
ORIGEM: COMARCA DE FIGUEIRÓPOLIS
RECURSO ORIGINÁRIO: 109440-6/07
REFERENTE: (DENÚNCIA Nº 109440-6/07- ÚNICA VARA)
T.PENAL: ARTIGO 14, "CAPUT", DA LEI Nº10826/03
APELANTE: ALBERTO GOMES CARVALHO
DEFEN. PÚB: NEUTON JARDIM DOS SANTOS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - SEGUNDA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083319-1
APELAÇÃO 10870/TO
ORIGEM: COMARCA DE ITACAJÁ
RECURSO ORIGINÁRIO: 39576-0/09
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, Nº 39576-0/09 DA VARA ÚNICA)
APELANTE: RILMAR ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO: LÍDIO CARVALHO DE ARAÚJO
APELADO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: ARLENE FERREIRA DA CUNHA MAIA
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083320-5
APELAÇÃO 10871/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAPOEMA
RECURSO ORIGINÁRIO: 102272-1/08
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA Nº 102272-1/08, DA ÚNICA VARA)
APELANTE: REINALDO MOREIRA BARRETO
ADVOGADO: JEAN CARLOS PAZ DE ARAÚJO
APELADO: GUSTAVO ANTÔNIO TAVARES
ADVOGADO: JOSÉ JASSÔNIO VAZ COSTA
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083321-3
APELAÇÃO 10872/TO
ORIGEM: COMARCA DE WANDERLÂNDIA
RECURSO ORIGINÁRIO: 95687-9/08
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 95687-9/08 DA ÚNICA VARA)
APELANTE: SÉRGIO TROVO MURASKA
ADVOGADO: EMERSON COTINI
APELADO: VALTRA DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO: JULIANA RESENDE CARDOSO
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083338-8
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2466/TO
ORIGEM: COMARCA DE NOVO ACORDO
RECURSO ORIGINÁRIO: 42687-0/08
REFERENTE: (DENÚNCIA Nº 42687-0/08- ÚNICA VARA)
T.PENAL: ARTIGO 121, DO CP
RECORRENTE: MANOEL DIAS DOS SANTOS
DEFEN. PÚB: FABRICIO DIAS BRAGA DE SOUSA
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: JACQUELINE ADORNO - QUINTA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083339-6
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2467/TO
ORIGEM: COMARCA DE GOIATINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 265/05

REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 265/05 DA ÚNICA VARA)
T.PENAL: ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II E IV, C/C O ART.14, INCISO II, TODOS DO DO CP, SOB A ÉGIDE DA LEI DE Nº 8072/90
RECORRENTE: MARIZON PEREIRA DA COSTA
DEFEN. PÚB: CLEITON MARTINS DA SILVA
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083340-0
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2468/TO
ORIGEM: COMARCA DE GOIATINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 136/00
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 136/00, DA ÚNICA VARA)
T.PENAL: ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II, C/C O ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CP
RECORRENTE: CARLOMAR VIEIRA DA SILVA
DEFEN. PÚB: CLEITON MARTINS DA SILVA
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - SEGUNDA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083341-8
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2469/TO
ORIGEM: COMARCA DE GOIATINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 259/05
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 259/05 DA ÚNICA VARA)
T.PENAL: ARTIGO 121, § 2º, INCISOS IV, C/C O ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CP, C/C O ARTIGO 14, DA LEI DE Nº 10.826/03, AMBOS C/C O ARTIGO 69, DO CP SOB A ÉGIDE DA LEI DE Nº 8.072/90
RECORRENTE: IZAILTON OLIVEIRA LUZ
DEFEN. PÚB: CLEITON MARTINS DA SILVA
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083342-6
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2470/TO
ORIGEM: COMARCA DE GOIATINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 253/05
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 253/05, DA VARA ÚNICA)
T.PENAL: ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II E IV, C/C O ART.61, INCISO II, ALINEA "E", DO CP, COM A DIRETRIZES DA LEI Nº 8.072/90
RECORRENTE: JOÃO ODOLFO RIBEIRO DA COSTA SILVA
DEFEN. PÚB: CLEITON MARTINS DA SILVA
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: JACQUELINE ADORNO - QUINTA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083372-8
AGRAVO DE INSTRUMENTO 10395/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 27306-4
REFERENTE: (AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 27306-4 DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO)
AGRAVANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A.
ADVOGADO: MARINÓLIA DIAS DOS REIS
AGRAVADO(A): ADÃO PEREIRA VANDERLEIZ
RELATOR: DANIEL NEGRY - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083373-6
AGRAVO DE INSTRUMENTO 10394/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
REFERENTE: (AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 2.7302-1/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS/TO)
AGRAVANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A.
ADVOGADO: MARINÓLIA DIAS DOS REIS
AGRAVADO(A): JANDIRO CLAUDIO DIAS DO NASCIMENTO
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083403-1
MANDADO DE SEGURANÇA 4535/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: UBIRATAN PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: FÁBIO BEZERRA DE MELO PEREIRA
IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: NELSON COELHO FILHO - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083404-0
MANDADO DE SEGURANÇA 4536/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: GILMAR ARAÚJO FEITOSA
ADVOGADO: FÁBIO BEZERRA DE MELO PEREIRA
IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: AMADO CILTON - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083405-8
MANDADO DE SEGURANÇA 4537/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: ADEMAR UCHOA MENDES JÚNIOR
ADVOGADO(S): FRANCIELLE P. R. BARBOSA E OUTRO
IMPETRADO: DIRETOR DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083406-6
AGRAVO DE INSTRUMENTO 10396/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 3.3542-1/10
REFERENTE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 2.3542-1/10 DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE MIRANORTE-TO)
AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S): FÁBIO DE CASTRO SOUZA E OUTRA
AGRAVADO(A): SIDNEY MARQUES DA SILVA
ADVOGADO : JADER NUNES CACHOEIRA
RELATOR: NELSON COELHO FILHO - PRIMEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010

PROTOCOLO: 10/0083432-5
AGRAVO DE INSTRUMENTO 10397/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
REFERENTE: (AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO Nº 2.6016-7/07 DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE GOIATINS/TO)
AGRAVANTE: RAIMUNDA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(S): VANDERLITA FERNANDES DE SOUSA E OUTRA
AGRAVADO(A): RAFAEL ANDERSON FERREIRA VALCANAIÁ, PAULO COSTA, MARLENE MAIA BAZZO, GILMAR DE LIMA, BENJAMIM DALMOLIN E AMAURI MIRANDA
ADVOGADO(S): ADRIANO GUINZELLI E OUTRO
RELATOR: DANIEL NEGRY - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083437-6
HABEAS CORPUS 6417/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: LUIZ VALTON PEREIRA DE BRITO
PACIENTE: JOÃO NETO LEANDRO BATISTA
ADVOGADO: LUIZ VALTON PEREIRA DE BRITO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS-TO
RELATOR: LUIZ GADOTTI - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083438-4
MANDADO DE SEGURANÇA 4538/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: DANIELA PEREIRA COSTA
ADVOGADO: ROBERVAL AIRES PEREIRA PIMENTA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE POLICIAIS CIVIS PARA INGRESSO NO GRUPO DE OPERAÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS (GOTE) DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: DANIEL NEGRY - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083440-6
HABEAS CORPUS 6419/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: PAULO CÉSAR MONTEIRO MENDES JÚNIOR
PACIENTE: FABIO DELFINO PEREIRA DE SOUSA
ADVOGADO: PAULO CÉSAR MONTEIRO MENDES JÚNIOR
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS
RELATOR: JACQUELINE ADORNO - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083441-4
HABEAS CORPUS 6418/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: PAULO CÉSAR MONTEIRO MENDES JÚNIOR
PACIENTE: JOSÉ BARBOSA DOS SANTOS
ADVOGADO: PAULO CÉSAR MONTEIRO MENDES JÚNIOR
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS - TO
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083442-2
HABEAS CORPUS 6420/TO

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: LUISMAR OLIVEIRA DE SOUSA
PACIENTE: ALESSANDRO BARBOSA DA SILVA
ADVOGADO: LUISMAR OLIVEIRA DE SOUSA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS-TO
RELATOR: AMADO CILTON - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO: 10/0083447-3
HABEAS CORPUS 6421/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: RIVADÁVIA VITORIANO DE BARROS GARÇÃO
PACIENTE: JOÃO ARAÚJO LO
ADVOGADO: RIVADÁVIA V. DE BARROS GARÇÃO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS- TO
RELATOR: CARLOS SOUZA - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/05/2010, PREVENÇÃO POR DESEMBARGADOR
COM PEDIDO DE LIMINAR

TURMA RECURSAL

1ª TURMA RECURSAL

Pauta

PAUTA DE JULGAMENTO N.º 012/2010
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 12 DE MAIO DE 2010

Serão julgados pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, em Palmas, em sua 2ª (segunda) Sessão Extraordinária de Julgamento, aos doze (12) dias do mês de maio de 2010, quarta-feira, às 09:00 horas da manhã ou nas sessões posteriores, na Sala de Sessões das Turmas Recursais do Fórum da Comarca de Palmas, Estado do Tocantins, os feitos abaixo relacionados, assim como os retirados de julgamento de sessões anteriores:

01 - MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2180/10

Referência: RI 1718/09
Impetrante: Domingos da Silva Reis
Advogado(s): Drª. Sueli Moleiro (Defensora Pública)
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

02 - RECURSO INOMINADO Nº 2131/09 (JECC – TAQUARALTO-PALMAS-TO)

Referência: 2007.0004.9593-8/0
Natureza: Indenização por Dano Moral
Recorrente: Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS
Advogado(s): Dr. André Ribeiro Cavalcante e Outros
Recorrido: Domingos Oliveira Mendes
Advogado(s): Dr. Fábio Wazilewski e Outros
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

03 - RECURSO INOMINADO Nº 2192/10 (JECC – TOCANTINÓPOLIS-TO)

Referência: 2009.0004.0006-2/0
Natureza: Anulação de contrato c/c restituição de parcelas pagas e Danos Morais
Recorrente: Banco Pine S/A
Advogado(s): Dr. Wilton Roveri e Outros
Recorrida: Luzia Ribeiro da Silva
Advogado(s): Dr. Marcílio Nascimento Costa
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

04 - RECURSO INOMINADO Nº 2193/10 (COMARCA DE FILADÉLFIA-TO)

Referência: 2008.0010.4989-1/0
Natureza: Indenização por Danos Materiais e Morais
Recorrente: Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS
Advogado(s): Dr. Philippe Alexandre Carvalho Bittencourt e Outros
Recorrido: Elmir Lourinho Formigosa JúnioOr
Advogado(s): Dr. Uthant Vandrê Nonato Moreira Lima (Defensor Público)
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

05 - RECURSO INOMINADO Nº 2195/10 (JECÍVEL – PORTO NACIONAL-TO)

Referência: 2009.0003.5771-0/0 (9043/09)
Natureza: Obrigação de Fazer
Recorrente: Banco Dibens S/A
Advogado(s): Dr. Fabrício Gomes e Outros
Recorrida: Silvânia Gonçalves de Carvalho
Advogado(s): Drª. Surama Brito Mascarenhas
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

06 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2008.903.200-0

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Taquaralto – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais
Recorrente: Comercial de Tecidos Belo Ltda (Minas Tecidos e Calçados)
Advogado(s): Dr. Alexandre Abreu Aires Júnior
Recorrida: Keila Campos Ferreira
Advogado(s): Drª. Ítala Graciella Leal de Oliveira (Defensora Pública)
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

07 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2008.904.577-0

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Materiais e Morais com pedido de antecipação de tutela de suspensão de pagamento
Recorrente: Agaedson Rodrigues de Sousa
Advogado(s): Dr. Marlon Costa Luz Amorim (Defensor Público)
Recorrido: Editora Globo S/A
Advogado(s): Dr. Murilo Sudré Miranda e Outros
Relator: Juiz José Maria Lima

08 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2008.904.382-5

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas
Natureza: Indenização por Danos Morais
Recorrente: Banco Santander Brasil S/A (Banco ABN AMRO Real S/A) // Serasa S/A
Advogado(s): Dr. Leandro Rógeres Lorenzi e Outros // Drª. Miriam Peron Pereira Curiati e Outros
Recorrido: Lugiglene Alves Miranda // Serasa S/A // Banco Santander Brasil S/A (Banco ABN AMRO Real S/A)
Advogado(s): Dr. Pedro Carvalho Martins e Outro // Drª. Miriam Peron Pereira Curiati e Outros // Dr. Leandro Rógeres Lorenzi e Outros
Relator: Juiz José Maria Lima

09 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2008.904.383-3

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas
Natureza: Indenização por Danos Morais
Recorrente: Banco Santander Brasil S/A (Banco ABN AMRO Real S/A) // CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Palmas
Advogado(s): Dr. Leandro Rógeres Lorenzi e Outros // Drª. Camila Moreira Portilho
Recorrido: Lugiglene Alves Miranda // CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Palmas // Banco Santander Brasil S/A
Advogado(s): Dr. Pedro Carvalho Martins e Outro // Drª. Camila Moreira Portilho // Dr. Leandro Rógeres Lorenzi e Outros
Relator: Juiz José Maria Lima

10 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.901.212-5

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Sul – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Rescisão Contratual c/c Indenização por Danos Morais e Materiais
Recorrentes: Americel S/A (Claro) // Fernando Mendonça Cardoso
Advogado(s): Drª. Maria Tereza Borges de Oliveira Mello e Outros // Dr. José Luiz D'Abadia Júnior
Recorridos: Fernando Mendonça Cardoso // Americel S/A (Claro)
Advogado(s): Dr. José Luiz D'Abadia Júnior // Drª. Maria Tereza Borges de Oliveira Mello e Outros
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

11 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.901.357-8

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Taquaralto – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais e Materiais
Recorrente: Marizete Gonçalves de Souza
Advogado(s): Drª. Denize Souza Leite (Defensora Pública)
Recorridos: B2W – Companhia Global do Varejo (Shoptime.com) // AOC do Brasil Monitores Ltda // Space Tech Indústria, Comércio, Importação, Exportação de Equipamentos de Informática Ltda
Advogado(s): Dr. Leandro Jeferson Cabral de Mello e Outros // Drª. Patrícia Wiensko e Outros // Drª. Ângela Issa Haonat e Outros
Relator: Juiz José Maria Lima

12 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.901.443-6

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Revisional
Recorrente: Banco Pine S/A
Advogado(s): Dr. Wilton Roveri e Outros
Recorrida: Kátia Gonçalves Soares Corrêa
Advogado(s): Dr. Mauricio Kraemer Ughini e Outros
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

13 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.902.303-1

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Reclamação
Recorrente: Ronildo Moreira Borges
Advogado(s): Drª. Alyne Oliveira Ferreira
Recorrido: Cetelem Brasil S/A – Crédito, Financiamento e Investimento // Materiais de Construção Samom Ltda
Advogado(s): Drª. Maria Carolina da Fonte de Albuquerque e Outros // Dr. Virgílio Ricardo Coelho Meirelles
Relator: Juiz José Maria Lima

14 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.902.429-4

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Taquaralto – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Declaratória de Inexistência de Débitos com Indenização por Danos Morais (com pedido de antecipação dos efeitos da tutela)
Recorrente: Brígida Correia da Silva Saraiva
Advogado(s): Drª. Denize Souza Leite (Defensora Pública)
Recorrido: Brasil Telecom S/A
Advogado(s): Dr. André Guedes e Outros
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

15 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.902.430-2

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Taquaralto – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Rescisão Contratual com Declaratória de Inexistência de Débitos com Indenização por Danos Morais (antecipação dos efeitos da tutela)
Recorrente: Maria Sueli de Abreu
Advogado(s): Drª. Denize Souza Leite (Defensora Pública)
Recorrido: Brasil Telecom S/A
Advogado(s): Dr. André Guedes e Outros
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

16 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.902.773-5

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais
Recorrente: Méris Inês Delevatti
Advogado(s): Dr. Marlon Costa Luz Amorim (Defensor Público)
Recorrido: Banco do Brasil S/A
Advogado(s): Dr. Sandro Pissini Espindola e Outros
Relator: Juiz José Maria Lima

17 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.903.178-6

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Obrigação de Fazer com pedido de liminar c/c Reparação de Danos Materiais e Morais
Recorrente: Banco Panamericano S/A
Advogado(s): Drª. Annete Diane Riveros Lima e Outros
Recorrido: Leandro Guimarães Nunes
Advogado(s): Dr. Thiago Perez Rodrigues da Silva
Relator: Juiz José Maria Lima

18 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.903.376-6

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Cobrança
Recorrente: Cristiane Coelho Torres
Advogado(s): Dr. Alessandro Roges Pereira
Recorrido: Luís Carlos Alves de Oliveira
Advogado(s): Dr. Clóvis Teixeira Lopes e Outro
Relator: Juiz José Maria Lima

19 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.903.407-9

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenizatória decorrente de Danos Morais c/c Obrigação de Fazer
Recorrente: Meurer & Meurer Ltda
Advogado(s): Dr. Fábio Wazilewski e Outros
Recorrida: Silvana Sousa Correia
Advogado(s): Dr. Marcos Ferreira Davi
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

OBSERVAÇÕES: 1ª - FICAM OS INTERESSADOS ADVERTIDOS DE QUE AS EMENTAS E ACÓRDÃOS SERÃO PUBLICADOS EM SESSÃO, CONTANDO, A PARTIR DA REFERIDA PUBLICAÇÃO EM SESSÃO, O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS.
2ª - A PUBLICAÇÃO DAS EMENTAS E ACÓRDÃOS NO DIÁRIO DA JUSTIÇA SOMENTE SERÃO PARA CONHECIMENTO PÚBLICO DOS JULGADOS.
3ª - SERÁ PUBLICADA, EM SESSÃO, A ATA DA SESSÃO ANTERIOR.
(*) O número citado na referência corresponde ao do juizado de origem.

Intimação de Acórdão

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.901.701-7

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Reparação por Danos Materiais e Indenização por Danos Morais
Embargantes: Eliene Porfírio e Fernando Porfírio Pereira
Advogado(s): Dr. Murillo Duarte Porfírio Di Oliveira
Embargado: Acórdão proferido em 22.04.2010
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÕES DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO AFASTADAS - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS REJEITADOS. 1. Inexistindo, na decisão, a contradição ou omissão, não há que se acolher o pedido declaratório. No caso em apreço, os embargantes utilizaram-se impropriamente dos embargos de declaração para manifestar seu inconformismo com o julgado, o que é vedado. 2. Não se mostra cabível, no sistema dos juizados, embargos interpostos apenas com o objetivo de prequestionar matéria constitucional, supostamente violada, e rediscutir a matéria de mérito. 3. Embargos rejeitados, decisão mantida.
ACÓRDÃO: Relatados e discutidos os autos nº 032.2009.901.701-7 por unanimidade de votos, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal do Estado do Tocantins em receber os embargos de declaração, porém rejeitá-lo por inexistir contradição ou omissão na decisão embargada, bem como matéria a ser prequestionada. Palmas-TO, 05 de maio de 2010

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.901.936-9

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais e Materiais
Embargante: Manara Veículos Ltda
Advogado(s): Dr. Alonso de Souza Pinheiro e Outra
Embargado: Acórdão proferido em 15.04.2010
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INTEMPESTIVIDADE. 1. O acórdão embargado foi proferido na sessão de julgamento do dia 15 de Abril de 2010, termo inicial do prazo para interposição do recurso, conforme evento 59 do Sistema Projudi. 2. Dessa forma, o prazo de 05 dias conferido às partes para a interposição de Embargos Declaratórios, consoante art. 49 da Lei 9.099/95, teve fim no dia 20 de Abril de 2010, tendo sido protocolizado o recurso somente no dia 22 seguinte ao encerramento do prazo. 3. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado nº. 032.2009.901.936-9, em que figura como embargante Manara Comércio de Veículos Automotores LTDA e como embargado Nelson Augusto Rodrigues Neto, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em não conhecer dos embargos por serem intempestivos, tudo nos termos do relatório e voto do Senhor Relator, que fica fazendo parte o presente julgado. Votaram acompanhando o Relator os Juizes Gilson Coelho Valadares e José Maria Lima. Palmas-TO, 05 de maio de 2010

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.901.956-7
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Sul – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais e Materiais
Embargante: Multimarcas Administradora de Consórcios Ltda
Advogado(s): Dr. Arthur Teruo Arakaki
Embargado: Acórdão proferido em 15.04.2010
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INTEMPESTIVIDADE - NÃO CONHECIMENTO. 1. Verificando-se que o recurso nominado foi julgado 15/04/2010 e que os embargos declaratórios, somente, foram interpostos no dia 30/04/2010, restou configurada sua intempestividade. 2. Não se conhece dos embargos declaratórios interpostos fora do prazo legal previsto no artigo 49, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos nº 032.2009.901.956-7, por unanimidade de votos, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal do Estado do Tocantins em não conhecer dos embargos de declaração, face à sua intempestividade. Palmas-TO, 05 de maio de 2010

Boletim de Expediente

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS PROFERIDOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2010, APENAS PARA CONHECIMENTO, TENDO O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO INICIADO APÓS A DATA DA SESSÃO SUPRAMENCIONADA, TRANSITADO EM JULGADO PARA A DEFENSORIA PÚBLICA EM 03.05.2010 E PARA O ADVOGADO EM 22 DE MARÇO DE 2010:

RECURSO INOMINADO Nº 032.2008.903.692-8
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Taguaralto – da Comarca de Palmas
Natureza: Rescisão Contratual c/c Restituição de Quantias Pagas c/c Danos Morais
Recorrente: Cícera Manuela Cesário Neto Machado
Advogado(s): Drª. Ítala Graciella Leal de Oliveira (Defensora Pública)
Recorrido: BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda (Brastemp Utilidades Domésticas Ltda "Compra Certa")
Advogado(s): Dr. Rodrigo Henriques Tocantins e Outros
Relator: Juiz José Maria Lima

EMENTA: RECURSO INOMINADO - DIREITO DO CONSUMIDOR - RESCISÃO CONTRATUAL - CONSUMIDORA ADQUIRIU PRODUTO QUE NÃO FOI ENTREGUE CONFORME CONTRATADO - DANO MORAL CONFIGURADO -RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA. 1. A recorrente afirma que realizou a compra de uma câmera fotográfica perante a recorrida pelo sistema "Compra Certa", em que receberia o produto após o pagamento da 6a parcela, o que não ocorreu. Afirma ainda que após o pagamento de todas as parcelas do contrato recebeu uma carta da recorrida informando que o valor pago seria devolvido em razão da desistência da recorrente; 2. A sentença rescindiu o contrato, determinando o ressarcimento dos valores pagos, acrescidos de juros e correção monetária e julgou improcedente o pedido de danos morais; 3. O pedido de danos morais deve ser julgado procedente. Pela análise dos autos percebe-se que ocorreu defeito na prestação do serviço, sendo objetiva a responsabilidade da recorrida em relação à reparação pelos danos sofridos pela recorrente, nos termos do artigo 14 do CDC; 4. O valor da indenização deve ser arbitrado de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, razão pela qual fixo-o em R\$ 3.000,00 (três mil reais), valor que deve ser acrescido de juros de 1% desde a citação e correção monetária a partir do arbitramento; 5. Recurso conhecido e provido para conceder à recorrente indenização por danos morais no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais); 5. Sem condenação da recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, face ao disposto no artigo 55, segunda parte, da Lei 9099/95.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos nº 032.2008.903.692-8, em que figura como Recorrente Cícera Manuela Cesário Neto Machado e Recorrido Brastemp Utilidades Domésticas Ltda, por unanimidade de votos, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal do Estado do Tocantins em conhecer do Recurso Inominado, e dar-lhe provimento para reformar a sentença, concedendo à recorrente indenização por danos morais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Sem condenação da recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, face ao disposto no artigo 55, segunda parte, da Lei 9099/95. Palmas-TO, 04 de março de 2010.

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.900.983-2
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais e Materiais
Recorrente: Simone Fontenelle da Silva
Advogado(s): Dr. Antônio de Freitas (Defensor Público)
Recorrido: TAM - Linhas Aéreas S/A
Advogado(s): Drª. Márcia Ayres da Silva e Outros
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. COMPRA DE PASSAGEM AÉREA. DÉBITO EM CONTA. SOLICITAÇÃO DE REEMBOLSO. DEVOLUÇÃO DE VALOR NÃO COMPROVADA. RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. REFORMA DA SENTENÇA. 1. Restando incontroverso que a consumidora adquiriu uma passagem aérea e que solicitou o reembolso do valor pago pela mesma, pouco após a compra, cabe a empresa devolver a importância paga no prazo fixado em seu regulamento, pois do contrário assume o risco pelos danos causados a seus clientes. 2. Cabe à empresa prestadora de serviços aéreos comprovar a efetivação do reembolso do valor da passagem à consumidora, para desconstituir sua alegação de não recebimento do crédito, nos moldes do artigo 333, II, do CPC. Não se desincumbindo deste ônus, impõe-se à devolução do valor pago devidamente corrigido. 3. A restrição de crédito pela privação do valor despendido na passagem pela recorrida por um longo prazo, além das diversas tentativas de recebê-lo, inclusive junto ao PROCON, fatos que, aliados à contrariedade, aos aborrecimentos ultrapassam a esfera da normalidade, constituindo acontecimentos aptos a gerar o dano moral. 4. Observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que informam a fixação da indenização do dano moral, a condição sócio econômica das partes, bem como o grau de culpa do causador do dano, a gravidade e intensidade da ofensa moral, fica fixado o dano moral em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). 5. Recurso conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO: Relatados e discutidos os autos nº 032.2009.900.983-2, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal do Estado do Tocantins, à unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Inominado e dar-lhe parcial provimento, reformando a sentença para condenar a recorrida a restituir à recorrente a título de danos materiais o valor R\$ 484,04 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos), com juros da citação e correção monetária do ajuizamento da demanda, bem como a indenizá-la pelos danos morais sofridos na importância de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com juros de mora a contar da citação e correção desta data. Caso a recorrida não cumpra sua obrigação espontaneamente no prazo de 15 dias do trânsito em julgado do acórdão, incidirá a multa de 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 475-J do CPC. Vencedora em parte a recorrente fica isenta do pagamento de custas e honorários advocatícios, nos moldes do artigo 55, da Lei 9.099/95. Palmas-TO, 04 de março de 2010.

Boletim de Expediente

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS PROFERIDOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2010, APENAS PARA CONHECIMENTO, TENDO O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO INICIADO APÓS A DATA DA SESSÃO SUPRAMENCIONADA, TRANSITADO EM JULGADO PARA A DEFENSORIA PÚBLICA EM 04.05.2010 E PARA O ADVOGADO EM 05 DE ABRIL DE 2010:

RECURSO INOMINADO Nº 032.2008.905.195-0
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Restituição de quantia paga indevidamente c/c Danos Morais
Recorrente: Alderice Santana Parente
Advogado(s): Dr. Antônio de Freitas (Defensor Público)
Recorrido: Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A
Advogado(s): Drª. Márcia Ayres da Silva e Outros
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

SÚMULA DE JULGAMENTO – EMENTA: (1) - Cuida-se de Recurso Inominado em Ação de Repetição de Indébito c/c Danos Morais que ALDERICE SANTANA PARENTE move em desfavor do UNIBANCO, tendo o juízo sentenciante julgado improcedentes os pedidos da autora. (2) - Hipótese de contrato de empréstimo com desconto direto em folha de pagamento, com o vencimento da primeira parcela para o dia 15/05/2008. Desconto ocorrido no pagamento recebido no início do mês 05/2008. (3) -Não há ilegalidade na cobrança da parcela feita pelo recorrido, uma vez que ficou ajustado em contrato que o pagamento ocorreria no mês de maio. Se o pagamento deveria ser feito no dia 15/05, mediante desconto direto em folha, nítido que deveria ser incluído no contracheque de abril, cujo pagamento é efetivado até o quinto dia útil de maio. (4) -Ademais, caso o recorrido houvesse por postergar a inclusão do pagamento na folha para o mês de maio, este só ocorreria em junho, tendo a recorrente que arcar com encargos financeiros desde a primeira até a última parcela, já que o desconto ocorreria sempre no mês subsequente ao dia do vencimento, o que não se demonstra razoável. (5) - Sentença mantida, porque bem apreciou a demanda. (6) - A recorrente arcará com as custas e honorários advocatícios que, em atenção ao art. 20, §3º, do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, observando o grau de zelo profissional, o local da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelos advogados e o tempo exigido para o serviço dispensado, observando a baliza do art. 55, segunda parte, da Lei nº 9.099/95, fixo à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspendendo-se, todavia, sua cobrança, pelo prazo previsto no artigo 12 da Lei 1.060/50, notadamente porque está assistida pela Defensor ia Pública. (7) - Súmula do Julgamento que serve como acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei 9.099/95.

ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado nº. 032.2008.905.195-0 em que figuram como recorrente Alderice Santana Parente e recorrido Unibanco - União dos Bancos Brasileiros S.A., acordam os integrantes da 1a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em hecher do recurso interposto por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade e, no mérito, negar-lhe provimento. Votaram acompanhando o Relator os Juizes Gilson Coelho Valadares e José Maria Lima. Palmas-TO, 18 de março de 2010

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.900.989-9
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais e Materiais
Recorrente: Maria da Glória de Sousa
Advogado(s): Dr. Antônio de Freitas (Defensor Público)
Recorrido: 14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogado(s): Dr. Rogério Gomes Coelho e Outros
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

SÚMULA DE JULGAMENTO – EMENTA: (1) - Trata-se de Recurso Inominado, nos autos da Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais que MARIA DA GLÓRIA DE SOUSA move em desfavor da BRASIL TELECOM S.A., em razão de o juiz sentenciante ter julgado improcedente o pedido de indenização aos danos morais. £2} - A recorrente não demonstrou nos autos os danos morais suportados. O que se nota, por outro lado, é a ocorrência de contratempos e/ou aborrecimentos. Observância do artigo 333, I, do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. (3) -Embora o valor indenizatório possa se revestir de natureza pedagógica, a indenização só pode ser deferida por ocasião da existência do dano comprovado. Trata-se de atenção ao disposto nos arts. 186,187 e 927 do CÓDIGO CIVIL. (4) - Por outro lado, a aplicação do valor atinente ao descumprimento das cláusulas contratuais, bem como à veiculação de propaga enganosa, foi objeto de apreciação administrativa, tendo o PROCON aplicado multa à recorrida, como se pode perceber nos próprios documentos trazidos aos autos pela recorrente (evento 01), não havendo que se falar em impunidade. (5) - Sentença mantida, porque bem apreciou a demanda. (6) - A recorrente arcará com as custas e honorários advocatícios que, em atenção ao art. 20, §3º, do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, observando o grau de zelo profissional, o local da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelos advogados e o tempo exigido para o serviço dispensado, observando a baliza do art. 55, segunda parte, da Lei nº 9.099/95, fixo à razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação (danos materiais), suspendendo-se, todavia, sua cobrança, pelo prazo previsto no artigo 12 da Lei 1.060/50, notadamente porque está assistida pela Defensoria Pública. (7) - Súmula do Julgamento que serve como acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei 9.099/95.

ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado nº. 032.2009.900.989-9 em que figuram como recorrente Maria da Glória de Sousa e recorrido Brasil Telecom Celular, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do recurso interposto por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade e, no mérito, negar-lhe provimento. Votaram acompanhando o ator os Juizes Gilson Coelho Valadares e José Maria Lima. Palmas-TO, 18 de março de 2010

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.903.429-3

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Obrigação de Fazer c/c Cobrança com pedido de tutela específica
Recorrente: Tatiana Pereira dos Reis
Advogado(s): Dr. Freddy Alejandro Solórzano Antunes (Defensor Público)
Recorrido: Associação Comunitária de Desenvolvimento de Lagoa do Tocantins (rep. por sua Presidente Delvani Ribeiro Barros)
Advogado(s): Não constituído
Relator: Juiz José Maria Lima

SÚMULA DE JULGAMENTO – EMENTA: RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE COBRANÇA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER - INDEFERIMENTO DA INICIAL - AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA AUTORA - RECURSO IMPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. A magistrada singular indeferiu a petição inicial sob o argumento de que a autora não cumpriu a diligência determinando que apresentasse comprovante de endereço residencial, descumprindo norma contida no parágrafo único do artigo 284 do CPC; 2. Inicialmente defiro os benefícios da assistência judiciária à recorrente; 3. Observo que nos autos não há comprovação de endereço da recorrente e, mesmo tendo sido intimada a comprovar onde residia, alegou impossibilidade de fazê-lo, descumprindo assim a determinação judicial, razão pela qual não há motivos para ser alterada a sentença de extinção do feito sem julgamento do mérito; 5. Recurso conhecido e improvido. Sendo a sentença mantida por seus próprios fundamentos, a lavratura do acórdão se faz nos termos do artigo 46 da Lei nº 9.099/95; 6. Condenação da recorrente ao pagamento de custas processuais, face ao disposto no artigo 55, segunda parte, da Lei 9.099/95, entretanto, em face da assistência judiciária, os efeitos ficarão suspensos na forma do art. 12 da Lei nº 1.060/50. Sem honorários, ante a não formação de processual.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos nº 032.2009.903.429-3, em que figura como Recorrente Tatiana Pereira dos Reis, por unanimidade de votos, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal do Estado do Tocantins em conhecer do Recurso Inominado, e negar-lhe provimento para manter a sentença por seus próprios fundamentos. Condenação da recorrente ao pagamento de custas processuais, face ao disposto no artigo 55, segunda parte, da Lei 9099/95, entretanto, em face da assistência judiciária, os efeitos ficarão suspensos na forma do art. 12 da Lei nº 1.060/50. Sem honorários, ante a não formação de relação processual. Palmas-TO, 18 de março de 2010

Boletim de Expediente

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS PROFERIDOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 08 DE ABRIL DE 2010, APENAS PARA CONHECIMENTO, TENDO O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO INICIADO APÓS A DATA DA SESSÃO SUPRAMENCIONADA, TRANSITADO EM JULGADO PARA A DEFENSORIA PÚBLICA EM 04.05.2010:

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.903.023-4

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Dano Moral
Recorrente: Pamella dos Santos Rocha
Advogado(s): Dr. Antônio de Freitas (Defensor Público)
Recorrido: Vição Nossa Senhora Aparecida Ltda
Advogado(s): Não constituído
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

SÚMULA DE JULGAMENTO – EMENTA: RECURSO INOMINADO - CONTRATO DE TRANSPORTE -DESCUMPRIMENTO - DANO MORAL - AUSÊNCIA DE PROVAS. (1) - Ação de indenização por danos morais em que PÂMELA DOS SANTOS ROCHA teve julgados improcedentes os seus pedidos, por ausência de comprovação dos fatos alegados. (2) - A recorrente afirma que comprou bilhetes com itinerários Palmas-TO / Aguiarnópolis-TO, porém a viagem foi interrompida nas proximidades de Imperatriz-MA, já que o ônibus apresentou defeito. Juntou um bilhete com destino Palmas-TO / Imperatriz/MA, sem o nome do passageiro, e um cupom fiscal no nome de LEANDRO

DOMINGOS COSTA DA SILVA. (3) - Inicialmente, verifica-se que a recorrente não comprova que efetivamente tenha adquirido o bilhete ou que tenha embarcado para a viagem. Primeiro porque não trouxe a passagem em seu nome; segundo porque o bilhete que consta o itinerário a que faz menção está no nome de outra pessoa. (4) - Contrariamente ao que alega, as fotos trazidas demonstram que o local onde o ônibus ficou parado não é ermo e perigoso, tratando-se de local habitado, provavelmente uma pequena cidade ou vilarejo (evento 01) às margens da BR - 153. (5) -Curioso se notar que a recorrente alega que o contrato de transporte não foi cumprido - ou seja, que a recorrida não lhe transportou de Palmas-TO a Aguiarnópolis-TO. Entretanto, nas suas afirmações a recorrente aponta que o veículo apresentou defeito nas proximidades da cidade de Imperatriz-MA, vale dizer, pelo que alega a recorrente, o contrato de transporte não só foi cumprido, como a recorrente foi além do destino contratado, uma vez que Imperatriz- MA está localizada depois de Aguiarnópolis-TO. (6) - Por essas razões, acertadamente a sentença monocrática não merece reforma, porquanto nos autos não há provas suficientes que possam sustentar sentença condenatória no sentido de declarar a quebra do contrato de transporte e reconhecimento dos danos morais alegados. (7) -Sentença que bem apreciou os elementos trazidos aos autos, restando mantida pelos próprios fundamentos. (8) - A recorrente arcará com as custas e honorários advocatícios que, em atenção ao art. 20, §3º, do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, observando o grau de zelo profissional, o local da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelos advogados e o tempo exigido para o serviço dispensado, observando a baliza do art. 55, segunda parte, da Lei nº 9.099/95, fixo à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspendendo-se, todavia, sua cobrança, nos termos do art. 12 da Lei 1.060/50, notadamente porque está assistida pela Defensoria Pública. (9) - Súmula do Julgamento que serve como acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei 9.099/95.

ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado nº. 032.2009.903.023-4 em que figuram como recorrente PÂMELLA DOS SANTOS ROCHA e recorrida Vição Nossa Senhora Aparecida LTDA, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do recurso interposto por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade e, no mérito, negar-lhe provimento. Votaram acompanhando o Relator Juizes Gilson Coelho Valadares e Sandalo Bueno do Nascimento. Palmas-TO, 08 de abril de 2010

Boletim de Expediente

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS PROFERIDOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 08 DE ABRIL DE 2010, APENAS PARA CONHECIMENTO, TENDO O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO INICIADO APÓS A DATA DA SESSÃO SUPRAMENCIONADA, TRANSITADO EM JULGADO EM 23.04.2010:

RECURSO INOMINADO Nº 2173/10 (COMARCA DE MIRANORTE-TO)

Referência: 036/03
Natureza: Cobrança
Recorrente: Pedro Souza de Oliveira
Advogado(s): Dr. Coriolano Santos Marinho e Outros
Recorrido: Alaor José Fernandes
Advogado(s): Dr. José Pereira de Brito e Outros
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

EMENTA: RECURSO INOMINADO - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA - CHEQUE - PRESCRIÇÃO - PROVA - CAUSA DE PEDIR - AUSÊNCIA DE PREPARO - RECURSO DESERTO. 1. O apelo veio acompanhado apenas do comprovante de pagamento das custas de apelação (fls. 60), custas de remessa e retorno (fls. 61), não tendo havido o recolhimento da taxa judiciária. Portanto, ao realizar o preparo o recorrente deixou de fazê-lo por completo. 2. O preparo é um dos requisitos de admissibilidade dos recursos, seu não atendimento acarreta o não conhecimento do recurso interposto. 3. Esta também é a posição do Fórum Nacional dos Juizados Especiais - FONAJE, Enunciado 80. 4. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado nº. 2173/10 em que figuram como recorrente PEDRO SOUZA DE OLIVEIRA e recorrido ALAOR JOSÉ FERNANDES, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em não conhecer do recurso interposto, tendo o Senhor Relator refluído do seu entendimento para acompanhar os termos do relatório e voto do Juiz Gilson Coelho Valadares, que ficam fazendo parte o presente julgado. Acompanhou o voto-vista o Juiz José Maria Lima.Palmas-TO, 08 de abril de 2010

Boletim de Expediente

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS PROFERIDOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2010, APENAS PARA CONHECIMENTO, TENDO O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO INICIADO APÓS A DATA DA SESSÃO SUPRAMENCIONADA, TRANSITADO EM JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2010:

RECURSO INOMINADO Nº 032.2008.904.980-6

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais c/c pedido de liminar e fixação de astreintes
Recorrente: Emerson Viana Souza
Advogado(s): Dr. Marcos Ferreira Davi
Recorrido: Serra Verde Comercial de Motos Honda // Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado(s): Dr. Anenor Ferreira da Silva (1º recorrido) // Dr. Ailton Alves Fernandes e Outros (2º recorrido)
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO - EMENTA: AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONSÓRCIO. CONTEMPLAÇÃO DE MOTOCICLETA. ESCOLHA DAS CARACTERÍSTICAS NO

MOMENTO DO LANCE. AUSÊNCIA DO PRODUTO NA REVENDA NA COR ESCOLHIDA PELO CONSUMIDOR. PRAZO DE ENTREGA INFERIOR A 30 DIAS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1. Deixando de provar o consumidor que realizou a escolha da cor da motocicleta no ato de formalização do contrato, não há com alegar expectativa do produto nas condições sonhadas desde a referida ocasião. 2. Configurada que a fornecedora do produto disponibilizou a motocicleta nas condições contratadas em outras cores, e que a entrega do produto nas condições exigidas pelo consumidor se deu em prazo inferior a 30 (trinta) não há que se falar em dano moral, posto que os supostos constrangimentos sofridos, não feriram a personalidade do consumidor, caracterizando apenas meros aborrecimentos. 3. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida em todos os seus termos. A lavratura do acórdão se faz conforme o disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95. Vencido, fica o recorrente condenado ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 15% sobre o valor da causa, ficando os mesmos sobrestados em razão da assistência judiciária.

ACÓRDÃO: Discutidos os autos nº 032.2008.904.980-6, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Inominado e negar-lhe provimento, mantendo incólume a sentença monocrática. Vencido, fica o recorrente condenado ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 15% sobre o valor da causa, os quais ficam sobrestados em razão da assistência judiciária ora deferida, de acordo com a ata de julgamento. Palmas-TO, 15 de abril de 2010

RECURSO INOMINADO Nº 032.2008.905.149-7

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Taquaralto – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Declaratória de Inexistência de Débito c/c Ressarcimento e Indenização por Danos Materiais e Morais
Recorrente: Banco Intermedium S/A
Advogado(s): Dr. Thiago Perez Rodrigues da Silva e Outros
Recorrido: Santana Pereira de Brito
Advogado(s): Dr. José Pereira de Brito e Outros
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO - EMENTA: RECURSO INOMINADO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONCESSÃO DE CRÉDITO MEDIANTE FRAUDE DE TERCEIRO - PENSIONISTA - RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DA RÉ - DANO MORAL CONFIGURADO - REDUÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO -REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. 1. Os presentes autos tratam de ação declaratória de inexistência de débito c/c ressarcimento e indenização por danos morais e materiais, objetivando o reconhecimento da inexistência de débito e a reparação em decorrência da cobrança indevida referente ao contrato de crédito consignado sem a anuência da recorrida. 2. A sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos da inicial, com o fundamento de que o recorrente tem culpa exclusiva pela contratação feita mediante fraude. Em consequência, declarou a inexistência da dívida, condenando o recorrente ao pagamento de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais) a título de indenização por danos morais. 3. Inconformado, o banco interpôs o presente recurso, argumentando que a recorrida não comprovou os danos sofridos, sendo que o abalo emocional sofrido pela mesma constitui-se em um simples e mero dissabor. Ressalta que efetuou a devolução das parcelas descontadas, além de não incluir o nome da recorrida no SPC e no SERASA. Por fim, requereu a reforma da sentença com a improcedência do pedido, haja vista que a culpa pela fraude foi de terceiro, e, caso não seja esse o entendimento, solicitou a redução do quantum indenizatório. 4. Em face da teoria do risco da atividade e a responsabilidade objetiva, prevista no artigo 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor, as instituições bancárias devem agir com cautela no ato da negociação, pois a cobrança realizada a terceiro que desconhece a contratação é ilícita e sujeita à compensação. O recorrente admite ter sido vítima de fraude, reconhecendo, assim, a inexistência de relação contratual com a recorrida. 5. Comprovada a conduta ilícita do banco pela cobrança indevida do empréstimo, ficam configurados os danos morais, pois a privação de qualquer capital e de forma reiterada por aposentada que recebe parcos benefícios, por certo ultrapassa os meros aborrecimentos, configurando verdadeiro dano moral que merece ser reparado. 6. O valor do dano moral deve ser fixado em montante suficiente à reparação do abalo e segundo o critério de razoabilidade para evitar enriquecimento ilícito da parte. Não devendo esquecer o julgador de ponderar as circunstâncias peculiares do caso. A condenação arbitrada na sentença no valor de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais) mostrou-se superior em relação a julgados proferidos por esta Turma Recursal em casos semelhantes, devendo o quantum ser minorado. Reduzo, portanto, os danos morais para R\$ 3.000,00 (três mil reais), mantendo a sentença nos seus demais termos. 7. Recurso Inominado conhecido e parcialmente provido. Sentença mantida em parte, com súmula de julgamento servindo como acórdão, na forma do artigo 46 da Lei 9.099/95. Sem condenação da recorrente ao pagamento de honorários advocatícios e custas processuais, face ao disposto no artigo 55, segunda parte, da Lei 9099/95.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos nº. 032.2008.905.149-7, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Inominado e dar-lhe parcial provimento, reformando a sentença para reduzir o valor da indenização a título de danos morais de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais) para a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Caso o recorrente não cumpra sua obrigação espontaneamente no prazo de 15 dias do trânsito em julgado do acórdão, incidirá a multa de 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 475-J do CPC. Vencedor em parte o recorrente fica isento do pagamento de custas e honorários advocatícios, nos moldes do artigo 55, da Lei 9.099/95. Palmas-TO, 15 de abril de 2010

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.900.239-9

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Sul – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Dano Moral
Recorrente: Atlântico Fundo de Investimento em Direitos Créditórios Não-Padronizados (nova denominação do CRDG BZ Fundo de Investimento em Direitos Créditórios Não- Padronizados)
Advogado(s): Dr. José Edgard da Cunha Bueno Filho e Outros
Recorrida: Cecília Gomes de Souza

Advogado(s): Dr. Freddy Alejandro Solorzano Antunes (Defensor Público)
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO - EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE REJEITADA. TELEFONIA. COBRANÇA INDEVIDA PELA CONCESSIONÁRIA. DÍVIDA NÃO RECONHECIDA PELA CONSUMIDORA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1. A questão ora analisada se insere nas relações de consumo e como tal deve receber o tratamento previsto no Código de Defesa do Consumidor. 2. A cessionária assume o risco pela cobrança do crédito adquirido de acordo com os documentos anexados aos autos, o que afasta sua ilegitimidade passiva, vez que foi a responsável pela inscrição indevida do nome da consumidora na SERASA. 3.O STJ já pacificou entendimento que a simples inscrição indevida do nome do consumidor nos órgãos de restrição ao crédito gera dano moral. Precedentes REsp 1155726 / SC, AgRg no Ag 1078183 / SP. 4. O valor da indenização deve atender os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, bem como ter caráter punitivo e pedagógico, evitando-se o enriquecimento ilícito da vítima. A condenação arbitrada na sentença no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mostrou-se inferior aos valores fixados por esta Turma em casos análogos, porém, como não houve apelo para majorar a condenação, conservar-se-á o quantum fixado. 5. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida em todos os seus termos. A lavratura do acórdão se faz conforme o disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95. Vencida, fica a recorrente condenada ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

ACÓRDÃO: Discutidos os autos nº 032.2009.900.239-9, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Inominado e negar-lhe provimento, mantendo incólume a sentença monocrática. Caso a recorrente não cumpra sua obrigação espontaneamente no prazo de 15 dias do trânsito em julgado do acórdão, deve incidir multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 475-J do CPC. Vencida, fica a recorrente condenada ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, de acordo com a ata de julgamento. Palmas-TO, 15 de abril de 2010

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.900.284-5

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais e Materiais
Recorrente: Samuel Rodrigues Freires
Advogado(s): Dr. Geison José Silva Pinheiro e Outro
Recorrido: V.F.M. Cornélio (Caldos & Caldos Bar e Restaurante) ME
Advogado(s): Dr. Carlos Roberto de Lima
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO - EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PERDA DE CELULAR EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL RECORRENTE QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PROBATORIO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1. Cabe ao autor o ônus da prova dos fatos constitutivos de seu direito, nos termos do artigo 333, I, do CPC. 2. Deixando o autor de comprovar que perdeu o celular no interior do estabelecimento recorrido, não há como impor a este o dever de guarda do objeto. Assim, inexistindo conduta ilícita, impróprio é do dever de indenizar. 3. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida em todos os seus termos. A lavratura do acórdão se faz conforme o disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95. Vencido, fica o recorrente condenado ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

ACÓRDÃO: Discutidos os autos nº 032.2009.900.284-5, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Inominado e negar-lhe provimento, mantendo incólume a sentença monocrática. Vencido, fica o recorrente condenado ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, de acordo com a ata de julgamento. Palmas-TO, 15 de abril de 2010

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.902.361-9

Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte - da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Materiais e Morais
Recorrente: Brasil Telecom S/A
Advogado(s): Dr. Júlio Franco Poli e Outros
Recorrida: Cláudia Boaventura Machado
Advogado(s): Dr. Juliano Leite de Morais
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

SÚMULA DE JULGAMENTO - EMENTA: RECURSO INOMINADO - REITERADAS COBRANÇAS INDEVIDAS - FALHA SISTÊMICA - DANO MORAL - OCORRÊNCIA. (1) - Ação de indenização por danos morais em que a BRASIL TELECOM S.A. foi condenada a indenizar, em R\$ 3.000,00 (três mil reais), CLÁUDIA BOAVENTURA MACHADO pelos danos morais causados. (2) - A recorrente não demonstrou que efetivamente a recorrida tenha contratado o plano cobrado na fatura. Observância do artigo 333, II, do Código de Processo Civil. (3) - O erro de sistema pressupõe um comportamento humano que o tenha dado causa, porquanto atualmente os sistemas, apesar de reconhecidamente avançados, não são, [in]felizmente, dotados de autonomia, sendo suas atividades necessariamente decorrentes de uma conduta que lhe tenha dado impulso. (4) - Não se pode tirar da recorrente a responsabilidade pelo fato do serviço a fim de atribuí-las ao sistema de informações. (5) - Levando-se em consideração que a recorrida teve que ligar reiteradas vezes para que houvesse retificação do valor da fatura; observando-se igualmente que em dado momento a recorrente se negou a retificar a fatura, alegando inexistência de erro nas cobranças, o que motivou a recorrida a procurar o PROCON, tentativa essa também frustrada; ressaltando-se ainda que a recorrida teve de arcar com as próprias expensas o valor indevidamente cobrado a fim de não ficar inadimplente; há dano à honra subjetiva da recorrida capaz de gerar indenização, uma vez que tais situações transcendem a ideia de mero dissabor ou aborrecimento. (6) - Dessa forma, o valor indenizatório fixado na sentença está de acordo com os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e atinge aos fins a que se propõe, não merecendo reforma. (7) - Sentença que bem apreciou os elementos trazidos aos autos, restando mantida pelos próprios fundamentos. (81 - A

recorrente arcará com as custas e honorários advocatícios que, em atenção ao art. 20, §3º, do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, observando o grau de zelo profissional, o local da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado pelos advogados e o tempo exigido para o serviço dispensado, observando a baliza do art. 55, segunda parte, da Lei nº 9.099/95, fixo à razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. (9) - Súmula do Julgamento que serve como acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei 9.099/95.

ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado nº. 032.2009.902.361-9 em que figuram como recorrente 14 Brasil Telecom Celular S.A. e recorrido Claudia Boaventura Machado, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do recurso interposto por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade e, no mérito, negar-lhe provimento. Votaram acompanhando o Relator os Juizes Gilson Coelho Valadares e Sandalo Bueno do Nascimento. Palmas-TO, 15 de abril de 2010

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.902.830-3
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais c/c pedido de liminar
Recorrente: Elizabete Barbosa
Advogado(s): Dr. Fabrício de Melo Barcelos Costa e Outra
Recorrido: Atlântico Fundo de Investimento em Direitos Créditórios Não-Padronizados (nova denominação do CRDG BZ Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados) // Brasil Telecom S/A
Advogado(s): Dr. José Edgard da Cunha Bueno Filho e Outros (1º recorrido) // Dr. André Vanderlei Cavalcanti Guedes e Outros (2º recorrido)
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

EMENTA: RECURSO INOMINADO - CONSUMIDOR - INSCRIÇÃO INDEVIDA - CESSÃO DE CÉDITO - CESSIONÁRIO - LEGITIMIDADE PASSIVA - QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. 1. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR é claro ao estabelecer que a responsabilidade é solidária em hipótese de vício ou defeito no produto ou na prestação do serviço. 2. A recorrida é parte legítima para integrar o pólo passivo da demanda, notadamente porque foi quem solicitou a inscrição da recorrente nos cadastros de inadimplentes. 3. O valor arbitrado está em consonância com os parâmetros estabelecidos por esta Turma, sendo inviável sua modificação, porquanto não se trata de valor infimo ou aviltante, adequando-se ao caso apresentado, estando em consonância com julgado (análogo) recente desta Turma. Precedente. 4. Recurso provido em parte.

ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado nº. 032.2009.902.830-3, em que figuram como recorrente Elizabete Barbosa e como recorridas Atlântico Fundo de Investimento e Brasil Telecom S.A., acordam os integrantes da 1a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do recurso e, no mérito, dar parcial provimento, tudo nos termos do relatório e voto do Senhor Relator, que fica fazendo parte o presentes julgado. Votaram acompanhando o Relator os Juizes Gilson Coelho Valadares e Sandalo Bueno do Nascimento. Palmas-TO, 15 de abril de 2010

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.902.844-4
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais
Recorrente: Conceição Parente Aguiar
Advogado(s): Dr. Sebastião Luís Vieira Machado e Outro
Recorrida: Brasil Telecom S/A
Advogado(s): Dr. André Vanderlei Cavalcanti Guedes e Outros
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. EMPRESA DE TELEFONIA DE LONGA DISTÂNCIA QUE REALIZA COBRANÇA AO CONSUMIDOR, COM BASE NO CADASTRO FRAUDULENTO DE OPERADORA LOCAL RESPONDE OBJETIVA E SOLIDARIAMENTE PELOS DANOS CAUSADOS. NEGLIGÊNCIA NA VERIFICAÇÃO DOS DADOS. JULGAMENTO DA LIDE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 515, § 3o, DO CPC. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. REFORMA DA **SENTENÇA**. 1. A empresa de telefonia de longa distância que age de forma negligente ao cobrar do consumidor ligações realizadas por terceiro fraudador, sem antes verificar os dados cadastrais repassados pela operadora local, responde solidariamente com esta pelos danos causados ao consumidor, tomando-se parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda. 2. Reformada a sentença, não havendo provas pendentes de realização, permite-se à instância revisora apreciar a causa, com fundamento no artigo 515, § 3o, do CPC, em conformidade com a teoria da causa madura. 3. A inscrição indevida do nome do autor em cadastro negativo de crédito, por si só, é suficiente para gerar o dever de indenizar, conforme precedentes do STJ. 4. A indenização por danos morais deve sef fixada levando-se em conta a condição econômica das partes, bem como a natureza e a intensidade do dano sofrido, de modo a atender ao caráter punitivo-pedagógico de que deve revestir-se essa sanção para que o agressor não venha a praticar atos que importem em ofensas semelhantes. Assim fica fixado o dano moral em R\$ 3.000,00 (três mil reais). 5. Recurso conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO: Relatados e discutidos os autos nº 032.2009.902.844-4, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal do Estado do Tocantins, à unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Inominado e dar-lhe parcial provimento, reformando a sentença para condenar a recorrida a pagar ao recorrente a titulo de danos morais a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de mora a contar do trânsito em julgado e correção desta data. Caso a recorrida não cumpra sua obrigação espontaneamente no prazo de 15 dias do trânsito em julgado do acórdão, incidirá a multa de 15% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 475-J do CPC. Vencedor em parte o recorrente fica isento do pagamento de custas e honorários advocatícios, nos moldes do artigo 55, da Lei 9.099/95, nos termos do voto. Palmas-TO, 15 de abril de 2010

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.902.847-7
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais c/c pedido de liminar de Antecipação de tutela
Recorrente: Hércules Magalhães do Nascimento
Advogado(s): Dr. Sebastião Luís Vieira Machado
Recorrida: Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS
Advogado(s): Dr. Sérgio Fontana e Outros
Relator: Juiz Gilson Coelho Valadares

SÚMULA DE JULGAMENTO - EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DO LOCAL DO PADRÃO DE ENERGIA. PROCEDIMENTO SEGUNDO A RESOLUÇÃO Nº 456 DA ANEEL. NOTIFICAÇÃO DA OBRIGAÇÃO. ALTERAÇÃO NÃO REALIZADA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1. Comprovada a ciência do consumidor por meio de notificação recebida pela esposa do recorrente, a qual determinou a mudança de local do padrão de energia elétrica, face à dificuldade de medição do consumo pela concessionária de energia, cabe ao responsável pela unidade consumidora atender à determinação, sob pena de suspensão do fornecimento dos serviços, nos termos da Resolução nº 456/00 da ANEEL. 2. O corte de energia realizado em decorrência do não cumprimento da obrigação de mudar a localização do padrão de energia elétrica por parte do consumidor, não gera dano moral. 3. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida em todos os seus termos. A lavratura do acórdão se faz nos moldes do artigo 46, da Lei 9.099/95.

ACÓRDÃO: Discutidos os autos nº 032.2009.902.847-7, acordam os integrantes da 1a Turma RectírsaT do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Inominado e negar-lhe provimento, mantendo incólume a sentença. Por ter sido improvido o apelo, fica o recorrente condenado ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 15% sobre o valor da causa. Contudo, fica o pagamento sobrestado em razão da assistência judiciária concedida. Palmas-TO, 15 de abril de 2010

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.902.911-1
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Obrigação de Fazer c/c Reparação de Danos Morais e Materiais (com pedido de antecipação de tutela)
Recorrente: Paulo Roberto Dias
Advogado(s): Drª. Elizabeth Lacerda Correia e Outros
Recorrido: 14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogado(s): Dr. Júlio Franco Poli e Outros
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

EMENTA: RECURSO INOMINADO - CONSUMIDOR - INSCRIÇÃO INDEVIDA - AUSÊNCIA DE DÉBITO - DANO MORAL - OCORRÊNCIA. 1. Como é ônus da recorrida demonstrar a existência do débito como fato constitutivo do seu direito, a recorrida deixou de observar o artigo 333, II, do Código de Processo Civil. 2. O artigo 322 do CÓDIGO CIVIL estabelece que quando o pagamento for em quotas periódicas, como no caso, a quitação da última estabelece, até prova em contrário, a presunção de estarem solvidas as anteriores. 3. Se o contrato foi terminado com a quitação do valor devido e não tendo a recorrida provado que havia insolvência em débitos anteriores, prevalece a presunção de inexistência de débito, sendo, portanto, indevida a inscrição. 4. Recurso provido em parte. 5. Sentença reformada.

ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado nº. 032.2009.902.911-1, em que figuram como recorrente PAULO ROBERTO Dias e como recorrida 14 Brasil Telecom Celular S.A., acordam os integrantes da 1a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do recurso e, no mérito, dar parcial provimento, tudo nos termos do relatório e voto do Senhor Relator, que fica fazendo parte o presente julgado. Votaram acompanhando o Relator os Juizes Gilson Coelho Valadares e Sandalo Bueno do Nascimento. Palmas-TO, 15 de abril de 2010

RECURSO INOMINADO Nº 032.2009.903.710-6
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Reclamação - Indenização por Danos Morais
Recorrente: E.A.M. Comércio de Materiais para Construção
Advogado(s): Dr. Vinícius Coelho Cruz e Outros
Recorrido: Gerson Teixeira da Silva
Advogado(s): Dr. Marlon Costa Luz Amorim (Defensor Público)
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

EMENTA: RECURSO INOMINADO - CONSUMIDOR - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NA SENTENÇA - NULIDADE. 1. A doutrina e a jurisprudência caminham no sentido de que o ônus da prova só pode ser invertido antes da sentença e, uma vez determinada a sua inversão, deve ser proporcionado à parte a oportunidade de produzir a prova. Precedente. 2. A decisão que inverte o ônus da prova, nos termos do art. 6o, VIII, do CÓDIGO DE Defesa do Consumidor, deve ser fundamentada, explicitando-se as razões de seu deferimento, só podendo fazê-lo nos casos expressamente previstos, quais sejam, quando for verossímil a alegação do consumidor ou quando for ele processualmente hipossuficiente. 3. A sentença que determina a inversão do ônus da prova e logo em seguida condena a parte por não tê-la produzido fere gravemente o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, constitucionalmente estabelecidos no art. 5o, LIV e LV da Constituição da República, tratando-se de sentença nula. 4. Recurso provido em parte. 5. Sentença cassada.

ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado nº. 032.2009.903.710-6, em que figuram como recorrente E.A.M. Comércio de Materiais Para Construção e como recorrido Gerson Teixeira da Silva, acordam os integrantes da 1a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, em conhecer do recurso e, no mérito, dar parcial provimento, tudo nos termos do relatório e voto do Senhor Relator, que fica fazendo parte do presente julgado. Votaram acompanhando o Relator os Juizes Gilson Coelho Valadares e Sandalo Bueno do Nascimento. Palmas-TO, 15 de abril de 2010

1º GRAU DE JURISDIÇÃO

ANANÁS

1ª Vara Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam os advogados das partes intimados do to processual abaixo.

AUTOS Nº 2009.000.6959-5
Ação ALVARÁ JUDICIAL
Requerente: NAISA GOMES DOS SANTOS PAIVA
ADV: Dr.WILSON LEAL DE FREITAS OAB/GO 16394
Intimação da sentença de fls. 14/15 dos presentes autos, cuja parte dispositiva a seguir transcritos: ante o exposto, julgo extinto o presente feito sem resolução do mérito, nos termos do disposto no artigo 267, INCISO vill, do código de Processo civil. CINCEDO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA. P.R.I Após o transito em julgado, comunique o cartório distribuidor e archive-se com a anotações legais. Ananás 30 de abril de 2010. Alan Ide Ribeiro da Silva. Juiz de Direito Substituto.

AUTOS Nº 2008.0005.2612-2
Ação INTERDIÇÃO E CURATELA
Requerente: ROSEVALDO VIEIRA DA COSTA
ADV: Dr.MACIO UGLEY DA COSTA
REQUERIDO: ALCENO PEREIRA DOS SANTOS
Intimação do advogado MARCIO UGLEY DA COSTA- OAB/TO 3480, de que aplicada multa de meio salario minimo vigente, como medida ppunitiva , na desidia de conduzie os interesses de representado pela demora de mais de um ano em devolver os autos em cartório.

AUTOS Nº 197/2007
Ação COBRANÇA
Requerente: MANOEL OLIVEIRA SANTOS
ADV: Dr.º Avanir Alves Couto Fernandes OAB/TO 1338
Requerido: ANTONIO VITURINO SANCHES DE OLIVEIRA
ADV: Dr MARCIO UGLEY DA COSTA- OAB/TO 3.480
Intimação dos advogados das partes da sentença de fls. 28/31, cuja para dispositiva a seguir transcritos: Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE IMPROCEDENTE o pedido para condenar o réu no pagamento dos seguintes contratos não quitados, totalizando R\$ 5.450,00 (cinco mil e quatrocentos e cinqüenta reais) 1) venda de um terreno de 11 linhas no valor de R\$ 5000,00 (cinco mil reais). 2) venda de uma vaca no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinqüenta reais). Tais valores deverão ser corrigidos e somados aos juros legais, contados dede a propositura da ação. Agora, no tocante ao pedido do contrato de venda de imóvel do acerto hereditário no valor de 3.000.00 (três mil reais), JULGO IMPROCEDENE. no tange o pedido referente ao período obrado pelo Autor face o Réu no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) DECLARO INCOMPETENTE ESTE JUÍZO. tratando-se de juizado especial, não há condenação no pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios. . Ananás/To, 18 de Março de 2010. ALAN IDE RIBEIRO DA SILVA Juiz de Direito Substituto.

Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

EXECUÇÃO PENAL: 2009.0007.2634-0
Vara criminal de Ananás
Reeducando: Félix Lopes dos Reis
Advogada: Avanir A. Couto Fernandes OAB-TO 1338
Intima-se o reeducando para audiência de Justificação para o dia 11/05/10 às 9hs para apresentando as razões pelas quais está descumprindo as condições impostas no termo de compromisso de fls. 38, sob pena de regressão de regime(Lei de Execução Penal, artigo 118). Ananás, 05 de maio de 2010. Alan Ide Ribeiro da Silva.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA PRAZO 30 DIAS

O Dr. ALAN IDE RIBEIRO DA SILVA, Meritíssimo Juiz de Direito Substituto Única Vara Criminal e Execuções Penais da Comarca de Ananás-TO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos os que o presente edital de INTIMAÇÃO DA SENTENÇA de extinção virem ou dele conhecimento tiverem, que por esse meio vem INTIMAR o acusado ADILSON VILELA FERREIRA, brasileiro, brasileiro, solteiro, motorista, filho de João Gomes Ferreira e Helena Maria Vilela, com endereço em lugar incerto e não sabido, da sentença de extinção da punibilidade do acusado proferido nos autos da Ação Penal nº273/01, cuja parte dispositiva final é o seguinte termo "...Assim, com base no artigo 61 do Código de Processo Penal e artigo 107, inciso IV, 109 e 110, § 2º do Código Penal, reconheço a prescrição da pretensão punitiva do Estado e, via de consequência, declaro extinta a punibilidade em relação ao acusado acima, no que diz respeito aos atos por ele praticados e descrito nos presentes autos. Após o cumprimento de todas as formalidades, inclusive com as comunicações de estilo, especialmente ao Instituto de Identificação Criminal, para fins de cadastro, archive-se. PRI. Ananás, 23 de setembro de 2009. Baldur Rocha Giovannini. Juiz de Direito auxiliar". Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume, bem como será publicado no diário da justiça do Estado do Tocantins.DADO E PASSADO, nesta cidade e comarca de Ananás, Estado do Tocantins, aos 19 de fevereiro de 2010. Eu, Diane Goretti Perinazzo, Escrevente Judiciária, que o digitei o presente.Alan Ide Ribeiro da Silva Juiz de direito Substituto

ARAGUAÇU

Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

FICAM as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
AUTOS N. 2009.0009.8665-2
Ação: Busca e Apreensão
Requerente Banco Finasa S/A
Advogado: DRª NUBIA CONCEIÇÃO MOREIRA OAB/TO 4311
SIMONY VIEIRA DE OLIVEIRA OAB/TO 8773
Requerido: Zilda Barbosa Coelho
Advogado: DR. PAULO CAETANO DE LIMA OAB/TO 1.521-A
FINALIDADE INTIMAÇÃO: Fica o autor, através de suas procuradoras INTIMADAS, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar nos autos acima mencionados, planilha atualizada declinando as parcelas que efetivamente não foram pagas, com seus acréscimos legais, inclusive custas processuais e honorários advocatícios.

ARAGUAINA

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus respectivos procuradores, intimados dos atos processuais, abaixo relacionados.
AUTOS: 2010.0002.0738-0/O AÇÃO PENAL
Denunciado: Sigisnany Oliveira Neres
Advogado: Doutor Cabral Santos Gonçalves OAB/TO 448-B.
Intimação: Fica o advogado constituído do denunciado intimado a, no prazo de cinco dias, apresentar as alegações finais, referente aos autos acima mencionado.

1ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 032/2010

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
AUTOS Nº 2010.0003.7948-2
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: WELTON JOHN LIMA DE FREITAS ROLIN
ADVOGADO: AGNALDO RAIOL FERREIRA SOUSA
IMPETRADO: NORALDINO MATEUS FONSECA E MUNICIPIO DE ARAGUANÃ
DECISÃO: Fls. 32/34-"....Ex positis e o mais que dos autos consta, indefiro o provimento liminar postulado, sem prejuizo do oportuno reexame da matéria quando da prolação da sentença respectiva. Notifique-se, por ofício, a digna autoridade impetrada dos termos da presente para ciência e conhecimento, bem como, prestar informações sobre o alegado e, caso queira, juntar documentos, no prazo de 10 (dez) dias. Prestadas as informações ou decorrido o prazo estabelecido, promova-se vista ao douto órgão ministerial para emissão de parecer. Intime-se. e cumpra-se. "
AUTOS Nº: 2006.0009.7418-8
Ação: EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: UNIÃO
EXECUTADO: PEROLA COM. DE MAT. PARA CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO: JOSÉ HOBALDO VIEIRA
DESPACHO: Fls. 65-"R. H. Intime-se o devedor para: a) cumprir com o pedido de fls. 55; b) tomar conhecimento da alteração (substituição) dos anexos constantes das fls. 57/64, conforme inteligência do art. 2º, § 8º, Lei nº 6.830/80."

Juizado Especial Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

FICAM as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais, abaixo relacionados:
01. AUTOS 16.380/08 – COMUNICADO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.
AUTOR DO FATO: Francisco das Chagas da Silva Andrade
ADVOGADO: Raimundo José Marinho Neto
VITIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 57. Fica o advogado do autor do fato intimado da sentença do teor seguinte: "Vistos, etc..."Diante disso, nos termos do art. 395, III, c/c 648, I, do Código de Processo Penal, julgo extinta a punibilidade de Francisco das Chagas da Silva Andrade, relativamente à infringência dos artigo 46, parágrafo único, da Lei 9.605/98. Após o trânsito em julgado archive-se com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 30 de março de 2010. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."
02. AUTOS 14775/07 – COMUNICADO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO.
AUTOR DO FATO: Maringá Indústria e Comércio de Madeira e Representações Ltda
ADVOGADO: Raimundo José Marinho Neto
VITIMA: Meio Ambiente
INTIMAÇÃO: fls. 41. Fica o advogado do autor do fato intimado da sentença do teor seguinte: "Vistos, etc..."Diante disso, nos termos do art. 395, III, c/c 648, I, do Código de Processo Penal, julgo extinta a punibilidade de Maringá Indústria e Comércio de Madeira e Representações Ltda, relativamente à infringência do artigo 46 parágrafo único da Lei 9.605/98. Determino a doação do carvão apreendido ao 2º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Tocantins (2º Batalhão, em Araguaína, que funciona, também, como estabelecimento prisional – prisões especiais), mediante a lavratura do competente termo, nos termos do art. 25, §2º, da Lei 9.605/98. Após o trânsito em julgado archive-se com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 30 de março de 2010. Kilber Correia Lopes, Juiz de Direito."

ARRAIAS

Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas intimadas do despacho a seguir transcrito:

Referência:
AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO CONSENSUAL – PROTOCOLO ÚNICO Nº 2010.0001.9752-0/0
Requerente: Santina da Costa Souza dos Santos e Roseny Curcino dos Santos
Advogado: Dr. Antonio Saselito Ferreira Lima – OAB/TO 1860
Requerido: Juiz de Direito da Comarca de Arraias/TO
Despacho: “1 – Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 18 de maio de 2010, às 13 horas, devendo os autores trazer as testemunhas para comprovarem o lapso temporal correspondente à separação de fato do casal. Intimem-se. Arraias-TO, 27 de abril de 2010. Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto.”

AURORA

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

PROCESSO Nº2010.0001.9367-2/2010.0001.9366-4
Ação: Pedido de Liberdade Provisória
Requerente: Dário Costa Torres, representados pelos os advogados, doutores Osvalir Cândido Sartori Filho-OAB nº4.301-A e Maurício Tavares Moreira-OAB-n4013-A
Requerido: Juízo de Direito da Comarca de Aurora do Tocantins-TO
Ficam os advogados, do requerente Dário Cosa Torres, os Doutores Osvalir Cândido Sartori Filho - OAB-TO nº4.301-A e Maurício Tavares Moreira-OAB-n4013-A, INTIMADOS, para tomarem conhecimento do dispositivo final da sentença de folhas 24 a 31, prolatada nos autos em epígrafe, que adiante segue transcrita: “Destarte, perfeitamente possível a liberdade provisória no crime em tela. Por todas estas razões, acompanhando o parecer ministerial, CONCEDO ao requerente DÁRIO COSTA TORRES, já devidamente identificado nos autos do feito em epígrafe, o benefício da liberdade provisória sem fiança e com vinculação, o que faço com supedâneo nos termos do art. 5o, inciso LXVI da Constituição Federal e art. 310, parágrafo único do Código de Processo Penal, devendo o mesmo para alcançar a liberdade comprometer-se a comparecer a todos os atos do processo, sob pena de revogação, mediante a assinatura em termo próprio. Expeça-se o competente Alvará de Soltura em favor do requerente DÁRIO COSTA TORRES devendo o referido alvará somente ser executado após tomado o compromisso em termo próprio e ainda se por outros motivos não estiver preso.Traslade-se cópia desta decisão para os autos incidentais n.º 2010.0001.9365-6/0, versando sobre a comunicação da prisão em flagrante, ora hostilizada, os quais, a despeito de inexistir irregularidades quanto à prisão e à autuação em flagrante em questão, que maculem a sua homologação, os extingo, por sentença, pela perda do objeto, o que o faço com adminículo no art. 3.º do Código de Processo Penal, com a aplicação subsidiária dos arts. 329 e 267, inc. VI, última figura, ambos da Lei Adjetiva Civil, ordenando, de consequência, o seu arquivamento e a baixa na distribuição, uma vez tornada esta decisão coisa julgada material. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Aurora do Tocantins, 30 de março de 2010. Antonio Dantas de Oliveira Júnior, Juiz de Direito”. Aurora do Tocantins, 06/05/2010.

COLINAS

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº. 023/ 2010

1. AUTOS: Nº 2010.0003.6430-2 -
AÇÃO: ORDINÁRIA DE REPOSIÇÃO DE VENCIMENTOS C/C TUTELA ANTECIPADA - ML.
Requerente: MARIZA MILHOMEM DE SOUZA.
ADVOGADO: Dr. Ricardo de Sales Estrela Lima, OAB – TO 4.052.
Requerido: MUNICIPIO DE COLINAS DO TOCANTINS.
ADVOGADO: NÃO CONSTITUIDO.
FINALIDADE: Fica o advogado, INTIMADO, acerca do DESPACHO, de folhas 22, seguir transcrito “DESPACHO 1. INTIME-SE o advogado da parte autora para, no prazo de 10 dias, assinar a inicial. 2. Pena: Indeferimento da inicial fundado nos art. 284, parágrafo único, CPC. Colinas do Tocantins - TO, 04 de maio de 2010. Ass. GRACE KELLY SAMPAIO Juíza de Direito”.

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº. 022/ 2010

1. AUTOS: Nº 2009.0009.5585-4 -
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE - ML.
Requerente: MILTON FUJIMORE e NÉLIO ANTONIO TURRA.
ADVOGADO: Dr. Paulo César Monteiro Mendes Júnior, OAB – TO 1.800.
Requerido: OLINDA ALVES DE SOUSA LUZ, SEBASTIÃO ALVES DE SOUSA, CICERO ALVES DE SOUSA MARIA DE LOURDES ALVES DE SOUSA e SEBASTIÃO NEVES DA SILVA.
ADVOGADO: Dr. João dos Santos Gonçalves de Brito, OAB – TO 1.498-A.
FINALIDADE: Ficam as partes, autora e requerido, através de seus advogados, INTIMADAS, acerca da DECISÃO, de folhas 156/157, a seguir transcrita “DECISÃO 1. A vista do teor da certidão de fls. 155, que confirma a informação de que a área disputada entre as partes pertence ao domínio da UNIÃO, verifico que a competência para processar e julgar a presente ação é da Justiça Federal, em razão da competência instituída racione personae pelo art. 109, I, da Constituição Federal/88. 2. De acordo com o referido dispositivo constitucional, compete aos Juizes Federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho. 3. Neste sentido já se

manifestou o TRF5 em caso similar, verbis: CONSTITUCIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. TERRAS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO. PRESENÇA DE INTERESSE JURÍDICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. - Ação de reintegração de posse de bem imóvel movida por particulares em razão da posse direta de terras ocupadas em razão de contratos de concessão de uso de terra, firmados com a INFRAERO; - Decisão do MM. Juiz “a quo” no sentido de excluir a UNIÃO e a INFRAERO do pólo passivo da demanda, considerando que ambas não deteriam interesse no feito; - Observa-se do autos, no entanto, que as terras reclamadas na ação são de propriedade da UNIÃO e, não bastasse, esta, em sua contestação, manifestou seu interesse no deslinde da demanda de modo a ser solucionado o conflito ora existente, não há como deixar de reconhecer a presença do seu interesse jurídico; - Ante tal fato, impõe-se reconhecer a competência da Justiça Federal para conhecer e julgar a demanda, de acordo com o art. 109, I, da Constituição Federal; - Agravo de instrumento provido. (TRF-5, AG 58521, 2ª T., j. 01/08/2006, ac. un., rel. Des. Fed. Petrucio Ferreira). 4. Exsurge, portanto, que falta a este Juízo, em termos absolutos, competência para prosseguir na presidência deste processo. CONCLUSÃO 5. Diante do exposto, com fulcro no art. 109, I, da CF/88, c/c art. 113, § 2º, do CPC, DECLARO a INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA deste Juízo e determino a REMESSA dos autos à Seção Judiciária da Justiça Federal neste Estado, com as homenagens deste juízo. 6. INTIMEM-SE. Promovam-se as devidas BAIXAS. Colinas do Tocantins - TO, 12 de fevereiro de 2010. Ass. GRACE KELLY SAMPAIO Juíza de Direito”.

Juizado Especial Cível e Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 700/2010

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.

1. Nº AÇÃO: 2010.0001.7250-0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA
REQUERENTE: V.A.M DA SILVA ME
ADVOGADO: REDSON JOSE FRAZÃO DA COSTA – OAB/TO 4332
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL
NTIMAÇÃO: Da decisão a seguir transcrita: “(...)Ante o exposto, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela, contudo, por entender presente o fumus boni iuris e periculum in mora,defiro a liminar, para que o requerido exclua dos cadastros dos órgãos restritivos ao crédito, em especial SPC, o nome da autora e para que abstenham de inscrevê-lo até julgamento final deste feitos, na forma prevista no art. 273, § 7º da Lei Adjetiva Civil. Oficie-se ao SEERASA/SPC dando-lhe conhecimento deste decisum. Diante do exposto, inverte o ônus da prova em favor do requerente, com base no art. 6º, VII do Código de defesa do Consumidor, ficando o requerido incumbido de comprovar a existência do débito a fim de verificar-se a legitimidade das cobranças objeto da demanda, na peça contestatória. Designo Audiência de conciliação para o dia 19 de maio de 2010, às 09:00 horas. Intimem-se.cumpra-se. Colinas do Tocantins-TO, 06 de maio de 2010. (ass) Umbelina Lopes Pereira – Juíza de Direito.”

CRISTALÂNDIA

Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Fica(m) a(s) parte(s) requerente e requerida(s), abaixo identificada(s), através de seu(s) procurador(s), INTIMADO(s) do(s) ato(s) processual(is) abaixo relacionado(s).

AUTOS: AÇÃO PENAL Nº2006.07.3184-4/0.
Autor: Ministério Público.
Réu: Geraldo Rodrigues Caldeira.
Advogado(a): DR. WILSON MOREIRA NETO.
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado(a) advogado(a) constituído(a) INTIMADO(A) da para audiência de inquirição de Instrução e Julgamento a se realizar no o dia 01 de junho de 2010, às 15h00, neste Edifício do Fórum local, sito, na Av. Dom Jaime A. Schuck, nº2850, centro, nesta cidade e Comarca de Cristalândia-TO. Cristalândia -TO., 06 de maio de 2010. Iracilene A . Rodrigues de Oliveira – Escrivã do Crime.

AUTOS: AÇÃO PENAL Nº2006.07.9511-9/0.
Autor: Ministério Público.
Réu: Francisco Silva Santos.
Advogado: DR.JÚLIO CESA B. DE FREITAS - OAB/TO-1.361.
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado(a) advogado(a) constituído(a) INTIMADO(A) da para audiência de inquirição de Instrução e Julgamento a se realizar no o dia 01 de junho de 2010, às 13h00, neste Edifício do Fórum local, sito, na Av. Dom Jaime A. Schuck, nº2850, centro, nesta cidade e Comarca de Cristalândia-TO. Cristalândia -TO., 06 de maio de 2010. Iracilene A . Rodrigues de Oliveira - Escrivã do Crime.

AUTOS: AÇÃO PENAL Nº2006.07.9510-0/0.
Autor: Ministério Público.
Réu: GERALDO GERHARDT.
Advogado: DR.JÚLIO CESA B. DE FREITAS- OAB/TO- 1.361
INTIMAÇÃO: Fica o supracitado(a) advogado(a) constituído(a) INTIMADO(A) da para audiência de inquirição de Instrução e Julgamento a se realizar no o dia 01 de junho de 2010, às 14h00, neste Edifício do Fórum local, sito, na Av. Dom Jaime A. Schuck, nº2850, centro, nesta cidade e Comarca de Cristalândia-TO. Cristalândia -TO., 06 de maio de 2010. Iracilene A . Rodrigues de Oliveira – Escrivã do Crime.

Vara de Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

01. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE - 2006.0006.9070-8/0.
Requerente: Lucas da Silva Carvalho e outro.
Advogada: Defensoria Pública
Requerido: Luiz Moreira Neves
Advogado: Doutor Sebastião Pinheiro Maciel - OAB/TO 58-B

INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte requerida Doutor Sebastião Pinheiro Maciel - OAB/TO nº 58-B de que foi designado o dia 30/06/2010, às 13h, para a realização de exame de DNA, no Fórum local, sito Av. Dom Jaime Antônio Schuck, nº 2850, às expensas do requerido.

02. GUARDA - 2009.0002.1795-0/0.
Requerente: Antonio Nunes dos Santos
Advogado Doutor Zeno Vidal Santin – OAB/TO 279
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte autora Dr. Zeno Vidal Santin - OAB/TO 279B para comparecer na audiência de conciliação, designada nos referidos autos para o dia 16/06/10, às 17h.

03. DESTITUIÇÃO DE GUARDA – Nº 2007.0007.3220-4/0
Requerente: Elizete Alves Pereira
Advogado: Doutor Wilton Batista - OAB/TO 3.809
Requerido: Círia Barbosa Moreira
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte requerente Doutor Wilton Batista - OAB/TO - 3809 para comparecer na audiência de conciliação, designada nos referidos autos para o dia 16/06/10, às 17h 30m.

04. RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE – Nº 2008.0005.2108-2/0
Requerente: Luiz Coelho dos Santos
Advogado: Doutor Wilton Batista - OAB/TO 3.809
Requerido: Railan Pereira de Souza
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte requerente Doutor Wilton Batista - OAB/TO - 3809 para comparecer na audiência de conciliação, inclusive para guarda e alimentos, designada nos referidos autos para o dia 16/06/10, às 13h.

05. SEPARAÇÃO LITIGIOSA – Nº 2010.0001.3034-4/0
Requerente: Domingos Tavares Morais
Advogado: Doutor Wilton Batista – OAB/TO 3809
Requerida: Maria Rosália Gomes Feitosa
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado das partes Doutor Wilton Batista – OAB/TO 3809 para comparecer na audiência de conciliação comum, designada nos referidos autos para o dia 16/06/10, às 16h 30m. Devendo comparecer ao ato acompanhado das partes.

06. DECLARATÓRIA – Nº 2007.0007.3245-0/0
Requerente: Joana dos Santos Souza
Advogado: Defensoria Pública
Requerido: João Felipe Vieira
Advogado: Doutor Wilton Batista – OAB/TO 3.809
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte requerida Doutor Wilton Batista – OAB/TO 3.809 para comparecer na audiência de conciliação comum, designada nos referidos autos para o dia 16/06/10, às 14h.

07. MONITÓRIA - Nº 2006.0008.2564-6/0
Requerente: Patrícia Pereira de Sousa
Advogada: Dra.Juscelir Magnago Oliari - OAB/TO 1103
Requerido: Josivaldo Alves de Souza
INTIMAÇÃO: Intimar a advogada da parte requerente Doutora Juscelir Magnago Oliari - OAB/TO 1103 para comparecer na audiência de conciliação comum designada nos referidos autos para o dia 15/06/10, às 13h.

08. EMBARGOS À EXECUÇÃO - Nº 2008.0001.2913-1/0
Requerente: Genésio Braz Pianesso
Advogado: Dr. Wilson Moreira Neto - OAB/TO 757
Requerido: Syngenta Seeds Ltda

Advogados: José Ercílio de Oliveira – OAB/SP nº 27.141 e Déa Juliana de Oliveira – OAB/SP nº 206.930
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados das partes Doutores Wilson Moreira Neto - OAB/TO 757; José Ercílio de Oliveira – OAB/SP nº 27.141 e Déa Juliana de Oliveira – OAB/SP nº 206.930, para comparecerem na audiência de conciliação comum designada nos referidos autos para o dia 15/06/10, às 15h. Devendo comparecer acompanhado das partes.

09. EXECUÇÃO - Nº 2006.0008.8626-2/0
Exequente: Calcário Cristalândia Ltda
Advogada: Dra. Juscelir Magnago Oliari – OAB/TO 1103
Executado: Vagner Teodoro de Oliveira
INTIMAÇÃO: Intimar a advogada da parte autora Dra. Juscelir Magnago Oliari - OAB/TO - 1103, para comparecer na audiência de conciliação comum designada nos referidos autos para o dia 15/06/10, às 17h.

10. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - Nº 2008.0000.2627-8/0
Exequente: Ferrotins Indústria e Comércio de Ferro Ltda.
Advogado: Dr. Alexandre de Abreu Aires Junior – OAB/TO 3769
Executado: Município de Cristalândia
Advogado: Dr. Zeno Vidal Santin
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados das partes Dr. Alexandre de Abreu Aires Junior – OAB/TO 3769 e Dr. Zeno Vidal Santin, de todo conteúdo do despacho de fl. 95 a seguir transcrito: “ 1. Tratando-se de direito que admite a transação e causa que não evidência a improbabilidade de sua obtenção, designo audiência preliminar de conciliação e ordenação do procedimento (art 331, CPC) para o dia 15/06/10, às 16:00 horas. 2.INTIMEM-SE as partes a comparecer, podendo fazer-se representar por preposto ou procurador com poderes para transigir, e cientes de que nessa audiência, caso não haja conciliação, será ordenado o processo (art. 331, §2º, CPC). 3 As partes poderão, até a audiência, especificar provas e sugerir pontos controvertidos para fixação pelo juízo (CPC, art. 331, § 2o). Devendo comparar na audiência acompanhados das partes.

11. DIVÓRCIO CONSENSUAL – Nº 2010.0001.3105-7/0
Requerentes: Fritz Avelino Ferreira e Iris Vânia Ferreira da Cunha
Advogado: Dr. Zeno Vidal Santin – OAB/TO 279B

INTIMAÇÃO: INTIMAR a parte requerente na pessoa de seu advogado e procurador acima identificado para, comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 17.06.2010, às 13 horas.

12. RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL – Nº 2010.0001.3136-7/0
Requerente: Pedro Kolmming
Advogada: Dra. Márdioli Copetti de Moura – OAB/RS 51786
Requerido: Joeci de Castro Souza
INTIMAÇÃO: INTIMAR a parte requerente na pessoa de sua advogada e procuradora acima identificada para, comparecer na audiência de conciliação, designada para o dia 17.06.2010, às 16 horas.

13. SEPARAÇÃO CONSENSUAL – Nº 2010.0001.3106-5/0
Requerente: Raimundo Dias Pereira e Lucelena da Silva Andrade
Advogado: Dr. Wilton Batista – OAB/TO 3809
Requerido:
INTIMAÇÃO: INTIMAR as partes na pessoa de seu advogado e procurador acima identificado para, comparecer na audiência de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 17.06.2010, às 17 horas.

14. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO – Nº 2008.0007.6310-8/0
Requerente: Márcia Fernanda de Souza Matos
Advogada: Dra. Juscelir Magnago Oliari – OAB/TO 1103
Requeridos: Laboratório Modelo;e DNA Vida e Dyagen Laboratórios – Centro de Investigação em DNA.
Advogados: Dr. Wilton Batista – OAB/TO 3.809 e Dr. Márcio Messias Cunha – OAB/GO 13.955
INTIMAÇÃO: INTIMAR as partes na pessoa de seus advogados e procuradores acima identificados para, comparecerem na audiência preliminar, designada para o dia 15.06.2010, às 14 horas. Devendo comparecer acompanhados das partes.

15. GUARDA – Nº 2006.0008.8973-3/0
Requerente: Raimunda do Espírito Santos Pereira
Advogado: Dr. Fernando Borges e Silva - OAB/TO 1379
Requerido: Adélia Pereira de Souza Oliveira e Luiz Lopes de Oliveira
INTIMAÇÃO: INTIMAR a parte requerente na pessoa de seu advogado e procurador acima identificado para, comparecer na audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 30.06.2010, às 14 horas.

16. GUARDA – Nº 2006.0008.8756-0/0
Requerente: Maria de Nazaré Queiroz Martins
Advogado: Dr. Wilson Moreira Neto - OAB/TO 757
Requerido: Pedro Brito Martins
Curador Especial: Dr. Wilton Batista – OAB/TO – 3.809
INTIMAÇÃO: INTIMAR a parte requerente na pessoa de seu advogado e procurador Dr. Wilson Moreira Neto - OAB/TO 757, bem como o Curador Especial Dr. Wilton Batista – OAB/TO – 3.809 para, comparecerem na audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 30.06.2010, às 13 horas.

DIANÓPOLIS

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 235/99
Ação: Investigação de Paternidade
Requerente: H.O.P.S representado por sua genitora Helenita Pedra da Silva
Adv:
Requerido: Odenir Carvalho Pereira
Adv: Jales José Costa Valente
SENTENÇA Isto posto, em face do voluntário abandono da causa pela requerente, DECLARAÇÃO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Dianópolis/TO, 26 de outubro de 2009. Marcio Soares da Cunha Juiz substituto

AUTOS: 3.048/97
Ação: Complementar de Alimentos
Requerente: K.C.A.R e S.G.A.R representadas por sua genitora Maria Margareth Wolney Aires.
Adv: Defensória Pública
Requerido: Maria Jose ´ Lobo Ribeiro
Adv:
SENTENÇA Isto posto, em face do voluntário abandono da causa pela parte requerente, DECLARO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Dianópolis/TO, 20 de outubro de 2009. Marcio Soares da Cunha Juiz substituto

AUTOS: 6.636/05
Ação: Investigação de Paternidade c/ Alimentos
Requerente: H.O.P.S representado pelo Ministério Público do Estado do Tocantins
Adv: Promotor de Justiça do Estado do Tocantins
Requerido: Odenir Carvalho Pereira
Adv:
SENTENÇA Isto posto, em face do voluntário abandono da causa pela requerente, DECLARAÇÃO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Dianópolis/TO, 26 de outubro de 2009. Marcio Soares da Cunha Juiz substituto

AUTOS: 6.711/05
Ação: Anulatória de Ato Jurídico c/ antecipaçao de tutela e Danos Morais
Apelante: José Segundo da Costa
Adv: Ide Regina de Paula
Apelado: Sérgio Binicheski
Adv: Nalo Rocha Barbosa
DESPACHO

I- Recebo o recurso de apelação interposto pela parte Autora, nos efeitos suspensivo e devolutivo (CPC, art. 520). II- Intimem-se os Apelados para oferecer as contra-razões, no prazo de 15 dias (CPC, 508 e 188). III- Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique-se. Após, remetam-se os autos ao e. Tribunal de Justiça do Tocantins- TJ/TO. IV- Intimem-se. Dianópolis-TO, 04 de maio de 2010. Emanuela da Cunha Gomes Juíza de Direito Substituta

FILADÉLFIA

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2009.0008.2051-7
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL
REQUERENTE: JOSÉ FRANCISCO LOPES DE SOUZA
ADVOGADO: DR. WANDERSON FERREIRA DIAS OAB-TO 4.167
REQUERIDO: BRASIL TELECOM FIXA
ADVOGADA: DRA. TATIANA VIEIRA ERBS OAB/TO 3070
Ficam Vossas Senhorias intimados do r. despacho, conforme transcrito abaixo:
INTIMAÇÃO DO DESPACHO: “I – Designo audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 18 de maio de 2010, às 16h20min, no Fórum local, sendo que as testemunhas das partes deverão comparecer independentemente de intimação e do depósito prévio do rol. II - Intimem-se as partes, através de seus defensores, para comparecerem à referida audiência acompanhadas de suas testemunhas. III – Cumpra-se. Filadélfia/TO, 27 de abril de 2010. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa - Juiz de Direito Substituto.”

AUTOS: 2008.0010.7956-1
AÇÃO DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
REQUERENTE: LOURIVAL SOUSA COSTA
ADVOGADO: DR. JOSÉ BONIFÁCIO SANTOS TRINDADE OAB-TO 456
REQUERIDO: RODEIO INDUSTRIA E COMÉRCIO CAFÉ LTDA (Café Paraíso)
ADVOGADO: Não Constituído
Fica Vossa Senhoria intimado do r. despacho, conforme transcrito abaixo:
INTIMAÇÃO DO DESPACHO: “I – Intime-se a parte autora, através de seu advogado, via diário da justiça eletrônico, para manifestar no feito, e requerer o que lhe for de direito, sob pena de arquivamento por falta de interesse. II – Fixo o prazo em 48 (quarenta e oito) horas. Filadélfia/TO, 29 de abril de 2010. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa - Juiz de Direito Substituto.”

AUTOS: 2009.0006.3444-6
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL E MORAL C/C PERDAS E DANOS
REQUERENTE: AGROPECUÁRIA MALHADA LTDA
ADVOGADO: DR. PAULO CESAR MONTEIRO MENDES JÚNIOR OAB-TO 1800
REQUERIDO: SOAGRI – COMERCIO E REPRESENTAÇÕES AGRÍCOLAS
ADVOGADO: NÃO CONSTA
REQUERIDO: COODETEC – COOPERATIVA CENTRAL DE PESQUISA AGRICOLA
ADVOGADA: DRA. ALINY COSTA SILVA OAB/TO 2127
Ficam Vossas Senhorias intimados do r. despacho, conforme transcrito abaixo:
INTIMAÇÃO DO DESPACHO: “I – Designo audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 18 de maio de 2010, às 17h10min, no Fórum local, sendo que as teslemunhas das partes deverão comparecer independentemente de intimação e do depósito prévio do rol. II - Intimem-se as partes, através de seus defensores, para comparecerem à referida audiência acompanhadas de suas testemunhas. III – Cumpra-se. Filadélfia/TO, 27 de abril de 2010. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa - Juiz de Direito Substituto.”

AUTOS: 2009.0009.6657-0
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS
REQUERENTE: EDMILSON DE MIRANDA TAVARES
ADVOGADO: NÃO CONSTA
REQUERIDO: CCE DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO: DR. ESAÚ MARANHÃO SOUSA BENTO OAB-TO 4.020
Fica Vossa Senhoria intimado do r. despacho, conforme transcrito abaixo: INTIMAÇÃO DO DESPACHO: “I – Tendo em vista o ofício de fls. Retro, redesigno a audiência anteriormente marcada para o dia 19 de agosto de 2010, às 13h30min. II - Intimem-se as partes, na forma determinada às fls. 22. Notifique-se a Defensoria Pública. Filadélfia/TO, 28 de abril de 2010. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa - Juiz de Direito Substituto.”

AUTOS: 2009.0011.2451-4
AÇÃO INDENIZATÓRIA decorrente de DANOS MORAIS
REQUERENTE: MARIA EDNA CARDOSO DA COSTA
ADVOGADO: NÃO CONSTA
REQUERIDO: CELTINS – CIA DE ENERGIA ELETRICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: DR. PHILIPPE BITTENCOURT OAB/TO 1073
Fica Vossa Senhoria intimado do r. despacho, conforme transcrito abaixo: INTIMAÇÃO DO DESPACHO: “I – Designo audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 18 de maio de 2010, às 15h30min, no Fórum local, sendo que as testemunhas das partes deverão comparecer independentemente de intimação e do depósito prévio do rol. II - Intimem-se as partes, sendo a autora pessoalmente e a requerida através de seu defensor, para comparecerem à referida audiência acompanhadas de suas testemunhas. III – Notifique-se a Defensoria Pública. IV - Cumpra-se. Filadélfia/TO, 27 de abril de 2010. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa - Juiz de Direito Substituto.”

AUTOS: 2009.0008.7385-8
AÇÃO INDENIZATÓRIA decorrente de DANOS MORAIS
REQUERENTE: MARIA SALETE COSTA DE CARVALHO
DEFENSOR PÚBLICO: DR. UTHANT VANDRÉ GONÇALVES
REQUERIDO: AMERICEL S/A
ADVOGADO: DR. ESAÚ MARANHÃO SOUSA BENTO OAB/TO 4020
Fica Vossa Senhoria intimado do r. despacho, conforme transcrito abaixo: INTIMAÇÃO DO DESPACHO: “I – Designo audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 18 de maio de 2010, às 13h, no Fórum local, sendo que as testemunhas das partes deverão comparecer independentemente de intimação e do depósito prévio do rol. II - Intimem-se

as partes, através de seus defensores, para comparecerem à referida audiência acompanhadas de suas testemunhas. III – Cumpra-se. Filadélfia/TO, 27 de abril de 2010. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa - Juiz de Direito Substituto.”

AUTOS: 2009.0010.5354-4
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS
RÉQUERENTE: ALEXANDRE BARBOSA SERRANO
ADVOGADO: NÃO CONSTA
REQUERIDO: CELTINS – CIA DE ENERGIA ELETRICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: DR. PHILIPPE BITTENCOURT OAB/TO 1073
Fica Vossa Senhoria intimado do r. despacho, conforme transcrito abaixo: INTIMAÇÃO DO DESPACHO: “I – Designo audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 18 de maio de 2010, às 14h40min, no Fórum local, sendo que as testemunhas das partes deverão comparecer independentemente de intimação e do depósito prévio do rol. II - Intimem-se as partes, sendo a autora pessoalmente e a requerida através de seu defensor, para comparecerem à referida audiência acompanhadas de suas testemunhas. III – Notifique-se a Defensoria Pública. IV - Cumpra-se. Filadélfia/TO, 27 de abril de 2010. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa - Juiz de Direito Substituto.”

AUTOS: 2008.0008.4208-3
AÇÃO INDENIZATÓRIA decorrente de DANOS MORAIS
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS ALVES
DEFENSOR PÚBLICO: DR. UTHANT VANDRÉ GONÇALVES
REQUERIDO: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO: DR. ESAÚ MARANHÃO SOUSA BENTO OAB/TO 4020
Fica Vossa Senhoria intimado do r. despacho, conforme transcrito abaixo: INTIMAÇÃO DO DESPACHO: “I – Designo audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 18 de maio de 2010, às 13h50min, no Fórum local, sendo que as testemunhas das partes deverão comparecer independentemente de intimação e do depósito prévio do rol. II - Intimem-se as partes, através de seus defensores, para comparecerem à referida audiência acompanhadas de suas testemunhas. III – Cumpra-se. Filadélfia/TO, 27 de abril de 2010. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa - Juiz de Direito Substituto.”

AUTOS: 2009.0009.0540-7
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR COBRANÇA INDEVIDA C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS
REQUERENTE: CLÁUDIO L DE O E SILVA ME
ADVOGADO: DR. ESAÚ MARANHÃO SOUSA BENTO OAB/TO 4020
REQUERIDO: JORGE BATISTA E CIA LTDA
ADVOGADO: NÃO CONSTA
Fica Vossa Senhoria intimado do r. despacho, conforme transcrito abaixo: INTIMAÇÃO DO DESPACHO: “I – Designo audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 19 de AGOSTO de 2010, às 13h, no Fórum local, sendo que as testemunhas das partes deverão comparecer independentemente de intimação e do depósito prévio do rol. II - Intimem-se as partes para comparecerem à referida audiência acompanhadas de suas testemunhas; sendo a parte autora através de seu defensor, via diário da justiça eletrônico, e a parte requerida através dos correios, via AR. III – Notifique-se a Defensoria Pública. IV - Cumpra-se. Filadélfia/TO, 28 de abril de 2010. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa - Juiz de Direito Substituto.”

AÇÃO:Indenização por Perdas e Danos.
AUTOS:N.º 2010.0002.2112-9
Requerente: Emiliano Farias da Luz e Outros
Advogado: Dr. José Hilário Rodrigues OAB/TO n.º 652
Requerido:CESTE- Consórcio Estreito Energia
INTIMAÇÃO: Fica o advogado intimada do despacho transcrito abaixo:
DESPACHO:“Intime-se a parte autora, através de seus advogados, via Diário da Justiça, para adaptar a declaração de pobreza, às fls. 22, sob pena de indeferimento, nos termos dos artigos 283 e 284 do CPC.Cumpra-se. Filadélfia/TO, 12/04/2010 (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa – Juiz Substituto.”

AÇÃO: (Embargos de Declaração), expedida dos autos de Anulatória de Débito Fiscal.
AUTOS: N.º 2010.0002.2135-8
Requerente:Construtora Norberto Odebrecht S/A
Advogado: Dr. Walter Ohofugi Junior OAB/TO n.º 392-A
Requerido:Município de Palmeirante-TO
Advogado: Felipe Zago/PR 41.428
INTIMAÇÃO:Ficam os advogados intimados do despacho transcrito abaixo: DESPACHO:“... Ante o exposto, conheço do recurso e no mérito lhe dou provimento para estabelecer, na decisão de fls. 360/365 que o percentual de redução da base de cálculo conferido pelo Município de Palmeirante à embargante é de 20,6%. Intime-se. Cumpra-se.Filadélfia/TO, 24/03/2010 (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa – Juiz Substituto.”

AÇÃO: Ordinária de Desconstituição de Julgamento de Contas Públicas.
AUTOS N.º 2010.0002.8667/0
Requerente:Ivanilzo Gonçalves de Alencar
Advogado: Dr. Epitácio Brandão Lopes OAB/TO n.º 315-A
Requerido:Câmara Municipal de Filadélfia-TO
INTIMAÇÃO:Fica o advogado intimado do despacho transcrito abaixo: DESPACHO: “Encaminhe os presentes autos à contadoria judicial para o cálculo das custas iniciais.Após, intime-se o autor, por meio de seu advogado, via diário da justiça eletrônico para emendar a inicial, especialmente no que tange à correção do pólo passivo, nos termos do artigo 284 do COC, sob pena de ser indeferida liminarmente; bem como para realizar o recolhimento das custas judiciais, nos termos do artigo 19 do CPC, sob pena de cancelamento na distribuição se, no prazo de 30(trinta)dias, não for preparado o valor das custas iniciais, conforme disposto no artigo 257 do CPC. Em seguida conclusos. Cumpra-se. Filadélfia/TO, 23/04/2010 (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa – Juiz Substituto.”

AÇÃO: Indenização por Perdas e Danos.
AUTOS N.º 2009.0009.4562-0
Requerente:Evandro Barros de Miranda
Advogado:Dr. André Luiz Barbosa Melo OAB/TO n.º 1118
Advogada:Dra.Aliny Costa Silva OAB/TO nº 2127
Requerido:CESTE- Consórcio Estreito Energia

INTIMAÇÃO:Ficam os advogados intimado do despacho transcrito abaixo: DESPACHO:“Intime a parte autora, através de seus advogados, via Diário da Justiça, para adaptar o instrumento de procuração e a declaração de hipossuficiência, sob pena de indeferimento, nos termos dos artigos 283 e 284 do CPC. Cumpra-se. Filadélfia/TO, 22/04/2010 (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa – Juiz Substituto.”

AÇÃO: Busca e Apreensão pelo Decreto-Lei nº 911/69.
AUTOS N.º 2010.0002.8648-4
Requerente:Banco Volkswagen S/A
Advogada: Dra. Marinolia Dias dos Reis OAB/TO n.º 1.597
Requerido:Antônio Carlos Marques da Silva

INTIMAÇÃO:Fica a advogada intimada do despacho transcrito abaixo: DESPACHO: “Compulsando aos autos percebo que o requerente efetuou o pagamento apenas parcial da taxa judiciária, no valor R\$ 340,43(fls.35), quando o valor correto é de R\$ 680,87(fls.33). Assim, intime-se o requerente para complementar o valor restante da taxa judiciária. Após, conclusos. Filadélfia/TO, 22/04/2010 (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa – Juiz Substituto.”

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial.
AUTOS N.º 2010.0002.2114-5
Requerente:Banco do Brasil S/A
Advogada:Dra. Paula Rodrigues da Silva OAB/SP n.º 221.271
Requerido:M Lima de Sousa

INTIMAÇÃO:Fica a advogada intimada do despacho transcrito abaixo: DESPACHO: “Intime-se a parte autora, por meio de sua advogada, via diário da justiça eletrônico, para, no prazo de 10(dez) dias, recolher as custas judiciais, sendo que a distribuição será cancelada se não for preparado o valor das custas iniciais.Cumpra-se. Filadélfia/TO, 12/04/2010 (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa – Juiz Substituto.”

GOIATINS

Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2008.0008.4132-0/0 (3.231/08)
Ação: Inventário
Requerente: Maria Elis Pereira de Brito
Advª. Gracione Terezinha de Castro
Por determinação judicial da MMª Juiza de Direito desta Comarca, Dra. Aline Marinho Bailão Iglesias, fica Vossa Senhoria INTIMADA para tomar conhecimento da decisão judicial a seguir transcrito: Prestado o compromisso, apresente a inventariante no prazo de 20 dias as primeiras declarações, das quais se lavrará termo circunstanciado, com base no artigo 992 do CPC. Vindo as primeiras declarações, cite-se os interessados, inclusive a Fazenda Pública Estadual (999 do CPC). Todos aqueles que forem domiciliados nesta Comarca serão citados por Edital na forma dos artigos 224 a 230 do CPC, e por Edital com prazo de 30 dias todos os demais. Concluídas as citações, as partes terão vistas dos autos, em cartório e pelo prazo de 10 dias para se manifestarem sobre as primeiras declarações nos termos do artigo 1000 do CPC. Intimem-se, especialmente o MP. Cumpra-se. Goiatins, 27 de novembro de 2008. – Helder Carvalho Lisboa – Juiza de Direito Substituto.Cumpra-se na forma da lei. Para constar, eu, Maria das Dores Feitosa Silveira (Escrivã do Cível) subscrevi e assino. Goiatins/TO, 06 de maio de 2010. Maria das Dores Feitosa Silveira Escrivã Judicial

Vara Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA, COM O PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS.

AUTOS: Nº 208/2004 – AÇÃO PENAL
RÉU: CARLINDO DA SILVA SOUZA
Advogado: DR. PAULO CEZAR DE SOUZA
A Doutora ALINE MARINHO BAILÃO IGLESIAS, Juiza de Direito, desta Comarca de Goiatins-TO, no uso de suas funções legais, e na forma da lei, etc.. F A Z S A B E R a todos quanto o presente edital de intimação de Sentença Condenatória, virem ou dele conhecimento tiverem que, neste Juízo tramitam os termos da Ação Penal nº 208/2004, em desfavor do acusado: CARLINDO DA SILVA SOUZA, brasileiro, solteiro, lavrador, nascido no dia 16/02/1982, natural de Goiatins-TO, filho de Sebastião Oliveira de Souza e Raimunda da Silva Souza, residente na rua Presidente Dutra, na cidade de Itacajá-TO, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, fica intimado por este edital, da sentença condenatória, proferida nos autos acima mencionado, a contar da data da publicação deste edital, sendo-lhes facultado o direito de recorrer caso, queira., cuja parte dispositiva da sentença é a seguinte: “....Ante o exposto, julgo procedente a pretensão punitiva do Estado para condenar CARLINDO DA SILVA SOUZA, nas penas do art.129, § 1º,II, DO Código Penal, passo a dosar a pena, nos termos do art. 59 do Código Penal.... Não há presença de nenhuma causa de diminuição e nem de aumento de pena, razão pela qual torno definitiva a reprimenda em dois (dois) anos e 06(seis) meses de reclusão a ser cumprido em regime inicialmente aberto...Em decorrência da inexistência de motivos ponderosos à decretação da custódia preventiva do sentenciado, consubstanciados pelos pressupostos à prisão (fumus comissi delicti) os quais não se encontram presentes no bojo desta decisão e, corroborados ainda em vista a ausência de fundamento à reprimenda legal (periculum libertatis), concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade.Nos termos dos artigos 43,44, i e 45, todos do CP deixo de substituir a pena privativa de liberdade restritiva de direito.Nos termos do artigo 77,I,II,III do CP, vislumbro a possibilidade de aplicação da suspensão condicional da pena ao acusado. Devendo para tanto ser realizada audiência admonitória em que serão propostas as condições estabelecidas pelo artigo 78, § 2º, e outras condições que serão oferecidas na audiência admonitória nos termos do artigo 79 do CP. Condeno o réu no pagamento das custas processuais..Oportunamente, após o trânsito em julgado, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance o nome do réu no rol dos culpados; 2)Oficie-se o Tribunal Regional Eleitoral do Estado em que for eleitor, e para tanto, expeça-se ofício ao Cartório da 32ª Zona Eleitoral comunicando a condenação do réu para informar a seção eleitoral, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos artigos 71, parágrafo 2º, do Código Eleitoral c/c I5, III, da Constituição

Federal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Goiatins-TO, 02 de março de 2009. (a) Dr. Helder Carvalho Lisboa,Juiz de Direito Substituto. Para conhecimento de todos é passado o Presente Edital, cuja 2ª via fica afixada no “Placar” do Fórum da Comarca de Goiatins, Estado do Tocantins e a 3ª via publicada no Diário da Justiça. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Goiatins, Estado do Tocantins, aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dez. (06-05-2010.) ALINE MARINHO BAILÃO IGLESIAS JUIZA DE DIREITO

GUARAÍ

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2009.0001.6103-3/0 (3.006/04)
Ação: Execução de Sentença
Exequente: Claudemir Rodrigues dos Santos
Advogado(s): Dr. Manoel C. Guimarães (OAB/TO 1.686) e/ou outros.
Executado: Brasil Telecom S/A
Advogado(a): Dra. Bethânia Rodrigues Paranhos (OAB/TO 4126) e/ou outros.
INTIMAÇÃO: OBJETO: Intimar o(s) Advogado(s) da parte Executada, Dra. Bethânia Rodrigues Paranhos (OAB/TO 4126) e/ou outros, e o(s) Advogado(s) da parte Exequente, Dr. Manoel C. Guimarães (OAB/TO 1.686) e/ou outros da Decisão de fls. 161/163, abaixo transcrito. DECISÃO: (...)Dito isso, tendo em vista a impossibilidade de que o prazo par ao cumprimento voluntário da sentença flua automaticamente(artigo 240 do CPC c/c o princípio do devido processo legal), DETERMINO A INTIMAÇÃO DA PARTE DEVEDORA, NA PESSOA DE SEU(SUA) ADVOGADO(A) CONSTITUÍDO(A) NOS AUTOS, para, no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento do montante da dívida no valor de R\$ 6.293,84 (seis mil, duzentos e noventa e três reais e oito centavos); sob pena de, na hipótese de não cumprimento voluntário da sentença por parte do(a)s devedor(a)s), ser acrescido de multa no percentual de 10%(dez por cento) nos termos da primeira parte do art. 475-J do CPC e honorários advocatícios que fixo em R\$ 600,00(seiscentos reais), salvo impugnação com fundamento no artigo 20, § 4o c/c artigo 475-1 c/c artigo 475-R e artigo 652-A, todos do CPC, bem como no princípio da causalidade. Intimem-se. Guaraí, 22/4/2010. Ass. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi - Juiza de Direito

AUTOS: 2008.0007.0456-0/0
Ação: DESPEJO C/C COBRANÇA
Exequente: Claudemir Rodrigues dos Santos
Advogado(s): Dr. Manoel C. Guimarães (OAB/TO 1.686) e/ou outros.
Executado: Deusvaldo Vieira Moraes Silva
Advogado(a): Dr. Ildefonso Domingos Ribeiro Neto (OAB/TO 372) e/ou outros.
INTIMAÇÃO: OBJETO: Intimar o(s) Advogado(s) da parte Requerente, Dr. Manoel C. Guimarães (OAB/TO 1.686) e/ou outros, e o(s) Advogado(s) da parte Requerida, Dr. Ildefonso Domingos Ribeiro Neto (OAB/TO 372) e/ou outros do Despacho de fls. 62-V, abaixo transcrito. DESPACHO: Dando prosseguimento ao feito, intimem-se para, no prazo de 10 (dez) dias, especificarem as provas que pretendam produzir em audiência, justificando-as; bem como a parte contrária para, no mesmo prazo, manifestar acerca dos documentos retro-acostados. C. Guaraí, 29/5/09. Ass. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi - Juíza de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

PROCESSO Nº.2009.0011.1375-0 ESPÉCIE COBRANÇA
Data 28/04/2010
Hora14:00 SENTENÇA Nº 38/04
Magistrada: Dra Sarita von Roeder Michels
Conciliadora: Drª Maria das Graças Pereira Cunha.
REQUERENTE: Maria Gomes Moura
REQUERIDO: Kátia Maria Ferreira da Cruz
(6.0) -SENTENÇA Nº 38/04: Considerando que a Requerida foi regularmente citada para comparecer à audiência e, mesmo assim, não esteve presente; considerando que a documentação constante dos autos dispensa outras provas; nos termos do que dispõe o artigo 20 da Lei 9.099/95, decreto a REVELIA de Kátia Maria Ferreira da Cruz, condenando este a pagar para a Requerente Maria Gomes Moura, o valor de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais), atualizado e acrescido de juros moratórios a base de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da propositura da ação de cobrança. Nos termos do que dispõe o artigo 475, alínea j, do Código de Processo Civil, determino o pagamento do valor total da condenação no prazo de 15 dias, independente dos consecatórios incidentes em eventual execução desta sentença sob pena de multa equivalente a dez por cento (10%) sobre o valor total da dívida a ser executada. Nos termos do que dispõe o artigo 43 da Lei nº 9.099/95, decorrido o prazo fixado para o pagamento, manifeste-se a Requerente sobre eventual necessidade de execução. Publicada e intimadas as Partes em audiência, registre-se. Intime-se o Requerido. Publique-se no DJE/SPROC. Guaraí-TO, 28 de abril de 2010. Declarada encerrada a audiência e nada mais havendo para constar, lavrei o presente e o subscrevo, Eu Eliezer Rodrigues de Andrade, escrevente, digitei.

PROCESSO Nº.2009.0011.1380-6 ESPÉCIE COBRANÇA
DATA 28/04/2010
Hora 14:00 SENTENÇA Nº 38/04
Magistrada: Dra Sarita von Roeder Michels.
Conciliadora: Dra Maria das Graças Pereira Cunha
REQUERENTE: Maria Gomes Moura
REQUERIDO: Derocina Teixeira Borges- CPF- 713.377.921-87
6.1-SENTENÇA Nº 36/04: Considerando que houve conciliação entre as partes, nos termos do que dispõe o artigo 22, § único da Lei nº. 9.099/95 c/c 269, inciso III, do Código de Processo Civil, homologo a transação efetuada entre o requerente Maria Gomes Moura e Derocina Teixeira Borges, importância de R\$

180,00 (cento e sessenta reais). Publicada e intimados os presentes, registre-se.Publique-se no DJE/SPROC. Após archive-se até a comprovação de cumprimento do acordo ou pedido de execução. Valor total do acordo: no valor de R\$ R\$ 180,00 (cento e sessenta reais) Declarada encerrada a audiência e nada mais havendo para constar, lavrei o presente e o subscrevo, EuEliezer Rodrigues, escrevente, digitei.

PROCESSO Nº. 2009.0012.9255-7 ESPÉCIE COBRANÇA

Data 27/04/2010 Hora 14:30 SENTENÇA Nº 33/04
Magistrado: Dr Euripedes do Camo Lamounier
Conciliadora: Drª Maria das Graças Pereira Cunha.
REQUERENTE: Vânia Lucia Ferreira de Siqueira-ME
Procurador: Agenor Pereira de Siqueira
REQUERIDO: Eguimar Gomes (6.0) -SENTENÇA Nº 33/04: Considerando que o Requerido foi regularmente citado para comparecer à audiência e, mesmo assim, não esteve presente; considerando que a documentação constante dos autos dispensa outras provas; nos termos do que dispõe o artigo 20 da Lei 9.099/95, decreto a REVELIA de Eguimar Gomes, condenando este a pagar para a empresa Requerente Vânia Lucia Ferreira de Siqueira-ME, o valor de R\$ 658,00 (seiscentos e cinquenta e oito reais), atualizado e acrescido de juros moratórios a base de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da propositura da ação de cobrança. Nos termos do que dispõe o artigo 475, alínea j, do Código de Processo Civil, determino o pagamento do valor total da condenação no prazo de 15 dias, independente dos consectários incidentes em eventual execução desta sentença sob pena de multa equivalente a dez por cento (10%) sobre o valor total da dívida a ser executada. Nos termos do que dispõe o artigo 43 da Lei nº 9.099/95, decorrido o prazo fixado para o pagamento, manifeste-se a empresa Requerente sobre eventual necessidade de execução. Publicada e intimadas as Partes em audiência, registre-se. Intime-se o Requerido. Publique-se no DJE/SPROC. Guarai-TO, 27 de abril de 2010 Declarada encerrada a audiência e nada mais havendo para constar, lavrei o presente e o subscrevo, Eu Eliezer Rodrigues de Andrade, escrevente, digitei.

Data 27.04.2010 ESPÉCIE COBRANÇA Hora 13:30 Sentença
PROCESSO Nº.2009.0012 9252-2
Magistrada: Pr Euripedes do Carmo Lamounier
Conciliadora: Pr3. Maria das Graças Pereira Cunha.
REQUERENTE: Vânia Lúcia Ferreira de Siqueira-ME
Procurador: Agenor Pereira de Siqueira
REQUERIDO(A): Aldeny José Gomes Evangelista- CPF nº 626.688.891-20
ATOS DO CONCILIADOR
OCORRÊNCIA: Aberta a sessão, compareceu o procurador da empresa requerida Vânia Lúcia Ferreira de Siqueira-ME o Sr. Agenor Pereira de Siqueira, bem como o requeiido Aldeny José Gomes Evangelista. As partes firmaram acordo nos seguintes termos: I O Requerido pagará a empresa Requerente a quantia de 30 (trinta) vigotas de 4.5 metros, de jatobá e garapa a R\$ 36,00 (trinta e seis reais) cada, totalizando a importância de R\$ 1.080.00 (hum mil e oitenta reais). II - O requerido fará a entrega da madeira até o dia 08/05/2010, diretamente no endereço da empresa requerente na Avenida Alailton Aguiar Ribeiro, s/n, setor centenário- Fortaleza do Tabocão-TO, mediante entrega de recibo. Ficando o requerente responsável pelo transporte do material. III- No caso de inadimplimento do pactuado, nos termos do que dispõe o artigo 52, inciso V, da Lei nº 9.099/95 c/c artigos 407 e 847 do Código Civil, ficam estabelecidos multa, equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do acordo, e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. IV - Integralmente cumprido o acordo, fica quitada a obrigação. Fica autorizado Reclamado a extrair dos autos os documentos acostados as fls. 04, mediante cópias nos autos. Em seguida faço os autos ao Meritíssimo Juiz de Direito. SENTENÇA: N: Considerando que houve conciliação, nos termos do que dispõe o artigo 22, § único da Lei nº. 9.099/95 c/c 269, inciso III. do Código de Processo Civil,homologo a transação efetuada entre Vânia Lúcia Ferreira de Siqueira-ME e Aldeny José Gomes Evangelista a importância de RS 1.080,00 (hum mil e oitenta reais. Após proceda-se à baixa na distribuição e archive-se. Publicada e intimados os presentes em audiência, registre-se, no SPROC/DJE. Declarada encerrada a audiência e nada mais havendo para constar, lavrei o presente e o subscrevo, Eliezer Rodrigues de Andrade, escrevente,

PROCESSO Nº. 2009.0012.9257-3 ESPÉCIE COBRANÇA

Data 27/04/2010
Hora 15:30 SENTENÇA 34/04
Magistrado: Dr Eurípedes do Carmo Lamounier
Conciliadora: Dra Maria das Graças Pereira Cunha
REQUERENTE: Vânia Lucia Ferreira de Siqueira-ME por seu procurador: Sr. Agenor Pereira de Siqueira
REQUERIDO: Maria Vanda Sousa Barros- CPF nº 644.260.681-34
6.1-SENTENÇA Nº 34/04 : Considerando que houve conciliação entre as partes, nos termos do que dispõe o artigo 22, § único da Lei nº. 9.099/95 c/c 269, inciso III, do Código de Processo Civil, homologo a transação efetuada entre Vânia Lucia Ferreira de Siqueira-ME e Maria Vanda Sousa Barros, a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Publicada e intimados os presentes, registre-se.Publique-se no DJE/SPROC. Após archive-se até a comprovação de cumprimento do acordo ou pedido de execução. Valor total do acordo: no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).Declarada encerrada a audiência e nada mais havendo para constar, lavrei o presente e o subscrevo, Eu Eliezer Rodrigues, escrevente, digitei.

PROCESSO Nº.2009.0012.2228-1 ESPÉCIE COBRANÇA

Data 28/04/2010 Hora 14:30 SENTENÇA Nº 39/04
Magistrada: Dra Sarita von Roeder Michels.
Conciliadora: Dra Maria das Graças Pereira Cunha
REQUERENTE: Maria Luiza Silva Oliveira
Defensor Público: Dr Leonardo Oliveira Coelho
REQUERIDA: Banco do Brasil S/A
Representante Legal: Flávio Irã Godinho.

Advogado: Dr Andrés Caton Kopper Delgado
6.1-SENTENÇA Nº 39/04: Considerando que houve conciliação entre as partes, nos termos do que dispõe o artigo 22, § único da Lei nº. 9.099/95 c/c 269, inciso III, do Código de Processo Civil, homologo a transação efetuada entre o requerente Maria Luiza Silva Oliveira e : Banco do Brasil S/A, importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Publicada e intimados os presentes, registre-se.Publique-se no DJE/SPROC. Após archive-se até a comprovação de cumprimento do acordo ou pedido de execução. Valor total do acordo: no valor de R\$ R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Declarada encerrada a audiência e nada mais havendo para constar, lavrei o presente e o subscrevo, EuEliezer Rodrigues, escrevente, digitei.

PROCESSO Nº. 2009.0012.2218-4 ESPÉCIE COBRANÇA

Data 05.05.2010 Hora 15:30 Despacho. Nº 17/05
MAGISTRADA(O): Dr. Jorge Amâncio de Oliveira- Juiz substituto auxiliar
CONCILIADORA: Dra. Maria das Graças Pereira Cunha
REQUERENTE: Dionísia Dias Reis
Defensor Público: Dr Adir Pereira Sobrinho
REQUERIDA: Banco Itaú S.A
REPRESENTANTE: Raimundo Nonato Alves de Brito
ADVOGADO: Dr Pedro Nilo Gomes Vanderlei
DESPACHO: Nº:17/05: Designo o dia 21/05/2010 às 17:00 horas, para a publicação da sentença, saindo as partes já intimadas.Publique-se no SPROC/DJ. Encerrada a audiência firmou-se o presente. Guarai, 05.05.2010.

PROCESSO Nº.2009.0010.7194-1 ESPÉCIE RECLAMAÇÃO

Data 05.05.2010 Hora 13:30 SENTENÇA Nº 06/05
Magistrado: Dr. Jorge Amâncio de Oliveira -Juiz substituto auxiliar.
Conciliadora: Dra Maria das Graças Pereira Cunha
REQUERENTE: Regyany Guida de Souza Campos
Defensor Público: Dr Adir Pereira Sobrinho
REQUERIDA: Brasil Telecom S/A
Preposto: Luana Mendes Lombardi Martins
Advogado: Dr Júlio Franco Poli 6.1-SENTENÇA Nº 06/05: Considerando que houve conciliação entre as partes, nos termos do que dispõe o artigo 22, § único da Lei nº. 9.099/95 c/c 269, inciso III, do Código de Processo Civil, homologo a transação efetuada entre a empresa requerente Brasil Telecom S/A e Regyany Guida de Souza Campos, importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais). Publicada e intimados os presentes, registre-se.Publique-se no DJE/SPROC. Após archive-se até a comprovação de cumprimento do acordo ou pedido de execução. Declarada encerrada a audiência e nada mais havendo para constar, lavrei o presente e o subscrevo, Eu Eliezer Rodrigues, escrevente, digitei.

PROCESSO Nº. 2009.0012.2220-6 ESPÉCIE COBRANÇA

Data 05.05.2010
Hora 15:00 (6.1)SENTENÇA 08/05
MAGISTRADA(O): Dr. Jorge Amâncio de Oliveira- Juiz substituto auxiliar.
CONCILIADORA: Dra. Maria das Graças Pereira Cunha
REQUERENTE: Jackson Pereira Silva
Advoga: Dra Karlla Barbosa Lima Ribeiro
REQUERIDA: Enercamp Engenharia e Comercio Ltda
REPRESENTANTE: Carlos Roberto Beltramo- portado do CPF nº 558.147.948-87 e do Rg nº 6630583 SSP-SP
6.1-SENTENÇA Nº 08/05: Considerando que houve conciliação entre as partes, nos termos do que dispõe o artigo 22, § único da Lei nº. 9.099/95 c/c 269, inciso III, do Código de Processo Civil, homologo a transação efetuada entre a empresa requerente Enercamp Engenharia e Comercio Ltda e Jackson Pereira Silva, importância de R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais). Publicada e intimados os presentes, registre-se.Publique-se no DJE/SPROC. Após archive-se até a comprovação de cumprimento do acordo ou pedido de execução.Encerrada a audiência firmou-se o presente. Guarai, 05.05.2010.

PROCESSO Nº. 2009.0012.2227-3 ESPÉCIE RECLAMAÇÃO

Data 05.05.2010 Hora 14:00 SENTENÇA Nº 07/05
Magistrado: Dr. Jorge Amâncio de Oliveira -Juiz substituto auxiliar.
Conciliadora: Dra Maria das Graças Pereira Cunha
REQUERENTE: Evaldo Neves Ferreira
REQUERIDA: Brasil Telecom S/A

Preposto: Luana Mendes Lombardi Martins
Advogado: Dr Júlio Franco Poli
6.1-SENTENÇA Nº 07/05: Considerando que houve conciliação entre as partes, nos termos do que dispõe o artigo 22, § único da Lei nº. 9.099/95 c/c 269, inciso III, do Código de Processo Civil, homologo a transação efetuada entre a empresa requerente Brasil Telecom S/A e Evaldo Neves Ferreira, importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Publicada e intimados os presentes, registre-se.Publique-se no DJE/SPROC. Após archive-se até a comprovação de cumprimento do acordo ou pedido de execução. Encerrada a audiência firmou-se o presente. Guarai, 05.05.2010.

PROCESSO Nº.2009.0012.2240-0 ESPÉCIE COBRANÇA

Data 05.05.2010 Hora 14:30 Despacho. Nº 16/04
MAGISTRADA(O): Dr. Jorge Amâncio de Oliveira- Juiz substituto auxiliar.
CONCILIADORA: Dra. Maria das Graças Pereira Cunha
REQUERENTE: Fagner Roberto Araújo de Souza
REQUERIDA: Consorcio Nacional Volkswagen Ltda
PREPOSTO: Vagno dos Santos Silva- Rg 1.108.817- SSP-TO.
ADVOGADO: Dr William Pereira da Silva
DESPACHO: Nº 16/05 Considerando que as partes não desejam apresentar mais provas e tendo em vista tratar-se de matéria de direito é possível o julgamento do processo no estado em que se encontra. Todavia, deixo de designar data para o julgamento e publicação de sentença em razão da resolução 12 do STJ. Diante disso, por ora suspendo o processo até nova

deliberação. Publique-se, registre-se e intime-se, (DJ/SPROC). Encerrada a audiência firmou-se o presente. Guarai, TO, 05.05.2010,

GURUPI

Diretoria do Foro

PORTARIA N.º 31 / 2010-DF

O Dr. NASSIB CLETO MAMUD, Juiz de Direito e Diretor do Fórum, da Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e etc.

CONSIDERANDO a paralisação dos Servidores dessa Comarca a partir do dia 09/02/2010.

CONSIDERANDO o Decreto Judiciário nº 054/2010, publicado no DJ nº 2362 do dia 12/02/2010.

CONSIDERANDO a decisão do competente Recurso no dia 16/03/2010.

CONSIDERANDO o Decreto Judiciário nº 100/2010, publicado no DJ nº 2375, do dia 08/03/2010, o qual revoga o Decreto Judiciário nº 054/2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 21/2010-DF, a qual suspende os prazos processuais.

Art. 2º. Começa-se a contar os prazos processuais, nessa Comarca, a partir do dia 05/05/2010.

Art. 3º. O protocolo voltara a funcionar normalmente.

Art. 4º. Notificar todos os serventuários, que ainda encontram-se em greve, para que retornem as suas atividades imediatamente sob pena de Processo Administrativo.

DE-SE CIÊNCIA a Presidência da Egrégia Corte de Justiça, aos representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública que atuam neste juízo, para conhecimento, bem assim á Corregcdoria-Geral da Justiça do Tocantins, para eventual censura e a OAB Subseção de Gurupi.

DIVULGUE-SE publicando-se no Diário da Justiça e afixando-se um exemplar no placar do fórum, por trinta (30) dias.

CUMPRA-SE. DADA E PASSADA nesta comarca de Gurupi aos 06 dias do mês de maio do ano dois mil e dez (06/05/2010)

Nassib Cleto Mamud
Juiz de Direito
Diretor do Fórum

2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

1. AUTOS N.º: 2010.0001.6327-7/0

Ação: Indenização
Requerente: MONIZZY PONTAL NASCIMENTO
Advogado(a): Dra.Luciane de Oliveira Cortes Rodrigues dos Santos
Requerido(a): Raimundo Nonato de Oliveira
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO:(...) Intime-se a parte autora, por seu advogado, para juntar aos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovante de renda, visando aferir o benefício de Assistência Judiciária. Gurupi, 16 de março de 2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz de Direito.

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

1. AUTOS N.º: 2010.0002.3203-1/0

Ação: Busca e Apreensão
Requerente: Banco Finasa S/A.
Advogado(a): Dr. Fabricio Gomes
Requerido(a): Claldeson Cruz da Silva
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: DECISÃO:(...) Por tais motivos, intime-se a parte autora, por seu procurador, para juntar aos autos, a comprovação de notificação válida do requerido, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Gurupi, 16 de abril de 2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz de Direito.

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

1. AUTOS N.º: 7506/05

Ação: Execução Forçada
Exequente: Cláudio José Tomasi
Advogado(a): Dr.Albery César de Oliveira
Executado: Disber Distribuidora Comércio e Ind. de Cereais Ltda
Advogado(a): Dr.Jerônimo Ribeiro Neto
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Ouça-se o executado, no prazo de 5 (cinco) dias, por seu advogado. Gurupi, 16 de março de 2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz de Direito

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

1. AUTOS N.º: 7416/05

Ação: Execução Forçada
Exequente: Cláudio José Tomasi
Advogado(a): Dr.Albery César de Oliveira
Executado: Disber Distribuidora Comércio e Ind. de Cereais Ltda
Advogado(a): Dr.Jerônimo Ribeiro Neto

INTIMAÇÃO: DESPACHO: Ouça-se o executado, no prazo de 5 (cinco) dias, por seu advogado. Gurupi, 16 de março de 2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz de Direito.

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

1. AUTOS N.º: 2009.0012.1537-4/0

Ação: Reintegração de Posse
Requerente: HSBC BANK BRASIL S.A
Advogado(a): Dr.Jose Antonio Leal da Cunha
Requerido(a): Ricardo Naves Bertonsim
Advogado(a): Não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO:(...) Intime-se o autor, por seu advogado, para efetuar o recolhimento das custas processuais e taxa judiciária, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito. Gurupi, 03 de fevereiro de 2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz de Direito.

Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Fica a procuradora da Impetrante, Drª. Wesleyne Vieira Gomes, intimado para o que adiante se vê, tudo nos termos do artigo 236 do CPC (intimações conforme Provimento 009/2008 da CGJ-TO):

AUTOS Nº: 13.083/06

AÇÃO: Mandado de Segurança por Omissão com Pedido de Liminar.
IMPETRANTE: Wesleyne Vieira Gomes.
Rep. Jurídico: Em causa própria.
REQUERIDO: Presidente da Fundação Unirg, Dr. Ezemi Nunes Moreira e Secretária Acadêmica, Célia Maria Augustini da Silveira.
FINALIDADE: Fica à parte, através de seu procurador, supra citado
INTIMADO: Da Sentença de fls. 225/227, cuja parte final segue transcrita. Ex positis, defiro a ordem mandamental, para confirmar a liminar que determinou a expedição do diploma da Formanda. Transitada em julgado archive-se com as formalidades de estilo. Eventuais custas e despesas processuais efetuadas pela Autora, que deverão ser demonstradas, poderão ser reembolsadas com pagamento pela Impetrada. Sem honorária devido a entendimento do E. TJ-TO. P. R. Int. Cumpra-se. Nassib Cleto Mamud.

AUTOS Nº: 11.646/03

AÇÃO: Ação Ordinária de Recuperação de Crédito Tributário de ICMS, com Pedido de Antecipação de Tutela.
REQUERENTE: Casa Grande Projetos Decorações e Representações Ltda.
Rep. Jurídico: Drº. Raimundo Nonato Fraga Sousa.
REQUERIDO: Fazenda Pública Estadual – Sefaz.
FINALIDADE: Fica à parte, através de seu procurador, supra citado
INTIMADO: Da Sentença de fls. 81/82, cuja parte final segue transcrita. Ex positis, com base na sucinta argumentação supra, fulcrado no art. 267, VI, do CPC, JULGO EXTINTO O FEITO sem julgamento de seu mérito, pela rematada ilegitimidade processual da parte Autora, devendo os autos serem arquivados após o trânsito em julgado. Custas, despesas processuais e honorária em 10% pela Autora em favor do Estado. P.R.I. Cumpra-se. Nassib Cleto Mamud.

AUTOS Nº: 12.052/04

AÇÃO: Ação de Consignação em Pagamento.
REQUERENTE: Waldir Ignácio Limberger.
Rep. Jurídico: Drº. Valdir Haas.
REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Estado-DeTRAN/TO.
FINALIDADE: Fica à parte, através de seu procurador, supra citado
INTIMADO: Da Sentença de fls. 41, cuja parte final segue transcrita. Ex positis, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC, JULGO EXTINTO o processo, sem o julgamento do seu mérito, pela ausência de interesse autoral no seguimento desta consignatória, determinando à parte requerente o pagamento das custas e despesas processuais remanescentes, se houverem. Seja liberado o valor consignado nos autos em favor do devedor, conforme solicitado. P.R.I. e, certificado o trânsito em julgado e pagamento, archive-se, observadas as formalidades legais. Nassib Cleto Mamud.

AUTOS Nº: 10.923/02

AÇÃO: Ação Declaratória de Dependência Econômica com Pedido de Tutela Antecipada.
REQUERENTE: Maria Pereira Nascimento.
Rep. Jurídico: E.M.D
REQUERIDO: IPASGU – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Gurupi.
FINALIDADE: Fica à parte, através de seu procurador, supra citado
INTIMADO: Da Sentença de fls. 66/67, cuja parte final segue transcrita. EX POSITIS, por todo o alegado, com escopo no art. 269, I do CPC e mais a legislação específica aplicável, julgo improcedente a presente ação declaratória de dependência econômica, movida por Maria Pereira Nascimento, em favor de seu neto, Guilherme Calado Nascimento e decorrido o prazo recursal, sejam os autos arquivados com as formalidades de estilo. Sem custas pela gratuidade processual, visto que patrocinada pelo Escritório Modelo da Unirg. P.R.I.C. Nassib Cleto Mamud.

AUTOS Nº: 12.949/06

AÇÃO: Ação de Indenização por Danos Morais.
REQUERENTE: Wellington Correia da Silva.
Rep. Jurídico: Drº. Magdal Barboza de Araújo.
REQUERIDO: Estado do Tocantins.
FINALIDADE: Fica à parte, através de seu procurador, supra citado
INTIMADO: Da Sentença de fls. 49/51, cuja parte final segue transcrita. EX POSITIS, com escopo nos argumentos supra e na completa ausência de comprovação do

alegado, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, portanto, diante da não comprovação de atitude abusiva por parte dos Milicianos de Gurupi (sequer demonstrada a ação em si), impossibilitando qualquer reparação postulada. Deixo de condenar o Requerente no pagamento das custas, despesas processuais e honorária diante da alegação de pobreza. Após o trânsito, sejam os autos arquivados com as formalidades de estilo. P.R.I. e Cumpra-se. Nassib Cleto Mamud – Juiz de Direito.

AUTOS Nº.: 11.841/03.
AÇÃO: INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: ALMIR LOPES DA SILVA
Rep. Jurídico: Dr. Almir Lopes da Silva
REQUERIDO: CENTRO DE ENSINO MÉDIO DE GURUPI
FINALIDADE: Fica à parte, através de seu procurador, supra citado **INTIMADO:** Do despacho de fls. 58, que segue transcrito: “Intime-se para providenciar o preparo da Carta Precatória em (05) cinco dias, sob pena de arquivamento. Nassib Cleto Mamud – Juiz de Direito.”

AUTOS Nº.: 11.716/03.
AÇÃO: ORDINÁRIA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO.
REQUERENTE: LAUDEIR MARIANO DE OLIVEIRA.
Rep. Jurídico: Dr. Raimundo Nonato Fraga de Sousa.
REQUERIDO: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL – SEFAZ.
FINALIDADE: Fica à parte, através de seu procurador, supra citado **INTIMADO:** Da sentença de fls. 40, cuja parte final segue transcrita: “Assim, com fulcro no art. 257, do CPC, JULGO EXTINTO o processo, sem o julgamento do mérito. Eventuais custas finais pelo requerente. P. R. I. e, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades da lei. Nassib Cleto Mamud – Juiz de Direito.”

AUTOS Nº: 2990/99
AÇÃO: Ação Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico C/C Restituição de Indébito.
REQUERENTE: Município de Cariri do Tocantins.
Rep. Jurídico: Drº. Reginaldo F. Campos.
REQUERIDO: Osvaldo Ribeiro Marins e José de Jesus Gomes Ramalho.
FINALIDADE: Fica à parte, através de seu procurador, supra citado **INTIMADO:** Da Sentença de fls. 132/135, cuja parte final segue transcrita. “Ao teor do exposto” e com base na legislação civil e processual civil pátria, JULGO IMPROCEDENTE A AÇÃO DECLARATÓRIA PROPOSTA, posto que não demonstradas as irregularidades apontadas e, por fim, transcorrido a prazo recursal, sejam procedidas às formalidades de estilo e devidas baixas, para o arquivamento dos autos. Custas, despesas e honorária de 15% sobre o valor da causa, devidamente corrigido, pelo Requerente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Nassib Cleto Mamud – Juiz de Direito.

AUTOS Nº: 12.135/04
AÇÃO: Ação de Obrigação de Fazer.
REQUERENTE: Odilene Maria Carlin.
Rep. Jurídico: Drª. Veronice Cardoso dos Santos.
REQUERIDO: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás.
FINALIDADE: Fica à parte, através de seu procurador, supra citado **INTIMADO:** Da Sentença de fls. 105, cuja parte final segue transcrita. Em consequência da compulsação da exordial, a constatação do suprimento do objeto é inevitável, destarte inviável à continuidade do feito, donde com escopo no art. 267, VIII do CPC, JULGO EXTINTO o processo, sem o respectivo julgamento de seu mérito, devendo ser arquivado com as formalidades de estilo. Custas, despesas e honorária em 10% pela parte Requerida. P.R.I. e, certificado o trânsito em julgado, archive-se conforme a praxe legal. Nassib Cleto Mamud – Juiz de Direito.

Juizado Especial Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º : 12.381/09
Protocolo único: 2009.0012.2542-6
Ação : COBRANÇA
Reclamante: JONAS LUIZ MARINHO E CIA LTDA
Advogado : DR. MARDEI OLIVEIRA LEÃO, DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS OAB TO 4372
Reclamada: VALDECI RODRIGUES NOGUEIRA
Advogado: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Prezado(a) Advogado(a), sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) a comparecer na Sala de Audiências deste Juizado, no dia 09 de JUNHO de 2010, às 16:15 horas, para Audiência de CONCILIAÇÃO.

AUTOS N.º : 12.145/09
Protocolo único: 2009.0010.9254-0
Ação : COBRANÇA
Reclamante: COMERCIAL DE ALIMENTOS FLAMBOYAT LTDA
Advogado : DR. MARDEI OLIVEIRA LEÃO OAB TO 4374, DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS AO BTO 4372
Reclamada: RODRIGO DA SILVA MACEDO
Advogado: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Prezado(a) Advogado(a), sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) a comparecer na Sala de Audiências deste Juizado, no dia 16 de JUNHO de 2010, às 13:30 horas, para Audiência de CONCILIAÇÃO.

AUTOS N.º : 12.396/09
Protocolo único: 2009.0012.2560-0
Ação : COBRANÇA
Reclamante: SANDOVAL AQUINO SILVA FREIRE

Advogado : DR. FÁBIO ARAÚJO SILVA OAB TO 3807, DRª ÁNGELA MARCIA DE SOUSA GOMES OAB TO 4376
Reclamada: DALCHIAVON TRANSPORTE DE GÁS LTDA
Advogado: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Prezado(a) Advogado(a), sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) a comparecer na Sala de Audiências deste Juizado, no dia 15 de JUNHO de 2010, às 17:30 horas, para Audiência de CONCILIAÇÃO.

AUTOS N.º : 12.316/09
Protocolo único: 2009.0012.2620-1
Ação : COBRANÇA
Reclamante: PLINIO ALMEIDA GAMA FILHO
Advogado : DR. ADÃO GOMES BASTOS OAB TO 818
Reclamada: EDNA PINTO DA SILVA DIAS-ME E EDNA PINTO DA SILVA DIAS
Advogado: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Prezado(a) Advogado(a), sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) a comparecer na Sala de Audiências deste Juizado, no dia 10 de JUNHO de 2010, às 17:00 horas, para Audiência de CONCILIAÇÃO.

AUTOS N.º : 12.403/09
Protocolo único: 2009.0012.2556-6
Ação : COBRANÇA
Reclamante: VALDENY GARCIA AMARAL
Advogado : DR. MARDEI OLIVEIRA LEÃO, DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS OAB TO 4372
Reclamada: VATERLO ALVES RIBEIRO
Advogado: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Prezado(a) Advogado(a), sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) a comparecer na Sala de Audiências deste Juizado, no dia 09 de JUNHO de 2010, às 16:00 horas, para Audiência de CONCILIAÇÃO.

AUTOS N.º : 12.496/10
Protocolo único: 2010.0000.5861-9
Ação : REPARAÇÃO
Reclamante: THIMOTEO RODRIGUES TAVARES
Advogado : DRª PAULA PIGANATARI ROSAS MENIN
Reclamada: BRASIL TELECOM S/A
Advogado: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Prezado(a) Advogado(a), sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) a comparecer na Sala de Audiências deste Juizado, no dia 02 de JUNHO de 2010, às 09:00 horas, para Audiência de CONCILIAÇÃO.

AUTOS N.º : 12.144/09
Protocolo único: 2009.0010.9252-3
Ação : COBRANÇA
Reclamante: COMERCIAL DE ALIMENTOS FLAMBOYANT - LTDA
Advogado : DR. MARDEI OLIVEIRA LEÃO OAB TO 4374, DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS AO BTO 4372
Reclamada: GLEDSON RODRIGUES DE ARAUJO
Advogado: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Prezado(a) Advogado(a), sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) a comparecer na Sala de Audiências deste Juizado, no dia 16 de JUNHO de 2010, às 13:45 horas, para Audiência de CONCILIAÇÃO.

AUTOS N.º : 12.146/09
Protocolo único: 2009.0010.9256-6
Ação : COBRANÇA
Reclamante: COMERCIAL DE ALIMENTOS FLAMBOYANT - LTDA
Advogado : DR. MARDEI OLIVEIRA LEÃO OAB TO 4374, DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS AO BTO 4372
Reclamada: ANA NERES DE JESUS
Advogado: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Prezado(a) Advogado(a), sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) a comparecer na Sala de Audiências deste Juizado, no dia 16 de JUNHO de 2010, às 14:00 horas, para Audiência de CONCILIAÇÃO.

AUTOS N.º : 12.120/09
Protocolo único: 2009.0010.9210-8
Ação : COBRANÇA
Reclamante: SOLANGE FERNANDES DOS REIS
Advogado : DR. MARDEI OLIVEIRA LEÃO OAB TO 4374, DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS AO BTO 4372
Reclamada: PEDRO SILVA PEREIRA
Advogado: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Prezado(a) Advogado(a), sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) a comparecer na Sala de Audiências deste Juizado, no dia 16 de JUNHO de 2010, às 14:15 horas, para Audiência de CONCILIAÇÃO.

Protocolo único: 2009.0012.2589-2
AUTOS N.º : 12.351/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante: WESLEY SALOMÃO SILVA MATOS
Advogado(a): DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Reclamado : LUIZ PASQUALI
Advogados : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DE DESPACHO: “Intime-se a parte reclamante sobre a certidão à fl. 18, bem como para indicar o correto endereço do reclamado no prazo de dez (10) dias, sob pena de arquivamento. Gurupi-TO, 04 de março de 2.010 Maria Celma Louzeiro Tiago _ JUIZA DE DIREITO.”

Protocolo único: 2009.0010.9221-3
AUTOS N.º : 12.108/09
Ação : EXECUÇÃO
Reclamante : RAIMUNDO NERES APRIGIO
Advogado(a): DR. JANILSON RIBEIRO COSTA

Reclamado : IBANOR ANÔNIO DE OLIVEIRA
Advogados : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DE DESPACHO: “Intime-se a parte exequente sobre a petição juntada à fl. 15, bem como para manifestar se concorda com os bens oferecidos à penhora e com o valor dos referidos bens. Gurupi-TO, 04 de fevereiro de 2.010 Maria Celma Louzeiro Tiago _ JUÍZA DE DIREITO.”

Protocolo Único: 2010.0000.5886-4
AUTOS N.º : 12.489/08
Ação : RECLAMAÇÃO
Reclamante : WL FLORICULTURA E MENSAGENS LTDA
Advogado : DR. RICARDO BUENO PARÉ OAB TO 3922
Reclamado: 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A.
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da DECISÃO, que segue transcrita: “Isto posto, com fulcro no art. 273 do CPC. DEFIRO O PEIDIDO DE TUTELA ANTECIPADA... Em pauta audiência conciliatória. Intimem-se. Citem-se. Gurupi-TO, 03 de fevereiro de 2.010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Protocolo Único: 2009.0009.4203-5
AUTOS N.º : 12.082/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogado(a): DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Reclamada : CELMA ALVES DOS SANTOS
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da sentença, cujo dispositivo segue transcrito: “ISTO POSTO, COM FULCRO NO ART. 269, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO E JULGO EXTINTO O PROCESSO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS FACE AO DISPOSTO NO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95... P.R.I. Gurupi, 27 de janeiro de 2010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Protocolo Único: 2010.0000.5943-7
AUTOS N.º : 12.432/10
Ação : REPARAÇÃO
Reclamante : JOSEFINHA PEREIRA GOMES DE CARVALHO
Advogado(a): DR. CAROLINE ALES PACHECO OAB TO 4186
Reclamada : AMERICEL S/A - CLARO
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da sentença, cujo dispositivo segue transcrito: “Isto posto, com fulcro no art. 273 do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA... Em pauta audiência de conciliação. Intimem-se. Cite-se. Gurupi, 13 de janeiro de 2010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Protocolo Único: 2009.0010.9320-1
AUTOS N.º : 12.243/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogado(a): DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Reclamada : PAULA ROSANY RIBEIRO DA SILA
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da sentença, cujo dispositivo segue transcrito: “ISTO POSTO, COM FULCRO NO ART. 794, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO E JULGO EXTINTO O PROCESSO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS FACE AO DISPOSTO NO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95... P.R.I. Gurupi, 18 de janeiro de 2010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Protocolo Único: 2009.0010.9320-1
AUTOS N.º : 12.243/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogado(a): DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Reclamada : PAULA ROSANY RIBEIRO DA SILVA
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da sentença, cujo dispositivo segue transcrito: “ISTO POSTO, COM FULCRO NO ART. 794, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO E JULGO EXTINTO O PROCESSO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS FACE AO DISPOSTO NO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95... P.R.I. Gurupi, 18 de janeiro de 2010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Protocolo Único: 2009.0012.2600-7
AUTOS N.º : 12.276/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : WESLEY SALOMÃO SILVA MATOS
Advogado(a): DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Reclamada : CARLOS JOSÉ SILVA
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO

INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da sentença, cujo dispositivo segue transcrito: “ISTO POSTO, COM FULCRO NO ART. 269, III, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO E JULGO EXTINTO O PROCESSO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS FACE AO DISPOSTO NO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95... P.R.I. Gurupi, 03 de fevereiro de 2010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Protocolo Único: 2009.0010.9345-7
AUTOS N.º : 12.264/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogado(a): DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220

Reclamada : LAILA BATISTA PEREIRA
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da sentença, cujo dispositivo segue transcrito: “ISTO POSTO, COM FULCRO NO ART. 20, DA LEI 9.099/95, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO E CONDENO LAILA BATISTA PEREIRA A PAGAR A MARCIO ANTONIO DA COSTA A QUANTIA DE R\$ 869,14 (OITOCENTOS E SESSENTA E NOVE REIAS E QUATORZE CENTAVOS), ACRESCIDOS DE JUROS DE MORA DE 1% A. M. A PARTIR DA CITAÇÃO, ISTO É, 08/12/2009, E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA PROPOSITURA DA AÇÃO A RECLAMADA DEVERÁ CUMPRIR A SENTENÇA SOB PENA DE PENHORA E ALIENAÇÃO DE BENS, E, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, SOB PENA DE MULTA DE 10%, NOS TERMOS DO ART. 475-J, DO CPC. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS FACE AO ART. 55, DA LEI 9.099/95... P.R.I. Gurupi, 03 de fevereiro de 2010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Protocolo único: 2009.0012.2514-0
AUTOS N.º : 12.364/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogado(a): DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Reclamado : ELIZANIA SILVA OLIVEIRA
Advogados : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DE DESPACHO: “Intime-se a parte reclamante sobre a certidão à fl. 13, bem como para indicar o correto endereço da reclamada no prazo de dez (10) dias, sob pena de arquivamento. Gurupi-TO, 26 de fevereiro de 2.010. Maria Celma Louzeiro Tiago _ JUÍZA DE DIREITO.”

Protocolo único: 2009.0012.2508-6
AUTOS N.º : 12.358/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogado(a): DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Reclamado : VANUSA ALVES DA MOTA
Advogados : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DE DESPACHO: “Intime-se a parte reclamante sobre a certidão à fl. 17-verso, bem como para indicar o correto endereço da reclamada no prazo de dez (10) dias, sob pena de arquivamento. Gurupi-TO, 26 de fevereiro de 2.010. Maria Celma Louzeiro Tiago _ JUÍZA DE DIREITO.”

Protocolo único: 2010.0000.5947-0
AUTOS N.º : 12.431/10
Ação : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Reclamante : ANDRE VERZOLA NETO
Advogado(a): DR. MARDEI OLIVEIRA LEÃO OAB TO 4374
Reclamado : WAYLLENE SAANE LOPES RODRIGUES
Advogados : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DE DESPACHO: “Intime-se a parte exequente sobre a certidão à fl. 12, bem como para indicar o correto endereço da executada no prazo de dez (10) dias, sob pena de extinção. Gurupi-TO, 26 de fevereiro de 2.010. Maria Celma Louzeiro Tiago _ JUÍZA DE DIREITO.”

Protocolo Único: 2009.0009.4175-6
AUTOS N.º : 12.040/09
Ação : RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA
Reclamante : DORVINA NEPOCENO COSTA
Advogado(a): NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
Reclamada : FRANCO ELETRO
Advogado : DR. GUIMARÃES DE OLIVEIRA OAB GO 8269
Reclamada : SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA - REFRIGERAÇÃO
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da sentença, cujo dispositivo segue transcrito: “ISTO POSTO, COM FULCRO NO ART. 51, I, DA LEI 9.099/95 E ART. 453, § 1º DO CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO... P.R.I. Gurupi, 27 de janeiro de 2010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Protocolo Único: 2009.0012.2598-1
AUTOS N.º : 12.274/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogado(a): DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Reclamada : RUBIANE CONRADO DOS REIS
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da sentença, cujo dispositivo segue transcrito: “ISTO POSTO, COM FULCRO NO ART. 269,III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO E JULGO EXTINTO O PROCESSO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS FACE AO ART. 55, DA LEI 9.099/95. Gurupi, 03 de fevereiro de 2010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO”.

Protocolo único: 2009.0009.4197-7
AUTOS N.º : 12.079/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogado(a): DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA
Reclamado : LUCIANA SILVANO ARAUJO
Advogados : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da sentença, cujo dispositivo segue transcrito: “ISTO POSTO, COM FULCRO NO ART. 20, DA LEI 9.099/95, JULGO PRODCEDENTE O PEDIDO E CONDENO LUCIANA SILVANO ARAÚJO A PAGAR MARCIO ANTONIO DA COSTA A QUANTIA DE R\$ 764,13 (SETECENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E TREZE CENTAVOS), ACRESCIDOS DE JUROS DE MORA DE 1% A.M. A PARTIR DA

CITAÇÃO, ISTO É, 17/11/2009, E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA PROPOSITURA DA AÇÃO. A RECLAMADA DEVERÁ CUMPRIR A SENTENÇA SOB PENA DE PENHORA E ALIENAÇÃO DE BENS, E, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, SOB PENA DE MULTA DE 10%, NOS TERMOS DO ART. 475-J, DO CPC. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS FACE AO ART. 55, DA LEI 9.099/95... P.R.I. Gurupi, 03 de fevereiro de 2010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUIZA DE DIREITO".

Protocolo Único: 2009.0012.2587-6
AUTOS N.º : 12.349/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogado(a): DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Reclamada : DORACI FONSECA BORGES
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da sentença, cujo dispositivo segue transcrito: “ISTO POSTO, COM FULCRO NO ART. 794, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO E JULGO EXTINTO O PROCESSO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS FACE AO ART. 55, DA LEI 9.099/95. P.R.I. Gurupi, 18 de janeiro de 2010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUIZA DE DIREITO”.

Protocolo único: 2009.0010.9263-9
AUTOS N.º : 12.193/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : TANGARÁ DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA.
Advogado(a): DR. MARDEI OLIVEIRA LEÃO OAB TO 4374, DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS OAB TO 4372
Reclamado : LUZIMAR RIBEIRO XAVIER ME
Advogados : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DE DESPACHO: “Defiro o pedido de suspensão do processo por 30 (trinta) dias improrrogáveis. Após, vencido o prazo, deverá a parte autora promover o andamento do feito sob pena de extinção e arquivamento independentemente de intimação. Intime-se. Gurupi-TO, 03 de fevereiro de 2.010 Maria Celma Louzeiro Tiago _ JUIZA DE DIREITO.”

Protocolo Único: 2009.0010.9213-2
AUTOS N.º : 12.122/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : SOLANGE FERNANDES DOS REIS
Advogado : DR. MARDEI OLIVEIRA LEÃO OAB TO 4374, DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS OAB TO 4372
Reclamado: JOSÉ OSMAR.
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da DECISÃO, que segue transcrita: “ISTO POSTO, COM FULCRO NO ART. 267, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, JULGO EXTINTO O PROCESSO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS FACE DISPOSTO NO ARTIGO 55 DA LEI Nº 9.099/95... P.R.I. Gurupi-TO, 21 de janeiro de 2.010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUIZA DE DIREITO”.

Protocolo Único: 2009.0010.9218-3
AUTOS N.º : 12.129/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : SOLANGE FERNANDES DOS REIS
Advogado(a): DR. MARDEI OLIVEIRA LEÃO OAB TO 4374, DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS
Reclamada : CIREIS F. LIMA
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da sentença, cujo dispositivo segue transcrito: “ISTO POSTO, COM FULCRO NO ART. 267, IV, JULGO EXTINTO O PROCESSO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS FACE AO DISPOSTO NO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95. P.R.I. Gurupi, 21 de janeiro de 2010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUIZA DE DIREITO”.

Protocolo Único: 2009.0010.9322-8
AUTOS N.º : 12.248/09
Ação : COBRANÇA
Reclamante : MARCIO ANTONIO DA COSTA
Advogado(a): DR. JOSÉ LEMOS DA SILVA OAB TO 2220
Reclamada : PRISCILA ANDRADE ABE
Advogado : NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO: Sirvo-me do presente para INTIMÁ-LO(A) da sentença, cujo dispositivo segue transcrito: “ISTO POSTO, COM FULCRO NO ART. 267,DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL,JULGO EXTINTO O PROCESSO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS FACE AO DISPOSTO NO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95. P.R.I. Gurupi, 02 de fevereiro de 2010. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUIZA DE DIREITO”.

ITACAJÁ

Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

PROCESSO Nº 2007.0000.8973-5.
Acusado: Geovane Tavares Pinheiro e Sergio Oliveira dos Santos.
Intimar o causídico Jose Ferreira Teles OAB/TO nº 1746, da designação de audiência de instrução processual a realizar-se no dia 12/05/2010, às 16horas, no Forum Local. Itacajá-TO; 05 de maio de 2010. Dr Ariostenis Guimaraes Vieira, Juiz de Direito.

MI RACEMA

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes, abaixo identificadas, intimadas para o que adiante se vê, tudo nos termos do artigo 236 do CPC: (intimações conforme o Provimento 006/90, 003/00, 036/92 e 009/08 da CGJ/TO).

AUTOS: 2010.0003.5671-7 (4572/2010)
Ação: Revisão Contratual
Requerente: Glauciane Pereira Cajueiro
Advogado: Dr. Flavio Suarte Passos Fernandes
Requerido: Unicard Banco Múltiplo S/A
INTIMAÇÃO: Fica o Advogado da parte autora intimado do teor da decisão a seguir transcrito: “ ... Isto posto, estando presentes os requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil, por ser indevida a inclusão do nome da pessoa em serviços de proteção ao credito, enquanto esta discute a dívida em juízo, defiro o pedido de antecipação de tutela, determinando a exclusão do nome da autora Glauciane Pereira Cajueiro dos órgãos de proteção ao crédito como SPC, SERASA, etc, no prazo de 48 horas a partir da intimação desta decisão sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00. Cite-se o requerido para contestar a ação no prazo de 15 dias, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos alegados na inicial. Intimem-se. Miracema do Tocantins, 03 de maio de 2010. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto- Juiz de Direito”.

NOVO ACORDO

Vara Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Doutor Fábio Costa Gonzaga, MM. Juiz de Direito, Titular desta Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, etc. Por meio deste, CITA, o denunciado SINVALDO NUNES DE SANTANA, vulgo Vavá, brasileiro, casado, operador de máquinas, natural de Xique-Xique-BA, nascido em 23/06/1963, filho de Nelson Nunes de Santana e Maria Nunes de Santana, estando em local incerto ou não sabido, para os termos da Ação de Penal, nº 2008.0004.2655-1, tendo como Requerente o Ministério Público do Eslado do Tocantins, para querendo, na forma do Artigo 396 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), oferecer resposta escrita a presente Ação Penal, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do decurso do prazo de publicação deste edital, sob pena de não o fazendo, presumir-se como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na peça inicial. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz que expedisse o presente edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Novo Acordo, Eslado do Tocantins, aos 06 (seis) dias do mês de maio do ano de 2010. Eu Silmar de Paula, Escrivão, o digitei e subscrevi. Fábio Costa Gonzaga JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Doutor Fábio Costa Gonzaga, MM. Juiz de Direito, Titular desta Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, etc. Por meio deste, CITA, o denunciado HOSANA NUNES DE SANTANA, vulgo Uilha, brasileiro, convivente, lanterneiro, natural de Flores de Goiás-GO, nascido em 03/07/1984, filho de Sinvaldo Nunes de Santana e Domingas Rocha de Santana, portador do RG nº 705.300, SSP-TO, estando em local incerto ou não sabido, para os termos da Ação de Penal, nº 2008.0004.2655-1, tendo como Requerente o Ministério Público do Estado do Tocantins, para querendo, na forma do Artigo 396 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), oferecer resposta escrita a presente Ação Penal, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do decurso do prazo de publicação deste edital, sob pena de não o fazendo, presumir-se como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na peça inicial. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz que expedisse o presente edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, aos 06 (seis) dias do mês de maio do ano de 2010. Eu Silmar de Paula, Escrivão, o digitei e subscrevi. Fábio Costa Gonzaga JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Doutor Fábio Costa Gonzaga, MM. Juiz de Direito, Titular desta Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, etc. Por meio deste, CITA, o denunciado ELSON OTAVIANO CAMARA, brasileiro, casado, trabalhador rural, natural de Água Fria-GO, nascido em 17/05/1969, filho de Afonso Otaviano Câmara e Jovita Pereira Camara, portador do RG nº 7080538271, SSP-RS, estando em local incerto ou não sabido, para os termos da Ação de Penal, nº 2008.0004.2655-1, tendo como Requerente o Ministério Público do Estado do Tocantins, para querendo, na forma do Artigo 396 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), oferecer resposta escrita a presente Ação Penal, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do decurso do prazo de publicação deste edital, sob pena de não o fazendo, presumir-se como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na peça inicial. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz que expedisse o presente edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, aos 06 (seis) dias do mês de maio do ano de 2010. Eu Silmar de Paula, Escrivão, o digitei e subscrevi. Fábio Costa Gonzaga JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Doutor Fábio Costa Gonzaga, MM. Juiz de Direito, Titular desta Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, etc. Por meio deste, CITA, o denunciado DOMINGOS FERNANDES LIRA, vulgo Dominginho, brasileiro, solteiro, desempregado, natural de Santa Tereza do Tocantins -TO, nascido em 14/08/1983, filho de Zoroastro Soares de Lira e Aldenora Fernandes Ribeiro de Lira, estando em local incerto ou não sabido, para os termos da Ação de Penal, nº 2008.0010.0701-3, tendo como Requerente o Ministério Público do Estado do Tocantins,

para querendo, na forma do Artigo 396 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), oferecer resposta escrita a presente Ação Penal, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do decurso do prazo de publicação deste edital, sob pena de não o fazendo, presumir-se como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na peça inicial. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz que expedisse o presente edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Novo Acordo, Estado do Tocantins, aos 06 (seis) dias do mês de maio do ano de 2010. Eu Silmar de Paula, Escrivão, o digitei e subscrevi. Fábio Costa Gonzaga JUIZ DE DIREITO

PALMAS
2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES
BOLETIM Nº 29/2010

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

01 – AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS... – 2004.0000.9901-9/0

Requerente: Ruth Pereira de Moura Borges
Advogado: Murilo Sudré Miranda – OAB/TO 1536
Requerido: Banco Panamericano S/A
Advogado: Annette Riveros – OAB/TO 3066
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “Trata-se de Cumprimento de Sentença, interposta por RUTH PEREIRA DE MOURA BORGES, em desfavor de BANCO PANAMERICANO S/A, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe. À folha 174 dos autos, o exequente requereu a expedição de alvará para levantamento do valor bloqueado, suficiente para a quitação do débito. Na fl.194 o exequente dá plena quitação das obrigações oriundas do objeto da presente demanda, requerendo ao final a extinção do feito. Diante do exposto, declaro EXTINTA a execução, com fulcro no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Palmas-TO, 22 de abril de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

02 – AÇÃO: EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL – 2005.0000.5878-7/0

Requerente: Ilma Inácia Sousa Pugliesi
Advogado: Rômulo Alan Ruiz – OAB/TO 3438
Requerido: Rodeio Indústria e Comércio de Café Ltda
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DESPACHO: “Intime-se o executado para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar-se a respeito da petição de fls. 114. Intime-se. Palmas-TO, 28 de abril de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

03 – AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS – 2005.0001.8460-0/0

Requerente: Jhenifer Portiele Queiroz da Silva
Advogado: Dydimó Maya Leite – Defensor Público
Requerido: Expresso Miracema Ltda
Advogado: Fábio Wazilewski – OAB/TO 2000 / Júlio Solimar Rosa Cavalcante – OAB/TO 209
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “...Ante o exposto, e pelo livre convencimento motivado que formo, julgo improcedente o pedido formulado pela autora, extinguindo o feito com fundamento no art. 269, I, do CPC. Por conseguinte, condeno a autora ao pagamento das custas processuais finais, bem como dos honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 600,00 (seiscentos reais), com fulcro no art. 20, § 4º, do CPC, cujos pagamentos ficam suspensos, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50, em razão de a autora ser beneficiária da gratuidade judiciária. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Palmas/TO, 29 de abril de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

04 – AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO – 2006.0009.0891-6/0

Requerente: Unibanco – União de Banco Brasileiros S/A
Advogado: Simony Vieira de Oliveira – OAB/TO 4093
Requerido: Edmundo de Souza Lobo
Advogado: Leonardo da Costa Guimarães - OAB/TO 2481-B
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “...Diante do exposto, julgo procedente o pedido inicial, para, confirmando a decisão de fls. 32/33, consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial, objeto do presente feito, nas mãos do autor, autorizando-o a vender extrajudicialmente tal bem para quitação de seu crédito, devendo as repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. Por ônus de sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixando estes no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com fulcro nas prescrições insertas no § 4º do art. 20 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Verificado o trânsito em julgado desta sentença e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se, em seguida, os presentes autos. Palmas/TO, 27 de abril de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

05 – AÇÃO: EMBARGOS À EXECUÇÃO... – 2007.0004.8012-4/0

Requerente: Banco do Brasil S.A
Advogado: Pedro Carvalho Martins – OAB/TO 1961
Requerido: Eulália Barbosa da Silva Borges
Advogado: Alessandro Roges Pereira – OAB/TO 2326
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “...É lícito às partes litigantes entrarem em composição amigável, concernente ao mérito da demanda. Assim, presentes os pressupostos legais, HOMOLOGO o acordo firmado pelas partes, para produzir seus efeitos jurídicos e legais e EXTINGO o processo com resolução de mérito, com fulcro no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. De consequência, condeno o embargante ao pagamento das custas remanescentes, se houver. Caso haja requerimento das partes, desentranhem-se os documentos que instruem o presente feito, substituindo por xerocópia e entregando-os mediante recibo nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Palmas-TO, 22 de abril de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

06 – AÇÃO: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO... – 2008.0000.9206-8/0

Requerente: José dos Reis de Sousa
Advogado: Jocélio Nobre da Silva – OAB/TO 3766
Requerido: Banco Bradesco
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho – OAB/SP 126.504 / Cristiane de Sá Muniz Costa – OAB/TO 4361
Requerido: Auto Escola e Despachante Brasil
Advogado: Edson Monteiro de Oliveira Neto – OAB/TO 1242-A
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “...Ante o exposto, e pelo livre convencimento que formo, julgo parcialmente procedente o pleito inicial para: a) declarar a inexistência da dívida cobrada do autor pelas partes requeridas, ante a comprovação de sua quitação à fl. 20; b) condenar o réu Banco BRADESCO S/A a pagar ao autor o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de dano moral, correspondente a 30 (trinta) vezes o valor constante do título protestado (R\$ 100,00), quantum a ser atualizado pelo INPC, a contar desta sentença, e somar juros legais na razão de 1% ao mês (art. 406, CC/02 c/c art. 161, § 1º, do CTN), a contar da citação. c) condenar a ré Auto Escola e Despachante Brasil a pagar ao autor o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), a título de dano moral, correspondente a 10 (dez) vezes o valor constante do título (R\$ 100,00), quantum a ser atualizado pelo INPC, a contar desta sentença, e somar juros legais na razão de 1% ao mês (art. 406, CC/02 c/c art. 161, § 1º, do CTN), a contar da citação. Torno definitiva a tutela concedida às fls. 23/24. Diante da sucumbência mínima do autor, condeno, ainda, as partes requeridas ao pagamento das custas processuais, 50% (cinquenta por cento) para cada, e honorários advocatícios, estes no equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da condenação, para cada parte requerida, com fundamento no art. 20, § 3º, do CPC, quantia a ser atualizada pelo INPC e somar juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar desta sentença. Advirto as partes requeridas para os termos do art. 475-J do CPC, vale dizer, que se a sentença não for cumprida em 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação, independentemente de intimação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Palmas/TO, 8 de março de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

07 – AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS... CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – 2008.0001.9876-1/0

Requerente: Hugo César Dias Lopes
Advogado: Paulo Sérgio Marques – OAB/TO 2054
Requerido: Tim Celular S/A
Advogado: Marinólia Dias dos Reis – OAB/TO 1597
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “Trata-se de Cumprimento de Sentença, interposta por HUGO CÉSAR DIAS BORGES, em desfavor de TIM CELULAR S/A, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe. Às folhas 145/148 dos autos, o exequente requereu a expedição de alvará para levantamento do valor depositado pela executada, suficiente para a quitação do débito, onde o exequente dá plena quitação das obrigações oriundas do objeto da presente demanda, requerendo ao final a extinção do feito. Diante do exposto, declaro EXTINTA a execução, com fulcro no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Palmas-TO, 14 de abril de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

08 – AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO – 2008.0002.0191-6/0

Requerente: Daniel Henrique Gabriel
Advogado: Dydimó Maya Leite Filho – Defensor Público
Requerido: Dean Karles Pereira dos Santos
Advogado: Flávio Suarte – OAB/TO 2137
Requerido: Lázaro Júnior de Tal e Ilton de Tal
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “...Ante o exposto, declaro EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III e artigo 39, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Condeno o requerente ao pagamento das custas remanescentes, se houver. Caso haja requerimento, desentranhem-se os documentos que instruem a inicial, substituindo-os por xerocópia, e entregando-os a parte autora, mediante recibo nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2010. (Ass) Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito”.

09 – AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO – 2008.0002.3896-8/0

Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Maria Lucília Gomes – OAB/SP 84.206 / Patrícia Ayres de Melo – OAB/TO 2972
Requerido: Distribuidora de Produtos Alimentícios Paraíso Expresso Ltda
Advogado: Arthur Oscar Thomaz de Cerqueira – OAB/TO 1606-B
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “...Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da contestação de folhas 45/52, para julgar o processo com resolução de mérito, com fulcro no artigo 269, I, do CPC, para determinar a restituição do bem apreendido consoante as folhas 40/41 dos autos, num prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), até o teto de R\$ 10.000,00 (dez mil), reversíveis em favor do requerido, bem como para revisar o contrato de fls. 07/08, declarando-o válido, conforme a estipulação inicial, excetuando-se as ilegalidades referentes à capitalização mensal dos juros, aplicação da Tabela Price, devendo ser capitalização anual. Converto, assim, a presente ação de busca e apreensão em ação de cobrança, onde os valores devidos serão apurados quando da liquidação da sentença. De consequência, considerando a sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas, na proporção de meio a meio, e os honorários sucumbenciais serão arcados independentemente por cada parte. Oficie-se ao contador judicial, com o fim de efetuar cálculo discriminado da dívida, devendo observar para tanto: o valor da prestação principal, excetuando as adimplidas e o valor dado como entrada, do total de trinta; a incidência de juros remuneratórios conforme previsão contratual, capitalizados anualmente; incidindo ainda, sobre o montante, juros moratórios de 1% ao mês, inaplicação da Tabela Price, tudo corrigido monetariamente, desde a citação; e os honorários advocatícios fixados. Revogo, por oportuno, os efeitos da liminar de folhas 38/39. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Palmas-TO, 09 de fevereiro de 2010. (Ass) Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito”.

10 – AÇÃO: EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS... – 2008.0002.4720-7/0
Requerente: VG Cezar e Filho Ltda
Advogado: Célio Henrique M. Rocha – OAB/TO 3115-B / Gilmara da Penha Araújo – OAB/TO 3289
Requerido: Banco ABN Amro Real S/A
Advogado: Leandro Rogeres Lorenzi – OAB/TO 2170-B
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...Ante o exposto, diante do interesse manifesto da parte autora em conhecer do conteúdo dos documentos, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, com fulcro no art. 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno a requerida ao pagamento da quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) referente à astreinte fixada no despacho de fl. 62, vez que não foi cumprida a determinação exarada no mencionado ato. Determino, ainda, que a demandada apresente o contrato firmado com a requerente num prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de pagamento de multa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) até o teto de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada contrato celebrado, reversíveis em favor da parte requerente. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com base no princípio da proporcionalidade, nos termos do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Palmas-TO, 03 de março de 2010. (Ass) Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito".

11 – AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO – 2008.0003.1779-5/0
Requerente: Banco Panamericano S/A
Advogado: Fabrício Gomes – OAB/TO 3350 / José Martins – oAB/SP 84.314
Requerido: Fernando Martins Filho
Advogado: Dydimó Maya Leite Filho – Defensor Público
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...Diante do exposto, julgo procedente o pedido inicial, para, confirmando a decisão de fls. 53/55, consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial, objeto do presente feito, nas mãos do autor, autorizando-o a vender extrajudicialmente tal bem para quitação de seu crédito, devendo as repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. Por ônus de sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixando estes no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com fulcro nas prescrições inseridas no § 4º do art. 20 do CPC, valores que ficarão suspensos nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50, em virtude de o patrocínio do autor ter sido feito pela Defensoria Pública, portanto, beneficiário da gratuidade judiciária. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Verificado o trânsito em julgado desta sentença e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se, em seguida, os presentes autos. Palmas/TO, 22 de março de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo".

12 – AÇÃO: EMBARGOS À EXECUÇÃO – 2008.0003.2390-6/0
Requerente: Sobral Comércio de Veículos Ltda e outros
Advogado: Clovis Teixeira Lopes - OAB/TO 875
Requerido: Araguaia Motors Comércio de Veículos e Peças Ltda
Advogado: Alessandra Ogawa da Silva Ribeiro – OAB/TO 2549
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...Ante o exposto, declaro EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Condeno o requerente ao pagamento das custas remanescentes, se houver. Caso haja requerimento, desentranhem-se os documentos que instruem a inicial, substituindo-os por xerocópia, e entregando-os a parte autora, mediante recibo nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2010. (Ass) Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito".

13 – AÇÃO: MONITORIA – 2008.0003.2316-7/0
Requerente: Benedito da Silva Bernardes
Advogado: Clovis Teixeira Lopes - OAB/TO 875
Requerido: Construtora Andrade Ltda
Advogado: Sérgio Fontana – OAB/TO 701
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...Ante o exposto, com fulcro no artigo 269, inciso I c/c artigo 330, inciso II, e parágrafo 3º do artigo 1.102.c, do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE o pedido, para determinar: Que o valor da monitoria é o de face dos títulos apresentados às folhas 23 a 27, totalizando R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), acrescidos de correção monetária e juros a partir da citação; Condeno ainda o requerido ao pagamento das custas e taxas judiciárias, bem como aos honorários advocatícios, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor apurado no cálculo supra. Intime-se o requerido para, no prazo de 15 dias, pagar o montante da condenação, sob pena de ser acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento), prosseguindo-se na forma do cumprimento de sentença (artigo 475-I e seguintes do Código de Processo Civil). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2010. (Ass) Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito".

14 – AÇÃO: DECLARATÓRIA... – 2008.0003.2510-0/0
Requerente: Will Flávio Dias Gomes
Advogado(a): Flávio de Faria Leão – OAB/TO 3965, e outros
Requerido(a): Brasil Telecom S/A
Advogado(a): Bethânia Rodrigues Paranhos – OAB/TO 4126-B / Sebastião Alves Rocha – OAB/TO 50-A e outros
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para condenar o requerido a pagar R\$ 6.000,00 (seis mil reais) referente aos danos morais suscitados, considerando a honorabilidade e conduta do requerente, já fartamente demonstrada, bem como a condição econômico-financeira da demandada, sólida empresa de vasto e consistente patrimônio, corrigidos monetariamente, a partir da publicação da sentença (Súmula 362 do STJ), incidindo juros de 1% a.m., a partir do ato ilícito, a saber, a 04 de março de 2008 (folha 20), por inteligência das súmulas 43 e 54 do STJ. Mantenho, por oportuno, os efeitos da liminar concedida às folhas 27/28 dos autos. De consequência, condeno o requerido ao pagamento das custas e honorários sucumbenciais, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, com base no princípio da proporcionalidade, vez que não houve instrução prolongada. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2010. (Ass) Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito".

15 – AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO – 2008.0003.8655-0/0
Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Maria Lucília Gomes – OAB/SP 84.206
Requerido: Posto de Combustível Carretão Ltda
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...Diante do exposto, declaro EXTINTO o processo, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Condeno a requerente ao pagamento das custas remanescentes, se houver. Caso haja requerimento, desentranhem-se os documentos que instruem a inicial, substituindo-os por xerocópia, e entregando-os a parte autora, mediante recibo nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Palmas-TO, 23 de março de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo".

16 – AÇÃO: DECLARATÓRIA... – 2008.0004.2410-9/0
Requerente: Montana Motos – Comércio, Serviços e Importação de Motocicletas e Componentes Ltda
Advogado: Maurício Cordenonzi – OAB/TO 2223
Requerido: Televisão Rio Formoso Ltda (TV Anhanguera)
Advogado: José Balduino de Sousa Décio – OAB/GO 7.910
Requerido: Núcleo Comunicações e Eventos Ltda
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...Ante o exposto, e pelo livre convencimento que formo, julgo procedente em parte o pleito inicial para, confirmando a decisão de fls. 33/34, declarar inexistente relação jurídica entre a autora e a segunda ré/ Televisão Rio Formoso Ltda, afastando a cobrança feita por esta do valor de R\$ 2.028,50 (dois mil e vinte e oito reais e cinquenta centavos) inserto na Duplicata de nº 000561301. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Diante da sucumbência recíproca, condeno a autora a pagar 30% (trinta por cento) das custas processuais, bem como honorários advocatícios, fixando estes em R\$ 500,00 (quinhentos reais), quantia a ser atualizada pelo INPC e somar juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar desta sentença. De igual modo, condeno as partes requeridas ao pagamento de 35% (trinta e cinco por cento), para cada uma, das custas processais, além de honorários advocatícios, fixando estes em R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada, em favor do patrono da autora, com fundamento no art. 20, § 4º, do CPC, quantias a serem atualizadas pelo INPC e somar juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar desta sentença. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Palmas/TO, 25 de fevereiro de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo".

17 – AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO – 2008.0004.6540-9/0
Requerente: Aymoré, Crédito, Financiamento e Investimento S/A
Advogado(a): Alexandre lunes Machado – OAB/TO 4110-A
Requerido(a): Reimiram Freitas de Deus
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...Ante o exposto, declaro EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Condeno o requerente ao pagamento das custas remanescentes, se houver. Caso haja requerimento, desentranhem-se os documentos que instruem a inicial, substituindo-os por xerocópia, e entregando-os a parte autora, mediante recibo nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Palmas-TO, 1º de dezembro de 2009. (Ass) Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito". DESPACHO: "Indefiro o pedido retro, uma vez que o presente feito já fora sentenciado. Após, archive-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas-TO, 22 de março de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo".

18 – AÇÃO: EXECUÇÃO... – 2008.0005.1118-4/0
Requerente: Refrescos Bandeirantes Ind. E Com. Ltda
Advogado(a): José Roberto de Sousa Silveira - OAB/GO 7.466 / Maria de Jesus da Costa e Silva – OAB/TO 1123
Requerido: Israel Tavares Noleto
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...De acordo com o supracitado artigo, o autor que não cumpre os atos que lhe competir, no prazo de trinta dias, terá seu processo extinto, sem resolução de mérito. Ante o exposto, declaro EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Condeno o requerente ao pagamento das custas remanescentes, se houver. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Palmas-TO, 11 de março de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo".

19 – AÇÃO: CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO – 2008.0005.1472-8/0
Requerente: Gildo Martins
Advogado: Ademilson F. Costa – OAB/TO 1767
Requerido: Banco Finasa
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "...Isto posto, determino o CANCELAMENTO da distribuição do presente feito e, de consequência, por absoluta ausência de pressupostos de constituição e do desenvolvimento válido e regular do processo declaro EXTINTO o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Caso haja requerimento, desentranhem-se os documentos que instruem o presente feito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Palmas-TO, 25 de março de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo".

20 – AÇÃO: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO... - 2008.0006.5768-5/0
Requerente: Vânia Machado Lima Almeida
Advogado: Elisângela Mesquita Sousa – OAB/TO 2250
Requerido: Samon – Materiais para Construção
Advogado: Virgílio R. C. Meirelles – OAB/TO 4017-A
Requerido: Celetem/Aura Brasil S/A Crédito
Advogado: Márcia Ayres da Silva – OAB/TO 1724-B / Rodrigo Rebouças Marcondes – OAB/RJ 120.810
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: "Verifica-se nos autos às folhas 221/222, a apresentação de acordo formalizado entre a requerente VÂNIA MACHADO LIMA ALMEIDA e o segundo

requerido CETELEM BRASIL S/A. É lícito às partes litigantes entrarem em composição amigável, concernente ao mérito da demanda. Assim, presentes os pressupostos legais, HOMOLOGO, o acordo firmado pelas partes às folhas 221/222 dos autos, para produzir seus efeitos jurídicos e legais e EXTINGO o processo com resolução de mérito, com fulcro no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas remanescentes, se houver. Caso haja requerimento das partes, desentranhem-se os documentos que instruem o presente feito, substituindo por xerocópia e entregando-os mediante recibo nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Palmas-TO, 23 de abril de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

21 – AÇÃO: OBRIGAÇÃO DE FAZER... – 2008.0007.2163-4/0
Requerente: Cláudia Maria Barboza Manica
Advogado: Marcos Ferreira Davi – OAB/TO 2420/ Karine Matos M. Santos – OAB/TO 3440
Requerido: Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA
Advogado: André Guedes – OAB/TO 3886-B
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “...Diante do exposto, julgo improcedente o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito. Por ônus de sucumbência, condeno a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixando estes no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com fulcro nas prescrições insertas no § 4º do art. 20 do CPC, valores que ficarão suspensos nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50, em virtude de a autora ter sido beneficiada pela gratuidade judiciária, resultante do silêncio acerca da análise de tal pleito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Verificado o trânsito em julgado desta sentença e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se, em seguida, os presentes autos. Palmas/TO, 22 de março de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

22 – AÇÃO: COMINATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO ... - 2008.0007.3608-9/0
Requerente: Josué de Sousa Pires e outra
Advogado: Júlio Solimar Rosa Cavalcante – OAB/TO 209
Requerido: Construtora Planalto Ltda
Advogado: Túlio Dias Antônio – OAB/TO 2698 / Victor Hugo S. S. Almeida – OAB/TO 3085
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “...Assim, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, com fulcro no artigo 269, I, do Código de Processo Civil pátrio para condenar a requerida a pagar aos autores a multa de 2% (dois por cento) do preço da unidade habitacional, cujo valor é de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) (fls. 23), por mês de atraso, contados a partir de 31/11/2007, até a efetiva entrega do imóvel, valor este atualizado monetariamente pelo IGPM, conforme disposto no contrato. Determino à requerida a imediata retomada das obras, fixando o prazo de 120 (cento e vinte) dias para sua conclusão e entrega efetiva do apartamento aos requerentes, em plenas condições de uso, fixando multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por dia de atraso pelo descumprimento deste prazo, reversível aos autores. Por fim, condeno a requerida ao pagamento dos alugueros despendidos pelos requerentes, no valor total de R\$ 4.123,48 (Quatro mil cento e vinte e três reais e quarenta e oito centavos), quantum a ser atualizado pelo INPC, a contar da data dos respectivos vencimentos dos alugueros, e somar juros legais na razão de 1% (um por cento) ao mês (art. 406, CC/02 c/c art. 161, § 1º, do CTN), a contar da citação, bem como aos honorários advocatícios, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor total atualizado da condenação (art. 20, § 4º, CPC), e custas processuais finais, se houver. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Palmas-TO, 29 de abril de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

23 – AÇÃO: RESCISÃO DE CONTRATO C/C PERDAS E DANOS – 2008.0007.3696-8/0
Requerente: Daniel Henrique Gabriel
Advogado: Dydimio Maya Leite Filho – Defensor Público
Requerido: Dean Karles Pereira dos Santos
Advogado: Flávio Suarte – OAB/TO 2137
Requerido: Lázaro Júnior de Tal e Ilton de Tal
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “...Diante do exposto, declaro EXTINTO o processo, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, com fulcro no artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil. Condeno o requerente ao pagamento das custas remanescentes, se houver. Caso haja requerimento, desentranhem-se os documentos que instruem a inicial, substituindo-os por xerocópia, e entregando-os a parte autora, mediante recibo nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Palmas-TO, 10 de fevereiro de 2010. (Ass) Luis Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito”.

24 – AÇÃO: DECLARATÓRIA... - 2008.0007.9376-7/0
Requerente: Josival Ferreira de Carvalho
Advogado: Germiro Moretti – OAB/TO 385
Requerido: Amigão Comércio de Ferragens Ltda
Advogado: José Augusto Bezerra Lopes – OAB/TO 2308-B
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “...Ante o exposto, e pelo livre convencimento que formo, JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial. Condeno o autor ao pagamento da multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, bem como aos honorários advocatícios que fixo no importe de R\$ 500,00 (quinhentos reais) (art. 20, § 4º, CPC), e custas processuais finais, se houver; Revogo a antecipação de tutela concedida na decisão de folhas 21/22, para torná-la sem efeito. E ainda, JULGO PROCEDENTE o pedido da ação reconvenicional, para: a) condenar o reconvinado ao pagamento de R\$ 5.489,97 (cinco mil quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos), quantum a ser atualizado pelo INPC, a contar da data dos respectivos vencimentos das notas promissórias, e somar juros legais na razão de 1% (um por cento) ao mês (art. 406, CC/02 c/c art. 161, § 1º, do CTN), a contar da citação, bem como aos honorários advocatícios, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da dívida (art. 20, § 4º, CPC), e custas processuais finais, se houver. Diante do fato do autor/reconvinado ser beneficiário da assistência judiciária gratuita, suspendo o

pagamento da multa, bem como dos honorários advocatícios e custas processuais, com base no artigo 12, da Lei 1.060/50. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Palmas-TO, 13 de abril de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

25 – AÇÃO: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C REVISÃO CONTRATUAL... – 2008.0008.6001-4/0
Requerente: Maria das Mercês Gomes dos Santos
Advogado: Daniel dos Santos Borges – OAB/TO 2238 / Flávio de Faria Leão – OAB/TO 3965
Requerido: Banco Finasa S/A
Advogado: Maria Lucília Gomes – OAB/TO 2489-A / Patrícia Ayres de Melo – OAB/TO 2972
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “...Ante o exposto, julgo procedente, em parte, o pedido de revisão contratual, para, confirmando a decisão de antecipação de tutela de fls. 84/86: 1) afastar a comissão de permanência no contrato em tela, devendo incidir neste instrumento juros remuneratórios no equivalente de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) a.m.; b) juros moratórios de 1% (um por cento) a.m.; c) multa contratual de 2% (dois por cento) e, d) correção monetária pelo INPC; 2) afastar do contrato em questão a capitalização mensal dos juros, devendo a computação destes ser feita na forma simples e linear. Condeno o Banco/réu a devolver à autora, na forma simples, a diferença de valores das 24 (vinte e quatro) prestações pagas por esta até 29/6/2008, em virtude da presente revisão, considerando os encargos contratuais reconhecidos nesta sentença, quantum que deverá ser apurado em sede de liquidação de sentença. Diante da sucumbência recíproca, condeno a autora ao pagamento de 30 % (trinta por cento) das custas processuais, bem como em honorários advocatícios, arbitrados estes em R\$ 400,00 (quatrocentos reais), cobranças que ficarão suspensas nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50, em virtude de a autora ter sido beneficiada pela gratuidade judiciária. E, por conseguinte, condeno o Banco/réu ao pagamento de 70% (setenta por cento) das custas processuais, bem como em honorários advocatícios no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), com fundamento no art. 20, § 4º, do CPC. Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Após o trânsito em julgado e o cumprimento das formalidades legais, arquivem-se os presentes autos. Palmas/TO, 9 de março de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

26 – AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE – 2009.0012.9694-3/0
Requerente: Banco Itauleasing S/A
Advogado: Simony V. de Oliveira – OAB/TO 4093 e outra
Requerido: Fabricy Daniely Galvão Tabosa
Advogado: Elizabete Alves Lopes – OAB/TO 3282
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: “BANCO ITAULEASING S/A, por meio de seu advogado regularmente constituído, propôs Ação de Reintegração de Posse, em desfavor de FABRICY DANIELY GALVÃO TABOSA, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe, requerendo a concessão de liminar de reintegração de posse do bem descrito na inicial. Deferida a liminar (fls. 32/33). Antes mesmo que o bem fosse reintegrado, a parte autora requereu a desistência do feito, em razão da atualização do contrato (fls. 38). É o relatório. DECIDO. Diz o artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil que extingue-se o processo sem resolução do mérito, quando o autor desistir da ação. Diante do exposto, declaro extinto o processo sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Proceda-se o desbloqueio do bem da lide. Proceda-se o recolhimento do mandado de Busca e Apreensão que se encontra na posse do Sr. Oficial de Justiça na eventualidade de sua expedição. Condeno o requerente ao pagamento das custas remanescentes, se houver. Caso haja requerimento das partes, desentranhem-se os documentos que instruem o presente feito, substituindo por xerocópia e entregando-os mediante recibo nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Palmas-TO, 18 de março de 2010. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

27 – AÇÃO: COBRANÇA – 2010.0003.2508-0/0
Requerente: Valdi Rogério de Freitas
Advogado: Leandro Jeferson Cabral de Mello – OAB/TO 3683
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DECISÃO: “Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 4º, da Lei nº 1.060/50. Fixo de plano, o valor máximo, em caso de condenação, para o teto estabelecido no artigo 275, inciso I, do CPC. Recebo a ação pelo RITO SUMÁRIO. Intime o autor, para emendar a inicial, adequando-a ao disposto no artigo 276, do CPC. Se atender, já fica intimado para AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, que fixo para o dia 17/08/2010, 14h30. CITE-SE a requerida, ficando, desde logo, advertida de que, em não havendo conciliação, após as providências do §§ 4º e 5º do art. 277 do CPC, deverá oferecer, se desejar, defesa escrita ou oral, tal como previsto no art. 278 do mesmo diploma legal. Para as notificações, em cujas diligências este despacho servirá de MANDADO, determino que sejam observadas pelas partes o seguinte: a) Pelo requerido, comparecimento acompanhado obrigatoriamente de advogado que apresentará defesa escrita ou oral em audiência. b) Para ambas as partes, ficam intimadas para em 10 dias, contados da notificação, oferecer rol testemunhal, sob pena de preclusão desta prova, em obediência aos princípios da celeridade e economia processual, evitando assim, desdobramento desnecessário do ato. As testemunhas devem ser trazidas pelas partes, salvo justificada impossibilidade, comunicada ao juízo até 10 dias antes da audiência, seguida de prova do depósito para a diligência. Os advogados devem estar preparados para debates orais, pois a sentença será exarada em audiência, se possível. ESTA DECISÃO SERVE COMO MANDADO. O Senhor Oficial de Justiça que cumprir o mandado deverá apresentar certidão de cumprimento em folha avulsa, para evitar desnecessária juntada nos autos, de peça repetida. Intime-se. Cite-se. Palmas-

TO, 28 de abril de 2009. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

28 – AÇÃO: COBRANÇA – 2010.0003.2518-8/0
Requerente: José Pereira da Silva Filho
Advogado: Leandro Jéferson Cabral de Mello – OAB/TO 3683
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: DECISÃO: “Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 4º, da Lei nº 1.060/50. Fixo de plano, o valor máximo, em caso de condenação, para o teto estabelecido no artigo 275, inciso I, do CPC. Recebo a ação pelo RITO SUMÁRIO. Intime a autora, para emendar a inicial, adequando-a ao disposto no artigo 276, do CPC. Se atender, já fica intimado para AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, que fixo para o dia 17/08/2010, 14h30. CITE-SE a requerida, ficando, desde logo, advertida de que, em não havendo conciliação, após as providências do §§ 4º e 5º do art. 277 do CPC, deverá oferecer, se desejar, defesa escrita ou oral, tal como previsto no art. 278 do mesmo diploma legal. Para as notificações, em cujas diligências este despacho servirá de MANDADO, determino que sejam observadas pelas partes o seguinte: a) Pelo requerido, comparecimento acompanhado obrigatoriamente de advogado que apresentará defesa escrita ou oral em audiência. b) Para ambas as partes, ficam intimadas para em 10 dias, contados da notificação, oferecer rol testemunhal, sob pena de preclusão desta prova, em obediência aos princípios da celeridade e economia processual, evitando assim, desdobramento desnecessário do ato. As testemunhas devem ser trazidas pelas partes, salvo justificada impossibilidade, comunicada ao juízo até 10 dias antes da audiência, seguida de prova do depósito para a diligência. Os advogados devem estar preparados para debates orais, pois a sentença será exarada em audiência, se possível. ESTA DECISÃO SERVE COMO MANDADO. O Senhor Oficial de Justiça que cumprir o mandato deverá apresentar certidão de cumprimento em folha avulsa, para evitar desnecessária juntada nos autos, de peça repetida. Intime-se. Cite-se. Palmas-TO, 28 de abril de 2009. (Ass) keyla Suely Silva da Silva – Juíza de Direito Substituta - respondendo”.

INTIMAÇÕES CONFORME PROVIMENTO 036/02 DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

29 – AÇÃO: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO... – 2008.0000.9206-8/0
Requerente: José dos Reis de Sousa
Advogado: Jocélio Nobre da Silva – OAB/TO 3766
Requerido: Banco Bradesco
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho – OAB/SP 126.504 / Cristiane de Sá Muniz Costa – OAB/TO 4361
Requerido: Auto Escola e Despachante Brasil
Advogado: Edson Monteiro de Oliveira Neto – OAB/TO 1242-A
INTIMAÇÃO: Acerca do depósito judicial de folhas 111, diga a parte autora no prazo legal. Palmas-TO, 06 de maio de 2010.

30 – AÇÃO: OBRIGAÇÃO DE FAZER... – 2010.0001.3431-5/0
Requerente: Sérgio Ayres da Silva
Advogado: Márcia Ayres da Silva – OAB/GO 1724 e outra
Requerido: André Franz Riveros Lima
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO: Intimar a parte autora para efetuar o pagamento da locomoção do oficial de justiça – R\$ 70,40 (setenta reais e quarenta centavos), a fim de darmos cumprimento ao mandato de citação e intimação. Palmas-TO, 06 de maio de 2010.

5ª Vara Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados, tudo nos termos do artigo 236 do C.P.C.

AUTOS Nº 2010.3.6919-3
Ação: IMISSÃO DE POSSE C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM CARÁTER LIMINAR.
Requerente: EDINA MARTINS DAS CHAGAS.
Advogado: VINICIUS PINHEIRO MARQUES.
Requerido: IVANILTON AGRIPINO DA SILVA E LUCENIR PEREIRA BATISTA COSTA.
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO.
INTIMAÇÃO: “ (...) a autora não trouxe aos autos nenhum documento que comprove que ela foi de fato, contemplada com o imóvel em questão e qual a decisão da Agência de Habitação em relação a este. Portanto, deve a autora trazer documentos demonstrativos de sua pretensão. O prazo para ser atendida essa determinação é de 10(dez) dias. Palmas-TO, 30/04/2010. ass) Lauro Augusto Moreira Maia- Juiz de Direito”

AUTOS Nº 2006.9410-2
Ação: REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS.
Requerente: KEILA CRISTINA DIAS.
Advogado: GESEMI MOURA DA SILVA.
Requerido: BANCO REAL S/A.
Advogado: LEANDRO RÓGERES LORENZI.
INTIMAÇÃO: “ CERTIDÃO: Por ordem do MM. Juiz de Direito desta 5ª Vara Cível, Dr. Lauro Augusto Moreira Maia, redesigno a audiência de conciliação destes autos para o dia 24 de maio de 2010, às 17:20 horas, em razão da sua indicação para participar do Curso de Formação de Multiplicadores em Filosofia do Direito e Magistratura entre os períodos de 02 a 04 de maio, em Brasília-DF,

conforme DJ 2408, em anexo. Nada mais para constar. Palmas-TO, 04/05/2010. ass) Glacielle Borges Torquato- Assessora Jurídica.”

AUTOS Nº 2007.9.5073-2
Ação: INDENIZAÇÃO.
Requerente: EDER DE SOUSA BORGES.
Advogado: ANDERSON BEZERRA E OUTROS.
Requerido: PLANETA VEÍCULOS LTDA.
Advogado: MARINÓLIA DIAS DOS REIS.
Requerido: CHEVROLET S/A.
Advogado: WALTER OHOFUGI JUNIOR E OUTRO.
INTIMAÇÃO: “ CERTIDÃO: Por ordem do MM. Juiz de Direito desta 5ª Vara Cível, Dr. Lauro Augusto Moreira Maia, redesigno a audiência de conciliação destes autos para o dia 24 de maio de 2010, às 16 horas, em razão da sua indicação para participar do Curso de Formação de Multiplicadores em Filosofia do Direito e Magistratura entre os períodos de 02 a 04 de maio, em Brasília-DF, conforme DJ 2408, em anexo. Nada mais para constar. Palmas-TO, 04/05/2010. ass) Glacielle Borges Torquato- Assessora Jurídica.”

AUTOS Nº 2009.8.3627-8
Ação: REPARAÇÃO DE DANOS.
Requerente: JOSÉ ALVES DA SILVA JUNIOR.
Advogado: MARCELO SOARES OLIVEIRA.
Requerido: EMBRATEL.
Advogado: JULIO CESAR DE MEDEIROS COSTA E OUTROS.
INTIMAÇÃO: “ CERTIDÃO: Por ordem do MM. Juiz de Direito desta 5ª Vara Cível, Dr. Lauro Augusto Moreira Maia, redesigno a audiência de conciliação destes autos para o dia 24 de maio de 2010, às 14:40 horas, em razão da sua indicação para participar do Curso de Formação de Multiplicadores em Filosofia do Direito e Magistratura entre os períodos de 02 a 04 de maio, em Brasília-DF, conforme DJ 2408, em anexo. Nada mais para constar. Palmas-TO, 04/05/2010. ass) Glacielle Borges Torquato- Assessora Jurídica.”

2ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Fica a parte abaixo identificada, através de seu procurador, intimada dos atos processuais abaixo.

AUTOS: 2010.0001.5543-6/0 – AÇÃO PENAL.
Acusado: Diogo Mário Trevelin
Advogado: Dr. Humberto Soares de Paula OAB-TO n.º 2755
Intimação: Decisão: “Em que pese os argumentos delineados na resposta apresentada à acusação (“defesa prévia” fls. 199/203), não vislumbro a incidência de nenhuma das hipóteses de absolvição sumária daquelas elencadas no artigo 397, do Código de Processo Penal, tanto é que na mencionada peça defensiva nada a respeito dessa matéria restou alegado. (...) Deste modo, mantenho na sua totalidade a deliberação de recebimento da denúncia (fl. 73) e, por conseguinte, designo a audiência para instrução e julgamento do feito, para o dia 25 de maio de 2010, às 14:00 horas. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas - TO, 05 de maio de 2010. Francisco de Assis Gomes Coelho - juiz de direito”

2ª Vara de Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.

AUTOS: 2004.0000.1265-7/0
Ação: RECONHECIMENTO DE CONCUBINATO
Requerente: I. C. P.
Advogado: Dr. FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA BORGES – OAB/TO 413
Requerido: ESP. de M. S. C.
DESPACHO: “(...) Escoado o prazo de suspensão, intime-se a autora para dar andamento aos autos. (...). Palmas, 03 de fevereiro de 2010. Ass) Nelson Coelho Filho – Juiz de Direito”.

AUTOS: 2009.0011.9044- 4/0
Ação: ALIMENTOS
Requerente: J. L. S. M.
Advogado: EDIMAR NOGUEIRA DA COSTA (OAB/TO 402)
Requerido: A. M. P.
FINALIDADE: “(...) Determino a realização de audiência de conciliação prévia para o dia 08 de Junho de 2010, às 16:30 horas, a ser realizada pela conciliadora Khellen Alencar Calixto credenciada para atuar nas Varas e Juizados desta Comarca de acordo com a Portaria n. 473/2009 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. (...) Palmas, 18 de dezembro de 2009. (...) Nelson Coelho Filho, Juiz de Direito”.

AUTOS: 2008.0010.3765-6/0
Ação: SEPARAÇÃO LITIGIOSA
Requerente: R. F. C.
Advogado: FABIANA LUIZA SILVA (OAB/TO 3303)
Requerido: A. L. A. F.
FINALIDADE: “Intime-se a requerente, para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial juntando os documentos indispensável à propositura da ação, nos termos do art. 283 do CPC, sob pena de indeferimento da inicial (CPC, art. 284, parágrafo único).(...) Determino a realização de audiência de conciliação prévia para o dia 18 de Maio de 2010, às 09:30 horas, a ser realizada pela conciliadora Khellen Alencar Calixto credenciada para atuar nas Varas e Juizados desta Comarca de acordo com a Portaria n. 473/2009 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. (...) Palmas, 08 de fevereiro de 2010. (...) Nelson Coelho Filho, Juiz de Direito”.

EDITAL DE CITACÃO PRAZO DE 40 (QUARENTA) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA

NELSON COELHO FILHO, Juiz de Direito da Segunda Vara de Família e Sucessões desta Comarca de Palmas-TO., no uso de suas atribuições legais, etc. F A Z S A B E R a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania da Segunda Vara de Família e Sucessões processam os autos da Ação de GUARDA COM PEDIDO DE LIMINAR, registrada sob o nº 2010.0003.0064-9/0, na qual figura como requerente DIENE WELLEN MACEDO DA SILVA, brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliada nesta cidade de Palmas, beneficiada pela Assistência Judiciária Gratuita e requerido RODRIGO BEZERRA ABREU, brasileira, residente em lugar incerto ou não sabido. E é o presente para CITAR o requerido RODRIGO BEZERRA ABREU, brasileiro, residente em lugar incerto ou não sabido, para tomar conhecimento dos termos da presente ação, para querendo contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou o MM Juiz expedir o presente Edital que será publicado na forma da Lei e afixado no Placar do Fórum local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Palmas - TO, aos cinco dias do mês de maio de dois mil e dez (05/05/2010). Eu Escrevente que o digitei e subscrevi. NELSON COELHO FILHO JUIZ DE DIREITO

2ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros
Públicos

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, INTIMADAS dos atos a seguir, nos termos do Art. 236 do CPC:

AUTOS N.º: 2005.0000.2164-6
Ação: DEMOLITÓRIA
Requerente: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
Requerido: JOSE ROSA DA SILVA
Adv.: JOSÉ ABADIA DE CARVALHO – DEFENSOR PÚBLICO
Sentença: “Diante do exposto, esteeda no artigo 5º, XXIII, da Constituição Federal e art. 183, da Lei nº 371/92, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR, para determinar a demolição de todas as construções feitas na área pública em testilha, destinada a estacionamento público, resguardando para tanto o prazo de 60 dias para que o requerido promova sua retirada do local. Em consequência, resolvo o mérito da lide (CPC, art. 269, I). condeno o requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios que arbitro no montante 10% sobre o valor da causa, nos termos do qrt. 20, §3º, do CPC, ficando sua exigibilidade a mercê do que estabelece o art. 12, da Lei 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas-TO, 18 de dezembro de 2009. (As) Umbelina Lopes Pereira – Juiza de Direito – Auxiliando na 2ª VFFRP – Meta 2”.

AUTOS: 1044/00
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: ESTADO DO TOCANTINS
ADV.: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
REQUERIDO: EDIMAR PEREIRA DE CASTRO E CLEIDE SÔNIA DA SILVA CASTRO
ADV.: JSOÉ ABADIA DE CARVALHO - DEFENSORIA PÚBLICA
DESPACHO: “Diante da discordância da parte autora (fls. 71) indefiro o pedido de substituição processual formulado em audiência por SAMARA GLÓRIA DA SILVA (fls. 54) nos termos do Art. 42, §1º, do Código de Processo Civil, podendo a mesma intervir no processo, caso queira, como assistente dos requeridos. Designo audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento para o dia 15 de abril de 2010, às 14:30 horas. Proceda a escritvania as intimações devidas. Cumpra-se. Palmas, 14 de janeiro de 2010. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 1102/00
Ação: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
Adv.: JOÃO APARECIDO BAZOLLI – PROF. ORIENTADOR DO ESCRITÓRIO MODELO DA JUSTIÇA ESTADUAL - UFT
Sentença: “(...) Conforme se depreende dos autos, a Fazenda das Palmas foi loteada, e este era o objetivo da desapropriação. Além disso, o Estado, atuando através de seus fiscais, observou a invasão e tentou reaver o imóvel, primeiro através de notificação extrajudicial, e depois através da presente ação. Restam configurados os requisitos para a tutela possessória. Ao Réu, restaria intervir no processo de desapropriação para exigir eventual reparação. Diante do exposto, julgo procedente o pedido, confirmando a liminar, para consolidar a posse do LOTE 519, LOTEAMENTO JAÚ, 6ª ETAPA, nas mãos do Autor. Pagará o Réu as custas judiciais e os honorários advocatícios que arbitro em 01 (um) salário-mínimo, com base no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil. P.R.I. Após o trânsito em julgado e as baixas necessárias, arquivem-se. Palmas, 16 de dezembro de 2009. (As) Aline M. Bailão Igléssias – Juiza de Direito – Em razão da Portaria nº 529/2009 – Auxílio Meta 2”.

AUTOS: 4174/03
Ação: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE
Requerente: MARIA DO CARMO RODRIGUES MARQUES E OUTROS
Adv.: PEDRO CARVALHO MARTINS - OAB-TO 1961
Requerido: CAMARALHO MUNICIPAL DE PALMAS
Adv.: JOSÉ ORLANDO PEREIRA OLIVEIRA – OAB-TO 1063, DEOCLECIANO GOMES – OAB-TO 1171
Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Adv.: ANTÔNIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Requerido: PREVIPALMAS – PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTÔNIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Sentença: “(...) ANTE O EXPOSTO, acolho a preliminar de ilegitimidade passiva da Câmara Municipal de Palmas e da Prefeitura do Município de Palmas , extinguindo o feito sem julgamento do mérito em relação a eles (art. 267, VI, do Código de Processo Civil), e, no mérito, julgo parcialmente procedente o pedido inicial, o que ora faço para condenar o

terceiro requerido, PREVIPALMAS – Previdência Social do Município de Palmas, a conceder aos autores, Maria do Carmo Rodrigues Marques, Francisco Ruan Rodrigo Marques Carneiro, Jhuly Ohany Rodrigues Carneiro e Luana Samia Rodrigues Carneiro, a pensão por morte do segurado, Sr. Julio Marques Carneiro Filho, no valor dos proventos do servidor falecido, a partir da data do óbito (07/12/2002), acrescida de 13º salário, cujos efeitos da implantação ora antecipo, com fulcro no artigo 273, do Código de Processo Civil, à vista da natureza alimentar de que se reveste o referido benefício. Condeno o requerido PREVIPALMAS, ainda, a pagar a correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, incidentes sobre os benefícios em atraso, bem como, juros moratórios de 1% ao mês, a partir da citação. Condeno, finalmente, o requerido PREVIPALMAS no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição, por força do art. 475 do CPC. Publique-se, registre-se, intimem-se e cumpra-se. Palmas, 18 de dezembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2007.0008.4261-1/0
Ação: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: MANOEL SOUSA CARNEIRO
Adv.: JOSÉ ABADIA DE CARVALHO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANDRÉ LUIZ DE MATOS GONÇALVES - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: “Especifiquem as partes, em tríduo, as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência com os fatos a serem demonstrados. Em seguida, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Intimem-se e cumpra-se.” Palmas, 30 de novembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0000.0631-3/0
Ação: ORDINÁRIA
Requerente: JEFFERSON DIAS DE LIMA
Adv.: VALDIRAM C. DA ROCHA SILVA
Requerido: MUNICIPIO DE PALMAS
Adv.: ANTÔNIO CHRYSIPPO DE AGUIAR - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Despacho: “Especifiquem as partes, em tríduo, as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência com os fatos a serem demonstrados. Em seguida, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Intimem-se e cumpra-se.” Palmas, 30 de novembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0010.9934-0/0
Ação: REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: KLEDSON DE MOURA LIMA - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: EVERALDO PEREIRA DA SILVA
Adv.: Não constituído
Despacho: “Sobre a certidão de fls. 113, manifeste-se o Estado autor, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se e Cumpra-se.” Palmas, 08 de fevereiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2008.0005.3961-5/0
Ação: AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: BRAVO COMÉRCIO DE MOTOS LTDA
Adv.: ALESSANDRO DE PAULA CANEDO E ONILDA DAS GRAÇAS SEVERINO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: FERNANDA RAQUEL F. DE S. ROLIM - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: “Especifiquem as partes, em tríduo, as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência com os fatos a serem demonstrados. Em seguida, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Intimem-se e cumpra-se.” Palmas, 01 de dezembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2008.0003.6497-1/0
Ação: EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS
Requerente: JULIMAR ALVES DA ROCHA
Adv.: RONNIE QUEIROZ SOUZA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: JOÃO CAVALCANTI G. FERREITA - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: “Sobre a certidão de fls. 35, manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias. Intimem-se.” Palmas, 01 de dezembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0006.2361-4/0
Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: JOÃO RODRIGUES
Adv.: JOSÉ ABADIA DE CARVALHO
Requerido: MUNICIPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
Despacho: “Sobre a contestação de fls. 33/53, manifeste-se a parte requerente, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se e cumpra-se”. Palmas, 07 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2008.0007.4027-2/0
Ação: ORDINÁRIA
Requerente: GLENIA DE ABREU E SILVA E OUTROS
Adv.: KARINE MATOS M. SANTOS
Requerido: ESTADO DE PALMAS
Adv.: FREDERICO CÉZAR ABINADER DUTRA - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: “Manifestem-se as partes as provas a serem produzidas, em tríduo, justificando a pertinência com os fatos a serem comprovados. Após colha-se o parecer do Ministério Público. Intimem-se e cumpra-se.” Palmas, 01 de dezembro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0002.6475-4/0
Ação: AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: EDUARDO MORAIS COSTA-ME
Adv.: JANAY GARCIA

Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ DO ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: WYLYYSON GOMES DE SOUSA
Despacho: "Sobre a contestação de fls. 61/70, manifeste-se a parte autora, no prazo de dez dias. Intime-se e Cumpra-se." Palmas, 07 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2008.0009.9481-9/0
Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: MARÍLIA RAFAELA FREGONESI - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: MILENIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Adv.: FRANCIÉLLY BARBOSA DE OLIVEIRA
Despacho: "Especifiquem as partes, em tríduo, as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência com os fatos a serem demonstrados. Em seguida, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Intimem-se e cumpra-se." Palmas, 01 de dezembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2010.0000.0527-2/0
Ação: ORDINÁRIA
Requerente: AMAZONAS COMÉRCIO DE PLASTICOS LTDA
Adv.: DANIEL DOS SANTOS BORGES E JOÃO BEUTER JÚNIOR
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: "Intime-se a requerente para, no prazo de 30 dias, efetuar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257 do CPC). Intime-se e cumpra-se". Palmas, 26 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 1190/00
Ação: EXECUÇÃO
Exeqüente: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA PARENTE - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Executado: CARLOS EDUARDO ARAÚJO DE LIMA
Adv.: Não constituído
Despacho: "Intime-se o Município exeqüente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar o valor atualizado do crédito exeqüendo, a fim de que seja analisado o pedido de penhora on line. Após, volvam conclusos os autos." Palmas, 24 de novembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2009.0011.5036-1/0
Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: UBALDO TENORIO CAVALCANTE
Adv.: MARCIA REGINA PAREJA COUTINHO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: "Isto posto, intime-se o demandante para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a petição inicial no sentido de efetuar pedido certo e determinado (art. 286, do CPC), compatível com a narrativa dos fatos, bem como para retificar o polo passivo da demanda, procedendo a inclusão do litisconsorte passivo necessário, sob pena de indeferimento (art. 284 e 295, parágrafo único, incs. I e II, do CPC). Após, tornem-me conclusos para pronunciamento. Cumpra-se." Palmas, 13 de novembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 751/99
Ação: DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: LUIZ GONZAGA ASSUNÇÃO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: IZAIDE MARIA PEREIRA BANDEIRA
Adv.: JOÃO PAULA RODRIGUES
Despacho: "Sobre a proposta de honorários periciais apresentada às fls. 91, manifestem-se, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se." Palmas, 23 de fevereiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 1.542/01
Ação: NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA COM PEDIDO DE LIMINAR DE EMBARGO
Requerente: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: PAULO LENINMAN BARBOSA SILVA - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Requerido: JOSÉ CARLOS PEREIRA E NELMACI PEREIRA RIOS
Adv.: FRANCISCO ALBERTO T. ALBUQUERQUE
Despacho: "Intime-se o Município requerente para, caso queira, promover a substituição da parte falecida, nos termos do art. 1.055 e seguintes do CPC, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se." Palmas, 22 de fevereiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 1917/02
Ação: REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR
Exeqüente: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTÔNIO LUIZ COELHO - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Executado: REINALDO DA SILVA ROCHA E JOSÉ PEREIRA DA ROCHA
Adv.: Não constituído
Despacho: "Considerando que o primeiro requerido cedeu a sua posse a outrem, conforme consta na certidão de fls. 42, intime-se o requerente para, caso queira, promover a substituição processual, em dez (10) dias. Intimem-se." Palmas, 23 de fevereiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2009.0009.0740-0/0
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: COCENO – CONSTRUTORA CENTRO NORTE LTDA
Adv.: GERMINO MORETTI
Impetrado: ATO DA PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE ESCOLA
Adv.: ANDRÉA DO NASCIMENTO SOUZA
Sentença: "ANTE O EXPOSTO, despienda maiores digressões, hei por bem homologar, como de fato homologo o pedido de desistência da ação formulado pela impetrante

COCENO – CONSTRUTORA CENTRO NORTE LTDA, o que ora faço para julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, nos termos do Art. 267, VIII, do CPC. Custas, se houver, pela impetrante. Sobrevido o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, após as baixas e anotações devidas." Palmas, 02 de fevereiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 0707/99
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: FELIX ALVES COSTA
Adv.: HAGTON HONORATO DIAS
Impetrado: DELEGADO TITULAR DA DELEGACIA DE FURTOS E ROUBOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PALMAS
Adv.: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: "Intimem-se as partes para, caso queiram, manifestarem nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que entenderem de direito, tendo em vista o retorno dos autos. Não havendo manifestação, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações de estilo. Cumpra-se." Palmas, 17 de novembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2009.0008.8700-0/0
Ação: IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: JAX JAMES GARCIA PONTES - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: RAIMUNDA REIS PONTES
Adv.: JULIANA B. M. PEREIRA
Despacho: "ANTE O EXPOSTO, deixo de acolher a impugnação formulada pelo Estado do Tocantins, o que ora faço para manter o valor atribuído à causa. Registre-se e Intimem-se." Palmas, 30 de novembro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2006.0002.7827-0/0
Ação: AÇÃO DEMOLITÓRIA
Requerente: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO CHRYSIPPO DE AGUIAR - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Requerido: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO AGUA FRIA E OUTROS
Adv.: Não constituído
Requerido: MARIA DAS GRAÇAS ZAGHETO SARINHO
Adv.: CLOVES TEIXEIRA LOPES
Requerido: CLEMILDA ALVES ARAÚJO
Adv.: FLORISMAR DE PAULA SANDOVAL
Despacho: "Sobre a petição de fls. 235/238, manifeste-se a requerida Maria das Graças Gagueto Sarinho, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se o Município requerente para manifestar-se sobre os litisconsortes não localizados, no prazo de 10 (dez) dias, sob as penas da lei. Intimem-se e cumpra-se." Palmas, 23 de novembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2005.0001.4504-3
Ação: EMBARGOS A EXECUÇÃO
Requerente: CAMILA SERRA FURTADO
Adv.: CARLOS VIECZOREK
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANA CATHARINA FRANÇA DE FREITAS - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: "Sobre a impugnação de fls. 211/217 e documentos que a instituem, ouça-se a parte autora, no prazo legal. Intimem-se." Palmas, 25 de novembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2009.0012.9651-0/0
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: ELIENE CARDOSO DA SILVA
Adv.: JOSÉ ABADIA DE CARVALHO
Impetrado: ATO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PARA O QUADRO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE/UNITINS/CESGRANRIO
Adv.: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Sentença: "ANTE O EXPOSTO, considerando a ausência dos pressupostos e das condições da ação para o prosseguimento do writ, INDEFIRO a petição inicial, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, Incisos. VI e V, do Código de Processo Civil c/c art. 10, da Lei nº. 12.016/2009. Custas pela impetrante, isentando-se do pagamento por postular sob o pálio da assistência judiciária gratuita. Publique-se, Registre-se, Intimem-se e Cumpra-se." Palmas, 02 de fevereiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2009.0013.1574-3/0
Ação: ORDINÁRIA
Requerente: WILMA CHAVEIRO HONOSTORIO DE SOUSA
Adv.: KARINE MATOS M. SANTOS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Decisão: "Ante o exposto, ausentes os requisitos do art. 273, do Código de Processo Civil, hei por bem indeferir, como de fato indefiro o pedido de tutela antecipada. Intime-se a parte autora pra, no prazo de 10 (dez) dias, promover a juntada dos documentos a que se reporta a peça inicial. Após, dando continuidade ao feito, determino a citação do Estado requerido para, caso queira, contestar a lide, no prazo e com as advertências de lei. Intime-se e cumpra-se." Palmas, 11 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2010.0000.0695-3/0
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: CRISTIANY CRUZ SAMPAIO
Adv.: VINICIUS PINHEIRO MARQUES
Impetrado: ATO DA COORDENADORA DE REGISTRO NACIONAL DE CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DO DETRAN/TO
Adv.: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Sentença: "ANTE O EXPOSTO, sem maiores digressões, decreto a extinção do processo, com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC. Custas pela impetrante,

isentando-a do pagamento por postular sob o páldio da assistência judiciária gratuita. Publique-se, Registre-se, Intimem-se e Cumpra-se." Palmas, 21 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 4262/03
Ação: NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA COM PEDIDO DE LIMINAR DE EMBARGO
Requerente: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTÔNIO LUIZ COELHO - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Requerido: MATEUS DI TADEU ROSA
Adv.: Não constituído
Despacho: “Intime-se o Município autor para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito. Intimem-se e cumpra-se.” Palmas, 18 de fevereiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 0168/99
Ação: ORDINÁRIA DESCONSTITUTIVA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO, ANULATÓRIA DE ATO DECLARATIVO DE DÍVIDA E DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Requerente: TEXACO BRASIL S/A – PRODUTOS DE PETRÓLEO
Adv.: FRANCISCO EDUARDO GEROSA CILENTO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: IVANILDE VIEIRA LUZ - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Sentença: “ANTE O EXPOSTO, por desidia da parte autora, julgo extinta a ação, sem resolução do mérito, com amparo no artigo 267, incisos II, III e § 1º, do Código de Processo Civil, o que faço para determinar o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. Condeno a requerente no pagamento das custas processuais, taxa judiciária e honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), nos termos do Art. 20, § 4º, do CPC. Sobrevinho o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações de estilo. Publique-se, registre-se, intimem-se e Cumpra-se.” Palmas, 17 de dezembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 3319/02
Ação: DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO CAMBIAL C/C TUTELA ANTECIPADA DE CANCELAMENTO DE PROTESTO
Requerente: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: PAULO LENIMAN BARBOSA SILVA - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Requerido: AGROMOTOR MOTORES MÁQUINAS LTDA
Adv.: Não constituído
Despacho: “Sobre a certidão de fls. 82, manifeste-se o Município autor, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se e cumpra-se.” Palmas, 18 de fevereiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 3856/03
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR
Impetrante: LEVI RIBEIRO DE SOUSA
Adv.: VINÍCIUS COELHO CRUZ
Impetrado: ATO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO DA SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DA ESTRUTURA OPERACIONAL DA POLICIA CIVIL, ILMO SR. CLÁUDIO OLIVEIRA NUNES
Adv.: JAX JAMES GARCIA PONTES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Decisão: “ANTE O EXPOSTO, acolho os embargos de declaração, e lhes dou provimento, o que ora faço para retificar a parte dispositiva da sentença de fls. 139/142, que passa a ter a seguinte redação: “Posto isto e tendo em vista tudo mais que dos autos consta, e que foi dado a examinar, e tendo por base o disposto na Lei nº 12.016/09 (a qual revogou a Lei nº 1.533/51, que disciplinava o mandado de segurança) e demais dispositivos legais e constitucionais aplicáveis, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito do presente feito e julgo parcialmente procedente o pedido impetrante, apenas para reconhecer e declarar a nulidade da questão de nº 80 da prova objetiva do concurso público para provimento de cargos do quadro da estrutura operacional da Polícia Civil do Estado do Tocantins, o que ora faço para determinar à autoridade impetrante que acresça à nota do impetrante a pontuação correspondente, procedendo sua reclassificação, determinando, ainda, a continuidade do mesmo no certame, caso o mesmo figure dentre o número de vagas disponíveis, tornando, assim, definitiva a liminar anteriormente deferida”. No restante, fica incólume o proferido por este juízo. Retifique-se o registro da sentença, anotando-se. Publique-se, Registre-se e Intimem-se e CUMPRA-SE.” Palmas, 07 de dezembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2010.0000.0565-5/0
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: MARIA RAMALHO NUNES E OUTRO
Adv.: DANIEL CUNHA DOS SANTOS
Impetrado: REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS
Adv.: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Sentença: “ANTE O EXPOSTO, considerando a ausência dos pressupostos e das condições da ação para o processamento do writ, INDEFIRO de plano a petição inicial, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, Incisos. VI e V, do Código de Processo Civil c/c art. 10, da Lei nº. 12.016/2009. Custas pelas impetrantes, isentando-as do pagamento por postularem sob o pálio da assistência judiciária gratuita. Publique-se, Registre-se, Intimem-se e Cumpra-se.” Palmas, 20 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 0044/99
Ação: SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA
Requerente: ISRAEL SIQUEIRA DE ABREU CAMPOS
Adv.: Não constituído
Requerido: RONALDO EURÍPEDES DE SOUZA
Adv.: IVAIR MARTINS DOS SANTOS DINIZ
Sentença: “ANTE O EXPOSTO, despicienda maiores digressões, hei por bem em julgar, como de fato julgo improcedente a presente dúvida, o que ora faço para extinguir o presente feito, com a resolução do mérito, com amparo no artigo 269, incisos I, do Código de Processo Civil. Sem custas, por se tratar de procedimento administrativo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.” Palmas, 08 de dezembro de 2009

. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 202/99
Ação: SUMÁRIA DE REPARAÇÃO DE DANO CAUSADO EM ACIDENTE DE VEÍCULO
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: ANA CATHARINA FRANÇA DE FREITAS – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: ARMANDO JORGE COSTA MELLO
Adv.: MARIA DO CARMO COTA
Despacho: “Recebo o recurso porque próprio e tempestivo, em seus efeitos legais. Intime-se o recorrido para contra-razoar no prazo lega. Intimem-se.” Palmas, 13 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2009.0006.2204-9/0
Ação: AÇÃO ANULATÓRIA
Requerente: V. G. CEZAR FILHA LTDA
Adv.: CÉLIO HENRIQUE MAGALHÃES ROCHA
Requerido: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Decisão: “ANTE O EXPOSTO, ausente um dos requisitos do art. 273 do Código de Processo Civil, denego o pedido de concessão da tutela antecipada. Dando continuidade ao feito, determino a intimação da parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação e os documentos de fls. 90/163. após, colha-se o pronunciamento do Ministério Público. Intimem-se e cumpra-se.” Palmas, 07 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2007.0009.8621-4/0
Ação: AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: LILIA GOMES DAMACENA PEREIRA
Adv.: RAICEANA MARIA PEREIRA OLIVEIRA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: SÉRGIO RODRIGO DO VALE – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Sentença: “À vista do exposto, resolvendo, simultaneamente, a ação ordinária (Proc. Nº. 2004.0000.9201-4/0), bem assim as lides cautelar (Proc. nº. 2007.0008.0748-4/0) e declaratória c/indenização por danos morais (Proc. nº. 2007.0009.8621-4/0): I – julgo

procedente o pleito principal, para tornar nula a Portaria nº 25, de 20 de janeiro de 2003, emanada da Secretária de Administração, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 1.363, veiculadora da demissão da promovente do cargo público efetivo que ocupa nos Quadros do Serviço Público Estadual, com a condenação ao pagamento dos salários vencidos e não pagos no período, acrescidos de juros de mora e correção monetária, tudo a ser apurado em sede de liquidação; II – julgo procedente o pedido cautelar, confirmando a liminar nos termos em que anteriormente concedida; III – julgo parcialmente procedente o pleito declaratório c/c indenização, para declarar a inexistência do débito objeto da demanda, compensado o período não trabalhado com a indenização reconhecida, nos termos acima expendidos. Condeno, ainda, o Estado do Tocantins ao pagamento das despesas processuais e honorários que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o somatório dos valores atribuídos às causas em apreço, por a promovente financeira decaído de parte mínima (CPC, art. 21, parágrafo único). Considerando, enfim, que o Estado restou vencido no presente feito, remetam-se os presentes autos à instância superior, uma vez decorrido o prazo dos recursos voluntários, atendendo-se ao duplo grau de jurisdição obrigatório, a teor do disposto no art. 475 da Lei Adjética Civil. P. R. I.” Palmas, 02 de março de 2010. (As) João Alberto Mendes Bezerra JR – Juiz Substituto, auxiliando na 2ª VFFRP".

AUTOS: 2007.0008.0748-4/0
Ação: CAUTELAR
Requerente: LILIA GOMES DAMACENA PEREIRA
Adv.: RAICEANA MARIA PEREIRA OLIVEIRA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: SÉRGIO RODRIGO DO VALE – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Sentença: “À vista do exposto, resolvendo, simultaneamente, a ação ordinária (Proc. Nº. 2004.0000.9201-4/0), bem assim as lides cautelar (Proc. nº. 2007.0008.0748-4/0) e declaratória c/indenização por danos morais (Proc. nº. 2007.0009.8621-4/0): I – julgo procedente o pleito principal, para tornar nula a Portaria nº 25, de 20 de janeiro de 2003, emanada da Secretária de Administração, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 1.363, veiculadora da demissão da promovente do cargo público efetivo que ocupa nos Quadros do Serviço Público Estadual, com a condenação ao pagamento dos salários vencidos e não pagos no período, acrescidos de juros de mora e correção monetária, tudo a ser apurado em sede de liquidação; II – julgo procedente o pedido cautelar, confirmando a liminar nos termos em que anteriormente concedida; III – julgo parcialmente procedente o pleito declaratório c/c indenização, para declarar a inexistência do débito objeto da demanda, compensado o período não trabalhado com a indenização reconhecida, nos termos acima expendidos. Condeno, ainda, o Estado do Tocantins ao pagamento das despesas processuais e honorários que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o somatório dos valores atribuídos às causas em apreço, por a promovente financeira decaído de parte mínima (CPC, art. 21, parágrafo único). Considerando, enfim, que o Estado restou vencido no presente feito, remetam-se os presentes autos à instância superior, uma vez decorrido o prazo dos recursos voluntários, atendendo-se ao duplo grau de jurisdição obrigatório, a teor do disposto no art. 475 da Lei Adjética Civil. P. R. I.” Palmas, 02 de março de 2010. (As) João Alberto Mendes Bezerra JR – Juiz Substituto, auxiliando na 2ª VFFRP".

AUTOS: 2004.0000.9201-4/0
Ação: ORDINÁRIA
Requerente: LILIA GOMES DAMACENA PEREIRA
Adv.: RAICEANA MARIA PEREIRA OLIVEIRA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: SÉRGIO RODRIGO DO VALE – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Sentença: “À vista do exposto, resolvendo, simultaneamente, a ação ordinária (Proc. Nº. 2004.0000.9201-4/0), bem assim as lides cautelar (Proc. nº. 2007.0008.0748-4/0) e declaratória c/indenização por danos morais (Proc. nº. 2007.0009.8621-4/0): I – julgo procedente o pleito principal, para tornar nula a Portaria nº 25, de 20 de janeiro de 2003, emanada da Secretária de Administração, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 1.363, veiculadora da demissão da promovente do cargo público efetivo que ocupa nos Quadros do Serviço Público Estadual, com a condenação ao pagamento dos salários vencidos e não pagos no período, acrescidos de juros de mora e correção monetária, tudo a ser

apurado em sede de liquidação: II – julgo procedente o pedido cautelar, confirmando a liminar nos termos em que anteriormente concedida; III – julgo parcialmente procedente o pleito declaratório c/c indenização, para declarar a inexistência do débito objeto da demanda, compensado o período não trabalhado com a indenização reconhecida, nos termos acima expendidos. Condeno, ainda, o Estado do Tocantins ao pagamento das despesas processuais e honorários que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o somatório dos valores atribuídos às causas em apreço, por a promovente financeira decaído de parte mínima (CPC, art. 21, parágrafo único). Considerando, enfim, que o Estado restou vencido no presente feito, remetam-se os presentes autos à instância superior, uma vez decorrido o prazo dos recursos voluntários, atendendo-se ao duplo grau de jurisdição obrigatório, a teor do disposto no art. 475 da Lei Adjetiva Civil. P. R. I." Palmas, 02 de março de 2010. (As) João Alberto Mendes Bezerra JR – Juiz Substituto, auxiliando na 2ª VFFRP".

AUTOS: 2009.0000.7104-2/0
Ação: CAUTELAR INOMINADA
Requerente: AVALDO MARTINS SALES
Adv.: JULIANA BEZERRA DE MELO PEREIRA E OUTRO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: LUIZ GONZAGA ASSUNÇÃO – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Sentença: "ANTE O EXPOSTO, fundamentado nas disposições do § 1º do Art. 1º, da Lei nº 8.437/92, e considerando a falta de interesse de agir da parte autora, hei por bem em julgar, como de fato julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, nos termos do Art. 267, VI, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 200,00 (duzentos reais), contudo, suspendo a exigibilidade de tais verbas, a teor do previsto no art. 12 da Lei 1.060/50, uma vez que o autor litiga sob o pálio da justiça gratuita. Sobrevido o trânsito em julgado, providencie a escrivania o desapensamento do presente feito, com o seu posterior arquivamento, após as baixas e anotações de estilo. Publique-se, Registre-se, Intimem-se e Cumpra-se." Palmas, 11 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2009.0001.8561-7/0
Ação: AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: AVALDO MARTINS SALES
Adv.: JULIANA BEZERRA DE MELO PEREIRA E OUTRO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: LUIZ GONZAGA ASSUNÇÃO – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: "Sobre a contestação e documentos de fls. 52/151, manifeste-se a parte autora, em 10 (dez) dias. Intime-se." Palmas, 11 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2008.0010.6317-7/0
Ação: AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: ORLANDO CURSINO GUEDES JÚNIOR
Adv.: MARCIO GONÇALVES MOREIRA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: DRAENE PEREIRA DE ARAÚJO SANTOS – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Decisão: "Em tais circunstâncias, indefiro o pedido de antecipação de tutela. II – Colha-se o parecer do Ministério Público. III – Intimem-se." Palmas, 09 de novembro de 2009. (As) Adelina Gurak – Juíza Substituta da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2007.0003.3300-8/0
Ação: EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE
Exequente: ELIAS JOSÉ DA SILVA
Adv.: RITA DE CÁSSIA SILVA BRITO
Executado: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: PATRÍCIA PEREIRA BARRETO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Decisão: "À vista de tudo quanto foi demonstrado e mais que dos autos consta, acolho parcialmente a exceção de pré-executividade, para declarar a prescrição dos débitos vencidos em 1995, pois já prescritos quando da interposição da Execução Fiscal em comento. Por outro lado, declaro a inexistência de prescrição relativa aos débitos vencidos em 1996 e 1997. Posto isso, determino o prosseguimento da Execução Fiscal, todavia, no importe de R\$ 392,04 (trezentos e noventa e dois reais e quatro centavos), correspondente ao quantum da dívida constante das CDAM's, excluídos os valores integrantes dos débitos considerados prescritos, com a intimação do exequente a fim de que o mesmo requeira, em 10 (dez) dias, o que entender de direito com vistas ao prosseguimento do feito. Sem verba honorária, pois que não cabe a condenação em honorários advocatícios quando, em sede de execução fiscal, o incidente de exceção de pré-executividade, eventualmente suscitado, for rejeitado e a ação executiva tiver prosseguimento. Precedentes do STJ (AgRg no REsp 1108931/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2009, DJe 27/05/2009). Desnecessária expedição de nova Certidão de Dívida Ativa². Publique-se. Registre-se. Intimem-se." Palmas, 07 de janeiro de 2010. (As) Ana Paula Araújo Toribio – Juíza Substituta da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2009.0002.4721-3/0
Ação: AÇÃO ANULATÓRIA
Requerente: PEDRO ADROALDO DA SILVA
Adv.: FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA BORGES
Requerido: COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS E OUTRO
Adv.: LEANDRO FINELLI E OUTRO
Decisão: "ANTE O EXPOSTO, declaro a incompetência deste juízo, para processar e julgar o presente feito, declinando-a para uma das Varas Cíveis da Comarca de Palmas, para onde determino sejam os autos remetidos, com as cautelas de praxe e as baixas respectivas. Publique-se, registre-se e intime-se e Cumpra-se." Palmas, 08 de dezembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 030/99
Ação: CAUTELAR DE CAUÇÃO
Requerente: PAPER HOUSE PAPELARIA LTDA
Adv.: VANDERLEY ANICETO DE LIMA E OUTROS
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS

Adv.: LUCÉLIA MARIA SABINO RODRIGUES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: "Intime-se o requerente para manifestar sobre o interesse no prosseguimento no feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, face o extenso decurso temporal desde sua última manifestação. Intimem-se e Cumpra-se." Palmas, 07 de dezembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2008.0010.7333-4/0
Ação: AÇÃO ANULATÓRIA
Requerente: BV FINANCEIRA S/A
Adv.: HAIKA M AMARAL BRITO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: FERNANDA RAQUEL F. DE S. ROLIM – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: "Intime-se a ilustre representante legal do requerido para apor sua assinatura na petição de fls. 95/103, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação apresentada. Intimem-se e cumpra-se." Palmas, 01 de dezembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2007.0007.1900-3/0
Ação: AÇÃO REIVINDICATÓRIA
Requerente: MUNICIPIO DE PALMOS
Adv.: GUMERCINDO CONSTANCIO DE PAULA E OUTROS
Requerido: PEDRO CÉSAR DE FRANÇA
Adv.: JOSUÉ PEREIRA AMORIM
Despacho: "Defiro o pedido de suspeição do feito, pelo prazo requerido. Decorrido o prazo, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 5 (cinco) dias. Intimem-se." Palmas, 01 de dezembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2008.0004.1613-0
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: ANGELSON LOPES DA SILVA
Adv.: CARLOS GUSTAVO DA SILVA GOMEZ
Impetrado: PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO TOCANTINS – DETRAN/TO
Adv.: MARILIA RAFAELA FREGONESI – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: "Intimem-se as partes do retorno dos autos e para requererem o que for de direito. Intime-se." Palmas, 13 de novembro de 2009. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2010.0001.2144-2/0
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: FORÇA DELTA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MILITARES LTDA
Adv.: PEDRO PAULO A. V. VELASCO REMIGIO
Impetrado: ATO DO PREGOEIRO DO DEPARTAMENTO LOGISTICO DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO DA DEFESA/EB
Sentença: "ANTE O EXPOSTO, considerando a ausência dos pressupostos e das condições da ação para o prosseguimento do writ, INDEFIRO de plano a petição inicial, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, Incisos. VI e V, do Código de Processo Civil c/c art. 10, da Lei nº. 12.016/2009. Custas pela impetrante. Publique-se, Registre-se, Intimem-se e Cumpra-se." Palmas, 29 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2010.0001.1378-4/0
Ação: AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Requerente: MUNICIPIO DE BANDEIRANTES DO TOCANTINS - TO
Adv.: ALEXANDRE GARCIA MARQUES
Requerido: JOSÉ ARNOBIO DA SILVA
Adv.: Não Constituído
Decisão: "ANTE O EXPOSTO, despicienda maiores digressões, considerando que os danos ocorrem no Município de Bandeirantes do Tocantins, hei por bem em reconhecer, como de fato reconheço e declaro a incompetência absoluta deste Juízo da 2ª Vara dos Feitos das Fazendas e dos Registros Públicos desta Comarca de Palmas para processar e julgar o presente feito, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.347/85, e, em consequência, declino da competência em favor do Juízo da Comarca de Arapoema, para onde determino a remessa dos autos, após a devida baixa na distribuição e as cautelas de estilo. Intimem-se e cumpra-se." Palmas, 29 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP".

AUTOS: 2010.0001.0597-8/0
Ação: IMPUGNAÇÃO
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: JAX JAMES GARCIA PONTES – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Requerido: ADRIANO CHAVES DE MORAES
Adv.: VALDIRAM C. DA ROCHA SILVA
Despacho: "Apense-se aos autos principais. Intime-se a parte impugnada, caso queira, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se e cumpra-se." Palmas, 22 de fevereiro de 2010. (As) João Alberto Mendes Bezerra Júnior – Juiz Substituto da 2ª VFFRP".

AUTOS: 3857/03
Ação: DEMOLITÓRIA
Requerente: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Requerido: VALDER CIANO RODRIGUES DE ASSUNÇÃO E MARIA DA PIEDADE PERES VARGAS SILVA
Adv.:MARIA DO CARMO COTA - DEFENSORIA PÚBLICA
Sentença: "Isto porto e por tudo o mais que dos autos consta, julgo IMPROCEDENTE o pedido da inicial e, concomitante, declaro a concessão de moradia aos Requerido, tudo nos termos do artigo 6º, § 3º, da Medida Provisória de nº 2220/03, razão pela qual condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (artigo 20 do CPC), servindo o presente comando como título hábil ao registro no Cartório de Registro de Imóveis local, respeitando-se as dimensões do lote em discussão (artigo 6º, §, da Medida Provisória de nº 2220/03). Expeça-se o competente Ofício ao CRI local, na forma ora decidida. Com o

transito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição. R.P.I. Palmas, 07 de janeiro de 2010. (As) Odete Batista Dias Almeida – Juíza Substituto da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0005.8876-2
Ação: INTERDITO PROIBITÓRIO
Requerente: RAIMUNDO BEZERRA CARVALHO E OUTROS
Adv.: ANENOR FERREIRA SILVA – OAB/TO 3177 E SERGIO AUGUSTO PEREIRA LORENTINO – OAB/TO 2418
Requerido: CARLOS ROBERTO DE LIMA
Adv. CARLOS ROBERTO DE LIMA – OAB/TO 2323
Despacho: “(...) A imposição de multa será apreciada por ocasião da sentença de mérito. Especifiquem as partes que provas ainda pretendem produzir, justificando a pertinência com os fatos a serem demonstrados, em tríduo. Defiro a remessa de cópias dos autos solicitada pelo representante do órgão ministerial. I. Pls., 15.04.2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2010. 2.7398-6
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: VIVO S/A
Adv.: DANIEL DE ALMEIDA VAZ E OUTROS
Impetrado: SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TRIBUTÁRIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO – PROCURADOIA GERAL DO ESTADO
Decisão: ANTE O EXPOSTO, amparado no que dispõe o art. 151, inciso IV, do Código Tributário Nacional, e considerando que o impetrante discute a autuação e oferta caução idônea, forçoso é reconhecer que a negativa de emissão de certidão positiva com efeito negativo caracteriza evidente a coação ilegal, sanável através do mandamus, alternativa não resta a este juízo, a não ser conceder, como de fato concedo a ordem liminar preventiva para afastar a inscrição do nome da impetrante nos cadastros de devedores e determinar a autoridade inquinada coatora que não obste a expedição de certidão requestada pela impetrante, se outros óbices não existirem, sob as penas da lei. [...] Após o que, cumprida a ordem judicial e prestadas as informações, colha-se a manifestação do Ministério Público, no prazo legal. Intime-se e cumpra-se. Palmas, em 06 de abril de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2008.0001.9441-3
Ação: ANULATÓRIA
Requerente: TIM CELULAR S/A
Adv.: MARINOLIA DIAS DOS REIS OAB/TO 1597, LUDMILA DE CASTRO TORRES OAB/GO 21433, HELENA GONÇALVES LARIUCCI OAB/TO 26115
Requerido: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
Adv. HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO - PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Despacho: “Intime-se a parte autora para promover o andamento do feito, cumprindo o que lhe competir ou requerendo o que for de direito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção, Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 15 de abril de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2010.0000.0006-8
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
Requerente: ALDENICE RODRIGUES VIANA
Adv.: WASHINGTON LUIZ VASCONCELOS OAB/TO 1969
Requerido: SUPERVISORA ADMINISTRATIVO E REPRESENTANTE LEGAL DA REGIONAL DE PALMAS DO SISTEMA EDUCACIONAL EADCON
Adv. SIMONE ZONARI LETCHACOSKI OAB/PR 18.445 E ANDRE MELLO SOUZA OAB/PR 35099
Decisão: “(...) ANTE O EXPOSTO, despienda maiores digressões, e considerando a ausência de um dos pressupostos autorizadores da concessão liminar da segurança, a saber, a plausibilidade jurídica das alegações do impetrante, INDEFIRO o pedido liminar. Dando prosseguimento ao feito, abra-se vista dos autos ao Ministério Público, para seu imprescindível pronunciamento. Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 13 de abril de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0009.6060-2
Ação: COBRANÇA
Requerente: ANTONIO EDIS LIBERATO LUCENA
Adv.: CLOVIS TEIXEIRA LOPES OAB/TO 875 E ALESSANDRA ROSE DE ALMEIDA BUENO OAB/TO 2992
Requerido: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv. ANTONIO LUIS COELHO – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: “Sobre a contestação de fls. 31/33, manifeste-se o requerente, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 15 de abril de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0011.5949-0
Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: MARIA MATEUS SOARES BELEZA
Adv.: JOSE ABADIA DE CARVALHO – DEF. PÚBLICO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv. HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Requerido: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIS COELHO – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: “Intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias manifestar-se sobre as contestações de fls. 51/61 e 73/84, bem como sobre a manifestação de fls. 43, sob pena de revogação da liminar concedida. Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 13 de abril de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0012.8367-1
Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: MACIEL DE MACEDO SILVA
Adv.: FREDDY ALEJANDRO SOLORZANO ANTUNES – DEF. PÚBLICO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv. FERNANDA RAQUEL F. DE S. ROLIM E HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Requerido: MUNICÍPIO DE PALMAS

Adv.: ANTONIO LUIS COELHO – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: “Intime-se a ilustre Procuradora do Estado requerido para subscrever a petição de fls. 41/44. Após, intime-se a parte requerente para se manifestar sobre as contestações apresentadas, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se. Palmas, em 13 de abril de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0001.8155-7
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
Requerente: CELIO GOMES AMORIM
Adv.: TIAGO COSTA RODRIGUES OAB/TO 1214
Requerido: PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIS COELHO – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: “Colha-se o parecer do Ministério Público. Após, encaminhem-se estes autos, com as homenagens deste Juízo, ao Egrégio Tribunal de Justiça, para os fins de mister. Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 23 de abril de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2008.0011.0873-1
Ação: DECLARATÓRIA DE NULIDADE
Requerente: MANOEL MARQUES DA SILVA ARAUJO
Adv.: FERNANDO LEITÃO CUNHA OAB/GO 23433
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv. HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Despacho: “Especifiquem as partes, em tríduo, as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência com os fatos a serem demonstrados. Em seguida, volvam-me conclusos. Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 15 de abril de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0010.1608-8
Ação: ANULATÓRIA
Requerente: POSTO PALMAS BRASIL COMBUSTÍVEIS LTDA.
Adv.: ALEXANDRE BOCHI BRUM OAB/TO 2295
Requerido: INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Despacho: “Não há necessidade da expedição de guia pelo cartório. O depósito poderá ser feito diretamente no Banco do Brasil, mediante informações dos dados do processo. I. Pls., 15.4. 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0011-5558-4
Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: NILSON BARBOSA REGO
Adv.: LETICIA CRISTINA MACHADO CAVALCANTE OAB/TO 4263
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv. HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Requerido: PLANSAUDE – UNIMED PALMAS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
Adv.: ADONIS KOOP OAB/TO 2176
Despacho: “Sobre as contestações de fls. 98/100 e 155/167, manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 15 de abril de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0007.4018-1
Ação: REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E OU MATERIAIS
Requerente: MARLENE GOMES DA SILVA
Adv.: MARCELO SOARES OLIVEIRA OAB/TO 1694
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv. HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Despacho: “Sobre as contestações de fls. 130/150, manifeste-se a parte requerente, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 15 de abril de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0000.6399-6
Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: GIL BORGES DE MATOS
Adv.: JOSE ANTONIO ALVES TEIXEIRA OAB/TO 4042-B
Requerido: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv. ANTONIO LUIS COELHO – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: “Especifiquem as partes, em tríduo, as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência com os fatos a serem demonstrados. Em seguida, volvam-me conclusos. Intimem-se e cumpra-se. Palmas, em 13 de abril de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2009.0010.8507-1
Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: MARIA APARECIDA ALVES DE GODOY
Adv.: JOSE ABADIA DE CARVALHO – DEF. PÚBLICO
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv. HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO – PROCURADOR GERAL DO ESTADO
Requerido: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIS COELHO – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: “Sobre as contestações de fls. 56/66 e 82/91, manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se. Palmas, em 13 de abril de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2010.0000.0864-6
Ação: EXECUÇÃO FISCAL
Requerente: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTONIO LUIS COELHO – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Requerido: LUMAN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Adv.:

Sentença: “(...) ANTE O EXPOSTO, estando cumprida a obrigação pelo pagamento, homologo o pedido de extinção formulado pelo exequente, com fulcro nos artigos 794,I e 795 do Código de Processo Civil, o que faço para julgar, como de fato julgo por sentença extinta a obrigação, para determinar as baixas necessárias e o arquivamento dos autos. Nos termos do artigo 26 da Lei 6.830/80, ficam as partes dispensadas dos ônus sucumbenciais. Sobrevido o trânsito em julgado, proceda a escritania o desapensamento do presente feito, com o seu posterior arquivamento, após as baixas e anotações de estilo.

Publique-se, registre-se, intímem-se e Cumpra-se. Palmas, em 3 de maio de 2010. (AS) Adelina Gurak – Juíza de Direito em substituição automática na 2ª VFFRP”

AUTOS: 2006.0008.3974-4
Ação: ORDINÁRIA
Requerente: MARLUCIA DAMASCENO VASCONCELOS
Adv.: AGNALDO RAIOL FERREIRA SOUSA – OAB/TO 1792
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
Sentença: “(...) Considerando que a pretensão da autora foi atendida pelo requerido, conforme informações de folhas 71/73, dando conta de que ela foi regularmente convocada para o curso de formação de soldados, declaro extinto o presente processo, sem resolução do mérito, em face da perda de seu objeto, o que faço com fundamento no artigo 267, incisos IV, e VI, do Código de Processo Civil. (...) Publique-se, registre-se, intímem-se e Cumpra-se. Palmas, em 12 de novembro de 2009. (AS) Adelina Gurak – Juíza de Direito em substituição automática na 2ª VFFRP”

AUTOS: 4263/03
Ação: ORDINÁRIA
Requerente: LUZIA ARAÚJO BRITO
Adv.: MAMED FRANCISCO ABDALLA – OAB-TO1616-B, HENRY SMITH – OAB-TO 3181, ANDRÉ RICARDO TANGANELI – OAB-TO 2315
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: “Sobre o cálculo, digam as partes em cinco dias. I. Pls., 8-4-10. (AS) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito”.

AUTOS: 2009.0013.0821-6/0
Ação: AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: LORENA DE SALES PATRICIO JUNIOR
Adv.: JOSÉ PATRICIO JUNIOR
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Despacho: “Intime-se o patrono da requerente para, no prazo de dez dias, subscrever a inicial, bem como para ratificá-la, procedendo a correção do pólo passivo da demanda, vez que a Secretaria Estadual da Saúde não possui personalidade jurídica própria. Intímem-se e Cumpra-se.” Palmas, 03 de fevereiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ª VFFRP”.

AUTOS: 2010.0000.0598-1
Ação: MANDADO DE SEGURANÇA
Impetrante: EDUARDO GOMES
Adv.: MARCELO CESAR CORDEIRO – OAB-TO 1556, NADIA APARECIDA SANTOS – OAB-TO 2834
Impetrado: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PERMANENTE DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS
Adv.: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Decisão: “(...) ANTE O EXPOSTO, discipienda maiores digressões e estando ausente um dos requisitos do art. 7º, inciso III, da Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009, a saber, a plausibilidade jurídica das alegações do impetrante, denego o pedido de concessão liminar da segurança. Dando continuidade ao feito, determino a notificação da autoridade inquinada coatora para, no prazo de 10 (dez) dias, apresente as informações devidas (art. 7º, inciso I, da lei 12.016/2009). Dê-se ciência do feito À Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins, para, querendo, ingressar na lide. Cite-se o litisconsorte passivo necessário para, caso queira, integrar a lide, no prazo e com as advertências e cautelas de lei. Intímem-se e cumpra-se. Palmas, em 21 de janeiro de 2010. (As) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito da 2ªVFFRP”.

AUTOS: 2009.0008.8612-7
Ação: EMBARGOS DE TERCEIROS
Embargante: GLAYCON DE AS TAVARES
Adv.: CARLOS AUGUSTO SOUZA PINHEIRO – OAB-TO 1340
Embargado: MUNICÍPIO DE PALMAS
Adv.: ANTÔNIO LUIZ COELHO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Despacho: “Recebo os embargos e suspendo o curso da ação executiva fiscal. Intime-se o embargado para responder no prazo legal. I. Pls., 23-10-09. (as) Sandalo Bueno do Nascimento – Juiz de Direito”

Juizado da Infância e Juventude

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

A Doutora SILVANA MARIA PARFIENIUK, Juíza de Direito Titular da Vara da Infância e Juventude da comarca de Palmas, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, etc..Por meio deste, CITA RENILTON VARGAS MORAES, brasileiro, separado, comercial, atualmente em lugar incerto ou não sabido, para os termos da Ação de Outorga Paterna Para Autorização Judicial de Viagem Internacional e Emissão de Passaporte nº 3.997/10, a qual corre em SEGREDO DE JUSTIÇA, em relação à adolescente M.G.M.M., nascida em 02/06/1999, do sexo feminino, assistida por sua genitora Tânia Márcia Teixeira Machado, que por sua vez está sendo representada por sua bastante procuradora Célia Cristiane Teixeira; para, querendo, oferecer resposta ao pedido no prazo de 15 (quinze) dias, que correrá a partir da publicação deste edital. E para que não se possa alegar ignorância, expediu-se o presente, que será publicado na forma da lei. RESUMO DA INICIAL: A requerente informa que é filha de Renilton Vargas Moraes e Tânia Márcia Teixeira Machado. Alega, que está com propósito de viajar com sua tia materna para a cidade de Milford, Massachussetts, Estados Unidos da América, com previsão de saída para o dia 1º de julho de 2010, e retorno no mês seguinte. Aduz a requerente que sua tia Célia Cristiane Teixeira procurou o Delegado da Polícia Federal, com o intuito de obter o passaporte, porém o delegado informou que seria necessária a presença dos genitores da requerente, ou na falta de um deles seria necessário apresentar a autorização judicial. Aduz que desconhece o atual local de residência do genitor e, por isso, requer: que seja-lhe concedida, liminarmente, autorização para emissão de passaporte, bem como autorização para viagem internacional, na companhia de sua tia acima mencionada; a citação editalícia do genitor; a participação do Ministério Público: os benefícios da justiça gratuita; e que seja julgado procedente o pedido:”. DADO

E PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas, aos 06 de maio de 2010. Eu, Danilo de Araújo Cruz Oliveira, Escrevente Judicial, o digitei e subscrevo. SILVANA MARIA PARFIENIUK, Juíza de Direito.

PARAÍSO
1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

EDITAL DE CITAÇÃO O PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
(Arts. 7º e 8º da LEF (Lei nº 6.830/80))

ORIGEM: Processo: nº 2008.0000.5759-9/0: Natureza da Ação: Ação de Execução Fiscal: Valor da Causa: R\$ 612,83; Exeqüente: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GOIÁS; Procurador Exeqüente: Dr. Rodrigo Nogueira Ferreira – OAB/GO 20.682; Executada: Terezinha de Jesus Lopes B. Fernandes; CITANDO: TEREZINHA DE JESUS LOPES B. FERNANDES, pessoa física inscrita no CPF nº 228.974.101-91, atualmente com endereço incerto e não sabido. OBJETIVO/FINALIDADE: CITAR a executada – TEREZINHA DE JESUS LOPES B. FERNANDES, aos termos da Ação de Execução Fiscal, que tem como Exeqüente: O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GOIÁS, para, no prazo de CINCO (05) DIAS, PAGAR, o principal de R\$ 612,83 (seiscentos e doze reais e oitenta e três centavos), e cominações legais, inscrita na Dívida Ativa nº: 191/07, Livro nº 07, fls. 191 ou, oferecer bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de arresto, penhora e avaliação de bens, tantos quantos bastem para a satisfação integral da Execução. SEDE DO JUÍZO: Rua 13 de maio, nº 265, 1º andar, Centro - Ed. Fórum de Paraíso, fone/fax (63) 3361-1127. Paraíso do Tocantins – TO., aos dezenove (19) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e oito (2008). Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível .

2ª Vara Cível

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO CIVIL
1ª Publicação

O Doutor William Trigilio da Silva, Juiz Substituto na 2ª Vara cível - Família, Suc. Inf. e Juv., e Precatórias , de Paraíso do Tocantins,TO na forma da lei, etc..FAZ SABER, que por este juízo e cartório se processaram uma ação de INTERDIÇÃO CIVIL tombada sob o nº 2007.0004.2407-0, requerida por JOÃO ALVES MENEZES face a DIVINA PORTO DE MENEZES, e nas fls. 57 a 59, dos autos, foi decretada por sentença a interdição da requerida e nomeado o requerente como seu curador, nos termos da sentença cujo final é o seguinte:" ... Desse modo e por todo o exposto, julgo procedente o pedido para decretar

a interdição, declarando a incapacidade civil absoluta de Divina Porto Menezes. Por consequência, nomeio como curador da interditanda o requerente, Sr. João Alves Menezes, produzindo desde já os seus efeitos nos termos do art. 1.773, do CPB. Fica o curador dispensado de prestar garantia. Lavre-se o termo de curatela que deverá constar as advertências acima, bem como o disposto no artigo 919 do CPC(prestação de contas).Cumpra-se o disposto nos arts. 1.184 do CPC procedendo-se à inscrição desta sentença no Registro de pessoas naturais e publicação pela imprensa local e pelo órgão Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 dias, constando os nomes da interditanda e do curador, a causa da interdição e os limites da curatela. PRI. Dê-se Ciência ao MP. Isento de custas. Após o trânsito em julgado, proceda-se a baixa na distribuição e, em seguida, independentemente de nova conclusão, archive-se. Paraíso, 08 de dezembro de 2009.(a) William Trigilio da Silva, Juiz Substituto". E para que ninguém alegue ignorância expediu-se o presente que será publicado como determinado na sentença supra. Dado e passado nesta cidade e comarca de Paraíso do Tocantins, aos 06 de maio de 2010. Eu (Maria Lucinete Alves de Souza), escrivã digitei e imprimi..WILLIAM TRIGILIO DA SILVA Juiz Substituto

Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

FICA as partes, através de seu procurador, intimado dos atos processuais abaixo relacionado:

Nº 01 – AUTOS Nº 2010.0002.8209-8- AÇÃO PENAL.
Acusado: SILVANO NEIVA SILVA
Advogado: Dr. JOSE PEDRO DA SILVA ou RUTH NAZARETH DO AMARAL ROCHA
INTIMAÇÃO: Ficam os advogados de defesa do acusado Dr. JOSE PEDRO DA SILVA, brasileiro, advogado inscrito na OAB/TO sob nº 486, ou Dra. RUTH NAZARETH DO AMARAL ROCHA, brasileira, inscrita na OAB/TO sob nº 3798, ambos com escritório profissional situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.264, Centro, nesta cidade, Intimados, para comparecerem na sala de audiências do Edifício do Fórum local, no dia 13 de maio de 2010, às 16:00 horas, onde será realizada audiência de instrução e julgamento nos autos em epígrafe.

PEDRO AFONSO
Vara de Família e Sucessões

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Doutora CIRLENE MARIA DE ASSIS SANTOS OLIVEIRA, Juíza de Direito desta Comarca de Pedro Afonso, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente EDITAL DE CITAÇÃO ou dele conhecimento tiverem, que tramita por este Juízo e Cartório de Família, Sucessões, Infância, Juventude e Cível, a seguinte Ação e dados abaixo transcrito:
AUTOS Nº: 2007.0003.7413-8/0
Ação: REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR
Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AFONSO
Requerido: JOÃO LOPES DE CARVALHO E SILVANIR DE SOUSA DA SILVA
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do Sr. JOÃO LOPES E CARVALHO e da Srª. SILVANIR DE SOUSA DA SILVA , atualmente em lugar incerto, para comparecerem à Contadoria deste

Juizo e efetuarem o pagamento das custas, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa.
DESPACHO: “(...) 2 – Com os cálculos intime-se os requeridos, via edital, para no prazo de 10 (dez) dias efetuarem o pagamento das custas, sob pena de inscrição na dívida ativa. (...) Pedro Afonso, 03 de novembro de 2009. Ass. Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira – Juíza de Direito” DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Pedro Afonso, Estado do Tocantins, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dez (05/05/2010) Eu, Hérica Mendonça Honorato, Escrevente, o digitei. Eu, Marisa Nunes Barbosa Barros – Escrivã, conferi e subscrevi.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Conforme provimento 009/2008, fica os advogados abaixo identificados, intimados dos atos processuais, abaixo relacionados:

AUTOS Nº 2007.0007.0863-0/0
Ação: REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: ROSENO SOUSA LIMA
Advogado: CARLOS ALBERTO DIAS NOLETO OAB/TO 906, MARCELIA AGUIAR BARROS KISEN OAB/TO 4039, ELTON VALDIR SCHMITZ OAB/TO 4364
Requerido: FRANKILENE SILVA AZEVEDO E ISMAEL JOSÉ FERREIRA
Advogado:HELISNATAN SOARES CRUZ OAB/TO 1.485
DESPACHO:“(.)No mais, cabe ao interessado a execução ou não do julgado.Pedro Afonso, 13 de novembro de 2009. Ass. Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira – Juíza de Direito.”

AUTOS Nº 2007.0002.1192-1/0
Ação: EXECUÇÃO
Requerente: JOAO SABINO DIAS
Advogado: EDER MENDONÇA DE ABREU OAB/TO 1087 e BIANCA GOMES CERQUEIRA OAB/TO 4169
Requerido: CONSTRUTORA TERTEC LTDA
Advogado: JOÃO DE DEUS ALVES MARTINS OAB/TO 792-B
DESPACHO:“Considerando que a foi certificado a tempestividade do recurso de Apelação pela Srª. Escrivã e deferido a gratuidade da Justiça às fls. 26, recebo nos efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520 do CPC), devendo a parte recorrida ser intimada para apresentar suas contra-razões, ou transcorrido o prazo os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. (...) Pedro Afonso, 14 de março de 2010. Ass. Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira – Juíza de Direito.”

AUTOS Nº 2006.0009.8406-6/0
Ação: ORDINÁRIA
Requerente: MOACIR MAIOLE
Advogado: CARLOS ALBERTO DIAS NOLETO OAB/TO 906
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado:FABRÍCIO SODRÉ GONÇALVES OAB/TO 4347-B
DESPACHO:“(.)Posto isto, analisando perfunctoriamente as provas carreadas para os autos e considerando que os fundamentos esposados mostram-se capazes de amparar parcialmente a pretensão deduzida, com base no artigo 269, inciso I, “primeira parte”, do Código de Processo Civil, bem como os adjetivos legais do Código de Defesa do Consumidor e leis correlatas, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO do autor, declarando extinto o feito, com resolução do mérito, e de consequência declaro nulas as cláusulas que contrariam o entendimento esposado nesta decisão, da seguinte maneira: 1 – revisão dos contratos inadimplidos; 2 – correção monetária dos contratos pelo INCP; 2 – A data para correção dos contratos devem ser as da contratação de cada um deles; 3 – os juros devem ser de 1% ao mês, com capitalização anual; 5 – fica reduzida a multa contratual para 02%; 6 – Excluída a comissão de permanência por ser incompatível com a multa. 7 – Excluída a revisão dos contratos já quitados e de consequência a repetição de indébito por não restar provado a incidência da teoria da imprevisão. Quanto aos honorários, verifica-se que houve sucumbência recíproca, o que leva a aplicação da regra do artigo 21, do CPC, dividindo-se os ônus da ação, em especial, de custas e honorários proporcionalmente ao que se sucumbiu. Condeno os litigantes ao pagamento de 50% das custas processuais e taxa judiciária, caso houver, e dos honorários advocatícios, fixando estes em dez por cento (10%)do valor dado à causa, o que faço com fundamento no art. 21, parágrafo único, obedecendo as diretrizes estabelecidas pelas alíneas ‘a’ e ‘b’ do § 3º do art. 20 do CPC. Intime-se para recolhimento das custas, despesas processuais e taxa judiciária no prazo de 30 (trinta) dias. (...) Intime-se o autor para, querendo, proceder a liquidação de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, para que o réu possa exercer a faculdade prevista no art. 475-J do CPC. (...) Pedro Afonso, 20 de novembro de 2009. Ass. Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira – Juíza de Direito.”

RETIFICAÇÃO
AUTOS Nº 2006.0009.8399-3/0
Ação:DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE OBRIGAÇÃO CAMBIAL
Requerente:SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO
Advogado: CARLOS ALBERTO DIAS NOLETO OAB/TO 906, MARCÉLIA AGUIAR BARROS KISEN OAB/TO 4039 e ELTON VALDIR SCHMITZ OAB/TO 4.364
Requerido: AGROPECUÁRIA BURITI DOS NEGROS LTDA.
Advogado: ELTON VIEIRA DOS SANTOS OAB/GO 21.859
Retificar o nome do advogado publicado no Diário da Justiça nº2262, do dia 27 de agosto de 2009, onde se lê: “Dr. Vicente Paulo de Castro”, leia-se: “ELTON VIEIRA DOS SANTOS OAB/GO 21.859”. Retificar ainda, o nome do advogado publicado no Diário da Justiça nº. 2407, do dia 28 de abril de 2010, onde se lê: “Dr. Vicente Paulo de Castro – OAB/GO 3.085”, leia-se: “ELTON VIEIRA DOS SANTOS OAB/GO 21.859”

RETIFICAÇÃO
AUTOS Nº 2006.0009.8398-5/0
Ação:MEDIDA CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO
Requerente:SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO
Advogado: CARLOS ALBERTO DIAS NOLETO OAB/TO 906, MARCÉLIA AGUIAR BARROS KISEN OAB/TO 4039 e ELTON VALDIR SCHMITZ OAB/TO 4.364
Requerido: AGROPECUÁRIA BURITI DOS NEGROS LTDA.
Advogado: ELTON VIEIRA DOS SANTOS OAB/GO 21.859
Retificar o nome do advogado publicado no Diário da Justiça nº2287, do dia 06 de outubro de 2009, onde se lê: “Dr. Vicente Paula de Castro – OAB/GO 3.085”, leia-se: “ELTON VIEIRA DOS SANTOS OAB/GO 21.859”. Retificar ainda, o nome do advogado publicado no Diário da Justiça

nº. 2407, do dia 28 de abril de 2010, onde se lê: “Dr. Vicente Paulo de Castro – OAB/GO 3.085”, leia-se: “ELTON VIEIRA DOS SANTOS OAB/GO 21.859”

RETIFICAÇÃO
AUTOS Nº 2009.0005.0927-7/0
Ação:ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA COM PEDIDO DE LIMINAR CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
Requerente:THEREZINHA SALETTE CARVALHO
Advogado: JOÃO DE DEUS ALVES MARTINS OAB/TO 792-B
Requerido: EDSON MARTIN AURIEMA JÚNIOR
Advogado: ELTON VALDIR SCHMITZ OAB/TO 4.364
Terceiro interessado: BUNGUE AÇUCAR E ALCOOL – RIMENE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.
Advogado: IRAZON CARLOS AIRES JÚNIOR OAB/TO 2.426
Retificar o nome do advogado publicado no Diário da Justiça nº2411, de dia 04 de maio de 2010, onde se lê: “IRAZON CARLOS AIRES JÚNIOR OAB/TO 2.426”, leia-se: “ELTON VALDIR SCHMITZ OAB/TO 4.364”.

PEIXE
1ª Vara Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 005/2010

01 – AÇÃO: NULIDADE DE ATO JURIDICO (COM PEDIDO DE LIMINAR/TUTELA ANTECIPADA) N.º 2010.0003.4516-2.
Requerente: ISABELLA GREGO RIBEIRO E GUILHERME GREGO RIBEIRO
Advogado dos Requerentes (a ser intimados do despacho fls. 42/43 abaixo transcrito): Dr. Cleverson Zam OAB/SP n. 163.703.
Requeridos: Omite-se não houve citação.
* INTIMAÇÃO. Fica a parte Requerente devidamente intimada para proceder ao complemento do pagamento das custas e despesas processuais no VALOR DE R\$3.424,91(Três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa e um centavos), fls. 44, e Taxa Judiciária, no prazo 30 (trinta) dias sob pena de baixa na distribuição. DESPACHO: “Vistos etc..., Assim obedecendo ao comando do artigo 259, V do CP, corrijo de ofício o valor da causa, que passa a ser R\$ 347.891,25(trezentos e quarenta e sete mil oitocentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos). Intimem-se os autores para proceder ao complemento do pagamento das custas de despesas processuais no prazo de 30 (trinta) dias sob pena de baixa na distribuição. Efetuando o pagamento das custas e despesas processuais, faça os autos conclusos para novas deliberações. Intimem-se. Cumpra-se”.

02 – AÇÃO: CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO N.º 2010.0002.2511-6.
Requerente: O MUNICÍPIO DE PEIXE – NEILA PEREIRA DOS SANTOS
Advogados do Requerente (a ser intimados da decisão fls. 54/55 abaixo transcrito): Dr. José Augusto Bezerra Lopes OAB/TO n. 2308, Dr. Rogério Bezerra Lopes OAB/TO n. 4193 e Dra. Vilma Alves de Souza Bezerra OAB/TO n. 4056.
Requeridos: Omite-se não houve citação.
* INTIMAÇÃO. Da decisão fls. 54/55:
DESPACHO: “Vistos etc., Assim, defiro a liminar de busca e apreensão dos equipamentos com a expedição de carta precatória à Comarca de Gurupi – TO, de busca e apreensão dos bens discriminados na inicial, (grifo nosso). Defiro ainda, caso necessário, o uso de arrombamento e da força policial. Após o cumprimento da liminar, a citação do réu para querendo, apresentar contestação, prazo de quinze dias, sob pena de revelia e confissão. Advirto o requerente, caso, não propõe a ação principal no prazo de trinta dias, conforme assevera o artigo 806, esta medida cessa a eficácia nos termos do artigo 808, inciso I, ambos do Código Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.”

2ª Vara de Família e Sucessões

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - (COM PRAZO DE 20 DIAS)

A Doutora Cibele Maria Bellezzia, Juíza de Direito desta Comarca de Peixe/TO, no uso de suas atribuições legais, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta Escrivania se processam os autos de IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA sob nº 648/97, e por este meio INTIMA os Requerentes BENEY QUEIROZ e s/e JOYCE SARTI ANDRADE QUEIROZ, brasileiros, casados entre si, advogado e professora, atualmente em lugar incerto e não sabido, por todo conteúdo da SENTENÇA exarada às fls 60 dos autos acima mencionados, a seguir transcrita: “Vistos. (...) ANTE O EXPOSTO, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito, por inércia dos autores e abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, de acordo com o art. 267, III, do Código de Processo Civil. Deixo de condenar os autores em custas e despesas processuais, por não caber no presente incidente. Após o trânsito em julgado, archive-se com as cautelas de estilo. P.R.I.C. Peixe, 02/03/10. (ass.) Drª Cibele Maria Bellezzia – Juíza de Direito.” Para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário da Justiça do Estado e afixado uma via no Placard do Fórum local. Peixe, 06 de maio de 2010. Eu, Nilcimar J. Macedo - Escrevente, digitei e subscrevo. (ass.) Drª. Cibele Maria Bellezzia – Juíza de Direito. CERTIDÃO -

PIUM
Vara Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam os advogados das partes intimados dos atos processuais abaixo

AUTOS: 2009.0012.4639-3/0
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: LUIZ ANTONIO FRANCISCO PINTO
Adv. Dr. Domingos da Silva Guimarães – OAB/TO 3885
Requerido: CONCESSIONÁRIA DE TELEFONIA MÓVEL OI
Adv. Dr. Bethânia Rodrigues Paranhos - OAB/TO 4126-B
INTIMAÇÃO: DESPACHO: 1-Designo nova audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 12/05/2010, às 9:00 horas. Pium-TO, 29 de abril de 2010. (ass) Jossanner Nery Nogueira Luna – Juiz de Direito.

TAGUATINGA

Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA N.º 2010.0002.4140-5/0

Requerente: Nelson da Silva Lima
Advogado: Dr. Elson Gonçalves Júnior – OAB/TO n.º 4527-A
INTIMAÇÃO: Fica o Advogado supracitado INTIMADO do despacho proferido nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: “Abra-se vista ao Ministério Público para oferecimento das razões recursais, pelo prazo de 02 (dois) dias (artigo 588, CPP). Após, pelo mesmo interstício, vista à Defesa para contra-arrazoar. Depois de oferecidas as razões e, apresentadas ou não as contrarrazões, façam conclusos os autos. Taguatinga, 27 de abril de 2010. (as) Iluipitrando Soares Neto – Juiz de Direito da Vara Criminal”.

TOCANTÍNIA

Vara Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais, abaixo relacionados:

AUTOS Nº: 2009.0003.7873-3 (2380/09)

Natureza: Ação Civil Pública
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Ministério Público: MUNIQUE TEIXEIRA VAZ
Requerido(a): MUNICÍPIO DE RIO SONO/TO
Advogado(a): LILIAN ABI-JAUDI BRANDÃO – OAB/TO N. 1.824
OBJETO: INTIMAR as partes da sentença proferida às fls. 54/62, cujo dispositivo a seguir transcrito: SENTENÇA: “(...) Ante o exposto, com base no art. 269, I, do CPC, resolvo o mérito da lide e JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para, confirmando a antecipação dos efeitos da tutela, condenar o MUNICÍPIO DE RIO SONO a regularizar o transporte escolar naquele ente federativo, por meio da disponibilização de veículos em quantidade adequada e em bom estado de conservação, funcionamento e segurança. Tendo em conta o encerramento do ano letivo, expeça-se novo mandado de constatação, a ser cumprido por oficial de justiça, que deverá percorrer as escolas do Município na segunda quinzena de fevereiro de 2010, a fim de verificar o atendimento à determinação judicial, ressaltando a data em que passou a ser cumprida. A multa diária já fixada quando da antecipação dos efeitos da tutela, posteriormente majorada, restará suspensa tão-somente entre os dias 19 de dezembro de 2009 e 1º de fevereiro de 2010. período das férias escolares. Os valores em comento serão revertidos ao Fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Rio Sono, a teor do que dispõe o artigo 214 da Lei nº 8.069/90. Sem custas e honorários. P. R. I. Tocantínia, 10 de dezembro de 2009. (a) Renata do Nascimento e Silva – Juíza de Direito.”

AUTOS Nº: 2010.0001.2691-6 (2871/10)

Natureza: Ação Ordinária c/c Danos Materiais e Pedido de Tutela Antecipada
Requerente: VICENTE DE PAULO OSMARINI
Advogado(a): ADRIANA A. BEVILACQUA MILHOMEM – OAB/TO N. 510-A E ANA CAROLINA FIOD DA SILVEIRA – OAB/TO N. 2.969-B.
Requerido(a): MUNICÍPIO DE LIZARDA/TO
Advogado(a): NÃO CONSTA
OBJETO: INTIMAR as partes do despacho proferido às fls. 49 v, cujo teor a seguir transcrito: DECISÃO: “Nada a reconsiderar na decisão à fl. 27 v. Aguarde-se Contestação. Tocantínia, 22 de abril de 2010. (a) Renata do Nascimento e Silva – Juíza de Direito.”

TOCANTINÓPOLIS

Vara de Família e Sucessões

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

AUTOS N.º 2010.0000.1256-2/0 OU 22/2010

Ação: DIVÓRCIO LITIGIOSO
Requerente – JOAQUIM FERREIRA LIMA
Requerida – ANTÔNIA CARNEIRO LIMA
FINALIDADE – CITAR a requerida ANTÔNIA CARNEIRO LIMA, brasileira, casada, aposentada, residente em lugar incerto e não sabido, da ação proposta contra a sua pessoa, para querendo contestar a ação, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de revelia e confissão sobre os fatos articulados na inicial(CPC 319 e 285). Ficando, portando ciente da ação de DIVÓRCIO LITIGIOSO, acima epigrafada, com as seguintes alegações: O requerente contraiu núpcias com a requerida em 26/10/1970 no Cartório de Registro Civil da cidade de Tocantinópolis, com o regime de comunhão parcial de bens; Que na vigência da convivência o casal teve 01(um) filho, maior e capaz: Que o requerente está separado de fato desde o ano de 1988, portanto há mais de 20 (vinte) anos, não havendo qualquer possibilidade de reconciliação; Que durante o casamento o casal não adquiriu bens a partilhar; e requereu a citação do requerida. DO PEDIDO: a)Que seja decretado o DIVORCIO do casal, e a sentença devidamente averbada nos Registros Públicos para que produzam seus efeitos legais, condenado o requerido as custas processuais e honorários advocatícios; b) Requerer a citação da requerida por EDITAL, para querendo responder os termos da presente ação, sob pena de revelia e confissão, e comparecer a audiência de conciliação, sob pena de serem presumidos como verdadeiros todos os fatos narrados na inicia; c)Seja notificado o douto Representante do “parquet” para acompanhar o feito até final decisão; d)Requer finalmente gratuidade processual, nos termos do art. 5º. Inciso LXXIV, da Constituição Federal, c/c art. 1º da Lei 80/94 e Lei 1060/50.Tocatinópolis/TO; 02 de março de 2010 – Jefferson David Asevedo Ramos – Juiz Substituto.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS- 2009.0008.7544-3/0 OU 780/2009

AÇÃO – PREVIDENCIÁRIA
Requerente – ANA LUIZA PEREIRA DE ARAÚJO
Advogado- GASPAR FERREIRA DE SOUSA OAB/TO 2893
Requerido- INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL

FICAM AS PARTES ATRAVÉS DESTES INTIMADAS da r. SENTENÇA a seguir: “...POSTO ISSO, homologo a desistência e, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Autorizo a devolução dos documentos que instruíram a inicial, mediante recibo nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Custas, se houver, pelo desistente (art. 26 do CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Tocantinópolis, 12 de abril de 2010. Jefferson David Asevedo Ramos – Juiz Substituto”.

WANDERLÂNDIA

Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2009.0002.4222-0/0

Ação: Civil Pública
Requerente: Município de Piraquê.
Advogado: Dr. José Bonifácio Santos Trindade OAB/TO 456
Requeridos: João Batista Nepomuceno Sobrinho e Adriano Melo Nepomuceno.
INTIMAÇÃO/DECISÃO: “I- Considerando a certidão de fls. 20v exarada pela Escrivã Judicial, relatando a não apresentação de contestação, decreto a revelia dos requeridos, produzindo os efeitos materiais que lhes são inerentes, qual seja, de presumir-se verdadeiros os fatos constantes na inicial. II- Intime-se a parte autora para que , no prazo de 10 (dez) dias, informe e especifique as provas que pretende produzir.”

AUTOS Nº 2010.0003.4480-8

AÇÃO: EXECUÇÃO.
EXEQUENTE: ANTONIO TELES DE MENDONÇA.
ADVOGADO: DR. HERMEDES MIRANDA DE SOUSA TEIXEIRA OAB/TO 2.092-A.
EXECUTADOS: ILSON DA SILVA VALADARES e JOÃO DA SILVA VALADARES.
ADVOGADO: DR. EDESIO DO CARMO PEREIRA OAB/TO 19-B
INTIMAÇÃO/DESPACHO: "...Intime-se o credor para a assinatura do termo, ciente de que, se o valor do seu crédito for inferior ao da avaliação do bem, deverá reembolsar o devedor da diferença, depositando-a na Secretaria deste Juízo, sobrestando-se na entrega do bem até o efetivo depósito..."

AUTOS Nº 2009.0004.3515-0

AÇÃO: MONITÓRIA.
REQUERENTE: TOTAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA.
ADVOGADO: DR. MALAQUIAS PEREIRA NEVES OAB/MA 6.104
REQUERIDO: POSTO CARIOCÃO LTDA.
ADVOGADO: DR. JOAQUIM GONZAGA NETO OAB/TO 1.317-A
INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Intime-se a parte autora, através de seu procurador, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito."

AUTOS Nº 2007.0005.2807-0/0

Ação: Execução de Título Extrajudicial.
Exeqüente: João Alexandre Vilela Rezende, representado por seu procurador, Gleymon Alencar Rangel.
Advogado: Dr. Juliano Bezerra Boos OAB/TO 3072
Executado: Cícero Teixeira da Silva.
INTIMAÇÃO/DESPACHO: “Intime-se a parte autora, pessoalmente e através de seu procurador, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.”

AUTOS Nº 2009.0006.4371-2/0

Ação: Execução de Título Extrajudicial.
Exequente: Silvadanés Xanxa Wanderley.
Advogado: Dr. Fernando Fragoso de Noronha Pereira OAB/TO 4265-a
Executado: Raimundo Duarte Galvão.
Advogado: Agnaldo Raiol Ferreira Sousa OAB/TO 1792
INTIMAÇÃO/DESPACHO: “Intimem-se as partes para, no prazo de 05(cinco) dias, informarem se ainda pretendem produzir provas.”

Vara Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor José Carlos Tajra Reis Junior, Juiz de Direito titular da Única Vara Criminal da Comarca de Wanderlândia, Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc...Faz saber a todos os que o presente edital, com prazo de 15 dias virem, ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus trâmites legais, um processo crime, de autos n. 2009.0007.9228-9, que o Ministério Público do Estado do Tocantins, como Autor, move contra a acusada SILVANA FERREIRA DUARTE, nascida aos 09.12.1986, filha de Maria Ferreira Duarte, atualmente em local incerto e não sabido, como incurso(s) nas sanções do artigo 121, § 3º, do CPB, e, conforme esteja(m) em lugar não sabido, como certificou o Sr. Oficial de Justiça incumbido da diligência, fica CITADA pelo presente, para que responda a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos fatos narrados na denúncia. Na resposta o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo intimações, quando necessário. Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume e uma via será publicada no diário da justiça do Estado.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor José Carlos Tajra Reis Junior, Juiz de Direito titular da Única Vara Criminal da Comarca de Wanderlândia, Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc...Faz saber a todos os que o presente edital, com prazo de 15 dias virem, ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus trâmites legais, um processo crime, de autos n. 2008.0010.8177-9, que o Ministério Público do Estado do Tocantins, como Autor, move contra o acusado WELLINGTON PEREIRA BARROS, nascido aos 14.04.1976, filho de Dinair Pereira Barros, atualmente em local incerto e não sabido, como incurso(s) nas sanções do artigo 147, do CPB, e, conforme esteja(m) em lugar não sabido, como certificou o Sr. Oficial de Justiça incumbido da diligência, fica CITADO pelo presente, para que responda a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos fatos narrados na denúncia. Na resposta o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo intimações, quando necessário. Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume e uma via será publicada no diário da justiça do Estado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE
Desa. WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
MÁRCIA BERNARDES RODRIGUES

VICE-PRESIDENTE
Des. CARLOS LUIZ DE SOUZA

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA
Des. BERNARDINO LIMA LUZ
JUIZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA
CÉLIA REGINA REGIS RIBEIRO

TRIBUNAL PLENO
Desa. WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA (Presidente)
Des. CARLOS LUIZ DE SOUZA
Des. JOSÉ LIBERATO COSTA PÓVOA
Des. JOSÉ MARIA DAS NEVES
Des. ANTÔNIO FÉLIX GONÇALVES
Des. AMADO CILTON ROSA
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
Des. DANIEL DE OLIVEIRA NEGRY
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI
Des. MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS
Desa. JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA
Des. BERNARDINO LIMA LUZ

Secretário: WAGNE ALVES DE LIMA
Sessões: 1º e 3º quintas-feiras do mês (14h00)

1ª CÂMARA CÍVEL
Des. LIBERATO PÓVOA (Presidente)
ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: quartas-feiras (14h00)

1ª TURMA JULGADORA
Des. CARLOS SOUZA (Relator)
Des. LIBERATO PÓVOA (Revisor)
Des. AMADO CILTON (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. LIBERATO PÓVOA (Relator)
Des. AMADO CILTON (Revisor)
Des. DANIEL NEGRY (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. AMADO CILTON (Relator)
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)
Desa. JACQUELINE ADORNO (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. DANIEL NEGRY (Relator)
Desa. JACQUELINE ADORNO (Revisora)
Des. CARLOS SOUZA (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Desa. JACQUELINE ADORNO (Relatora)
Des. CARLOS SOUZA (Revisor)
Des. LIBERATO PÓVOA (Vogal)

2ª CÂMARA CÍVEL
Des. LUIZ GADOTTI (Presidente)
ADEMIR ANTÔNIO DE OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: quartas-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA
Des. JOSÉ NEVES (Relator)
Des. ANTÔNIO FÉLIX (Revisor)
Des. MOURA FILHO (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. ANTÔNIO FÉLIX (Relator)
Des. MOURA FILHO (Revisor)
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. MOURA FILHO (Relator)
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)

Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)
Des. JOSÉ NEVES (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)
Des. JOSÉ NEVES (Revisor)
Des. ANTÔNIO FÉLIX (Vogal)

1ª CÂMARA CRIMINAL
Des. MARCO VILLAS BOAS (Presidente)
WANDELBERTE RODRIGUES OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: Terças-feiras (14h00)

1ª TURMA JULGADORA
Des. JOSÉ NEVES (Relator)
Des. ANTÔNIO FÉLIX (Revisor)
Des. MOURA FILHO (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. ANTÔNIO FÉLIZ (Relator)
Des. MOURA FILHO (Revisor)
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. MOURA FILHO (Relator)
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)
Des. JOSÉ NEVES (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)
Des. JOSÉ NEVES (Revisor)
Des. ANTÔNIO FÉLIX (Vogal)

2ª CÂMARA CRIMINAL
Desa. JACQUELINE ADORNO (Presidente)
FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO(Secretário)
Sessões: Terças-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA
Des. CARLOS SOUZA (Relator)
Des. LIBERATO PÓVOA (Revisor)
Des. AMADO CILTON (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. LIBERATO PÓVOA (Relator)
Des. AMADO CILTON (Revisor)
Des. DANIEL NEGRY (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. AMADO CILTON (Relator)
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)
Desa. JACQUELINE ADORNO (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. DANIEL NEGRY (Relator)
Desa. JACQUELINE ADORNO (Revisora)
Des. CARLOS SOUZA (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Desa. JACQUELINE ADORNO (Relatora)
Des. CARLOS SOUZA (Revisor)
Des. LIBERATO PÓVOA (Vogal)

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Desa. WILLAMARA ALMEIDA
Des. CARLOS SOUZA
Des. BERNARDINO LUZ
Desa. JACQUELINE ADORNO
Des. LUIZ GADOTTI

Secretária: RITA DE CÁCIA ABREU DE AGUIAR
Sessões: 1º e 3º quintas-feiras do mês, 09h00.

COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO, COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO
Desa. WILLAMARA LEILA (Presidente)
Des. CARLOS SOUZA (Membro)
Des. BERNARDINO LUZ (Membro)
Desa. JACQUELINE ADORNO (Suplente)
Des. LUIZ GADOTTI (Suplente)

Sessão de distribuição: Diariamente às 16h00 em sessões públicas.

COMISSÃO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
Des. ANTÔNIO FÉLIX (Presidente)
Des. AMADO CILTON (Membro)
Des. DANIEL NEGRY (Membro)
Des. MOURA FILHO (Suplente)

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO
Des. AMADO CILTON (Presidente)
Des. MOURA FILHO (Membro)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)
Des. LIBERATO PÓVOA (Suplente)

COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
Des. CARLOS SOUZA (Presidente)
Des. LIBERATO POVOA (Membro)
Des. DANIEL NEGRY (Membro)
Des. AMADO CILTON (Suplente)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Desa. WILLAMARA LEILA (Presidente)
Des. CARLOS SOUZA (Membro)
Des. BERNARDINO LUZ (Membro)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Suplente)
Des. JOSÉ NEVES (Suplente)

DIRETORIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORA GERAL
DIRETOR ADMINISTRATIVO
ADÉLIO DE ARAÚJO BORGES JÚNIOR
DIRETOR FINANCEIRO
ALAOR JUAL DIAS JUNQUEIRA
DIRETORA DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PEDRO VIEIRA DA SILVA FILHO
DIRETORA JUDICIÁRIA
MARIA SUELI DE SOUZA AMARAL CURY
DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS
ANA MARIA PAIXÃO ATHAYDE DEMÉTRIO

CONTROLADORA INTERNA
MARINA PEREIRA JABUR

ESCOLA JUDICIÁRIA
MARIA LUIZA C. P. NASCIMENTO

Assessora de Imprensa

Divisão Diário da Justiça
LILIAN RIBEIRO CAVALCANTE
Chefe de Divisão

Expediente: segunda à sexta-feira, das 08h às 11h / 13 às 18h.

Diário da Justiça
Praça dos Girassóis s/nº.
Palmas, Tocantins - CEP 77.015-007
Fone/Fax: (63)3218.4443
www.tjto.jus.br